



Leandro Correia

Partir, regressar e Investir

Uma abordagem didática sobre a emigração no século XIX português

Relatório final no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro e pela Professora Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2017

PARTIR, REGRESSAR E INVESTIR

Uma abordagem didática sobre a emigração no século XIX português

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	Partir, Regressar e Investir Uma abordagem didática sobre a emigração no século XIX português
Autor/a	Leandro Emanuel Gomes Correia
Orientador/a	Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Coorientador/a	Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade
Júri	Presidente: Doutora Ana Alexandre Ribeiro Luís Vogais: 1. Doutor João Paulo Cabral de Avelãs Nunes 2. Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Identificação do Curso	Mestrado em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Iniciação à prática profissional
Data da defesa	17-10-2017
Classificação	17 valores



Na capa, ideia concebida por nós e colocada em prática por Jéssica Inácio. Pretende retratar a dinâmica presente vs passado sobre a problemática da emigração e as preocupações com a História Local, a Arqueologia Industrial e o Património.

A todos os Vicentinos,
Ao Dr. Guilherme de Oliveira Santos,
À minha Família,
Ao Gustavo,
Aos meus avós,
À minha mãe.

*«Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América e
a fortuna daqueles que a
encontram.
Ninguém nunca pensou no que há
Para além do rio da minha terra
(...)»*

Alberto Caeiro

PARTIR, REGRESSAR E INVESTIR

Uma abordagem didática sobre a emigração no século XIX português

SUMÁRIO

Abreviaturas	11
Agradecimentos	13
Resumo / Abstract	16/17
INTRODUÇÃO	18
1. O CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO	26
1.1. A escola	28
1.2. As turmas	32
2. REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA	35
3. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XIX	42
3.1. Emigrar para <i>vingar</i>	44
3.1.1. <i>O Brasileiro</i>	54
3.2. Regressar e investir: A indústria	58
4. NA ROTA DO EMIGRANTE	65
4.1. João Rodrigues d'Oliveira Santos, <i>o brasileiro</i>	66
4.2. Uma fábrica de se lhe tirar o chapéu	80
5. APLICAÇÃO DIDÁTICA	90
5.1. Roteiro de aula	97
5.2. Fundamentação pedagógica da proposta didática	105
CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA & FONTES	120
ANEXOS	

Anexo I

Plano Individual de Formação (PIF)

Anexo II

Exemplo de uma planificação de curto prazo

Anexo III

Documento escrito utilizado em aula

Anexo IV

Exemplo de uma ficha de avaliação

Anexo V

Retrato de João Rodrigues de Oliveira Santos

Anexo VI

Testamentum de Azevedo in Terra de Sancta Maria

Anexo VII

Registo de óbito de João Rodrigues de Oliveira Santos

Anexo VIII

Retrato de António Gomes de Oliveira Santos

Anexo IX

Passaporte de João Rodrigues de Oliveira Santos emitido pelo Consulado de Portugal no Maranhão a 23/3/1869

Anexo X

Registos de partida, escala e chegada

Anexo XI

Propriedade da família Oliveira Santos

Anexo XII

Imagem panorâmica do Largo da Torre

Anexo XIII

Capela de Nossa Senhora da Boa viagem (palacete de João Rodrigues de Oliveira Santos)

Anexo XIV

Carta do Bispo do Porto, D. Américo, a João Rodrigues de Oliveira Santos

Anexo XV

Sessão Camarária de 9 de setembro de 1869

Anexo XVI

Caminhos de Ferro de via reduzida – Ovar ao Furadouro e Ovar a Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira, em direção a Cambra e S. Pedro do Sul

Anexo XVII

Carta de António José Gomes Neto a João R. de Oliveira Santos

Anexo XVIII

Processo para a edificação da escola do sexo feminino em S. Vicente de Pereira

Anexo XIX

Escolas do sexo masculino e feminino em São Vicente de Pereira

Anexo XX

Capa da obra “*Horas Vagas (1868)*” de João Rodrigues de Oliveira Santos

Anexo XXI

Aniversario querido “*O Ovarense: Jornal do Partido Progressista*”, 17 de outubro de 1886

Anexo XXII

Diploma de Sócio do *Gabinete Portuguez de Leitura no Maranhão*

Anexo XXIII

Máquina de choques elétricos de João Rodrigues de Oliveira Santos

Anexo XXIV

Retrato de D. Adelaide Sofia da Costa Santos e João Rodrigues de Oliveira Santos com seu filho Gabriel

Anexo XXV

Contrato de dissolução da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão (1877)*

Anexo XXVI

Escritura da capela de São José feita a António Gomes de Oliveira Santos

Anexo XXVII

Diploma da nomeação de João R. de Oliveira Santos como Vice-cônsul da Turquia, no distrito de Aveiro – 20 de outubro de 1874

Anexo XXVIII

Certificado de participação na exposição de Filadélfia (1876)

Anexo XXIX

Retrato de José Gomes dos Reis

Anexo XXX

Propostas de localização do complexo industrial de Guilherme G. Oliveira Santos e Leandro Correia

Anexo XXXI

Cicatrizes de um dos anexos da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*

Anexo XXXII

Início de um bairro operário a poente da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*

Anexo XXXIII

Distância do Lugar da Torre à estação de caminhos de ferro de Ovar e desta ao Carregal e ao Cais da Ribeira (distâncias atuais)

Anexo XXXIV

Marcos arqueológicos da antiga *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*

Anexo XXXV

Planificação da proposta pedagógica

Anexo XXXVI

Imagens de património industrial

Anexo XXXVII

Jogo Digital “*O Brasileiro*”

Abreviaturas:

APH – Associação de Professores de História

C.E.H.C.P. – Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa

CBB – Colégio Bissaya Barreto

CEI – Currículo Específico Individual

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

CES 20 – Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra

Cf. – Confrontar

Coord. – Coordenação

Dir. – Direção

Ed. – Edição

FBB – Fundação Bissaya Barreto

Fl. – Fólio

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

GHES –

H – Hora(s)

Intr. – Introdução

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

NEE – Necessidades Educativas Especiais

Org. – Organização

PEI – Plano Educativo Individual

PIF – Plano Individual de Formação

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

Séc. – Século

Seg. – Seguintes

SMTUC – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Trad. – Traduzido

V. – Verso

Vol. – Volume

Agradecimentos

Em História somos educados para não nos deixarmos de interrogar, assumindo aí o “*porquê?*” um lugar deveras privilegiado. Como ciência dos homens no tempo, e no espaço, a História segreda -nos que se aquele [o tempo] é dos maiores mistérios do homem e da mulher, não é menos verdade que estes [homem e mulher] são dos maiores mistérios daquele. Contudo, se o tempo acaba por *fugir* a homens e mulheres, estes jamais *fugirão* dos desígnios daquele, confrontando-se, sistematicamente e simultaneamente, com o passado o presente e o futuro, que os molda e forja numa vida onde se sentem donos de tudo e de nada, compreendendo o tempo, mas nunca o aceitando verdadeiramente.

É nesta vertente que a História nos envaidece. Quem melhor do que o Historiador para compreender o tempo, idealiza-lo e, sobretudo, aceitá-lo? Inspirado numa célebre frase de Jacques Le Goff¹, cremos poder considerar que todos e cada um de nós somos netos do passado, filhos do nosso tempo e pais do futuro. No presente, enquanto filhos, espera-se da nossa parte a humildade para ouvir, aprender e apetrechar-nos do conhecimento necessário para os desafios que o futuro tem para nos colocar. Neste sentido, a persistência torna-se o pré-requisito indispensável para o ingresso no mundo.

Mundo... Cinco letras que encerram uma história imensa. Construído sob as insígnias do sofrimento, dos sacrifícios, das certezas e das incertezas, da sabedoria, da inovação, um mundo tão nosso no passado e cada vez menos nosso no presente. Ao contrário do que pensam a maioria dos homens e das mulheres do nosso tempo, nada na vida se consegue por obra do acaso, embora este faça parte da vida, mas pela capacidade que cada um tem de ir à *luta* e, sobretudo, pela humildade e pelo respeito com que aceitamos e nos predispomos a aprender, conscientes que ninguém é mais que ninguém porque sob os nossos pés só o pó da terra.

Serve este ponto para agradecer a todas as pessoas que me ajudaram a ser aquilo que hoje julgo ser. De agradecimento pelas aprendizagens, pelos conselhos, pelo carinho, pela amizade, enfim... Por toda e qualquer ajuda desinteressada. Contudo, há sempre aqueles que nos marcam de tal forma que somos instados a tê-los, quotidianamente, no pensamento. Pessoas que mesmo longe estão perto, que mesmo ausentes estão presentes.

Começo, evidentemente, por todos os vicentinos amigos, povo da minha terra [São Vicente de Pereira], gente com uma alma enorme, com quem aprendi a ser humilde e trabalhador, dedicado e atento. Afinal, ainda hoje imprimimos na nossa caneta a mesma força que os agricultores imprimem na enxada quando trabalham a terra. À minha querida Professora Maria do Rosário Silva, muito mais que uma professora de Português-Francês, uma segunda mãe, um pilar, um ombro amigo com quem se pode contar,

¹ “Um Rei é mais filho do seu tempo que dos seus pais”.

uma mãe dedicada, uma mulher com M grande, com uma personalidade forte e uma sonhadora nata.

Enfim... uma guerreira da vida e pela vida.

A Coimbra. À cidade, à Universidade, a todos os amigos que daqui levo.

Coimbra é, de facto, a cereja no topo do bolo para quem é estudante e (re)conhece os seus desígnios. Aqui aprende-se muito mais que os segredos das badaladas da Torre da Universidade, das vielas e das ruas da alta, dos códigos de praxe e das matérias... Aprende-se a viver de uma maneira que quando partimos sentimos que parte de nós desapareceu. À faculdade, a todos os professores, sem exceção, que nos acompanharam, incentivaram e aprofundaram o nosso amor pela História. Aos funcionários, pela forma cordial e amiga com que sempre me trataram, em especial à Maria Henriques e à Alexandra Coelho, que animam a papelaria e que nos deixam com vontade de tirar cópias várias vezes por dia. À doce amiga Conceição França, um verdadeiro pilar, um verdadeiro ombro amigo, que nos fez sorrir, que nos limpou inúmeras lágrimas de desespero, que me segurou quando eu próprio quis cair. A ela, a nossa amizade e o nosso sincero abraço.

Aos amigos que a História me deu e com quem partilhei muito mais que os seus feitos. À Solange, uma verdadeira amiga, *sol* nos momentos mais tristes e angustiantes, uma fonte de bem-estar nos momentos divertidos. À Nádia Lopes, uma pessoa extraordinária, por quem terei sempre muito carinho, cuja modéstia e humildade muito invejamos. Ao Marco Borges, Homem e Amigo de provas dadas, um Ser intelectualmente estimulante!! À Jéssica Inácio, uma psicóloga enganada, que me apoiou incondicionalmente em inúmeras tarefas de desenho e no mundo informático. À Ana Margarida Rodrigues [Maggie]! Uma irmã, uma amiga verdadeira e uma verdadeira amiga. Alguém que nos conquistou sem autorização e de forma pronta, sempre disponível a ouvir e a aconselhar. Não posso, contudo, esquecer o meu companheiro de *armas*, Ricardo Coutinho de Almeida, um fiel amigo, um Ser Humano único, que me contagiou com a sua forma de estar na vida e que, como ninguém, soube lidar com o nosso feitio [bastante] complicado. Para ser irmão, não precisa de ser de sangue. Ainda uma saudação muito especial ao meu *Mestre* e amigo, Professor Doutor Anselmo Borges, pelos ensinamentos e amizade.

A todos vós... o meu obrigado!!

Em qualquer percurso tentamos sempre seguir os passos daqueles que nos entusiasma com a sua sabedoria e, sobretudo, com a sua personalidade. Temos referências que se afirmam como verdadeiros marcos imprescindíveis naquilo que queremos fazer e naquilo que queremos alcançar. Neste sentido, uma palavra de gratidão às minhas orientadoras. À Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro, que desde o início foi testemunha do meu gosto pelo ensino e batalhou comigo, académica e burocraticamente, para que pudesse concluir esta fase com enorme êxito, e à Professora Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade, que em apenas um semestre nos fascinou pela sua capacidade de surpreender a cada aula no mundo digital, sempre disposta a partilhar as suas experiências enquanto docente dos ciclos básico e secundário.

Ao Colégio Bissaya Barreto, sobretudo à minha querida orientadora, Joana Damasceno, com quem tive o prazer de aprender e a felicidade de conviver, sempre disposta a deixar qualquer um à vontade e com

um sorriso no rosto. Mais professores assim, por favor! Aos *meus* alunos do oitavo ano que cedo souberam responder e corresponder àquilo que se pretendia, ajudando-me na integração ao Colégio e fazendo de mim um professor melhor. Eu que também fui aluno deles. Foi uma simbiose perfeita! Aos meus colegas de estágio, Dorisa Aguiar e o meu companheiro Ricardo Almeida, o meu especial agradecimento pela paciência, ensinamentos, ajuda, cooperação, diálogo e amizade. Lutamos juntos, crescemos juntos, vencemos juntos!

Por último, ao meu porto seguro, à minha família. Aos meus avós, Maria Alice – a minha Quitas – e David, segundos pais nesta vida, a quem devo, em grande parte, o sucesso daquilo que sou hoje. Ao meu afilhado, Gustavo, que me inspira e me entusiasma com a sua genuinidade, humildade, curiosidade e inteligência, a quem, diga-se, vamos inculcando o gosto pela História.

Por fim, à minha mãe. Mulher incrível, com uma crença enorme, que me mostrou que nada se consegue sem espírito de sacrifício, que me inculcou os mais sinceros e verdadeiros valores e a quem devo este curso e outras conquistas. Quando me perguntam o porquê de ter escolhido História, respondo prontamente: “porque cresci ao lado de uma guerreira”.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

setembro de 2017

RESUMO

O presente relatório de estágio do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário pretende refletir sobre a prática pedagógica no ano letivo de 2016/2017, no Colégio Bissaya Barreto, em Coimbra. De acordo com o programa e as metas curriculares do 8º ano de escolaridade, optou-se por abordar a temática da emigração portuguesa no século XIX, em especial a questão dos *Brasileiros*, quanto ao seu papel local e social. Tendo em conta o panorama nacional Oitocentista, recorreu-se a um exemplo particular do Norte do país, a família Oliveira Santos, natural, que foi, de S. Vicente de Pereira, Ovar.

Se um professor se caracteriza pela sua capacidade de ultrapassar desafios, da mesma forma que os deve colocar, o presente estudo oferece uma abordagem diferente perante a temática em estudo, recorrendo ao *jogo* presente vs passado, partindo do sentido e da mensagem de imagens, que visa demonstrar e inculcar ao aluno a capacidade de refletir sobre as dinâmicas sociais e o seu impacto na sociedade ao longo dos tempos, de modo que compreendam o fluxo migratório como reflexo do seu tempo, dotado de características e expressões próprias. Assumindo-se, o *brasileiro*, como uma personagem bastante característica, que contempla uma personalidade própria, apresentamos um *jogo digital* que tenciona levar os alunos a posicionarem-se na época e a traçarem o caminho para uma emigração bem-sucedida, da mesma forma que lhes permite recordar e consolidar conhecimentos.

Palavras-chave: Emigração, ensino, jogo digital, local, oficina, prática pedagógica.

ABSTRACT

The current report, regarding the internship of the Teaching Master's Degree, regarding the Basic and High School levels, pretends to provide insight about the pedagogical practices for the school year of 2016/2017, at the Colégio Bissaya Barreto in Coimbra. As requested by the program and goals set for the 8th grade, we decided to choose, as a working field, the "Portuguese Emigration of the XIX century, with special attention regarding the *Brasileiros*, and their role, both social and local". Taking on the XVIII portuguese social scene, we decided to investigate a particular case-study, about the Oliveira Santos family, that used to live in S. Vicente de Pereira, Ovar.

If a teacher is characterized by his/her ability of overcoming every challenge, the same must be said for his/her way of addressing new ones. This study offers a new approach to the above-said field of studies, confronting the present and the past, from the perspective and meaning of certain images. The main goal is to induce, in the students, the ability to understand social dynamics and their impact on society throughout the years, as well as to apprehend the migration waves as a sign of their times, with their own personal aspects. Taking, the *Brasileiro*, as a very peculiar character, we offer a *digital game*, that will allow the students to better understand the epoch, in a way that allows a better consolidation of their knowledge.

Keywords: Emigration, education, digital gaming, location, workshop, practical instruction.

INTRODUÇÃO

Não temos que ser necessariamente filósofos para questionar e refletir o mundo que nos rodeia. Quem somos? Donde viemos? Onde estamos? Para onde vamos? Todo este leque de questões, que nos assolam a mente e fazem com que nos lancemos numa busca incessante por respostas, permitem ao Ser Humano criar instrumentos necessários à sua realização *intra* e *interpessoal*. Basta ler uma das obras mais marcantes do século XX, *Das Prinzip Hoffnung* – (“O Princípio Esperança”) –, de Ernest Bloch. Contudo, alguns destes instrumentos são inúteis perante um mundo cada vez mais complexo, porque mais vulnerável às desigualdades sociais, consequência de uma globalização desenfreada e de uma luta pelo poder político (mas não só) verdadeiramente exacerbada.

Conscientes dos desafios emergentes, a dúvida que se vai esbatendo sobre os princípios e as reflexões contemporâneas reside precisamente na (in)capacidade da sociedade atual em conseguir ultrapassá-los. Anselmo Borges bem demonstra na sua última obra, *Deus Religiões (in)felicidade*, a(s) dificuldade(s) que a sociedade apresenta na compreensão e aceitação da verdade nua e crua, como quem diz, da própria realidade². Globalização e mundialização são conceitos, e realidades, que dominam os estudos e as reflexões quotidianas, que, mais do que perspectivas e teorias futuristas, incorrem no erro de retirar ao passado e à identidade nacional, regional e local o seu papel no tempo e no espaço.

Aqueles que evidenciam as preocupações imediatas, com os olhos no presente futuro e que compreendem que o próprio passado também teve um presente e um futuro, afirmam-se como verdadeiros discípulos do seu mundo, porque vão fugindo ao padrão do imediatismo contemporâneo – que pode levantar problemas no que à exclusão social diz respeito. Contudo, falar hoje de tempo transcende o pensamento mais comum e vulgar das mutações políticas, religiosas, económicas e culturais. O discurso que se vai impregnando no intelecto dos mais atentos demonstram preocupações ao nível da conceção teórica do tempo. Uns vão colocando-lhe o rótulo de ilusão, assumindo-nos nós como os ilusionistas, outros continuam na ignorância de cair no imediato e, por seu turno, há aqueles que recorrem à História para explicar esse domínio do transcendente, que se vai subdividindo precisamente entre passado, presente e futuro. É nesta proposta de explicação sobre a componente temporal que identificamos, interpretamos e avaliamos o percurso da espécie humana.

² BORGES, Anselmo – *Deus, Religiões, (in)felicidade*. Lisboa: Gradiva, 2016, pp. 44-45.

Como ciência dos homens no tempo e no espaço, a História, mais do que qualquer outra área científica que se debruce sobre as dinâmicas espaço-temporais das mulheres e dos homens do seu tempo, tem contribuído imenso para a reflexão e clarificação daquilo que é a concretização e a realização do próprio Homem, enquanto Ser biológico, cultural e transcendente. Há um claro aumento significativo do interesse social, mais no percurso da História da humanidade, despoletado, sobretudo, pelos acontecimentos recentes no panorama mundial, a questão do Estado Islâmico e a recém eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América.

Perante a sua capacidade em argumentar e criticar contra, ou a favor, aquilo a que se pretende responder, a História, que *convida* para o diálogo interdisciplinar outras áreas do saber, ainda não conseguiu responder de forma criteriosa e objetiva àquela que poderá ser uma das maiores questões da sociedade contemporânea: num mundo global, de História continental, intercontinental e transcontinental, qual o lugar da História Local nas reflexões sociais?

A importância da questão tem levado a uma reflexão profunda sobre a importância do espaço, nomeadamente àquilo que é o local, as suas raízes e a sua importância no contexto nacional. No que toca a isto, outra questão se formula: não é o nacional a soma do local? Não há dúvidas de que as características e os costumes que caracterizam este espaço são integrados numa causa maior, mas não deixa de ser importante a necessidade de o preservar e o desenvolver como garantia do símbolo nacional. Portanto, estamos perante uma questão que transcende aquilo que é a política, a religião e a própria cultura. É uma questão de reflexão histórica, mas acima de tudo é uma questão de civismo.

Não foi pelo eticamente correto que o atual Presidente da República, num discurso proferido nos primeiros dias do ano, salientou, mais que uma vez, a importância de se reforçar o poder local. Se atendermos que no século XX apenas os sacerdotes e os senhores locais mais abastados se debruçavam sobre a História do espaço onde se encontravam inseridos, os primeiros para se identificarem e aproximarem do povo e os segundos para marcarem a sua posição, compreendemos que este interesse pelo estudo e pela reflexão sobre o presente e o futuro do local é *coisa* recente. Atualmente, a História Local começa a ser considerada como ciência que oferece perspectivas de estudos e de conhecimentos. A própria Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra contempla no seu plano de estudos em História unidades curriculares vocacionadas para essa realidade. De entre elas contam-se as unidades curriculares de *História da Cidade de Coimbra*, *História dos poderes locais* e, no primeiro ano deste mesmo mestrado, a unidade curricular de *Património Cultural, História Local e Ensino*, entre outras.

Debruçando-se sobre a problemática, Henry Teune, da Universidade da Pensilvânia, referia que apesar da globalização trazer à tona enormes desafios, houve um reforço da realidade local e

das identidades primordiais. As forças da globalidade e da democracia, como agentes de inclusão, acabaram por ser mais fortes do que as primitivas identidades, mas ambas permanecem no seio das comunidades locais. Constituem, portanto, um refúgio para aqueles que procuram escapar, sabendo-se envolvidos no processo de globalização³. Assim, o local é “*ponto de globalização e de desenvolvimento ao mesmo tempo que resiste à mudança*”⁴.

Uma das formas de refletir, compreender e desenvolver o espaço está na forma como se acompanha a sociedade que o compõe, o seu contexto e o tempo em que se insere. Mas, não se pode simplesmente colocar o foco na observação inocente dessa mesma sociedade e a forma como ela se relaciona com o espaço. São necessários estudos rigorosos sobre a forma como ela se movimenta, nomeadamente na interpretação e avaliação dos fluxos migratórios. Se voltarmos a recorrer à ideia defendida pelo investigador da Universidade da Pensilvânia facilmente identificamos que a emigração se enquadra neste jogo dual entre a globalização e o local, aliás, não só se enquadra como concretiza as suas ligações.

Se é em períodos mais conturbados que os índices de emigração aumentam exponencialmente, é precisamente aqui, pelas dinâmicas sociais e culturais que ela implica – os projetos, a identificação do lugar para onde se parte, as perspetivas temporais de permanência e/ou de regresso –, que o local se projeta para o global, mas, do mesmo modo, é estando fora que o local vai resistindo à tal mudança, não só sob ponto de vista material, que até pode ser desenvolvido mediante a capacidade financeira dos que partem, mas também do imaterial, que se concretiza, sobretudo, no desenvolvimento do espírito saudosista. Se por um lado encontramos esta realização positiva e característica, não deixa de ser característico o estado de decadência que a partida pode provocar no lugar de origem, nomeadamente pelas decisões temporais que se tomam.

Um dos maiores poderes que a mulher e o homem possuem como característica ímpar da espécie humana prende-se precisamente com a tomada de decisão. O poder de decisão, que nos preenche e completa, resulta sempre em consequências positivas, quando bem decidido, ou consequências negativas, quando mal decidido. Neste sentido, a emigração acaba por se tornar ainda mais complexa, não só do ponto de vista humano e pessoal, mas sobretudo do ponto de vista espaço-temporal. Portanto, a questão transcende aquilo que é a ciência para se fixar no que é outra das características primeiras no Ser humano, a sua cultura, a sua identidade.

A necessidade de o Ser Humano procurar melhores condições de vida é tão antiga quanto a sua própria razão de ser. Não teria sido possível atingirmos a base social que hoje alicerça a nossa

³ Ver TEUNE, Henry – “O futuro da localidade numa Era Global”. In *O Poder Local em Tempo de Globalização: uma história e um futuro*. FONSECA, Fernando Taveira da (coord.), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 265-268.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 265.

realidade sem que o homem colocasse ao seu serviço toda a sua capacidade de refletir, construir, inovar e salvaguardar os seus projetos e convicções. O espaço é, de facto, a expressão física daquilo que são as ideias das mulheres e dos homens do seu tempo. É precisamente aqui que podemos falar da História Local enquanto questão de civismo! A pergunta que se coloca é: se temos de estar atentos à movimentação da sociedade, estudá-la e compreendê-la, ela que toma consciência de si no próprio Ser, como é que podemos salvaguardar aquilo que a História reconhece como património material e imaterial na realidade local, projetando-a no global?

Num período em que a História parece afastar-se do espaço e daquilo que é o local para se posicionar naquilo que é o global e o imediato, é fundamental que o professor tenha a capacidade para se abstrair mais daquilo que são as metas curriculares, claramente europeístas, e ajudar o aluno a identificar-se com o *seu* espaço, onde o mesmo e a escola se inserem, formulando e construindo pontes estratégicas interessantes que o levem a identificar e compreender o que se pretende a uma escala mais geral, mas partindo do local e do particular. Para além de ser nestes pequenos lugares, carregados de costumes e tradições, que a própria História se concretiza, é bastante elucidativo a forma como o aluno se sente entusiasmado e cativado quando o professor [de História] lhe dá como exemplo algum aspeto do seu quotidiano e/ou com o qual ele se identifica. Logo corre um certo orgulho por aquele lugar, aquela rua, aquela casa ou aquele costume ser associado ao nacional. Como ouvíamos há muito pouco tempo sobre um exemplo dado numa freguesia de Coimbra: “*A sério, Stôr? Não fazia ideia. [dirigindo-se para o colega] Vês? A minha terra é que é fixe*”.

A escola pertence a um espaço, é marca viva do local onde está inserida, que partilha uma cultura e costumes próprios, influenciados pelo território que a envolve. Neste sentido, houve a clara convicção do que deveria integrar este relatório de estágio. Contudo, a ideia reforçou-se quando começamos a compreender a realidade escolar em que estávamos inseridos. Os primeiros contactos com os alunos do 8º ano, turma K e L⁵, do Colégio Bissaya Barreto (CBB), em Coimbra, levou-nos a refletir sobre a forma como poderíamos rentabilizar o(s) nosso(s) projeto(s).

Dentro das características que começamos a reconhecer nos alunos, sobretudo os da turma L, identificando-as, de igual modo, com o nosso perfil enquanto docente, rapidamente formulamos uma ideia cujo nosso trabalho teria que necessariamente ir ao seu encontro. Como são alunos com reconhecidas dificuldades à disciplina de História, rapidamente começamos a compreender que o *jogo*, a estratégia, de iniciar uma temática do presente para o passado dava excelentes resultados e os alunos esforçavam-se por participar, pois, recorrendo-se a questões quotidianas facilmente relacionadas com o passado, mas que o aluno não percebe, o professor cria o efeito surpresa e o

⁵ As turmas mencionadas são fictícias.

aluno retribui com o espanto e a curiosidade. As estratégias digitais eram, da mesma forma, um recurso crucial para captar a sua atenção, sobretudo quando se apresentava algo de novo.

Independentemente das características da turma no seu todo, não estaríamos a ser bons profissionais se mantivéssemos uma postura avaliativa superficial. Individualmente, cada aluno tem potencialidades, lacunas, gostos, memórias e, para aquilo que é o foco deste estudo, cada um vem de meios socioeducativos diferentes, embora, ao contrário do que é a realidade da escola pública, se sinta uma maior uniformização quanto a essas questões. De ambiente muito próprio e característico vive o CBB, com inúmeras atividades extracurriculares e oficinas que permitem aos alunos ocupar os seus tempos livres de forma lúdica e instrutiva, agrupando-se de acordo com o que são os seus interesses, curiosidades e perspetivas de futuro. Este ambiente e esta oferta acabou por nos incentivar a colocar no papel aquilo que já precocemente tínhamos idealizado.

Estabelecidas as reflexões, que aqui agrupamos nos capítulos 1 e 2, respetivamente, tendo em conta o ano de escolaridade e as metas curriculares, optamos por abordar a questão das alterações nas estruturas sociais, debruçando-nos sobre a questão da emigração portuguesa no século XIX, referente ao domínio número 8 – “*A civilização industrial no século XIX*” – e ao subdomínio 8.1 – “*Mundo industrializado e países de difícil industrialização*”, do manual *O fio da História*, da Texto Editores.

Torna-se fácil averiguar a preferência pelo tema mediante a reflexão introdutória que aqui é feita. Contudo, independentemente das razões e dos motivos mais diretos, não há como negar que a emigração é um tema tão atual quanto o era no século XIX, pelo que mais que uma mera meta curricular é uma realidade nas escolas e nas salas de aula. Hoje, infelizmente, grande parte dos nossos alunos tem familiares, amigos e/ou conhecidos que foram e são obrigados a sair do país em busca de melhores condições de vida.

A exploração da temática permite ao aluno compreender que Portugal foi, e é, ao longo do período histórico, um país de emigrantes. Colajanni defendia que era a população, através das suas movimentações, que possibilitava a visualização dos indicadores demonstrativos «da vitalidade, saúde, força e poder do povo⁶». Este fenómeno obedece a características muito peculiares cujas regras do jogo são ditadas pelo contexto global e pelos ventos do tempo. Se hoje a(s) necessidade(s) e o global nos tiram o prazer e a salvaguarda do espaço local, entregue, cada vez mais, ao abandono e à desertificação, no século XIX, esse fenómeno permitiu o desenvolvimento claro desse mesmo espaço, sobretudo sob ponto de vista social, económico e cultural.

Quando comparado com o contexto europeu, a população portuguesa Oitocentista aumentou de forma tímida, mas, o mais importante, não deixou de crescer, graças a um clima de paz, embora

⁶ COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 9.

interrompido ente 1830 e 1848, que criou circunstâncias necessárias à consolidação política de carácter expansionista e à prosperidade económica. Bem o defende Teresa Ferreira Rodrigues⁷. Ao contrário do que nos revelam as estatísticas contemporâneas, há quase 200 atrás a Europa não era um sítio apetecível do ponto de vista emigratório e também aqui existe matéria para colocar os alunos a refletir e compreender o mundo como uma verdadeira placa giratória, que gira de acordo com os ventos e a(s) necessidade(s) do seu tempo e do(s) seu(s) espaço(s).

Se hoje falamos de uma emigração tipicamente europeia, no século XIX a realidade emigratória era claramente transatlântica. O Brasil era o país mais escolhido, num período em que faltava o que em Portugal sobrava, a mão-de-obra e as oportunidades. Para além da necessidade brasileira, pesava na decisão do emigrante português a familiaridade com a língua, mas é sobretudo com a ilusão de enriquecer e voltar rico à terra natal que o português Oitocentista partia. É sobre esta problemática nos debruçamos no capítulo 3.

Se a *aventura* fosse bem-sucedida, o emigrante voltava com fortuna significativa e pronto a engradecer a terra que o viu nascer como forma de marcar a sua posição no seio da sociedade. Batizados como *os brasileiros*, não foi só a História que se encarregou de preservar o seu perfil e o seu papel. A própria literatura Oitocentista não perdeu na forma como se referia a estes retornados endinheirados. Que o digam Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, Eça de Queirós, Aquilino Ribeiro, entre tantos outros.

O capítulo 4 é o resultado de investigação pessoal e que representa um caso particular do *brasileiro* no Norte de Portugal. Apesar de nos encontrarmos em Coimbra, o caso que apresentamos como exemplo de emigração *brasileira* no século XIX corresponde à região onde mais se fez sentir o fluxo emigratório neste período. Certamente que poderíamos destacar alguns casos na região centro, sobretudo na zona de Cantanhede, mas por se tratar de um caso com o qual estamos bastante identificados e por corresponder em todos os objetivos que se pretende para este estudo, achamos por bem aventurarmo-nos. Aliás, a História torna-se riquíssima pelos diferentes espaços e pelas diferentes realidades que dá a conhecer.

Geograficamente, falamos de um caso no concelho de Ovar, freguesia de S. Vicente de Pereira, onde há cerca de 170 anos atrás João Rodrigues de Oliveira Santos se identificou com a realidade portuguesa e, no espírito irrequieto que o caracterizava, partiu para o Maranhão. Por lá permaneceu 22 longos anos, acabando por regressar definitivamente a Portugal, em 1869. Em São Vicente de Pereira, João R. de Oliveira Santos encontrou uma aldeia decadente, sem infraestruturas

⁷ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *História da população portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, CEPES / Edições Afrontamento, 2008, pp. 327-416.

educativas, laborais e com uma rede rodoviária rudimentar e primitiva. Desejoso de engrandecer a terra que o viu nascer, não olhou a meios para lhe dar as condições mais básicas a que tinha direito. Embora a nossa preocupação incida sobre a emigração, acabamos por aprofundar, tanto no ponto 3 como no ponto 4, a questão industrial, não só como forma de recuperar conteúdos e aprofundar outros, mas porque o ramo industrial constituiu um dos fatores mais diretos de investimento destes emigrantes, da mesma forma que facilitou o desenvolvimento local. É precisamente neste papel social do *brasileiro* e da sua relação com o espaço que mais nos debruçamos, transmitindo a clara ideia que, de facto, aquilo que eram as preocupações sociais de então se afastam da realidade emigratória dos nossos dias.

Como se trata de uma temática de final de ano letivo, a nossa abordagem ao tema privilegiou a reflexão sobre o processo emigratório no próprio espaço, no local. Para tal, adotamos a estratégia de partir do presente para o passado, recorrendo a imagens atuais que retratam esse estado de abandono e de desertificação, aproveitando para abordar as questões do património e da arqueologia industrial, contrapondo com aquilo que era a preocupação dos emigrantes bem-sucedidos do século XIX. Como o *brasileiro* era dotado de um perfil próprio e característico, que por vezes não é fácil de traçar, cujo sucesso dependia do cumprimento de determinadas etapas, numa clara alusão à ideia de empatia histórica optou-se por criar um *jogo digital* que permitisse ao aluno traçar o percurso destes emigrantes Oitocentistas. Estas são temáticas que desenvolvemos no ponto 5, que corresponde à aplicação didática, com dois subcapítulos. No primeiro, o roteiro da aula que se idealizou e, no segundo, a respetiva fundamentação.

Em 2013, José Amado Mendes escrevia que “*As questões relacionadas com o património estão na moda e toda a gente sabe*”⁸. Os desafios impostos às sociedades em vias de mundialização acarretam novos desafios para a História Local e para o Património. Françoise Choy chamava à atenção para a forma como o património histórico se assume como uma mentalidade que transcende o institucional⁹. A estratégia encontrada para transmitir e aprofundar os conteúdos a lecionar tem, acima de tudo, a clara intenção de consciencializar os jovens para a salvaguarda da memória e da própria História Local.

Seria interessante as escolas e os docentes de História pensarem num espaço extracurricular, uma verdadeira aula oficina, que se debruçasse sobre estas questões. Aquilo que propomos é um trabalho de campo, de identificação da realidade onde se insere a escola, chamando, para além da História, áreas como o desenho, a Informática, a Geografia, entre outras ciências. É, de igual modo, a forma ideal de envolver a família na partilha desta sensibilização e deste desenvolvimento, na

⁸ MENDES, J. Amado – *Estudos do Património: Museus e Educação*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 11.

⁹ CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 11.

medida em que transmitirá ao aluno questões de memória e identidade ligas ao espaço em estudo, numa verdadeira dinâmica comunicacional entre a sociedade, família e a escola – e *vice-versa*.

Numa altura que se debate sobre o papel dos municípios na gestão da rede escolar, não podemos ignorar que, independentemente de questões políticas, a escola, através da criação deste tipo de oficina, encontraria no concelho uma forma de se projetar e este encontraria naquela uma ferramenta útil de preocupações locais, de projetos, mas acima de tudo de valorização dos seus jovens, dando-lhes a oportunidade de desenvolverem laços afetivos fortes sobre o território em que se inserem, levando-os, no futuro, a fixarem-se ao invés de partir. Uma verdadeira aposta na inclusão, não só nas escolas como na própria sociedade.

Só se compreende o todo se se compreender primeiro as partes. Só se compreende o nacional se também soubermos olhar e refletir o local...

E só assim é que a História vale a pena...

1. O CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

A identificação da escola, do ponto de vista geográfico, representa o primeiro elo de ligação entre aquela e a comunidade escolar. Podemos ainda compreender a identificação do ponto de vista simbólico, ou seja, a noção de escola enquanto espaço de reconhecimento a uma figura humana, um vulto da História – local e/ou nacional –, que lhe dá nome e com o qual todos se identificam a partir do momento que a conhecem, num verdadeiro espírito de pertença e de responsabilidade.

De entre os inúmeros aspetos que nos diferenciam enquanto Seres dotados de qualidades e capacidades excepcionais, é a responsabilidade, enquanto tomada de posição perante a mundividência, que assume clara e especial importância nos desígnios e concretizações da espécie humana. É a vontade e o desejo de realização pessoal que levam o homem a munir-se de *ferramentas* capazes de o colocar no topo das cogitações sociais. Contudo, não podemos cair no erro de individualizar essa(s) força(s) interior(es), separando-a(s) daquilo que é a realidade da comunidade e, no seu seio, a tomada de modelos e exemplos que passamos a ter como referência, no espaço e no tempo, para aquilo que são as concretizações inter e intrapessoais.

Cada vez mais temos a certeza que um dos primeiros e grandes aspetos que, enquanto Seres sociais, devemos ter presente para a compreensão e conhecimento mais profundo de uma Mulher e de um Homem reside na forma como eles se expressam do ponto de vista escrito. Ao contrário do que é transmitido no seio educativo, e aqui não nos resignando à educação escolar, mas àquilo que são os princípios e normas familiares, as Letras, as Humanidades, colocam ao serviço do mundo um conhecimento claro e genuíno daquilo que é o mundo intelectual e sentimental de um(a) indivíduo(a). De facto, a ideia que temos vindo a formular ao longo do nosso percurso social e académico acaba por sintetizar esta mesma ideia: “Se queres conhecer alguém, dedica-te a ler as suas palavras e, mais do que as ler, interpreta-as... só assim será possível entender e identificar a singularidade de cada um”.

Se folharmos as primeiras páginas da obra de Pierre Goemaere, “*Os Grandes Contemporâneos: Bissaya-Barreto*”, traduzida para português, em 2011, por Henrique Galvão, prontamente identificamos algumas palavras do referido médico português que nos permitem, desde logo, compreender o homem, o profissional e, sobretudo, as suas preocupações e projetos sociais:

“Uma nação que não se preocupa com o desenvolvimento das suas forças vitais está condenada a não ocupar, na hierarquia dos povos, senão um lugar medíocre e a viver na inferioridade. Vítima da sua apatia ou da sua indiferença, acabará por ser subjugada por qualquer outra nação mais viril.”¹⁰

Fernando Baeta Bissaya-Barreto Rosa, nasceu em Castanheira de Pêra, em 1888, filho de Joaquina Baeta Bissaya-Barreto e de Albino Rosa, e cedo se afirmou como um dos maiores vultos do século XX português, fruto de uma educação rigorosa e objetiva, mas, sobretudo, pelos ensinamentos, influências e transmissão de princípios familiares que lhe possibilitaram ascender profissional e socialmente, de acordo com aquilo que era o seu espaço e o seu tempo¹¹. Quando nas linhas acima abordávamos a questão da realização pessoal, como parte das dinâmicas sociais, não tomamos como exemplo outro homem que não Bissaya-Barreto, cuja vida, como defende prontamente Jorge Pais de Sousa, ficou claramente marcada por um enorme poder de realização social¹².

Para além das questões de realização pessoal/social, Bissaya-Barreto acaba por ter o seu lugar neste estudo, servindo de exemplo e inspiração, mediante outro fator. A preocupação com o espaço e o desenvolvimento local. Surpreendeu-nos o apontamento de Pierre Goemaere quando refere; *“os portugueses mais eminentes provêm, não da capital ou das grandes cidades (...), mas de simples vilas, aldeias, por vezes de burgos insignificantes cuja obscuridade contrasta com os altos destinos destes homens”*¹³. Um olhar atento sobre a vida e a obra deste homem permitem-nos compreender um trabalho geograficamente localizado, que assumiu a responsabilidade política e social de criar e implementar um conjunto de equipamentos no campo da assistência social, colocando Coimbra num panorama de destaque nacional¹⁴.

¹⁰ GOEMAERE, Pierre – *“Os Grandes Contemporâneos: Bissaya-Barreto*. Trad. De Henrique Galvão, Lisboa: Fundação Bissaya Barreto, 2011, p. 9.

¹¹ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 29-38.

¹² SOUSA, Jorge Pais de – *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, pp. 14-13.

¹³ GOEMAERE, Pierre, *ob. cit.*, 2011, p. 29.

¹⁴ SOUSA, Jorge Pais de, *ob. cit.*, 1999, pp. 15-16.

1.1. A ESCOLA

Depois de uma infância em atmosfera laboratorial e com presença assídua na farmácia paterna, Bissaya-Barreto partiu para Coimbra, com 13 anos de idade, onde iniciou os estudos liceais, numa decisão pronta de seu pai, que Pierre Goemaere não se inibiu de classificar como “*espartana*”¹⁵. A mudança e as exigências que se impunham a uma criança daquela faixa etária, aliadas ao espírito firme e inexorável do pai, que, mesmo sabendo que os liceus portugueses não adotavam o regime de internato, não cedeu a sentimentos protetores característicos de um progenitor, foram fundamentais para moldar o espírito insaciável e ambicioso de Bissaya-Barreto. Para o pai Albino, o filho não se tornaria homem “*enquanto não se governasse só*”¹⁶.

Apesar da postura e das influências familiares, o contexto político e socioeconómico onde o médico português cresceu e se desenvolveu tiveram um impacto determinante para a sua consumação. Uma *viagem* pelos seus escritos, pelas suas obras, projetos e intervenções revelam-nos, desde logo, a preocupação e a luta que o filantropo decidiu enfrentar. Para além dos inúmeros artigos sobre *Medicinal Social e Assistência Social*, a crença no progresso foi outra causa que ficou bem vincada no espírito empreendedor de Bissaya-Barreto¹⁷. Contudo, a sua visão e as suas convicções tornam-se claras aos nossos olhos aquando da realização do I Congresso da UN – União Nacional –, em 1934, na Sociedade Portuguesa de Geografia de Lisboa.

Com um espírito renovado, pronto a delinear e marcar posições no que dizia respeito à saúde e à assistência pública, com a intenção de influenciar futuros projetos, Bissaya-Barreto toma a palavra e em 4 pontos apresenta os setores onde deseja atuar. O primeiro, a despistagem do doente, o segundo, o sistema de saneamento, o terceiro, o mais importante para aquilo que aqui se pretende, a educação das famílias, e, por último, o quarto, a assistência em todos os seus aspetos¹⁸. É precisamente entre as duas guerras mundiais, tendo em conta a situação política, económica e, sobretudo, social que a ação do médico português se vai desenvolver, tomando como exemplo casos estrangeiros, nomeadamente com as viagens que fez pela França¹⁹.

¹⁵ GOEMAERE, Pierre, *ob. cit.*, 2011, pp. 29-30.

¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 30-32.

¹⁷ Cf. SOUSA, Jorge Pais de, *ob. cit.*, 1999, pp. 94-113.

¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 159-161.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 168-173.

Em 1937, o Estado Novo tomava a decisão de extinguir a educação pré-escolar pública²⁰. Posto isto, Bissaya-Barreto reunia esforços para conceber uma rede de Casas da Criança, onde se pretendia receber as “crianças, acolhendo-as, assistindo-lhes, permitindo-lhes um normal desenvolvimento pelos jogos, por brinquedos, ensinar-lhes a descobrir um mundo exterior, cultivar-lhes e aguçar-lhes os sentidos, desenvolver-lhes a atenção, educar-lhes o cérebro, formar-lhes a vontade, despertar-lhes o gosto, alimenta-los, lava-los... Quer dizer, cuidar-lhes do corpo, modelar-lhes o cérebro, fazer-lhes a alma e tudo decorre serenamente, silenciosamente, sem espetáculos, nem exibicionismos, com a tranquilidade dos pais que, sossegadamente, vivem o seu trabalho com a certeza que a sociedade lhes cuida dos filhos.”²¹.

A situação social portuguesa no pós-segunda guerra mundial trouxe enormes alterações políticas, económicas e sociais à Europa. Portugal, em particular, era, na década de 50 do século XX, um dos países mais pobres da Europa Ocidental, com graves carências sociais e com índices emigratórios elevadíssimos²². É consciente da sua temporalidade e das lacunas ainda existentes na sociedade portuguesa que, a 26 de novembro de 1958, depois do desenvolvimento das inúmeras Casas da Criança, das maternidades, do Portugal dos Pequenitos, entre outros projetos, o filantropo, com a ajuda do amigo José Horácio Moura, abre as portas da Fundação Bissaya-Barreto (FBB²³), em Bencanta, Coimbra, com o intuito de dar continuidade ao plano e ao projeto de obra social, para que esta não desaparecesse após a sua morte²⁴.

Quem consultar os estatutos²⁵ da FBB vê plasmada a preocupação e o foco do trabalho desenvolvido por Bissaya-Barreto. Alicerçada numa filosofia de promoção, solidariedade e justiça social, a Fundação reconhece e trabalha de acordo com valores bem vinculados e característicos, não só quanto à saúde, obviamente, mas também quanto à cultura, à formação, à inserção e à educação, levando a cabo atividades originais e criativas que permitem a salvaguarda dos mais elementares princípios da dignidade humana²⁶. É neste espírito e nesta *crença* que a fundação crescerá,

²⁰ MARTINS, Alcina, TOMÉ, Maria Rosa – *Bissaya Barreto (1886-1974): Percorrer uma vida e uma obra*. Coord. de Patrícia Viegas Nascimento e José Pedro Paiva, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra e Fundação Bissaya Barreto, 2013, p. 54.

²¹ ROSA, Fernando Baeta Bissaya-Barreto – *Uma Obra Social realizada em Coimbra*. vol. I, Coimbra, 1970, p. 274.

²² NASCIMENTO, Nuno Viegas – *Fundação Bissaya Barreto 50 anos*. Coord. Joana Ferreira da Silva, Coimbra/Porto: Fundação Bissaya Barreto e Civilização Editora, 2007, pp. 9 -10.

²³ Passamos a utilizar esta sigla sempre que houver necessidade de nos dirigirmos à referida instituição.

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ <http://www.fbb.pt/a-fundacao/codigo-de-etica/> – (acedido a 28/03/2017).

²⁶ Cf. TEIXEIRA, Márcia – *Fundação Bissaya Barreto: Cultura e Organização*. Coimbra: Trabalho apresentado ao Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes na unidade curricular de Património e Cultura das Organizações, do Mestrado de Gestão e Programação do Património Cultural, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 8-14; <http://www.fbb.pt/a-fundacao/missao-visao-e-valores/> – (acedido a 28/03/2017).

mostrando-se à altura do seu fundador e da sua obra, comprometendo-se, desde o início, com as causas sociais, com destaque para dois grandes eixos: a saúde e a educação²⁷.

É sob o lema “*façamos felizes as crianças da nossa terra*”²⁸, que, em setembro de 2003, a FBB, que entendia a Educação como um processo contínuo e permanente, enquadrada no projeto que acima referimos de apoio à criança e à família, decidiu criar o *Colégio Bissaya Barreto* (CBB²⁹), precursor do Instituto de Surdos de Bencanta, que, aquando do início da sua atividade, em 1964, surgiu apenas com o objetivo de dar resposta médica, pedagógica, escolar e social a crianças e jovens surdos, tendo em consideração as conceções e os princípios educativos especiais da época, representando uma verdadeira alternativa ao sistema regular de ensino³⁰.

Com as orientações proclamadas pela *Declaração de Salamanca*, em 1994, que defendia o princípio de “*Escola para todos*” – “*Escola Inclusiva*” – e que acompanhou as mutações legislativas produzidas no âmbito da redefinição do conceito das *Necessidades Educativas Especiais*, foi através da adaptação e da modernização dos edifícios do então Instituto de Surdos de Bencanta que se decidiu alargar à comunidade ouvinte o projeto educativo, mantendo os princípios e a visão do seu patrono³¹. Foi consciente da sua responsabilidade social no espaço e no tempo que o CBB se começou a desenvolver, aprofundando o conhecimento no presente com claras ambições no futuro, preparando o aluno e as famílias para a complexidade da vida, valorizando os princípios e os valores mais característicos da sociedade, sob as insígnias da cultura da ação e do empreendedorismo³².

A 20 minutos do Largo da Portagem, ali se encontra a Quinta dos Plátanos, num espaço bastante acolhedor. A organização é uma das principais características do CBB, uma vez que tudo é ponderado e devidamente planeado, não havendo espaço para o acaso. O espaço é, num primeiro momento, a expressão visível dessa mesma organização. Ali, num espaço amplo devidamente pensado para a liberdade que a brincadeira e o convívio exigem, os edifícios organizam-se consoante os ciclos de estudo. Ao entrarmos pelo portão damos logo com o edifício do Terceiro Ciclo, do lado esquerdo, e, do lado direito, a sala de acolhimento, devidamente pensada para a receção aos Encarregados de Educação e onde os alunos se entretêm nas suas danças ao som das músicas da *moda*. O edifício do 3º Ciclo é o mais frequentado pelos professores estagiários uma vez que é aqui onde se encontram as salas dos ciclos de estudos que lecionam. No entanto, é também neste espaço onde têm lugar a secretaria, a sala do diretor do colégio, a sala de

²⁷ NASCIMENTO, Nuno Viegas, *ob. cit.*, 2007, p. 16.

²⁸ *Idem, ibidem.*

²⁹ Passamos a utilizar esta sigla sempre que houver necessidade de nos dirigirmos a esta instituição.

³⁰ SILVA, Joana Ferreira da (Coord.), *ob. cit.*, 2007, p. 61; <http://www.fbb.pt/cbb/colégio/o-colegio-bissaya-barreto/> – (acedido a 28/03/2017).

³¹ SILVA, Joana Ferreira da (Coord.), *ob. cit.*, 2007, pp. 61-62.

³² <http://www.fbb.pt/cbb/colégio/projeto-educativo/> – (acedido a 29/03/2017).

coordenação, a sala de professores e a tão concorrida biblioteca, bastante apelativa, dinâmica e organizada.

Em frente, podemos encontrar o edifício do 1º ciclo, com as suas salas de aulas ornamentadas com os trabalhos artísticos de cada um dos alunos e suas respetivas turmas. Se subirmos ao primeiro piso encontramos a chamada “sala 9”, uma espécie de sala de reuniões, bastante confortável e acolhedora. Este mesmo edifício tem ligação interior com o edifício do 2º Ciclo, espaço onde funcionam as aulas de Informática e de Educação Visual e Tecnológica. Ao lado deste fica o edifício onde funciona o bar, com uma mesa de *ping-pong* sempre convidativa a novos desafios entre professores e alunos, e o auditório, frequentado, sobretudo, em dias festivos, ou para atividades levadas a cabo por convidados em datas que o colégio pretende assinalar. Atrás destes três edifícios, situam-se o refeitório, com três pisos e com espaços destinados aos diferentes ciclos, assim como ao corpo docente e não docente, e a Casa do Pai onde, para além de albergar crianças em situações sociais deveras desfavoráveis, funciona o ciclo pré-escolar.

Do ponto de vista daquilo que é a política educativa e formadora, apesar de estarmos perante uma instituição privada, o CBB não descuida nas metas que o seu patrono traçou, da mesma forma que segue a linha educativa do Ministério da Educação, fazendo por aprofundar aquilo que é a formação cívica, com clara preocupação de formar não só o aluno, como a pessoa do futuro. Com resposta ao nível do 1º, 2º e 3º Ciclos³³, o colégio conta ainda com cursos profissionais de nível 4 e uma Academia de Línguas. Contudo, os inúmeros clubes, como a robótica, por exemplo, ou os *jovens jornalistas*, são a prova mais cabal dessa política educativa diversificada, centrada nos alunos, com o claro objetivo de responder aos seus interesses, necessidades e ritmos individuais, trabalhando e desenvolvendo a autoestima e a autoconfiança³⁴.

Pelas suas características e a sua política própria, o CBB enquadra-se numa perspetiva de escola inclusiva, cujo principal objetivo consiste em que todas as crianças, independentemente da sua condição física, social, linguística e cultural, tenham direito à educação mais elementar, preservando, deste modo, os princípios da dignidade humana, e que vejam reconhecidas as suas necessidades e respeitadas as suas capacidades. Neste sentido, pela sua determinação e convicção, na aposta de uma educação que prepara para a competitividade do século XXI, apelando à convivência e chamando as famílias a entrar neste *jogo* pedagógico, e que se pauta pela exigência e qualidade no seu trabalho, o CBB cumpre de forma exemplar o lema do seu patrono, que atrás já tivemos oportunidade de referir.

³³ Aquando da escrita destas páginas, sabemos da existência de um projeto para alargar o ciclo de estudos no CBB ao Ensino Secundário, que espera aprovação do Ministério da Educação.

³⁴ <http://www.fbb.pt/cbb/colégio/o-colegio-bissaya-barreto/> – (acedido a 4/04/2017).

1.2. AS TURMAS

A primeira vez que visitamos o CBB, o ano letivo estava a dias de começar. O primeiro contacto que estabelecemos foi precisamente com o diretor do Colégio, que nos recebeu pronta e cordialmente, explicando em breves palavras como funcionava a instituição e quais as suas particularidades. No seguimento desta mesma conversa retivemos não só a ideia de quais seriam os anos que poderíamos vir a lecionar, da mesma forma que fomos alertados para alguns casos peculiares destes mesmos anos. A primeira reunião com a orientadora do colégio, Professora Joana Patrícia Damasceno Marques de Oliveira, foi conclusiva sobre estes últimos aspetos. Iríamos assumir as turmas do 8º ano, turma K e L³⁵, uma vez que o 7º e o 9º ano contavam apenas com uma única turma.

Por motivos que nos são alheios, talvez pela política de privacidade do CBB, as respetivas diretoras de turma apenas nos facultaram dados essenciais, sem grandes detalhes sociais, económicos e até mesmo educativos. Trabalhamos com o que nos foi disponibilizado e com aquilo que íamos apreendendo da convivência com os alunos. Apesar de tudo, sem alguns apontamentos desses relatórios não teria sido possível averiguar e compreender certas situações que muitas vezes são ocultas pela própria natureza da convivência.

De acordo com a informação disponibilizada, e retida, a turma K é constituída por 20 alunos, 12 raparigas e 8 rapazes, com idades compreendidas entre os 13 e os 14 anos de idade. Destes, apenas dois alunos apresentam retenções, um aluno no 4º e outro no 7º ano de escolaridade. Cerca de 75% da turma mora na cidade de Coimbra, enquanto os restantes 25% se distribuem por Soure e pelo concelho de Montemor-o-Velho, nomeadamente nas freguesias de Santo Varão e de Arazede. Portanto, o tempo que cada um demora no seu percurso para o colégio varia. Se aqueles que moram na localidade de Coimbra demoram, em média, cerca de 15 minutos, os restantes fazem uma viagem de cerca de 30 minutos. Fora deste quadro encontra-se uma aluna que está ao abrigo da Casa do Pai.

A maior parte dos alunos que compõem a turma K já frequentam o CBB desde o Primeiro Ciclo. Apenas um aluno foi integrada na turma no Segundo Ciclo e outros três alunos no início do terceiro ciclo, todos provenientes de escolas diferentes. Estes alunos apresentam dificuldades nas disciplinas de Português, Matemática e Inglês, tendo sido disponibilizadas aulas de apoio para colmatar essas mesmas dificuldades, embora alguns deles frequentem cursos de Inglês. Para além

³⁵ Turmas fictícias.

deste curso, os estudantes estão envolvidos em atividades desportivas, nomeadamente no basquetebol, no *badminton*, no atletismo e no futebol, para além de frequentarem academias de música que lhes dão formação complementar. Todos possuem telemóvel e confessam que passam algumas horas na Internet, nomeadamente nas redes sociais.

Todas as turmas têm casos particulares e singulares. Atendendo à filosofia educativa e social do programa “*Escola Inclusiva*”, a turma do 8º K conta no seu grupo cinco alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE³⁶), que beneficiam de Programa Educativo Individual (PEI³⁷), dois dos quais são alvo de um Currículo Específico Individual (CEI³⁸). Os alunos abrangidos pelo CEI contam com apoio pedagógico personalizado, à responsabilidade de uma professora de Educação Especial, nas disciplinas de Português e de Matemática.

Os três alunos que beneficiam do PEI apresentam diversas dificuldades que tanto foram tidas em conta na preparação das aulas, como nos momentos de avaliação escrita. De entre as dificuldades diagnosticadas, registe-se uma dislexia ligeira, agitação motora, dificuldade em gerir o tempo de realização das tarefas, comportamentos desajustados e atitudes de oposição e desafio da autoridade, défice de atenção e concentração e muitas dificuldades de interpretação e compreensão de enunciados. São alunos que contam com apoio pedagógico personalizado pelos professores das respetivas disciplinas, sobretudo no processo de avaliação, contando com fichas adaptadas, mais tempo para a realização de tarefas, leitura da prova, alterações gráficas, como os espaçamentos entre linhas e tamanhos de letra, e na reorganização da ordem das perguntas, feitas do mais simples para o mais complexo.

Quanto aos Encarregados de Educação, são, na sua maioria, mães, registando-se apenas um aluno cujo Encarregado de Educação é o pai. Como referimos anteriormente, há ainda um aluno que está sob tutela institucional da Casa do Pai, valência de acolhimento de menores em risco da FBB. As habilitações literárias dos agregados familiares são diversas, registando-se, nos pais, habilitações que vão do Ensino Secundário ao Doutoramento e, por outro lado, nas mães, habilitações desde o 3º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente do 9º ano de escolaridade, ao Doutoramento. Em ambos os sexos, mais de 50% são licenciados.

No que diz respeito à turma L, os dados não são tão precisos e aprofundados quanto os da turma K. Constituída por vinte e quatro alunos, dos quais 15 são rapazes e apenas 9 são raparigas, com idades compreendidas entre os doze e os catorze anos, a turma L, de forma geral, apresenta dificuldades na disciplina de História, para além das disciplinas de Português, Matemática e Inglês, apresentando resultados positivos em Ciências Naturais e Educação Física. A grande maioria dos

³⁶ Passamos a utilizar esta sigla sempre que houver necessidade de utilizar este conceito. ³⁷
Passamos a utilizar esta sigla sempre que houver necessidade de utilizar este conceito. ³⁸
Passamos a utilizar esta sigla sempre que houver necessidade de utilizar este conceito.

alunos que compõem este grupo reside, à semelhança da turma K, em Coimbra, embora haja um aluno da Figueira da Foz, dois de Montemor-o-Velho e outros dois em Ceira.

Todos os alunos frequentaram o ensino pré-escolar, contudo, dos 24 elementos que compõem a turma, apenas 15 frequentaram o CBB no Segundo Ciclo. Quanto a retenções, apenas um aluno contabiliza duas. Uma no 6º ano e outra no 7º ano de escolaridade. Ao contrário dos casos apresentados na turma K, esta turma apresenta apenas dois casos de NEE, que são acompanhados da mesma forma que os daquela turma, tanto no apoio pedagógico, como na adaptação de materiais e na preparação das aulas.

A maior parte destes alunos refere ter um estilo de vida saudável, cuja participação em atividades desportivas, nomeadamente no futebol, pode representar uma das principais razões para essa preocupação com a saúde. Para além do desporto, são alunos que frequentam cursos de línguas, alguns dos quais participam na academia de línguas do CBB, e de música. Esta vida social pode explicar a forma como se entregam ao trabalho. São alunos muito fáceis de motivar pelos seus índices de curiosidade bastante elevados. Neste sentido, estamos perante um grupo pontual e assíduo, que cumpre de forma exemplar as tarefas que são pedidas, resultado de um bom ritmo de trabalho, de uma boa organização dos materiais e dos cadernos diários, cujo apoio e acompanhamento dos respetivos Encarregados de Educação em muito contribui e facilita.

A maioria dos seus Encarregados de Educação são mães, com uma média de idades de 42 anos. Tal como a turma K, as habilitações literárias dos Encarregado de Educação da turma L são, na sua maioria, licenciados, embora se contabilize alguns cursos de mestrado.

2. REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Foi um ano letivo longo e exigente, mas que passou bastante rápido. A vida de professor é isto. Acordar disposto a entregar-se aos outros, viver intensamente o dia-a-dia e adormecer com a consciência em sobressalto, com a ansiedade de fazer mais e melhor no dia seguinte, com vontade redobrada de corresponder às expectativas de todos. Por isto, cremos que a docência representa uma oportunidade para uma vida de concretizações e realizações inter e intrapessoais. No entanto, é fundamental que a pessoa se sinta feliz no papel do profissional, sob pena daí resultarem situações nefastas para a sua convivência que uma profissão desta natureza implica.

Iniciamos o ano letivo de 2016/2017 com alguma experiência no que toca ao trabalho com jovens, resultado, não só, de vários projetos locais, como da lecionação catequética na nossa zona de residência, a alunos entre os 12 e os 15 anos de idade. Embora a bagagem fosse considerável, não era suficientemente pesada, pelo que tivemos de abraçar esta nova etapa de forma humilde, conscientes de que era fundamental estarmos dispostos a aprender todos os dias. No entanto, é inquestionável que a experiência que trazíamos nos permitiu algum conforto e destreza na forma como haveríamos de *chegar* aos alunos.

No início do percurso, clarificadas as questões mais básicas de quem inicia, como estagiário, a prática pedagógica, como algumas das atividades a participar ao longo do ano, as turmas a lecionar e os respetivos programas, foi fundamental as informações, os conselhos pessoais e estratégicos da nossa orientadora do colégio que muito nos ajudou a crescer pessoal e profissionalmente, pela sua exigência e perspicácia, num claro objetivo de “*a próxima aula ser melhor que a anterior*”. Desta forma, foi muito tranquilamente que definimos os dois grandes passos iniciais onde nos deveríamos focar. Em primeiro lugar, ter a certeza que de facto queríamos fazer parte de profissão tão gratificante, e, em segundo lugar, redobrar a atenção nos corredores e espaços de divertimento do CBB, para que identificássemos, de forma discreta, as atividades e os gostos dos alunos, canalizando-os para a aula, de forma a criar surpresa e interesse.

Desde logo, começamos a ter clara perceção que a organização no trabalho, devidamente planeado e estruturado, era um dos fatores chave para o sucesso, aliados à boa dinâmica de convívio e trabalho que deve prevalecer no seio dos núcleos de estágio. Nisso, diga-se, fomos exímios, pelo que é preciso destacar o papel dos meus colegas, Ricardo Coutinho de Almeida e Dorisa Maria Fernandes Aguiar, ora no próprio processo de trabalho, ora no incentivo, ora nos conselhos, ora nos momentos de iminente ajuda. Um grupo de estágio disponível, humilde e

solidário é fundamental para uma prática pedagógica recheada de aprendizagens e sucessos. Para um espírito de grupo são, a organização no trabalho é, então, fundamental, a começar pela organização pessoal. Foi, portanto, com alguma rapidez que decidimos começar por elaborar o Plano Individual de Formação (PIF³⁹), de forma a organizar e contabilizar as atividades onde iríamos participar e, com isto, gerir melhor o nosso tempo.

Ao longo do ano letivo formulamos a ideia seguinte: “*diz-me com que tempo podes contar e dir-te-ei como debes trabalhar*”. Esta postura esteve sempre presente na forma como abordávamos as planificações a curto prazo, para aulas de 90 minutos. A formação que tivemos nas unidades curriculares do Mestrado em Ensino da História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Didática de História I e II, deu-nos as bases necessárias para planificar com critério e objetividade. Contudo, de acordo com as indicações da Orientadora do Colégio, acabamos por adotar as planificações feitas pelos alunos estagiários de Geografia, mais descritivas e detalhadas.

Estas planificações contemplam um mapa conceptual, bastante útil pela forma como permite sintetizar a matéria a lecionar, pré-requisitos, conceitos a serem compreendidos, questões-chave, metas e descritores de desempenho, estratégias de ensino-aprendizagem, que devem ser bastante descritivas e com clara organização de ideias, estratégias de remediação e enriquecimento – como os trabalhos de casa – recursos, instrumentos de avaliação e a respetiva bibliografia. Tendo em conta o trabalho que é exigido na planificação de uma aula, conscientes do que ela proporciona e exige, a nossa postura em relação a esta prática foi alterando ao longo do ano letivo. No seguimento da sessão de abertura dos estágios pedagógicos, que ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, após ouvirmos a opinião da Doutora Isabel Alarcão sobre a planificação, que acabou por questionar a eficácia e a utilidade na mesma, deixando no ar muitas dúvidas sobre a premeditação de um momento [a aula] que deve ser espontânea e dinâmica, reforçamos a ideia que planificar uma aula só complicava o nosso trabalho.

Neste processo, acabamos por testar a utilidade das primeiras planificações que fizemos. Depois de várias elaboradas, houve uma aula em que falamos com a orientadora do colégio e decidimos não planificar a aula que iríamos lecionar. O resultado foi esclarecedor. Sentimos que nos faltava uma linha clarificadora e orientadora daquilo que pretendíamos fazer. Portanto, a planificação era fundamental na medida em que nos dava os alicerces para desenvolver as ideias que íamos concebendo. Um verdadeiro diário de aula. Nesse momento, a importância do trabalho de planificar tornou-se clara. Trata-se das bases daquilo que pretendemos fazer, um dos principais

³⁹ Passamos a utilizar esta sigla sempre que houver necessidade de utilizar este conceito. Consultar anexo I – Plano Individual de Formação (PIF).

passos da nossa preparação e, sobretudo, o primeiro *instrumento* a revelar não só o tipo de aula que se pode esperar, como o perfil do professor que a vai lecionar⁴⁰.

Tirando essa aula que não foi planificada, todas as outras foram devidamente planificadas e analisadas pela orientadora do colégio. Para além dos dados inerentes à própria lecionação, é possível perceber através deste exercício a nossa própria evolução e o tipo de professor que somos e pretendemos vir a ser. Como já referimos, uma das nossas preocupações passou por compreender o mundo dos alunos, no que toca aos seus gostos e interesses. Rapidamente percebemos que a curiosidade e a surpresa que se lhes plasmava no rosto quando pegávamos em questões do presente e relacionávamos com acontecimentos com milhares de anos era o caminho a seguir. Para além de conseguirmos a sua atenção, estamos a treinar aquilo que muitas vezes falta aos alunos, a chamada *ginástica mental*, acabando assim com a ideia que em História “*é só decorar*”. Com isto, combatemos o facilitismo através do ensino da complexidade. Este é o nosso perfil enquanto professor que, certamente, terá de estar sempre atento ao seu mundo e ao do próprio aluno. Diríamos que é fundamental ser-se cada vez mais aluno do que professor, pois só assim conseguiremos aproximar-nos dos alunos⁴¹.

Aquilo que se passa nas escolas e nas suas salas de aula são importantes hoje e no futuro, pelo que um professor deve estar bem ciente das suas responsabilidades em educar. Por muito que a aula esteja bem pensada e arquitetada, com ideias claras ao nível da planificação, só uma boa preparação científica permite ao docente estar preparado para a desafiante avalanche de questões que muitas vezes assolam a cabeça dos alunos, da mesma forma que lhe possibilita transmitir segurança e credibilidade. Há, de facto, temáticas a serem lecionadas que ao longo do nosso percurso académico não são aprofundadas e, muitas vezes, dadas, pelo que é fundamental esta preparação científica de modo a salvaguardar a aprendizagem do aluno. É com este rigor, tanto ao nível da planificação, como na preparação científica, que se deve proceder à construção dos materiais a utilizar em aula.

Como aponta Manuel Rafael numa das suas obras, “*o Professor tem (...) um papel fundamental na estimulação da motivação do aluno para aprender e, enquanto sugestão para o ensino é mencionada a importância de relacionar o que até está a ser ensinado com a realidade exterior, designadamente em termos da sua utilidade*”⁴², pelo que esse papel corrobora a nossa ideia de que o professor deve ser muito mais aluno do que professor nos dias de hoje, de modo a aproximar-se dos gostos e interesses do mesmo. A consciência disto, conjugado com o rigor, a

⁴⁰ RIBEIRO, A. Carrilho, RIBEIRO, L. Carrilho – *Planificação e avaliação do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 2003, pp. 133-154.

⁴¹ Consultar anexo II – Exemplo de uma planificação de curto prazo.

⁴² RAFAEL, Manuel – “Contributos de Jerome Bruner e Robert Gagné para a aprendizagem e o ensino”, in *Psicologia da Educação*. Lisboa: Relógio D’Água, 2005, p. 170.

lógica e a cumplicidade que deve existir entre o conteúdo a lecionar e a escolha e construção dos materiais a utilizar são fundamentais para o êxito da sua aplicação, devendo, o professor, estar ciente que a questão temporal é crucial, isto é, há momentos chave da aula que o professor deve saber explorar para um excelente aproveitamento dos recursos e boa implementação das estratégias.

É na construção dos seus materiais que, em grande parte, se vê materializada a “tal” identidade docente⁴³. cremos que, no que toca à originalidade e à criatividade dentro da sala de aula, o professor de História tem um desafio enorme pela frente para *encontrar* instrumentos que lhe possibilitem dar outra imagem da própria disciplina do que aquela que os alunos adotam bem cedo.

Com isto, houve sempre da nossa parte um trabalho árduo no que à preparação de matérias dizia respeito. Por vezes levávamos dias e dias a pensar no que poderíamos fazer de diferente, o que resultava sempre em materiais muito diversos, desde a seleção de vídeos, de músicas, de excertos de filmes, aos trabalhos manuais, como a construção de um Monopólio para dar os instrumentos económico-financeiros, ou fazer da sala de aula um museu para mostrar as obras do Renascimento.

O manual dá-nos a resposta daquilo que poderemos fazer. Relembramos que na nossa segunda aula assistida andávamos ansiosos porque olhávamos para a temática e não nos ocorria nada. Se pretendíamos trabalhar agricultura para quê inventar? Pensamos nós. Nada como vestir um aluno de agricultor e elaborar uma biografia com preocupações agrícolas para as quais teríamos de ter resposta. Os alunos são muito recetivos à encenação histórica, pelo que o simples facto de terem a possibilidade de encarnarem uma personagem é, para eles, um motivo de orgulho, satisfação e, claro, um momento para se mostrarem. Aliás, cada vez mais vemos muitos jovens a *viver* intensamente os eventos históricos, sobretudo os medievais, que se vão fazendo pelo país fora.

É neste sentido que o fator literário surge muitas vezes como fator motivador nas aulas de História, sobretudo porque, como refere Telmo Verdelho, as Humanidades “*são a instância do discurso e da transformação social*”⁴⁴. Obviamente que neste domínio se enquadra o documento histórico, instrumento fundamental nas aulas de História⁴⁵. Contudo, apesar dos manuais terem ótimas fontes escritas, aprendemos que por vezes é necessário ser o professor a elaborar o próprio documento, por várias razões. Pelo interesse, pelo cuidado em selecionar, ainda mais, a informação que pretendemos que o aluno retire, aproximando o texto a fatores com os quais ele se identifique,

⁴³ SIM-SIM, Inês – “O Professor generalista e a sua identidade como professor de língua (materna)”, in *Atas Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: Ministério da Educação, 2007, pp. 19-21.

⁴⁴ VERDELHO, Telmo – “A língua e a literatura: reflexões para uma pedagogia coalescente”, in *Revista de Estudos Literários*. n.º 3, Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2013, p. 14.

⁴⁵ MAGALHÃES, Olga – “O documento escrito na aula de história: proposta de abordagem”, in *O Ensino da História*. n.º 18, Lisboa: Boletim da APH (série III), outubro de 2000, pp. 22-24.

tornando-o agradável e de fácil compreensão. Muitos dos documentos analisados em aula fomos nós que os escrevemos e notamos essa mesma motivação e interesse, sobretudo quando escrevemos em estilo de um diário⁴⁶.

Depois de lecionadas as aulas e implementadas as estratégias é preciso refletir e perceber o que correu bem e o que correu mal. Os seminários de acompanhamento, que tinham lugar uma vez por semana no colégio, com a duração de 60 minutos, funcionaram como espaços abertos à discussão saudável, com a sinceridade, a crítica positiva e o incentivo que deve ser encontrado e preservado no seio do grupo. Crescemos imenso com a partilha de ideias, pois, há fatores que com a dinâmica e o ambiente da aula não percebemos tão bem quando comparados com aqueles que estão de *fora* a avaliar. Muitas das mudanças que fomos tendo ao longo do ano deveu-se a estes momentos, pelo que é justo reconhecer que o ponto que atingimos é fruto deste trabalho cooperativo que, pautado pela boa organização e bem-estar, nos fez crescer pessoal e profissionalmente.

Para além destes seminários, importa reforçar o papel das unidades curriculares de Projeto Didático em História I e II, do plano de estudos do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, regidas pelas Professoras Doutoradas Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade e Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro, respetivamente, na nossa preparação e aperfeiçoamento profissional. As temáticas, a troca de ideias e os conselhos foram fundamentais para um ano cheio de sucessos e aprendizagens, da mesma forma que não permitiu que nos sentíssemos desamparados em momento algum. Ali encontramos o espaço necessário ao nosso desenvolvimento e às nossas inquietações.

A avaliação é um momento sério, que implica uma análise ao trabalho dos alunos, como do próprio professor. A primeira vez que elaboramos um teste sentimos que de facto estávamos a fazer um dos verdadeiros trabalhos de professor. No entanto, esse trabalho requer atenção e uma responsabilidade não só para com os alunos, mas com o próprio programa e aquilo que foi a abordagem em aula, não correndo o risco de desvirtuar a realidade pedagógica e, sobretudo, a confiança entre os envolvidos. Cremos que muita da confiança entre o docente e os alunos passa por aqui. Dizemos isto não apenas como profissionais, mas porque nos lembramos de quando éramos alunos.

No que toca à elaboração destes mesmos testes, que deve estar de acordo com a matriz que é entregue aos alunos, acabamos por ser equilibrados no tipo de perguntas, desde questões de emparelhamento, verdadeiros e falsos e, como é óbvio, perguntas de desenvolvimento que apostem

⁴⁶ Veja-se o exemplo de um texto que elaboramos quando abordamos o aparecimento da imprensa e a forma como o integramos para iniciar a arte renascentista – Consultar anexo III – Documento escrito utilizado em aula.

na tal *ginástica mental* que é trabalhada em aula. Outro dos fatores que tínhamos em linha de conta prendia-se com a utilização de frases e/ou imagens passadas em aula no próprio teste, o que para o aluno representava uma grande ajuda em termos de recordação de conteúdos. Na segunda parte deste trabalho, a correção, é fundamental mantermos o critério em relação a todos os alunos, devendo, para isso, sermos disciplinados, organizados e conscientes daquilo que esperamos da resposta e seus principais parâmetros, pois só assim se alcança uma pauta justa e transparente⁴⁷.

Ainda no que à avaliação e ao trabalho do professor diz respeito, as presenças nos conselhos de turma são uma oportunidade de conhecer melhor os alunos e a sua *performance* escolar e pessoal. Depois de participarmos no primeiro conselho de turma, se por um lado compreendemos certos casos que já tínhamos identificado, por outro, acabamos por nos surpreender com tantos outros. Independentemente de se tratar de um momento sério, que implica partilha de informações, muitas delas confidenciais, é um espaço de diálogo importante para a sã convivência entre amigos e colegas de trabalho que, em tom de responsabilidade e solidariedade, trabalham para o bem-estar no espaço escolar.

Por todos os momentos mencionados, que nos permitiram uma rápida e agradável integração na vida do CBB, foi com uma naturalidade enorme que encaramos os momentos chave de avaliação, as aulas assistidas. O *segredo* para uma aula assistida tranquila é manter o nível de exigência de todos os outros momentos de avaliação. Nem mais, nem menos. Encarar estas aulas como todas as outras, não só para benefício do professor estagiário, como para a dinâmica da turma e da própria aula, é fundamental, embora, na prática, seja completamente normal sentir-se mais ansiedade e menos à vontade na primeira aula do que na segunda – e terceira, para aqueles que lá chegam. Outro fator a ter em conta são as chamadas de atenção aos alunos antes de uma aula assistida. Esta atitude pode levar a turma a comprometer-se excessivamente com o professor estagiário, num verdadeiro compromisso de não prejudicar a sua avaliação, o que provoca inibição por parte dos alunos que, deste modo, não participam ativamente na aula. No nosso caso em particular, se na primeira aula assistida tivemos de encontrar estratégias no decorrer da própria aula para os alunos se soltarem, fruto das constantes chamadas de atenção para o momento em causa, na segunda e terceira já sentimos e vivemos um ambiente de aula muito mais espontâneo e natural, com distrações e outros em que foi necessário mandar acalmar os ânimos.

A vida de uma escola, seja ela de cariz público ou privado, transcende aquilo que é a prática das aulas e dos serviços administrativos. As atividades extracurriculares assumem um papel muito importante naquilo que é a identidade de um espaço escolar. Enquanto espaço privado, o CBB comunga de um leque de ofertas formativas que representam oportunidades e preocupações cívicas

⁴⁷ Consultar anexo IV – Exemplo de uma ficha de avaliação.

que permitem aos alunos uma formação de excelência, direcionada para o futuro. Compreender estes núcleos pode ser fundamental para uma maior e melhor integração na(s) escola(s), como pode constituir um instrumento muito válido para a disciplina que se lecionada. A participação no *Parlamento Jovem*, nos espaços dedicados ao apoio ao estudo, a participação em conferências sobre temáticas dos nossos dias, como por exemplo a doença de *Alzheimer*, são exemplo desta vontade em nos aproximarmos de tudo e todos em ambiente escolar.

Para além destas, participar em atividades como a festa de natal, a festa de final de ano letivo, organizar e acompanhar os alunos nas visitas de estudo, permitem um maior convívio com os alunos, criando-se, deste modo, laços que transpõem a linha da relação professor e aluno, para uma relação de amizade. É com esta disponibilidade que, por vezes, conseguimos demonstrar uma imagem completamente diferente daquela que o aluno formulou, e vice-versa. Esta aproximação aos alunos fora da sala de aula é deveras importante, uma vez que permite ao professor transmitir confiança e, deste modo, motivar o aluno, levando-o a sentir-se bem não só em contexto escolar e na disciplina em particular, como na partilha de preocupações e/ou momentos extraescola.

Por tudo o que atrás foi dito, consideramos que este ano de estágio foi um sucesso. Independentemente das classificações, o que mais fica deste percurso são as aprendizagens e o reforço das amizades, não apenas entre o núcleo de estágio, como com os alunos que levamos para o resto das nossas vidas e que, para todos os efeitos, ficarão sempre na [nossa] história como os primeiros a quem lecionamos. A todos os que pretendem seguir esta via profissional, duas palavras. A primeira, não se enganem quando vos dizem que esta é a melhor profissão do mundo, pois, não há nada mais gratificante que ver e fazer crescer alguém, educar e, acima de tudo, marcar a vida daqueles que são o futuro de qualquer país, logo, o futuro é o nosso espelho. A segunda prende-se com a vontade e a vocação. O facto de estarmos dispostos a abraçar tão prestigiante profissão requer da parte do candidato vontade, disponibilidade, solidariedade e uma dose enorme de responsabilidade, ou seja, é preciso gostar imenso daquilo que se faz e estar disponível para fazê-lo até ao resto dos nossos dias.

3. O SÉCULO XIX: UMA MÁQUINA TRANSFORMADORA

Depois do início da expansão marítima, Portugal começou a perder, nos séculos seguintes, grande parte do seu protagonismo internacional, embora se mantivesse como cabeça de uma imensa monarquia pluricontinental graças ao seu dinamismo atlântico. Nos finais do século XVII, em relação aos países então referências europeias, Portugal apresentava já características consideradas arcaicas que representavam verdadeiros entraves ao contínuo crescimento e desenvolvimento da nação⁴⁸. A partir do século XVIII foram conduzidas algumas reformas no sentido de inverter e suprir tal desfasamento, contudo, a permeabilidade destas políticas reformadoras nem sempre se tornavam fáceis, dadas as rápidas e constantes mutações a nível local, regional, nacional e global que se processaram, sobretudo, na primeira metade do século XIX.

Das invasões francesas à partida da família real para o Brasil, da difícil implementação do liberalismo à guerra civil e desta à legislação de Mouzinho da Silveira, viveram-se tempos conturbados e difíceis de ultrapassar. Com influência direta na sociedade, os acontecimentos acabaram por condicionar o natural desenvolvimento do país, agravando, deste modo, as dificuldades da sociedade portuguesa. Desde os finais do século XVIII que a mobilidade geográfica das populações era encarada como um direito natural, equivalente ao direito de sobreviver⁴⁹.

Na segunda metade do século XIX, com a consolidação dos regimes liberais, assistiu-se a uma política económica mais vincada, que apostava num país mais moderno, dotado de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do comércio, da indústria e da agricultura. É precisamente neste período que a indústria portuguesa se vai modernizando, acompanhando as transformações económicas, sociais e políticas que o país começava a sentir. Assistiu-se, por um lado, a uma clara ascensão e afirmação da burguesia e, por outro, ao acentuar da pauperização da classe trabalhadora, que levou a um aumento histórico dos números de emigração, cujo destino preferencial era o Brasil⁵⁰.

O sucesso de alguns emigrantes portugueses acabou por contribuir para o desenvolvimento económico português da segunda metade do século XIX. Contribuíram para a modernização nacional, quer incentivando e dinamizando o local, contribuindo com a abertura de estradas,

⁴⁸ RAMOS, Ramos (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 5ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 379.

⁴⁹ ALVES, Jorge Fernandes – *Brasil, Terra de Esperanças: Utopia e realidade na emigração portuguesa*. Vila Nova de Famalicão: Edições quasi, 2007, p. 7.

⁵⁰ Veja-se mais: PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015, pp. 520-584.

edificação de infraestruturas, financiamento de caminhos de ferro, quer do ponto de vista cultural, fundando escolas, publicando obras literárias, apoiando e fundando instituições de caridade, entre outras obras. A sociedade emigratória do século XIX português foi, sem sombra de dúvidas, o motor de desenvolvimento necessário, no tempo necessário.

3.1. EMIGRAR PARA *VINGAR*

A emigração em Portugal acaba por ser um tema bastante debatido e está na ordem dos nossos dias. Ao longo da sua história, Portugal demonstrou ser uma verdadeira indústria no que à produção de emigrantes diz respeito. O processo migratório acaba por ser como um enorme espelho, que reflete as necessidades, fragilidades e instabilidades de uma sociedade. O tempo de crise que se vive atualmente apresenta-nos uma vaga migratória de portugueses, para além da Europa com a crise dos refugiados, que produziu um extraordinário desequilíbrio demográfico. De acordo com estudos feitos pela OCDE, mais de 70 mil portugueses emigram todos os anos, tendo a maioria destes emigrantes menos de 29 anos de idade⁵¹.

A emigração, dentro dos parâmetros da economia social, constitui um dos aspetos mais importantes da teoria populacional, afirmando-se como parte do fenómeno da população e, *per se*, definidor do seu estado. Se recordarmos as palavras de Colajanni, é lícito compreender a população como o princípio e o fim da própria vida social e política, da mesma forma que possibilita a visualização dos indicadores demonstrativos da vitalidade, saúde, força e poder do povo⁵². Neste sentido, o estudo da ciência económica é fundamental para um conhecimento mais consciente e concreto das sociedades humanas, não só quanto à sua composição e desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, quanto aos seus movimentos estáticos e dinâmicos. Se a primeira nos apresenta as condições humanas de coexistência, através de elementos fornecidos pela natureza, a segunda, por seu turno, representa diversas transformações e variações sob o ponto de vista intrínseco e extrínseco⁵³.

De acordo com aquilo que designamos por dinâmica populacional, é preciso analisar e conhecer a História da Humanidade e as suas movimentações para se compreender a emigração como um processo antigo e indissociável da natureza humana. Desde a antiguidade aos tempos medievos somos confrontados com uma mobilização populacional que permitiu a formação de um mundo global, tal como hoje o conhecemos. A espécie humana, concentrada na Ásia, rapidamente se espalhou por outros continentes. Do povoamento do Mediterrâneo pelos fenícios e cartagineses, das conquistas dos romanos e dos povos do Norte, que lançaram as bases das nacionalidades europeias, dos emigrantes árabes do Norte de África, percebe-se o papel da emigração enquanto

⁵¹ Cf. OLIVEIRA, Maria José – “Emigrantes: Novas vagas e outros destinos”. In *Revista XXI: Ter Opinião*. nº 2, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, pp. 89-95.

⁵² Cf. COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 9.

⁵³ *Idem, ibidem*, pp. 9-10; Como fatores intrínsecos, Affonso Costa aponta a fecundidade, natalidade, a mortalidade, a nupcialidade, entre outros fatores. Já os extrínsecos remetem para os processos migratórios.

processo de penetração recíproca, de aproximação dos povos, numa perspetiva de igualdade entre os mesmos⁵⁴. Consciente da importância do processo migratório no estudo social e económico é preciso centrar atenções no caso português.

Defende Joel Serrão que o fenómeno emigratório em Portugal tem raízes *multiseculares*⁵⁵. Com os Descobrimentos, e a conseqüente colonização, a emigração portuguesa tornou-se numa espécie de necessidade orgânica do povo português. Oliveira Martins não tem dúvidas em considerar a emigração portuguesa como “*barómetro da vida nacional, marcando nas suas oscilações a pressão do bem-estar metropolitano*”⁵⁶.

Esta difusão portuguesa pelo mundo, decorrente dos Descobrimentos, acabou por engrossar a partir do século XVI, depois de um período mais modesto, com movimentações transoceânicas que acompanharam as políticas colonizadoras portuguesas. Não admira, pois, que após o século XVI, as taxas de emigração se tenham alterado significativamente devido, em grande parte, à descoberta do Brasil, essa *Terra das oportunidades*. Este foi o destino preferencial dos portugueses ao longo da Época Moderna e Contemporânea⁵⁷. Ao contrário do que possa ser o pensamento comum, a preferência dos emigrantes portugueses ao longo dos referidos séculos, não recaiu sobre o continente africano⁵⁸, embora aí houvesse vastos territórios portugueses. Segundo o próprio Oliveira Martins, seria mais sensato emigrar para o Brasil, do que para as possessões em África⁵⁹.

Apesar das várias iniciativas jurídicas para travar a emigração para o Brasil no século XVIII, como a lei de 1720⁶⁰, o século XIX viria a fazer *jus* ao conceito de *fatalidade emigratória* defendido por Oliveira Martins. A partir de 1822, após a independência do Brasil e em plena experiência liberal, que o expatriamento assume, quantitativamente e qualitativamente, aspetos novos, consoante a conjuntura nacional e internacional⁶¹. Entre 1855 e 1930 mais de um milhão de portugueses deixou o país rumo ao Brasil pelas mais variadas razões⁶². Marcada por princípios ideológicos e interesses económicos e financeiros, a questão da emigração parecia não ter qualquer

⁵⁴ Idem, *ibidem*, pp. 10-11.

⁵⁵ SERRÃO, Joel – “Emigração”. In *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.), vol. II, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002, p. 366.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 371. Ver COSTA, Affonso, *ob. cit.*, 1911, p. 11-13.

⁵⁷ ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1947, p. 21-25.

⁵⁸ Affonso Costa refere na sua obra que para este continente, até 1888, a emigração portuguesa «não excedera algumas centenas», COSTA, Affonso, *ob. cit.*, 1911, p. 87; ver, ainda, FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Páginas Avulsas: Precedidas de um preambulo da Ex.^{ma} Snr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos*. Porto: Livraria Chardron, 1906, p. 167 e 173.

⁵⁹ SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, 2000-2002, p. 372.

⁶⁰ Que pretendia por cobro à saída de todos aqueles que não estivessem em serviços oficiais: idem, *ibidem*, p. 366.

⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 365-366.

⁶² BAGANHA, Maria Ioannis B. – “Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. In *Análise Social*. vol. XXVI, nº 112/113, 4ª série, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991, pp. 723-739.

solução à vista. De entre as razões que pesavam para a partida, a fuga ao serviço militar continua a suscitar dúvidas e debates quanto à sua veracidade. Se de facto a injustiça que o recrutamento e o serviço militar representavam para a população um motivo forte para partir, esta não deixa de ser uma questão política, ou seja, era mais fácil apontar à questão do recrutamento e do serviço militar porque era a razão que menor custo político trazia⁶³.

Ainda não está devidamente compreendido se atravessar o Atlântico e suportar os sacrifícios que o abandono do país exigia representava a melhor ou a única alternativa à fuga militar⁶⁴. Contudo, não podemos esquecer os fatores sociais e económicos que, tal como hoje, pesavam na decisão do emigrante, sobretudo numa altura em que a ambição por deitar mão às riquezas brasileiras se apoderava do espírito faminto dos portugueses⁶⁵. Se, por um lado, a saída para o Brasil, na primeira metade do século XIX, demonstrou ser irregular e sem grande novidade, por outro, na segunda metade do mesmo século, ela assumiu contornos históricos⁶⁶, ao ponto de ser considerada uma autêntica corrente povoadora⁶⁷. Com o apelo do mercado de trabalho brasileiro, provocado pela expansão da economia cafeeira, o desenvolvimento e a expansão do capitalismo industrial, a revolução do maquinismo, a alteração do sistema de transportes nacionais, acrescida da independência do Brasil, em 1822, assistiu-se a uma autêntica debandada para o outro lado do Atlântico⁶⁸. A transferência da Corte e do Governo português para o Brasil tiveram consequências diretas no seio da sociedade metropolitana portuguesa, contribuindo para enormes transformações sociais e económicas⁶⁹.

⁶³ Como refere Isilda Braga da Costa Monteiro, não nos podemos esquecer que o recrutamento militar era uma das armas eleitorais mais importantes da segunda metade do século XIX: MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. In *Revista População e Sociedade: A emigração portuguesa para o Brasil*. Parte II, nº 14/15, Porto: (CEPESE) Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento, 2007, pp. 99-112.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁶⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 2007, pp. 7-8; por volta de 1750, Pêro de Magalhães Gândavo, um minhoto que se encontrava no Brasil, escreveu uma belíssima obra – “*Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*” – onde alicia os leitores com as riquezas brasileiras, apelando à emigração para o Brasil. As suas breves palavras que aqui apontamos são bastante esclarecedoras das oportunidades que o Brasil oferecia: “[...] a fertilidade e abundância da terra do Brasil [...] por que a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agazalha e convida como remedio por pobres e desamparados que seião [...]” – ALVES, Jorge Fernandes – “Do Eldorado brasileiro ao “salto” para a Europa”. In *Revista História*. nº 4, Lisboa: suplemento do Jornal de Notícias, 2016, pp. 34-36.

⁶⁶ MATOS, Paulo Lopes; MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Base Demográfica”. In *Portugal e a instauração do Liberalismo*. A. H. De Oliveira Marques (Coord.), vol. IX – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 41.

⁶⁷ JÚNIOR, Caio Prado – *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. Brasil: Editôra Brasiliense LTDA., 1953, p. 253.

⁶⁸ LOPES, Maria Antónia – “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)”. In *Revista Portuguesa de História*. t. XXXV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2001-2002, pp. 389-419.

⁶⁹ JÚNIOR, Caio Prado, *ob. cit.*, 1953, pp. 253-267.

Segundo as estatísticas brasileiras, de 1820 a 1909, entraram no Brasil cerca de 702.419 milhões de portugueses⁷⁰. No panorama nacional Oitocentista, encontramos um país fortemente marcado pela intensa mobilidade populacional, reflexo das rápidas e constantes transformações económicas. Do ponto de vista da redistribuição populacional no mesmo período, Portugal foi alvo de uma pressão demográfica em zonas tipicamente rurais, da mesma forma que a implantação da indústria se mostrava como catalisadora demográfica⁷¹. Neste sentido, devido às dificuldades económicas marcadas pela falta de capitais⁷² e à penúria pública, as classes populares estavam condenadas à emigração⁷³. Este fenómeno era, portanto, visto como uma das causas da decadência nacional, que levou, já nos finais do século XIX, a tentativas de coartar esse movimento através de medidas de carácter repressivo, como a rigorosa emissão de passaportes, novas leis de recrutamento, policiamento dos navios e maior controlo na relação entre passageiros e tonelagem⁷⁴. Quem precisasse de um passaporte deveria proceder ao registo de identificação na administração do concelho, de acordo com o que estava devidamente estipulado pela portaria circular de 9 de janeiro de 1857. Esta declarava que todos aqueles que residissem fora da sede do distritotério de se legitimar na administração do concelho para conseguirem obter o passaporte no Governo Civil. Sobre cada requerente era explicitado a data do pedido de identificação, nome, filiação, estado conjugal, naturalidade, residência, idade, altura, configuração do rosto, boca e nariz, tom de pele, cor dos olhos, sobrolhos e cabelo, sinais, profissão, instrução e local para onde pretendia emigrar⁷⁵.

A grande parte da população portuguesa dirigia-se para o Brasil não apenas pela conjuntura favorável de povoamento e das potencialidades que oferecia, mas também por um conjunto de fatores ligados à cultura, aos costumes, à própria língua e às políticas de imigração⁷⁶. Quando os Estados latino-americanos se começaram a organizar como economias de exportação, baseadas em grandes plantações, o apelo à imigração em massa surge como uma solução barata para ajustarem a mão-de-obra às conjunturas económicas, de tal forma que alguns países não só começaram a legislar no sentido de favorecer a imigração europeia, como o Brasil, como chegam mesmo a

⁷⁰ COSTA, Affonso, *ob. cit.*, pp. 87-90.

⁷¹ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *ob. cit.*, 2008, pp. 398-412.

⁷² Ao longo do século XIX, a situação financeira foi sempre deficitária. Para além de uma primeira metade de século em constante guerra, que fez aumentar as despesas, perdia-se a principal fonte de rendimento até então, o ouro brasileiro. Com uma balança desproporcional quanto a receitas e despesas, o défice orçamental agravou-se de forma significativa; PROENÇA, Maria Cândida, *ob. cit.*, 2015, pp. 581-584.

⁷³ FIGUEIREDO, Octávio – “As Pulsões Económicas e Financeiras”, in *Portugal e a restauração*. A. H. De Oliveira Marques e Fernando de Sousa (Coord.), vol. X – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 173-182; SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, 2000-2002, pp. 370-371.

⁷⁴ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *ob. cit.*, 2008, pp. 413-416.

⁷⁵ Cf. LOPES, Maria Antónia, *ob. cit.*, 2001-2002, pp. 390-391.

⁷⁶ CARQUEJA, Bento – *O Povo Português: Aspectos sociais e economicos*. Porto: Livraria Chardron, 1916, pp. 405-406.

integrar esta política como obrigação constitucional, como no caso da Argentina⁷⁷. No caso brasileiro, na Província/Estado de São Paulo, por exemplo, assistiu-se a uma demanda de braços para a lavoura que levou a assembleia provincial a organizar um comitê que estudasse uma forma de receção aos imigrantes, planejando uma hospedaria⁷⁸. Tudo estava devidamente pensado e planeado de acordo com o cumprimento da legislação e da preocupação das autoridades locais⁷⁹.

O grosso dos portugueses que emigravam para o Brasil era constituído por indivíduos populares de condição humilde, incultos, que eram responsáveis pelos seus próprios encargos económicos⁸⁰. Embora se contabilizem entre os contingentes de emigrantes mulheres e crianças, eram os homens que tomavam, em grande número, a vanguarda. É o que podemos deduzir não só quanto ao seu papel de chefe de família, como a fuga ao serviço militar e, de certo modo, ao espírito aventureiro e disponível para enfrentar o destino em prol do agregado familiar⁸¹. A aspiração e a miséria eram, de facto, as molas impulsionadoras destas movimentações humanas. Aliás, no jogo entre a sociedade e o indivíduo estas duas faces da moeda acompanhavam continuamente o homem que se desenraizava para procurar longe da família o seu modo de sobrevivência, daí a emigração ter sido considerada pela sociedade um ato de libertação⁸².

Por entre aqueles que partiam, os jovens, com uma média de 15 anos de idade, viam a possibilidade de melhorar a sua vida, muitas vezes iludidos por promessas de engajadores⁸³. Contudo, como veremos mais adiante, não nos faltam casos de sucesso na emigração tradicional para o Brasil entre os jovens que, após terem rumado ao caixerato⁸⁴, experimentavam a ascensão social através do casamento com a herdeira do patrão, dando, deste modo, continuidade à casa,

⁷⁷ Cf. ALBORNOZ, Nicolás Sánchez – *La población de América Latina desde los tiempos precolombinos al año 2025*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, pp. 125-130; ALVES, Jorge Fernandes – “Terra de esperanças: O Brasil na emigração portuguesa”. In *Portugal e Brasil: Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, pp. 113-128; PEREIRA, Miriam Halpern – *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, pp. 15-21; WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti – “Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa”. In *Emigração/Imigração em Portugal*. Atas do colóquio, organização de Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira, Alges: Fragmentos, 1993, pp. 17-27.

⁷⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de – “Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação” – in *Revista População e sociedade: A emigração portuguesa para o Brasil*. Parte II, nº 14/15, Porto: (CEPESE) Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento, 2007, pp. 5-17.

⁷⁹ ALONSO, Blanca Sánchez – “The other europeans: Immigration into latin America and the international labour Market (1870-1930)”. In *Working Papers in Economic History*. Madrid: Instituto Figuerola de História Económica / Departamento de História Económica e Instituciones, 2007, pp. 2-33; Ver LAMOUNIER, Maria Lucia; LANZA, André Luiz – “A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930)”. In *Cadernos PROLAM/USP. Brazilian Journal of Latin American Studies*. Nº 26, Universidade de São Paulo, 2015, pp. 90-105.

⁸⁰ Ao contrário do que acontecia com outros emigrantes, que entravam no Brasil mediante contratos celebrados ou em nome do governo brasileiro – COSTA, Affonso, *ob. cit.*, 1911, pp. 89-90; FIGUEIREDO, Octávio, *ob. cit.*, 1993, p. 182.

⁸¹ LOPES, Maria Antónia, *ob. cit.*, 2001-2002, p. 390.

⁸² ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 2007, pp. 8-9.

⁸³ LEITE, Joaquim da Costa – “Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851-1973)”, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, pp. 1-5, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/JOAQUIM%20COSTA%20LEITE.pdf> (acedido a 20/01/2017).

⁸⁴ Ofício de caixeiro.

sendo instruído e educado para isso. Era este tipo de expectativas que muitos alimentavam à partida⁸⁵.

Independentemente das razões que levavam à emigração, foi com a criação das agências colonizadoras do Brasil, nos anos 30 do século XIX, que a Europa começou a perceber melhor que este fenómeno não podia ser visto como um ato isolado, ou individual, mas antes como algo muito mais complexo, pelo facto de ser um movimento entre dois polos muito distintos, o lugar de partida e o lugar de receção⁸⁶. Aliás, o conjunto de dispositivos ligados à prática emigratória está intimamente ligada à cultura familiar e comunitária que impelia o indivíduo à emigração⁸⁷. Num claro período de transformações e reestruturações dos padrões económicos e sociais, as necessidades individuais, alicerçadas em evidências reais de casos próximos de sucesso, acabavam, naturalmente, por gerar uma forte motivação para partir⁸⁸.

É fundamental termos consciência e o discernimento necessário para saber distinguir as diferentes formas de emigração. Alexandre Herculano considerava “*inconvenientíssimo*” confundir a emigração espontânea com a emigração forçada. Se esta nos remete para fatores que ultrapassam a vontade individual para sair, nomeadamente por graves problemas económicos que colocam em risco a sobrevivência pessoal e familiar, e, desprovido do conhecimento e do apoio necessário, o emigrante se lançava cegamente para fora da pátria, na primeira, a emigração espontânea, os emigrantes, sobretudo os mais jovens, sabem o que querem, como vão e onde vão, contando com apoio significativo de familiares e amigos que lhe concedem recomendações e, mais importante, proteção na nova etapa de vida⁸⁹.

Mergulhado num sistema que refletia o interesse dos grandes proprietários rurais, necessitados de mão-de-obra que trabalhassem os campos, o colono europeu começou a ser encarado como o substituto natural do escravo nas *rudes* fainas agrícolas, acabando por ser equiparado ao mesmo, numa altura em que o Brasil se confrontava com a progressiva extinção e abolição da escravatura⁹⁰. Este aspeto é extremamente interessante se recordarmos e associarmos o movimento de aproximação entre os dois polos, o lugar de partida e o lugar de chegada que aqui foi referido. Inserida num contexto internacional de grandes mudanças, a emigração transatlântica veio alterar as circunstâncias de decisão aos níveis individual, familiar e nacional⁹¹.

⁸⁵ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 2007, pp. 9-10.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁸⁷ ALVES, Jorge Fernandes – “Variações sobre o “brasileiro”: Tensões na emigração e no retorno do Brasil”. in *Revista Portuguesa de História: Portugal e Brasil: Rotas de Culturas*. t. XXXIII, vol. 1, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1999, pp. 195 -199.

⁸⁸ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 2007, pp. 14-15.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 15; ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 2001, pp. 113-128; COSTA, Affonso, *ob. cit.*, 1911, pp. 89-90; FIGUEIREDO, Octávio, *ob. cit.*, 1993, p. 182.

⁹⁰ JÚNIOR, Caio Júnior, *ob. cit.*, 1953, pp. 258-271; SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, 2000-2002, p. 367.

⁹¹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, nº 4, 2016, pp. 36-37.

Nas palavras de Jorge Fernandes Alves, toda esta dinâmica do processo emigratório se resumiu a cinco revoluções. A revolução demográfica, a revolução agrícola, a revolução industrial, a revolução liberal e a revolução dos transportes. Estas, em graus e dinâmicas diferentes, geraram condições favoráveis a fortes impulsos de mobilidade, tanto na perspectiva da expulsão/atração como na criação de oportunidades individuais que estimularam as relações interpessoais que segregaram redes e cadeias migratórias. Foi com a estruturação do novo sistema económico e social que emergiu um amplo mercado de trabalho, a que respondeu a emigração. Portanto, o emigrante assume-se, simultaneamente, como produto e produtor deste mesmo sistema, contribuindo para o reequilíbrio entre espaços distintos⁹².

Apesar de extensíveis a todo o território português, as saídas para o Brasil marcaram fortemente as regiões do Norte e Centro do país⁹³. Perante a realidade povoadora que mencionamos anteriormente, é preciso clarificar que nem todos os que partiam tinham como objetivo satisfazer as necessidades de falta de mão-de-obra nos campos agrícolas. Tradicionalmente, dirigindo-se para as cidades com propósitos mercantis, sobretudo no comércio a retalho, um número significativo de emigrantes acabava por encontrar os caminhos da fortuna que lhes davam notoriedade e prestígio social⁹⁴. Eram estes que mais sentiam na pele as tensões nativistas, também conhecidas como lusofobia. O facto de os imigrantes constituírem, de forma claramente maioritária, o operariado brasileiro, levou, sobretudo depois da independência do Brasil, ao acentuar das animosidades, com sentimento de desforra, carregado de preconceito, de xenofobia colonial que fazia emergir o delírio nacionalista⁹⁵.

Uma passagem no *Argos Maranhense*, jornal liberal brasileiro, é esclarecedora desta tensão, sobretudo no que toca ao ramo comercial: “São mais protegidos [os imigrantes] do que nós no comércio, dedicam-se exclusivamente a ele, e além dos tropeços que encontramos em uma legislação incoerente com os interesses nacionais, opõem-nos uma barreira insuperável e impedem que brasileiro algum se possa proficuamente ocupar neste ramo de indústria”⁹⁶. Este problema acabou por ser diagnosticado por Oliveira Martins como um mau entendimento da liberdade do trabalho⁹⁷. Esta conflitualidade é, no entanto, bastante elucidativa quanto ao processo de fácil

⁹² Idem, *ibidem*, p. 37.

⁹³ ARROTEIA, Jorge Carvalho, *ob. cit.*, 1947, pp. 25-26; ALVES, Jorge Fernandes – “A emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”. Comunicação apresentada à conferência «Long distance migrations (1500-1900)», Madrid: Organização da Comissão Internacional de Demografia Histórica, Agosto de 1990, pp. 267-282.

⁹⁴ SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, 2000-2002, pp. 366-367.

⁹⁵ CALMON, Pedro – *História Social do Brasil*. t. 2, 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, pp. 20- 25; ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, nº XXXIII, vol. 1, 1999, pp. 203-207; Ver CARVALHO, Marcus – “o antilusitanismo e a questão social em Pernambuco (1822-1848)”. In *Emigração/imigração em Portugal – Atas do Colóquio*. Lisboa: Fragmentos, 1993, pp. 145-170.

⁹⁶ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, nº XXXIII, vol. 1, pp. 203-204.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 205.

integração e de ascensão social dos portugueses recém-chegados que, pela valorização de uma cultura de trabalho iniciada precocemente e acompanhada por brasileiros e/ou negociantes portugueses que promoviam contactos locais, constituíam um entrave à ascensão de brasileiros nos meios de negócio⁹⁸.

Neste processo, de origem predominantemente litoral, a fase urbana é decisiva, na medida que propicia aprendizagens e a inserção nas redes comerciais. Esta componente comercial da emigração portuguesa acabou por ser duradoura, surgindo primeiro com o comércio do açúcar, intensificando-se com a descoberta do ouro, ultrapassando a fase colonial para prosseguir durante o século XIX, independentemente das transformações institucionais provocadas pela independência. Foi a partir deste núcleo comercial que muitos emigrantes retornaram a Portugal, fugindo, muitas vezes, às hostilidades provocadas pelos tumultos antiportugueses, assumindo comportamentos exóticos e exibindo a sua riqueza invulgar⁹⁹.

Este clima de lusofobia era por si só justificativo de algum retorno. De acordo com algumas análises, os números relativos à partida e ao retorno acabam por coincidir, embora, naturalmente, houvesse períodos de maior e menor retorno, de acordo com a conjuntura. No entanto, analisando dados de meados do século XIX, da relação entre os desembarques em Pernambuco e o Pará, a média de portugueses que retornaram ao país foi de 40 a 50%, podendo oscilar entre os 40 a 60%¹⁰⁰. Em concordância com os mesmos resultados, com um trabalho profundo e direcionado sobre os dados fornecidos pelo Inquérito Parlamentar da Emigração de 1873 e as estatísticas brasileiras de 1885-1893, Oliveira Martins avalia o retorno igualmente na casa dos 50%¹⁰¹. Contudo, resposta mais elaborada deu o governador-civil do Porto, Tabner de Moraes, que dá conta de uma porção de retorno de 40%, não fugindo, portanto, aos dados anteriores, em que 20% vinham sem riquezas significativas, 15% com pequenos capitais para estabelecerem a sua indústria ou comprarem propriedades nas localidades de onde eram naturais, e 5% com boas fortunas¹⁰².

Dos que partiam, cerca de metade acabava por regressar. No entanto, se atendermos ao estudo do governador-civil do Porto e à multiplicidade de casos, compreende-se a forma como Jorge Fernandes Alves distingue os diversos tipos de retorno, tendo em conta a predisposição emergente das várias situações, atendendo a fatores como a idade, a situação económica, os projetos, a interiorização do nível de sucesso ou insucesso e a consequente capacidade de

⁹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 205-207.

⁹⁹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1990, pp. 270-271.

¹⁰⁰ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, pp. 207-208.

¹⁰¹ MARTINS, J.P. de Oliveira – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães & C^a, 1956, pp. 240-246.

¹⁰² ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, pp. 208-209.

reintegração¹⁰³. De acordo com estes princípios, podemos falar de *retorno de fracasso*, constituído por emigrantes que não conseguiram vingar sob ponto de vista laboral e que, no regresso, não se conseguiram (re)integrar na sociedade, e o *retorno de conservantismo*¹⁰⁴, associado àqueles que, embora tenham alcançado um nível de sucesso considerável, mantinham-se fiéis aos seus comportamentos tradicionais e no desejo de regressarem para um estabelecimento próprio, em pequenos negócios ou serviços¹⁰⁵.

Para além destes tipos de retornos, podemos falar de outros dois tipos, mais ligados à ociosidade e aos investimentos, resultado de uma emigração bem-sucedida, que se traduziu em avultadas somas de dinheiro e aumento do conhecimento e experiência no ramo profissional. Neste sentido, estamos perante o *retorno de jubilação*, onde os emigrantes, conscientes da sua idade avançada que lhes possibilitasse novas adaptações, voltavam para viver das suas economias, aproveitando de forma ociosa o que lhes restava da vida, e o *retorno de inovação*, em referência aos emigrantes que aproveitavam a sua experiência para melhorar os seus conhecimentos e qualificação profissional, investir, desenvolver as suas terras de origem segunda a lei do progresso e, do ponto de vista social, apostar numa reinserção mais direta e eficaz na sociedade¹⁰⁶.

Não podemos, contudo, cair no erro de apontar o ambiente de lusofobia como o único e exclusivo motivo para o retorno do emigrante¹⁰⁷. Como bem disse Irene Vaquinhas numa aula de *História Contemporânea de Portugal*, “se os emigrantes retornavam porque tinham amealhado o suficiente para uma vida digna, não nos podemos esquecer do espírito saudosista que os caracterizava e que os fazia regressar”. Regressar era um dos principais objetivos do emigrante Oitocentista português. A forma como esse emigrante era recebido e encarado aquando do seu regresso corresponde à outra face deste processo emigratório, levando-nos a falar de um outro tipo de conflitualidade, então com a sociedade de origem¹⁰⁸.

Se o emigrante se apresentasse sem riqueza significativa, tão pobre quanto partira, esperava-lhe os olhares de gozo, as palavras irónicas e sarcásticas, de uma sociedade que os ignorava e desprezava. Por seu turno, se o emigrante retornasse com riqueza significativa, pronto a demonstrar através de obras locais todo o seu poder económico e todo o seu espírito solidário, não só

¹⁰³ ALVES, Jorge Fernandes – “O «Brasileiro» Oitocentista e o seu papel social”, pp. 257-259, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6391.pdf> (acedido a 9/02/2017). Ver BOHNING, W.R. – *Studies in International Labour Migration*. Londres: Macmillan, 1984, pp. 165-190.

¹⁰⁴ Cf. GONZÁLEZ, Luis Borreguero – “El retorno en la emigración: problemas y posibles soluciones”. In PEREZ, José Cazorla – *Emigración y retorno: una perspectiva europea*. Madrid, Instituto Español de Emigración, 1981, pp. 225-242.

¹⁰⁵ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, pp. 258-259 – <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6391.pdf> (acedido a 10/02/2017).

¹⁰⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 259.

¹⁰⁷ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, p. 207.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p.214.

encontrava a admiração popular, afirmando-se como um verdadeiro exemplo e janela de oportunidade, como acabava por ser vítima do génio da elite intelectual portuguesa. Aos primeiros, a sociedade rotulava-os de *abrasileirados*, portanto, aqueles que não trouxeram mais que um tom de pele mais escura proporcionado pelo clima. Aos segundos, num misto de respeito e ironia, batizavam-nos de *brasileiros*¹⁰⁹. Ramalho Ortigão bem o traduz:

*“Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribo, sem pátria que os adopte, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhes galegos. São esses que aí vão – de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas”*¹¹⁰.

¹⁰⁹ Cf. *idem, ibidem*.

¹¹⁰ ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. X, Lisboa: Clássica Editora, 1922, p. 21.

3.1.1. O BRASILEIRO

A ideia que o fenómeno emigratório, na sua complexidade, colocava em causa a nossa imagem enquanto país e povo acabou por marcar a imagem destes emigrantes que partiram para o Brasil. Vão perdurando algumas discussões sobre os fatores tidos em conta e os instrumentos utilizados para caracterizar estes *brasileiros*, existindo, por vezes, a ideia que este rótulo apenas era colocado sobre o emigrante que regressava com significativa fortuna. Contudo, importa compreender os passos que poderão estar por trás dessa designação. Neste ponto, foi com entusiasmo que identificamos e *apadrinhamos* a questão colocada por Nuno Valério: “*Por que é que só a imagem do “brasileiro” rentista e ostentador da sua riqueza perdurou?*”¹¹¹.

O que está aqui em causa é o processo de identificação do *brasileiro* em si, de acordo com o seu sucesso, ou não, e dos seus comportamentos. Para isso, é fundamental associarmos e lembrarmos os passos e as consequências deste fenómeno. Figura central da história social do Portugal Oitocentista, alvo de inúmeros estudos sociológicos com base em diferentes fontes, é preciso compreender o conceito mediante três pontos essenciais¹¹². A partida, a permanência – e aqui a forma como a sociedade de acolhimento retrava o emigrante – e a chegada.

Não se sabendo ao certo quando começou a circular esse epíteto, cremos que no que diz respeito ao ponto de partida todos os emigrantes eram vistos como *brasileiros*, embora as suas condições de regresso viessem mais tarde a confirmar, ou não, esta alcunha. As palavras de Alexandre Herculano corroboram esta reflexão quando refere “*que o vocábulo “brasileiro” se applicava àquele que não tendo nascido no Brasil, tinha saído de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre (...)*”¹¹³. A sociedade da terra de acolhimento, sobretudo os intelectuais brasileiros, acabava por não aceitar, nem se identificar com aquilo que era o estereótipo desta personagem, deixando reflexões sobre a forma como eram caracterizados os emigrantes. Guilhermino César e Afrânio Peixoto falam mesmo de “*avesso de uma personagem tipo*” e “*injustiça na utilização deste vocábulo*”, respetivamente¹¹⁴.

Por último, o regresso. Era aqui, novamente na terra de origem, que a designação encontra a sua razão de ser, surgindo como resultado da expressão da sociedade Oitocentista portuguesa e da sua mentalidade. É a partir da literatura portuguesa que, de facto, se vai desmistificando alguns

¹¹¹ VALÉRIO, Nuno – “A imagem do “brasileiro” na obra de Júlio Dinis”. Comunicação apresentada ao 1º Congresso Português de Sociologia Económica. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social (GHES), 1998, p. 4.

¹¹² Idem, *ibidem*, pp. 3-4.

¹¹³ MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda Braga da C. – “Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal – finais do século XIX e inícios do XX”. In *Navegar*. vol. 1, nº1, 2015, pp. 123-124.

¹¹⁴ Cf. idem, *ibidem*.

pressupostos sobre os princípios e as características sociais que singularizam o emigrante português. Dela ficou a imagem do homem pobre, rústico e analfabeto que, na sua ignorância, se tornou presa fácil e desprevenida nas mãos de engajadores, mas que, depois de fazer fortuna do outro lado do Atlântico, retornou à terra de origem exibindo o seu sucesso¹¹⁵.

Creemos que o sucesso se assumia como fator chave para *rotular* definitivamente o emigrante. *Brasileiro* seria então a designação para aquele que regressava exibindo os seus luxos, comportamentos e hábitos que, diferentes dos residentes, vincavam a sua posição. O que chegava era um Ser diferente daquele que havia partido – quer regressasse rico ou não. Estamos perante um estereótipo bem característico, desde o exotismo da língua e do vestuário, a ostentação dos adereços e dos sinais exteriores de riqueza¹¹⁶. No entanto, se lembrarmos os diferentes tipos de retorno que atrás referimos, podemos também apontar algumas imagens diversificadas dos *brasileiros* se recorrermos à literatura do século XIX português.

Se olharmos para a obra de Júlio Dinis, encontramos três tipos de *brasileiro*. O *brasileiro rentista*, o emigrante abastado que vivia fundamentalmente de rendimentos da propriedade mobiliária e imobiliária, o *brasileiro empresário*, também ele relativamente abastado que vivia de rendimentos de empresas, e o *brasileiro fracassado*, ou *abrasileirado*, a quem a sorte do outro lado do Atlântico não sorriu. A mensagem que a literatura nos apresenta contribuiu para a uniformização do modelo do *brasileiro rentista*, que assim oculta a diversidade rica desta personagem. Contudo, há ainda o fator sociológico para esta uniformização das características do *brasileiro*. O *brasileiro rentista*, com o seu desafogo económico, a sua ociosidade e o seu consumo ostentatório, constituía, provavelmente, uma maioria entre *brasileiros*. Portanto, é natural que a figura que correspondia à maioria e ao tipo mais impressionante de *brasileiros* perdurasse mais do que as figuras que correspondiam à minoria e aos tipos menos destacados¹¹⁷.

Este estereótipo foi-se instalando em Portugal, especialmente no Norte do país, região de onde partia o maior fluxo de emigrantes para o Brasil. Neste processo de reconhecimento social por altura da reintegração, pesa o papel e a obra do próprio *brasileiro* no espaço, com clara intenção de deixar marca que perdure no tempo. A questão da riqueza encontrava-se intimamente ligada ao tipo de trabalho e, sobretudo, ao tempo de permanência em solo brasileiro. A grande maioria dos que geravam fortuna estavam ocupados nas áreas do comércio e da negociação, compostas por uma

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 123.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 124.

¹¹⁷ VALÉRIO, Nuno, *ob. cit.*, 1998, pp. 5-15. A compreensão desta diversidade dos *brasileiros* acaba por ser fundamental se tivermos consciência que nem todos estavam em condições de investir em grau de igualdade e com riscos elevados – ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, p. 216; ALVES, Jorge Fernandes – “O «brasileiro» oitocentista – representação de um tipo social”. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.) – *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004, pp. 193-196.

faixa etária de emigrantes mais jovens que por lá permaneciam, em média, cerca de 20 anos¹¹⁸. Estes emigrantes de *torna-viagem* contribuíram para uma transformação paisagística dos centros populacionais, sobretudo nas áreas económicas, sociais e até culturais¹¹⁹.

Para além dessa dinamização local, foi através das remessas monetárias que se começou a detetar a influência social do *brasileiro*. Rapidamente o envio dessas remessas permitiu o equilíbrio da balança de pagamentos e, conseqüentemente, a criação de bancos na década de 1860, devido à abundância de capitais¹²⁰. Como afirma Eduardo Lourenço, no aspeto económico, “o Brasil esteve para Portugal como um espaço compensatório que nos permitiu economizar o penoso dever de palpar a nossa pequenez”¹²¹. Mas mesmo neste papel dinamizador encontramos visões e discussões distintas. Se para Alexandre Herculano era à indústria, à cultura e ao comércio do país que o *brasileiro* atirava o ouro que ajuntou, para Ramalho Ortigão o emigrante que regressava apenas trazia à pátria o dinheiro, a ociosidade e a propensão para gozar, preferindo destacar e enfatizar o trabalho deste no Brasil¹²².

Apesar do tom pejorativo com que Ramalho Ortigão se refere ao papel do *brasileiro*, não deixa de ser verdade que ao investir, ao desenvolver, ao dinamizar, o emigrante tem outra intenção. Aproveitar para mostrar o seu estatuto e a sua grandeza. Já o demonstramos anteriormente, mas também o vemos nos dias de hoje, embora a uma escala menor e aplicados em recursos e/ou instrumentos que no século XIX eram meras utopias. Independentemente das opiniões, cremos que as palavras de Alexandre Herculano correspondem, de forma mais direta, àquilo era o papel dinamizador e a ação social do emigrante de *torna-viagem*.

É fundamental compreender e reconhecer que ao regressar, o emigrante rompia os horizontes paroquiais, impulsionando a tal transformação paisagística, não só a natural como a social. Tornava-se um construtor de modernidade, um inovador, adepto confesso do progresso, e veiculador de ideias novas¹²³. Divulgador de novidades, apropriando-se da imprensa diária e local, é também na filantropia, colaborando nos dispositivos tradicionais de assistência, que contribui para a criação de novas iniciativas e apoiando outras existentes. É também no apoio aos jovens, nomeadamente na construção de escolas, que se deve procurar as principais características e o polo de ação destes emigrantes¹²⁴.

¹¹⁸ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: Emigração e retorno no Porto Oitocentistas*. Porto, 1994, pp. 266-274.

¹¹⁹ SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, pp. 372-373.

¹²⁰ Na década de 70, as remessas dos emigrantes portugueses atingiam os 3000 contos anuais – cerca de 15 mil euros – e na década seguinte cerca de 15 000 – 75 mil euros; ver PROENÇA, Maria Cândida, *ob. cit.*, p. 582.

¹²¹ LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. 5ª ed., Lisboa: publicações Dom Quixote, 1992, p. 41.

¹²² Cf. ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, p. 215.

¹²³ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, pp. 215-216. Ver ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, pp. 257-296 - <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6391.pdf> (acedido em 10/02/2017)

¹²⁴ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, p. 216.

No campo económico, sobretudo a partir da década de 1860, intensificaram-se as participações no ramo empresarial, nos bancos e nos seguros, sobretudo nos concelhos do Norte de Portugal. Os dados dos inquéritos industriais da sobredita década e de 1880 são esclarecedores da importância dos recursos económicos no panorama económico português. Se naquela primeira década surgiram inúmeras lamentações quanto à falta de canalização dos capitais da emigração para a indústria, na segunda já se reconhece o papel destes capitais vindos do Brasil, sobretudo na dinamização das indústrias do Norte, como no desenvolvimento da agricultura e na valorização da propriedade¹²⁵.

Sendo os negócios a atividade de excelência desta *classe* de abastados, a área onde recaiu maior investimento foi na indústria, acompanhando, devidamente, os progressos da mesma e contribuindo de forma ímpar para o desenvolvimento nacional e local, pelas oportunidades que representaram para a população ¹²⁶. Neste sentido, cremos que as críticas dos *publicitas* da economia e da política não encontram fundamento quando referem que a veia filantropa e investidora destes não chegava. Acusavam-nos mesmo de “ações de fachada”¹²⁷ com vista à sua promoção, responsabilizando-os por incentivarem à emigração¹²⁸.

Como hoje, cada um deve assumir os seus objetivos, os seus sonhos e os seus modelos a seguir, portanto, é natural que o exemplo dos *brasileiros* levassem os seus contemporâneos a tentar, de igual modo, a sua sorte. Independentemente da mensagem que o emigrante de *torna-viagem* pretendia transmitir com sua capacidade para investir, não podemos questionar o seu papel impulsionador e dinamizador daquilo que era o espaço, sobretudo do ponto de vista económico, social e cultural. Só uma política e um espírito empreendedor possibilitaram que muitos destes marcos chegassem até aos nossos dias, desde romarias locais, lugares de assistência, como as misericórdias e os hospitais, as escolas, as redes rodoviárias e a indústria.

¹²⁵ MÓNICA, Maria Filomena – “Capitalistas e industriais, 1870-1914”. In *Análise Social*. 3ª série, nº 99, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 819-863. ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, pp. 216-217; ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, pp. 274 e seg.

¹²⁶ Idem, *ibidem*.

¹²⁷ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, t. XXXIII, vol. 1, p. 220.

¹²⁸ LEITE, Joaquim Costa – “Informação ou propaganda? Parentes, amigos e empregadores na emigração Oitocentista”. In *Emigração/imigração em Portugal – Actas do Colóquio*. Lisboa: Fragmentos, 1993, pp. 98-107.

3.2. REGRESSAR E INVESTIR: A INDÚSTRIA

Nos dias que correm, as trágicas notícias que anunciam as falências e os consequentes despedimentos dos operários fabris revelam uma sociedade mergulhada na estagnação económica e social. No entanto, importa referir, até por uma questão pedagógica, que a indústria encontra o seu lugar na História como resultado de um processo científico, populacional, político e económico, como resposta às necessidades de um mundo e de um homem cada vez mais complexo. Portanto, jamais poderemos exigir um sector industrial perfeito, porque ele é composto e pensado por homens, Seres, por natureza, imperfeitos. Jamais poderemos reivindicar uma indústria sã enquanto ela continuar dependente das mutações sociais, económicas e políticas. Contudo, seremos tanto ou mais atenuadores destes problemas, quanto maior for o nosso conhecimento deste processo. A História, para isso contribui.

Enquanto processo, que podemos acompanhar desde os tempos medievos, embora com outra dimensão e características, a indústria portuguesa apresenta-se como questão *multissecular* e faz-nos recorrer às palavras plasmadas na obra de Bento Carqueja, *O Capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal*, onde o autor compara a nação portuguesa a um autêntico “*crivo através do qual passam imensas riquezas, sem deixar signal*”¹²⁹. A conceção que hoje possuímos de indústria transcende a conceção de há 500 anos atrás, continuando a existir, entre os historiadores, algumas discussões acerca das teorias industriais e a própria evolução do capitalismo. Insiste-se na tese *multissecular* da indústria, como processo que vai transformando a vida dos povos e penetrando de forma racional em todos os sistemas de produção¹³⁰. Se considerarmos a indústria na sua forma mais lata, como sendo toda a atividade que concorre para a transformação de matérias primas e para a produção de riquezas, podemos, então, abordá-la, em contexto medieval, sob a forma de artesanato doméstico¹³¹.

Esse mesmo processo laboral concentrava-se em pequenas oficinas/tendas, que funcionavam como *fábricas* de transformação e lojas de venda, alinhando-se lado a lado segundo as respetivas profissões, compostas por um número reduzido de mestirais que, em comparação com a população

¹²⁹ CARQUEJA, Bento – *O Capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1908, p. 131.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 217.

¹³¹ MARQUES, A. H. de – “Indústria”. *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (Dir.), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002, p. 301.

agrícola, não ultrapassava os 10%¹³². Estas oficinas caracterizavam-se pela sua dispersão por todo o país, com o exclusivo de satisfazer o consumo local da maioria da população. Neste sentido, é difícil avaliar quais seriam as principais *indústrias* no panorama económico português neste período, embora se saiba que as atividades ligadas à confeção do vestuário, à construção civil, ao mobiliário e à produção de alfaias agrícolas e domésticas, eram as principais atividades, porque encontravam-se intimamente ligadas às necessidades mais básicas da população. As próprias técnicas empregadas não devem ter variado muito ao longo deste período¹³³.

A organização corporativa da *indústria* medieval portuguesa não começa antes dos finais do século XV. Nos séculos XIII, XIV e parte do XV, foi ao Clero, aos Templários e aos Judeus que coube o predomínio capitalista, pelas doações alcançadas por uns, e pela ambição e sagacidade de outros¹³⁴. É a partir do século XVI que se nota uma autêntica concentração capitalista em Portugal, com o estabelecimento de monopólios. A ampliação do mercado privilegiado – Lisboa – e o desenvolvimento de outros também importantes – como Coimbra, Porto e Braga –, tiveram uma importância significativa na organização industrial. Se em certas localidades levaram os mesteiros a intervir na administração municipal, não é menos verdade que estes, além de terem aumentado, começaram a organizar-se em corporações disciplinares¹³⁵. Os próprios preços dos produtos industriais foram devidamente tabelados, num claro esforço de controlo. Contudo, o sistema industrial continuava a visar, somente, a organização da pequena produção rural¹³⁶.

Com um clima de crise iminente nos finais do século XVI, inícios do século XVII, Portugal começou a sentir os efeitos de uma política de desregramento no que à economia dizia respeito, pela forma como não sabia gerir devidamente os recursos que chegavam ao reino. No mesmo período, as teorias mercantilistas começaram a emergir, sobretudo com políticas mais agressivas, impondo a compra e, inicialmente, demonstrando um carácter exclusivamente comercial¹³⁷. Perante esta conjuntura, no último quartel do século XVII português, viviam-se dois fenómenos depressivos. Por um lado, o excesso de importações de produtos estrangeiros e, por outro, a consequente baixa de produtos nacionais de exportação¹³⁸.

¹³² Idem, *ibidem*, pp. 301-302.

¹³³ Idem, *ibidem*, pp. 302-304.

¹³⁴ CARQUEJA, Bento, *ob. cit.*, 1908, pp. 217-218.

¹³⁵ Esta regulamentação corporativa incidia, igualmente, num exame de habilitação para ofício e à determinação de taxas sobre as mercadorias e a própria profissão; ver MACEDO, Jorge Borges de – “Indústria”. *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002, p. 304.

¹³⁶ Idem, *ibidem*; ver, ainda, CARQUEJA, Bento, *ob. cit.*, 1908, p. 218.

¹³⁷ MACEDO, Jorge Borges de, *ob. cit.*, 2000-2002, pp. 305-306. Ver, ainda, CARQUEJA, Bento, *ob. cit.*, pp. 218-219.

¹³⁸ A segunda fase do século XVII foi, igualmente, marcada por uma baixa geral de toda a Europa, o que levou a uma guerra económica, com vista à derrota da concorrência; MACEDO, Jorge Borges de, *ob. cit.*, 2000-2002, p. 306.

Dadas as circunstâncias, a partir dos finais do século XVII assiste-se a uma verdadeira política industrial¹³⁹, teorizada por Duarte Ribeiro de Macedo, que surge como forma de combater a produção estrangeira, seguindo, essencialmente, quatro eixos. O primeiro passava pela produção de artigos importados, o segundo previa a montagem de manufaturas aplicadas aos ditos artigos, de forma a concorrer com a produção estrangeira, dotar as unidades produtivas de um aparelho comercial próprio para escoar a produção, e, por último, pretendia-se uma organização da pequena produção¹⁴⁰.

Na viragem do século XVII para o século XVIII, o ouro brasileiro ajudou a eliminar o problema de endividamento, da mesma forma que o vinho do Porto dava garantias económicas pela sua colocação no mercado britânico. Estes fatores atenuaram, indubitavelmente, os problemas industriais e a preocupação que o governo português tinha com a questão financeira. Numa iniciativa mais privada do que aquela que se processou com o Conde de Ericeira, deu-se uma segunda organização manufatureira que acompanhou a cobrança das dificuldades dos quintos e dos problemas que a sua recolha implicou, da mesma forma que contactou com a posição de neutralidade industrial imposta por D. João V, que lhe conferia uma certa autonomia¹⁴¹.

Depois da sumptuosidade do reinado do rei *magnânimo*, iniciou-se mais um processo de crise económica geral, que trazia de novo à tona as preocupações sobre a capacidade de pagamento dos produtos importados. Depois das medidas tomadas com vista às melhorias económicas, o Estado não podia ir muito mais longe. Por altura da morte de D. João V, as receitas públicas não passavam de 97.700:000 cruzados e a fonte de receita mais importante era o ouro brasileiro¹⁴². Este cenário levou o governo pombalino a tentar inverter a situação, melhorando a indústria nas zonas citadinas e facilitando o acesso da produção provinciana aos mercados da costa. As medidas industriais acabaram por se intensificar a partir de 1770. As modalidades técnicas e legais continuaram a ser tradicionais, da mesma forma que não se alterou a base técnica, ou orgânica, do trabalho industrial, então resignado à oficina, fator que demonstra uma certa *falsa* orientação económica de Sebastião José de Carvalho e Melo¹⁴³.

As medidas industriais pombalinas revelam uma clara intervenção direta do Estado na indústria, sobretudo com a criação da Real Junta do Comércio. Neste período, Portugal adotava as doutrinas de Colbert, que compreendia a proteção do trabalho nacional por meio de monopólios, privilégios e favores. Podemos mesmo apontar que de 1770 a 1777, a Junta do Comércio concedeu

¹³⁹ Não confundir com a criação da indústria em Portugal.

¹⁴⁰ Para compreender a distribuição do mundo industrial português neste período, sobretudo sob o ponto de vista geográfico, veja-se MACEDO, Jorge Borges de, *ob. cit.*, 2000-2002, pp. 306-307.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 307.

¹⁴² CARQUEJA, Bento, *ob. cit.*, 1908, pp. 126-127.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 135. Ver, MACEDO, Jorge Borges de, *ob. cit.*, 2000-2002, p. 307.

um número significativo de licenças, duas ou três vezes superior ao registado na década anterior, numa intervenção com grande impacto geográfico¹⁴⁴.

Contudo, a queda de Sebastião José de Carvalho e Melo, em 1777, determinou uma diminuição significativa da intervenção direta do Estado no sector industrial, notando-se uma tendência liberalizadora que implicou a venda ou concessão à exploração privada de muitas das unidades de produção industrial¹⁴⁵. O governo de D. Maria I acabou por extinguir a Junta do Comércio, criando, em 1778, a Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres¹⁴⁶, com um inspetor e quatro deputados¹⁴⁷.

A organização tipicamente artesanal e regionalista que caracterizou toda a evolução da indústria portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, começou a dar sinais de impotência face aos novos ventos industriais que corriam na Europa, sobretudo em Inglaterra. Ao contrário daquilo que muitas vezes se pretende fazer crer, a industrialização britânica não resultou de um programa preestabelecido, mas de condições socioculturais favoráveis. Resultou unicamente de operações de um conjunto de firmas comerciais competitivas que procuravam defender os seus próprios interesses, num quadro institucional extremamente favorável a um funcionamento integral e livre das forças do mercado¹⁴⁸. Esta transformação industrial britânica surgiu numa conjuntura particular do desenvolvimento do capitalismo. Representou o movimento do capital da esfera da circulação para a do controlo da produção, coincidindo com uma alteração técnica que consistiu na passagem das ferramentas manuais para a máquina¹⁴⁹.

Com a revolução industrial inglesa, a industrialização envolveu uma utilização mais produtiva dos fatores de produção, graças à introdução de novas técnicas que davam mais perspetivas de lucro. Contudo, os países que não acompanharam, num primeiro momento, os ventos industriais ingleses, começaram a sentir graves problemas no escoamento dos seus produtos, uma vez que esta nova corrente industrial contribuiu para a redução dos preços, que assim penetravam facilmente nos diversos países, concorrendo, sem grande diferença, com os preços

¹⁴⁴ RAMOS, Rui (coord.), *ob. cit.*, 2010, pp. 413-414; ver, ainda, CARQUEJA, Bento, *ob. cit.*, 1908, pp. 142-143.

¹⁴⁵ RAMOS, Rui (coord.), *ob. cit.*, 2010, p. 413.

¹⁴⁶ Posteriormente, este organismo transforma-se na *Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações destes Reinos e Seus Domínios* – MACEDO, José Borges de, *ob. cit.*, 2000-2002, p. 309.

¹⁴⁷ CARQUEJA, Bento, *ob. cit.*, 1908, pp. 144-15.

¹⁴⁸ KEMP, Tom – *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*. Lisboa: Edições 70, 1985, pp. 17-20.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 20-21. Lembremos uma expressão de Eça de Queirós para melhor *visualizarmos* esse mundo industrial britânico; «*cada palmo de chão que a Inglaterra ocupa entra no movimento universal da indústria e do comércio*» – QUEIRÓS, Eça de – *Ecoss de Paris*. Lisboa: Planeta de Agostini, D.L., 2006, p. 72; COSTA, Hermes Augusto – “O trabalho e os ‘espíritos do capitalismo’. Como conciliar a ‘legitimidade’ capitalista calvinista com a justiça laboral? O diálogo entre o velho e o novo”. In *Visão Histórica – O trabalho ao longo dos tempos*. nº 34, Lisboa: MEDIPRESS, março de 2016, pp. 40-41.

nacionais¹⁵⁰. Perante este quadro, Portugal começou, nos inícios do século XIX, a enfrentar novos desafios, bem diferentes daqueles que enfrentara nas incursões Além Mar.

Nas palavras de alguns economistas de então, a sobrevivência da indústria portuguesa dependeria da sua capacidade de adaptação à nova realidade técnica, que representaria uma mudança de paradigma estrutural, bem como da alteração à sua posição no conjunto económico. A dificuldade em introduzir a maquinaria na rede industrial portuguesa, nos inícios do século XIX, demonstra de forma evidente os problemas nacionais. No entanto, outros problemas se colocavam, nomeadamente quanto ao elevado custo que essa aposta implicava e a necessidade de uma indústria de vulto, dotada de técnicos especializados¹⁵¹. O impacto da produção resultante das transformações técnicas do fim do século XVIII sobre a estrutura oficial e manufatureira foi extenso e profundo, transcendendo as ideias tradicionais do impacto da abertura dos portos brasileiros, as invasões francesas e as lutas civis. A desarticulação da estrutura económica deixou o país numa situação bastante ruínosa¹⁵².

Em Portugal, podemos falar de indústria, numa conceção moderna, depois das guerras liberais. Alcançada a paz, assistiu-se a um crescimento gradual de todos os meios de produção, sobretudo depois da introdução de máquinas a vapor, por volta de 1835¹⁵³. As próprias evoluções dos preços industriais de ano para ano revelam este ritmo da indústria portuguesa¹⁵⁴. Mais, a partir da supracitada data, registou-se um aumento do investimento particular que veio a acentuar a divisão técnica do trabalho. Neste período, o conjunto de atividades artesanais, ainda existentes, foram esmagadas por este novo surto industrial, que se concentrou em duas ou três zonas do país; Lisboa-Barreiro-Setúbal e Porto-Guimarães, com destaque para os investimentos e a ação empresarial dos *brasileiros*, acentuando, desta forma, os desequilíbrios regionais do continente português¹⁵⁵.

A produção industrial portuguesa estava dependente das condições do mercado interno, no que toca à oferta e à procura, ou seja, quanto à capacidade da mão de obra em se dedicar a

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, pp. 22-23; ver, MACEDO, José Borges de, *ob. cit.*, 1985, p. 309; LAINS, Pedro – “As raízes da Revolução Industrial”. In *Visão Histórica – O trabalho ao longo dos tempos*. nº 34, Lisboa: MEDIPRESS, março de 2016, pp. 44-47.

¹⁵¹ MARQUES, A.H. de – “A Revolução Técnica”, in *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. A. H. De Oliveira Marques (Coord.), vol. IX – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 47-49.

¹⁵² MACEDO, José Borges de, *ob. cit.*, 2000-2002.

¹⁵³ Ver o Catálogo dos Produtos apresentados na exposição de 1844, para compreender os números do aumento da produtividade industrial depois de 1849; BATALHA, A.R. – *Catálogo dos Productos apresentados a Exposição quadrienal de 1844 nas salas da sociedade promotora da Industria Nacional, com relação de todos os objectos expostos. Os nomes e moradas de seus principaes Artistas, Fabricantes e Inventores. Offerecido aos mesmos para que não desanimem*. Lisboa: Typ. Da Viuva Coelho, e Comp^a.

¹⁵⁴ CRUZ, António – “Emigração” – *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002, p. 313. Ver, ainda, PROENÇA, Maria Cândida, *ob. cit.*, 2015, pp. 560-562.

¹⁵⁵ CRUZ, António, *ob. cit.*, 2000-2002, pp. 313-314; FIGUEIREDO, Octávio, *ob. cit.*, 1993, pp. 81-85.

atividades industriais e potenciar o esforço do investimento industrial, e da capacidade de procura de bens manufaturados¹⁵⁶. A necessidade de substituir as importações de bens de luxo e bens estratégicos, decorrentes da quebra de produção do ouro brasileiro e da contração do comércio externo, e a necessidade de angariar receitas para o Estado resultou na intervenção no sector industrial e a sua conseqüente evolução¹⁵⁷. Como referimos anteriormente, foi depois da chegada da máquina a vapor em Portugal, em 1835, que se deu um verdadeiro surto industrial, dentro daquilo que eram as características nacionais, mas bastante longe dos índices industriais de outros países europeus. Essa evolução é visível no aumento das importações de matérias-primas como o algodão¹⁵⁸.

No panorama nacional, a industrialização, embora, como já referimos, lenta, acabou por marcar de forma positiva o desenvolvimento da economia, tornando-se mais dinâmica e moderna, mas incapaz de acelerar o desenvolvimento industrial¹⁵⁹. Entre 1870 e 1913, o crescimento industrial e as transformações estruturais nas economias periféricas da Europa traduziram-se na difusão da organização fabril e na conseqüente produção mecanizada através da utilização crescente da força gerada pelo vapor. Fez parte de um processo mais vasto de transformação económica, frequentemente designado de “penetração do capitalismo”, que compreendeu o alargamento do mercado, numa altura em que a indústria interna e externa entravam numa nova fase, um aumento da especialização da produção, a criação de uma rede de transportes moderna, o aparecimento dos bancos e a assimilação da tecnologia moderna¹⁶⁰.

Entre as causas que se pode apontar para o fraco desenvolvimento industrial português conta-se o baixo nível de instrução e de alfabetização da população portuguesa em geral e da industrial em particular. Talvez um dos resultados mais importantes do desenvolvimento industrial português tenha sido o de conseguir dar resposta ao crescimento do consumo interno, nomeadamente quanto aos alimentos e aos têxteis¹⁶¹. Neste sentido, são compreensíveis os baixos índices de exportação, ao qual se deve juntar o protecionismo aduaneiro que ainda se sentia em Portugal. Aqueles que se preocupavam com a realidade industrial portuguesa defendiam um certo protecionismo industrial,

¹⁵⁶ COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal: 1143-2010*. 2ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 308-309.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 309.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*. pp. 309-310.

¹⁵⁹ Cf. idem, *ibidem*, p. 315.

¹⁶⁰ REIS, Jaime – “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal 1870 -1913”. In *Análise Social*. vol. XXIII (2º), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987 (nº 96), pp. 207 - 208; Ver MENDES, J. M. Amado – “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”. In *Análise Social*. vol. XVI (61-62), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980 (1º, 2º), pp. 31 - 52.

¹⁶¹ Cf. COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch, *ob. cit.*, 2011, pp. 317-323.

pelo menos enquanto esta não tivesse a capacidade necessária para competir com a congénere estrangeira¹⁶².

Chegados a este ponto, depois de compreendido o mundo complexo de dois pólos com grande influência económica e social na vida nacional, dediquemo-nos, pois, a um caso particular no Norte de Portugal, na segunda metade do século XIX. A família Oliveira Santos, natural da freguesia de São Vicente de Pereira, concelho de Ovar, representa um exemplo claro de dinamização local através dos enormes investimentos, resultado de uma emigração bem-sucedida em terras de Vera Cruz. Dentro desses investimentos, particularizaremos a famosa indústria de chapéus, edificada na mesma freguesia, que nos dá mais objetos para o estudo desse fenómeno emigratório e industrial, no século XIX português.

¹⁶² MENDES, J. M. Amado, *ob. cit.*, 1980, p. 34.

4. NA ROTA DO EMIGRANTE

“Entre o Rio Douro e o Rio Mondego, a sul de Santa Maria da Feira, uma légua a leste de Ovar e outra a oeste de Oliveira de Azeméis, jaz a freguesia de São Vicente de Pereira. Aldeia rural, circundada de todos os lados por densos bosques de pinheiros e carvalhos, contempla dois pequenos rios que a cortam de leste e a oeste, que fertilizam os seus campos, não só constituem uma das suas maiores riquezas, como purificam seus ares, geralmente tidos por saudáveis, e a tornam abundantíssima de excelentes águas”¹⁶³. Assim descrevia, saudoso, a sua terra João Rodrigues de Oliveira Santos, no Maranhão, corria o ano de 1868.

São Vicente de Pereira desenvolveu-se e afirmou-se ao longo dos diversos períodos históricos como uma terra de encantos indizíveis para quem *chora* pelos ares do campo, pelas traquinices nas ruelas e, sobretudo, para quem sente a saudade do convívio fraterno. Freguesia do Município de Ovar desde 1852¹⁶⁴, data da extinção da Vila de Pereira Jusã, é a partir deste período que a aldeia rural se afirma enquanto local dinâmico e de oportunidades. Graças à fortuna que João Rodrigues de Oliveira Santos conseguiu no Brasil, São Vicente de Pereira viveu, na segunda metade do século XIX, na senda do progresso, pelos melhoramentos rodoviários e pelas infraestruturas industriais, religiosas e de instrução que recebeu. É neste território, em especial no lugar da Torre, que os próximos capítulos se desenrolam.

¹⁶³ SANTOS, João Rodrigues de Oliveira – *Horas Vagas: poesias e prosa*. Maranhão: Typ. do Frias, 1868, p. 113.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Pe. Miguel de – *Válega: Memória Histórica e Descritiva*. Ovar: Edição da Câmara Municipal de Ovar, 1967, pp. 119-144.

4.1. JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTOS, O BRASILEIRO

“Tanto com respeito aos trabalhadores ruraes, como aos operarios que exercem outras industrias, é o desejo de melhorar de fortuna a principal causa da emigração”¹⁶⁵.

Como visto anteriormente, a emigração revelou-se um dos comportamentos mais marcantes da sociedade portuguesa ao longo da sua vivência coletiva. Partir tornou-se tão frequente e vulgar que o movimento migratório foi dando origem a uma espécie de cultura de diáspora¹⁶⁶. Aquele que partia, ia-se transformando e influenciando o meio onde se inseria, procurando instaurar comportamentos, hábitos, ideias e valores idênticos aos das suas raízes humanas e sociais. Contudo, uma vez longe, o emigrante assumia uma nova identidade, formada pela osmose do modelo da sociedade que o acolhia¹⁶⁷.

Quando regressava à sua terra de origem, o *brasileiro* pouco possuía de idêntico ao jovem que outrora partira. Mudaram os hábitos, o vestuário, os valores éticos e morais, aprendera a ser paradigmático e filantropo, daí a curiosidade que despertava e que criava invejas e raivas maledicentes. Ao contrário do que refere Ramalho Ortigão, num ataque a Alexandre Herculano, quando regressava, o *brasileiro* lançava mãos à indústria, à cultura e ao comércio do seu país, figurando como um verdadeiro impulsionador e dinamizador local¹⁶⁸. Modestos e discretos, estes endinheirados, que a coragem pela aventura brindara com ouro, fizeram um grande número de investimentos, bem presentes na paisagem urbana e rural Oitocentista. Para além da construção de autênticos palacetes e da recuperação de outras casas, estes emigrantes afortunados mandaram construir escolas, incentivaram a abertura e melhoramento de caminhos, edificaram capelas, fizeram grandes doações às instituições de caridade e deram oportunidades de trabalho às populações locais através da fundação de indústrias¹⁶⁹.

De facto, houve tempos em que alguns indivíduos deram mais às suas terras, do que estas alguma vez lhes puderam dar¹⁷⁰. É dentro desta realidade que falamos da família Oliveira Santos,

¹⁶⁵ FREITAS, José Joaquim Rodrigues, *ob. cit.*, 1906, p. 167.

¹⁶⁶ SANTOS, Eugénio dos – “*Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal*”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 15-16.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 16.

¹⁶⁸ ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas: Aspectos Varios da Sociedade, da Política, da Administração*. Tomo X, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890, p. 89.

¹⁶⁹ SANTOS, Eugénio dos, *ob. cit.*, 2000, pp. 16-25.

¹⁷⁰ CORREIA, Leandro – “S. Vicente de Pereira... que linda forma de viver”. In *Revista Reis*. nº 51, edição da trupe JOC/LOC, 2017, pp. 48-49.

nomeadamente na pessoa *ilustre*¹⁷¹ de João Rodrigues de Oliveira Santos, da sua aventura no Maranhão e dos projetos que idealizou e aplicou na sua freguesia. Uns, conseguiu concretizar, outros acabaram por ficar trancados na gaveta, mas que demonstram um conhecimento ímpar do mundo que o rodeava.

Na oração fúnebre de 29 de outubro de 1902, redigida e recitada pelo Pe. Vigário e Matos por celebração das solenes exéquias celebradas na Igreja de S. Vicente de Pereira, em homenagem a João Rodrigues de Oliveira Santos, as palavras saudosas com que se abre o discurso são esclarecedoras do homem e da sua importância para a terra e para a sua gente. Assim resumem a vida deste homem as seguintes palavras:

“Celebra-se a trasladação das ossadas venerandas d’esse homem, que vós conhecestes, porque ainda hontem a morte preou a sua existencia benefica, d’esse luctador giganteo, incansavel, indefesso, extraordinario, que enriqueceu e dotou e embellezou a povoou a nossa freguezia com esses importantes e nunca assaz elogiados e apreciados melhoramentos que são a prova mais cabal e mais authentica, e o testemunho mais eloquente e mais irrecusavel da grandeza da sua bella alma e da generosidade do seu coração bondoso, d’esse immortal e chorado benemerito, a cuja porta encontrava pão o faminto, gasalho o desabrigado, roupa o andrajado, trabalho e ganha-pão o operario, conselho o que o buscava, d’esse homem que tantas sympathias captou na vida, e que tantas lagrimas provocou na morte, d’esse homem, que foi respeitado, venerado, considerado, estimado, reverenciado, acatado e amado, emquanto vivo, chorado, lamentado, deplorado, sentido, conhecido deveras e a valer depois de morto, d’esse homem, emfim, que se chamou em vida João Rodrigues d’Oliveira Santos”¹⁷².

João Rodrigues de Oliveira Santos¹⁷³, nasceu a 2 de março de 1832, ao som do ribombar dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel¹⁷⁴, na freguesia de São Vicente de Pereira¹⁷⁵, no seio de uma

¹⁷¹ Ver, PINTO, Augusto Oliveira, Ex-Libris Lopes Pereira, 1935, pp. 139 e 141-142.

¹⁷² MATTOS, Pe. Vigário e – *Oração Funebre do Illustrissimo Excelentissimo Senhor João Rodrigues d’Oliveira Santos: Importante benemerito da freguezia de S. Vicente, recitada nas solenes exequias, celebradas na egreja de S. Vicente de Pereira, no dia 29 d’outubro de 1902.* Pardelhas: Typographia do ‘Jornal da Murtosa’, 1903, pp. 6-7.

¹⁷³ Consultar anexo V – Retrato de João Rodrigues de Oliveira Santos.

¹⁷⁴ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 10.

¹⁷⁵ Com referências desde o século X, numa doação de umas várzeas, um moinho e uma fonte *in villa acibeto*, junto ao porto de São Vicente, de *Gogilli* ao Mosteiro de Lorvão, a freguesia de São Vicente de Pereira surge num tempo de ocupação territorial, inserida no movimento de afirmação do Cristianismo, como parte integrante de Terras de Santa Maria, com uma configuração geográfica bem diferente da atual – Consultar anexo VI – Testamentum de Azevedo in Terra de Sancta Maria. *Diplomata et Chartara*. nº 125, p. 78.

família humilde, mas honrada¹⁷⁶. Filho de José Rodrigues de Andrade e Ana Maria de Oliveira¹⁷⁷, foi em tenra idade que o então jovem começou a demonstrar uma extraordinária força de espírito, aliada a um génio precoce e perspicaz, mas de grande lucidez. Com apenas 13 anos de idade, João não se resignava ao casebre onde vivia, nem àquilo que a sua terra lhe proporciona. As suas próprias amizades não o cativavam. Tudo aquilo eram “*ninharias sem importância alguma*”¹⁷⁸.

É com este espírito superior e autoritário, influenciado pelo que ouvia quotidianamente sobre a necessidade de a população ir em busca de melhores condições de vida, que decidiu abandonar a família e tentar a sua sorte¹⁷⁹. Porém, com o sentimento de respeito de quem pretendia a bênção de seu pai, ei-lo a pedir autorização, “*com os olhos marejados de lagrimas e o coração em alvoroço*”¹⁸⁰, para partir com destino ao Brasil. Com o sentimento de tristeza que assola qualquer pai por ver as intenções de um filho partir para longe de casa e com a possibilidade de não o ver regressar, José Rodrigues de Andrade não se demonstrou agrado com a ideia, o que não desmotivou o filho, que não descansou enquanto não obteve a resposta pretendida¹⁸¹.

Depois de ver concedida a permissão para partir, João Rodrigues de Oliveira Santos procurou instruir-se, uma vez que emigrar sem saber ler nem escrever era um risco enorme. Consciente dessa necessidade, pede mais uma vez autorização ao seu pai para procurar um mestre, à falta de professores na freguesia, que por ali havia e que se dedicava a guardar pinhais. Para que o humilde guardador de pinhais lhe ministrasse os poucos e pequenos elementos da instrução, pagou o jovem João cerca de seis vinténs por mês¹⁸². Ao fim do primeiro ano de lecionação já “*o discípulo sabia tanto como o mestre*”¹⁸³, aquele que era tido como um verdadeiro talento, “*como em S. Vicente de Pereira não havia outro*”¹⁸⁴.

Com o espírito que o caracterizava, munido das ferramentas mais elementares de quem pretendia começar uma nova etapa da sua vida, o jovem vicentino partiu juntamente com o seu irmão, António Gomes de Oliveira Santos¹⁸⁵, sob a proteção de seu tio, em 1847, na flor da idade, 15 anos, para o Brasil, com o objetivo de fazer fortuna tal como toda a gente do seu tempo que não se resignava à miséria. No Maranhão, trabalhou como caixeiro, profissão ligada ao ramo

¹⁷⁶ A expressão cabe a Guilherme de Oliveira Santos, neto de João Rodrigues de Oliveira Santos, na sua obra, SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Para a História de Ovar e de São Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975, p. 20.

¹⁷⁷ Consultar anexo VII – Registo de óbito de João Rodrigues de Oliveira Santos.

¹⁷⁸ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 9.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁸¹ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 10-11.

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 11.

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁵ Consultar anexo VIII – Retrato de António Gomes de Oliveira Santos.

comercial¹⁸⁶, mas não era ali que se sentia feliz, pelo que dedicava os seus tempos livres ao estudo e às letras. Os progressos foram de tal ordem que começou a publicar algumas poesias no jornal *Globo* e rapidamente alcançou um lugar de prestígio no seio da imprensa brasileira¹⁸⁷.

Considerado um *poeta de raça*¹⁸⁸, que consagrava os seus sentimentos e as suas palavras à pátria amada, foi através de um dos seus poemas que João nos ensina o que é ser emigrante no século XIX, não sem antes nos questionar:

*“Sabeis o que é ser estrangeiro?
É chorar o sol que nos allumiou
Na infancia; as arvores que nos
Deram sombra; a fonte que nos
Matou a sede; as vozes que nos
Embalaram no berço!...
Ser Estrangeiro é fazer uma longa
Visita, – ás vezes eterna (...)”*¹⁸⁹.

A saudade era, de facto, uma das características destes *estrangeiros* que *choravam* constantemente pela terra que os viu crescer. Cremos que o saudosismo é uma das explicações para os avultados investimentos que o *brasileiro* fazia na sua terra de origem quando regressava. Emigrar muito jovem, trazia, contudo, consequências. João Rodrigues de Oliveira Santos não foi imune a elas e aponta-as de forma poética:

*“Por corrêr ‘traz da fortuna
Meu lar parterno deixei,
Largos annos de fadigas
Longe da Patria passei;
Mas a fortuna fugiu-me...
Fortuna não encontrei.*

*Perdi minha mocidade,
Minha saude arruinei;
Meu vigôr, e minhas forças
Perdidos por lá deixei;
Mas a fortuna fugiu-me...
Fortuna¹⁹⁰ não encontrei. (...)”*¹⁹¹.

Não podemos associar somente a atividade profissional do emigrante ao seu sucesso. Como já vimos anteriormente, aquele que trabalhava na área comercial teria, certamente, mais sucesso que o indivíduo que se dedicava ao trabalho agrícola. Contudo, a questão da permanência era um

¹⁸⁶ DURÃO, Susana – “Trabalhador de Serviços”. In *História do Trabalho e das Ocupações: A indústria têxtil*. Coord. de Nuno Luís Madureira, vol. 1, Oeiras: Celta Editora, 2001, pp. 213-217; ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, pp. 77-78.

¹⁸⁷ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 12.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁹ SANTOS, João Rodrigues de Oliveira, *ob. cit.*, 1868, pp. 116-117.

¹⁹⁰ Entenda-se por felicidade.

¹⁹¹ SANTOS, João Rodrigues de Oliveira, *ob. cit.*, 1868, pp. 119-120.

fator, por vezes, decisivo¹⁹². Em média, para se adquirir uma quantia avultada de dinheiro, seria necessária uma permanência de 20 anos em solo estrangeiro. João Rodrigues de Oliveira Santos permaneceu cerca de vinte e dois longos anos no Brasil, embora interrompidos ao fim de dezoito, em 1865, quando decidiu tirar férias e visitar seus pais e a sua gente, depois de ter realizado algumas viagens pela Europa, onde admirou as maravilhas da arte e da indústria, num período em que a fortuna já o *bafejava*¹⁹³.

Com estas viagens, João prendia mais do que gozar a boa fortuna que amealhava. Com uma cultura e sabedoria trabalhadas a pulso desde as suas primeiras aprendizagens junto aos pinhais que o seu mestre cuidava, o seu espírito insaciável e insatisfeito de quem não sabia o suficiente para satisfação própria, levaram-no a viajar como forma de enriquecimento, com o claro intuito de aumentar a sua bagagem de conhecimentos que de outro modo seria mais difícil e dispendioso de tempo. Para ele, viajar era o meio mais eficaz de aprender¹⁹⁴. São estas viagens que irão influenciá-lo nos seus projetos futuros.

Quando decidiu, por fim, visitar a família, em 1865, foi com enorme surpresa que foi recebido. Aquele menino de nariz espalmado e carnudo, de boca fendida e de olhos ingênuos, de pensamentos misteriosos, apresentava-se então um homem bem vestido, com uma barba “à Luiz XV”¹⁹⁵, que em nada tinha a ver com a pessoa que havia partido há anos atrás. Por S. Vicente permaneceu cerca de um ano, acabando por retomar a rota brasileira, em Novembro de 1866¹⁹⁶. A agradável estadia acabou por ser interrompida pelas notícias do seu companheiro de trabalho no Maranhão, que o chamava a toda a pressa pelos desequilíbrios económicos que atingiam os seus negócios¹⁹⁷.

Por lá permaneceu, somente, mais três anos. Pelo desgosto de ter enviuvado de sua primeira mulher, D. Sebastiana Josefa Guterres Santos¹⁹⁸, a 13 de janeiro de 1863, por ver partir seu tio, padrinho e amigo, ele que fora seu protetor naquela cidade, a 28 de novembro 1867, e pela força da saudade que o consumia diariamente, João Rodrigues de Oliveira Santos regressou definitivamente a Portugal, a 24 de março de 1869¹⁹⁹, usufruindo das novas condições de transporte que garantiam

¹⁹² ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, pp. 266-270; ver, ainda, RODRIGUES, SANTOS, Eugénio dos, *ob. cit.*, 2000, pp. 21-24.

¹⁹³ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 13.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁹⁶ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, pp. 66-67.

¹⁹⁷ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 14.

¹⁹⁸ De quem teve dois filhos. Apenas sabemos o nome de um deles, tido por António Guterres de Oliveira Santos.

¹⁹⁹ Consultar anexo IX – Passaporte de João Rodrigues de Oliveira Santos emitido pelo Consulado de Portugal no Maranhão a 23/3/1869; O Passaporte em causa data de 23/03/1869, contudo, acreditamos que João Rodrigues de Oliveira Santos terá embarcado, apenas, no dia seguinte, a 24/03/1869.

segurança e rapidez nas deslocações²⁰⁰. Os ventos do progresso foram um dos seus grandes pólos de ação, da mesma forma que se fascinava pela inovação. As suas palavras sobre o comboio, que o transportou de Lisboa a Ovar, quando da sua passagem por Portugal, a 11 de abril de 1865, são deliciosas, da mesma forma que nos demonstram o caminho da modernização no país:

“No do dia 11 d’abril de 1865, pelas 8 ½ horas da manhã, parti de Lisboa para a minha aldeia no vagão do comboio de ferro.

Imagine-se com que estremecimentos de alegria vi eu partir essa machina do progresso e da civilização, que, em oito horas apenas, me devia conduzir ao lugar do meu nascimento, do qual me achava auzente havia desoito annos!...”²⁰¹.

Depois de ter embarcado no Maranhão, a 24 de março de 1869, seguiu a todo o vapor no *Cruzeiro do Sul* para Pernambuco, onde fez escala a 10 de abril, avistando Lisboa umas semanas depois à boleia do *La Plata*²⁰². Contudo, esta questão não é clara, pelo que se exige mais estudo²⁰³. Símbolo das mudanças notáveis do tempo, o *brasileiro* vareiro trazia mais do que a fortuna que havia juntado. Trazia sonhos, solidariedade, perspetivas de desenvolvimento local e projetos públicos e privados.

Consciente da mudança que o tempo lhe impingiu, e que, por vezes, lamentava, – “*Ai, quam mudado que estou!... Do camponês de quinze anos, nem um vestigio ficou... Pelo que fui quem me déra trocar o que agora sou!..*”²⁰⁴ – era, então, João, a figura mais preponderante da terra vicentina, imbuído de responsabilidades, em quem os olhos populares refletiam o brilho e a esperança de um futuro risonho. Não seria de esperar outra coisa de alguém que marcou o seu tempo e a sua região com um espírito de iniciativa e empreendedorismo bem vincados na paisagem rural e urbana e, não menos importante, na cultura e nas letras.

Já definitivamente em São Vicente de Pereira, João Rodrigues de Oliveira Santos pretendia trabalhar afincadamente para engradecer e tornar próspera a terra que o viu nascer. Nela via apenas a pobreza, braços parados desejosos de trabalho, rostos rasgados pelo dente voraz da fome e, umas

²⁰⁰ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, p.66; LEITE, Joaquim da Costa – “A viagem”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 28-29.

²⁰¹ SANTOS, João R. d’Oliveira, *ob. cit.*, 1868, p. 77.

²⁰² SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Há 100 Anos: algumas Cartas Inéditas de José Feliciano de Castilho*. Lisboa: Livraria Portugal, 1965, p. 50. Consultar anexo X – Registos de partida, escala e chegada.

²⁰³ É necessária uma melhor compreensão sobre os tempos de deslocação, nomeadamente entre o Maranhão e Pernambuco. Levaria mais de quinze dias um percurso entre uma localidade e outra? Parece -nos um pouco desproporcional, ainda mais se tivermos em conta a data apontada por Guilherme Oliveira Santos para a chegada de seu avô a Lisboa – 28 de abril de 1869. Levaria quase o mesmo tempo uma travessia atlântica e uma deslocação *local*? A aprofundar.

²⁰⁴ SANTOS, João Rodrigues de Oliveira, *ob. cit.*, 1868, p. 122.

das suas maiores mágoas, a falta de instrução em que se encontrava a população²⁰⁵. Vendo a realidade, cheio de remorsos na consciência, não olhou a meios para dar àquele espaço tudo aquilo que era necessário para o desenvolver.

Evocando a memória do espaço e do tempo, a segunda metade do século XIX é marcada por fortes traços de continuidade e algumas mudanças. Debruçando-nos sobre estas últimas, neste mesmo período começamos a lidar com uma autêntica diversidade económica, com o surgimento de novas tecnologias de informação e transporte, entre muitas outras²⁰⁶. A partir da década de 1870, fruto de um conhecimento ímpar sobre as mutações do século, graças a uma inteligência só ao alcance dos grandes eruditos, João Rodrigues de Oliveira Santos marca de forma decisiva os desígnios da freguesia vicentina, da região de Ovar e do país.

A casa que mandou construir, cuja data nos escapa²⁰⁷, embora seja provável que a tenha iniciado ainda se encontrasse por Terras de Vera Cruz, também ela era sinal de distinção social, dividia-se em três corpos, um central e dois laterais, três pisos, uma escadaria ao centro, um átrio de pedra ajardinado e, de acordo com a paisagem rural, propriedades extensas na dispersão parcelar que, para além da casa de habitação, congregava os terrenos de cultivo, o lameiro para o gado, o espaço florestal e a casa do caseiro²⁰⁸. Perante o edifício, e dentro dele, lembramo-nos das palavras de Ramalho Ortigão: “*casas novas forradas de azulejo, em grades de ferro pintadas de verde e de cor de ouro, em hortas ajardinadas, em capoeiras bem sortidas e em caramanchões nos ângulos das quintas*”²⁰⁹.

Depois de ter construído o *palacete*, claramente inspirado nos solares brasileiros, decidiu João Rodrigues de Oliveira Santos anexar ao mesmo uma capela em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, efetivando, deste modo, uma promessa que havia feito por se ter visto em perigo de vida no Oceano Atlântico na sua última viagem ao Brasil, em 1866²¹⁰. Chegaram até nós exemplos de obras extraordinárias que simbolizam estas promessas solenes de quem partia e/ou se tinha visto em momentos de aflição e angústia. Documentos vivos da piedade popular que deram origem a

²⁰⁵ MATTOS, Pe. Vigário, *ob. cit.*, 1903, p. 15.

²⁰⁶ Ver LEITE, Joaquim da Costa, *ob. cit.*, 2000, pp. 28-31.

²⁰⁷ Muito provavelmente nos finais da década de 50, inícios da década de 60.

²⁰⁸ Ver mais sobre a arquitetura *brasileira* em, ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, pp. 289-296; e RODRIGUES, MONTEIRO, Miguel – “Casas de brasileiros”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 229- 234; consultar anexo XI – Propriedade da família Oliveira Santos.

²⁰⁹ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, p. 311.

²¹⁰ Guilherme Oliveira Santos deixa um facto curioso e aliciante na sua obra. Perante o desassossego do mar e com medo da morte, ter-se-á João Rodrigues lembrado do naufrágio, em 1864, do poeta maranhense Gonçalves Dias, que muito admirava. Com receio de fim idêntico apelou, então, à Mãe protetora dos viajantes; SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, pp. 66-67.

uma autêntica democratização do uso da imagem e da profusão do género artístico, contando-se inúmeras pinturas, fotografias e desenhos que retratavam esses episódios sombrios²¹¹.

A Capela em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem revela esta devoção e invocação de João Rodrigues de Oliveira Santos. O processo de edificação da capela acabou por se demonstrar, também ela, uma curta, mas autêntica, viagem. Tudo porque defronte da casa de João Rodrigues, do outro lado da rua onde foi anexado o referido templo, existia um outro dedicado a São José, uma construção de 1866, fundado pelo Padre José Francisco da Silva Pereira, da Casa do Ruivo²¹². A rivalidade agravou-se quando o Padre João Valente de Resende, então responsável pela paróquia de São Vicente de Pereira, deu o dito por não dito, comprometendo, deste modo, a obra. Ultrapassadas todas as formalidades que o processo requeria, a 7 de abril de 1870, o Deão Vigário Capitular dava o despacho para que as obras prosseguissem normalmente²¹³.

Concluídas as obras, a Capela ficou pronta ainda na década de 1870²¹⁴, vindo a ser nomeados como louvados dos bens do instituidor da Capela, a 30 de março de 1871, José da Silva Figueiredo, do lugar de Azevedo, e António da Silva Figueiredo, do lugar de Pereira²¹⁵. Com um total de despesas a rondar os três contos de réis²¹⁶. No altar, encontra-se serena Nossa Senhora da Boa Viagem com o Menino ao colo, segurando, com a mão direita, um navio. Do lado direito e do lado esquerdo, jazem os restos mortais de D. Sebastiana Guterres Santos e de seu tio e padrinho João de Oliveira Santos, respetivamente, que faleceram no Maranhão. Para além de uma gravura na parede, datada de 1620, existem dois vitrais, de 1967, que figuram como obra sublime. Neles se vê representada a adoração dos Magos e a Paixão, traduzindo simbolicamente o princípio e o fim²¹⁷.

O primeiro projeto de João Rodrigues, de carácter privado, estava, portanto, concluído e a promessa cumprida. Contudo, a inimizade com o Padre João Valente de Resende, essa parece ter continuado chegando ao ponto de o *brasileiro* vicentino pedir ao Bispo do Porto que o retirasse dos trabalhos na freguesia, como comprova uma carta de 1875²¹⁸. O referido pároco vicentino tinha-se mantido fiel às pretensões do fundador da capela de São José, pela amizade que partilhavam.

²¹¹ ARAÚJO, Agostinho – “Os ‘milagres’ dos santos de casa”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 149-161.

²¹² Uma família abastada do lugar da Torre, proprietária de um grande número de terrenos na mesma zona, incluindo o local onde foi edificada a Capela de São José; PINTO, Augusto Oliveira, *ob. cit.*, 1935, pp. 32-34; consultar anexo XII – Imagem panorâmica do Largo da Torre.

²¹³ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, pp. 66-84.

²¹⁴ Consultar anexo XIII – Capela de Nossa Senhora da Boa viagem (palacete de João Rodrigues de Oliveira Santos).

²¹⁵ SANTOS, Guilherme de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, pp. 82-83.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p.64.

²¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 64-65.

²¹⁸ Consultar anexo XIV – Carta do Bispo do Porto, D. Américo, a João Rodrigues de Oliveira Santos.

Compreende-se as rivalidades, numa altura e num espaço onde estas duas famílias se tentavam impor.

A consagração pública que tantos *brasileiros* buscavam era, também, visível nas suas iniciativas de desenvolvimento e melhoramento local. O desenvolvimento económico do país na segunda metade do século XIX ficou a dever-se, em grande parte, aos progressos verificados nos transportes e nas comunicações. Com a Regeneração, a construção de estradas, caminhos de ferro, portos, entre outros meios que eram tidos como a base para o desenvolvimento industrial, agrícola e comercial, tornaram-se investimentos urgentes. Quando S. Vicente de Pereira passou a pertencer ao município de Ovar, em 1852, data da extinção da Vila de Pereira Jusã, encontrava-se sem ligação com a sede, num período onde começou a surgir a vontade e o compromisso político de ligar o município vareiro às suas freguesias ²¹⁹. A construção destas estradas, tidas como caminhos concelhios e vicinais, mostrou-se muito mais lenta do que as estradas reais e distritais, devido ao menor número de verbas concedidas. Assim, havia empresas ou indivíduos afortunados que suportavam tais despesas.

Coube a João Rodrigues de Oliveira Santos, em 1869, tomar a iniciativa de contribuir monetariamente para a abertura da primeira estrada de São Vicente à cidade de Ovar. A mesma que passa em frente ao seu *palacete*, que, estivéssemos nós em tempos medievos, teria o nome de *rua direita*²²⁰. Se por um lado o investidor pretendia aproximar a sua terra à sede concelhia, colocando-a na rota do desenvolvimento, acreditamos que este não foi, de todo, um projeto ingénuo do ponto de vista pessoal. Confirmado o empréstimo, sem juros, à Câmara Municipal de Ovar, na sessão camarária de 9 de setembro de 1869²²¹, arrematado por 5.195,000 reis, pretendia João Rodrigues começar a cimentar [boas] vias de comunicação que levassem a bom porto um dos seus maiores projetos, a *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*. Acordados os termos do empréstimo, cujo pagamento se efetuará em prestações anuais, tomaram início as obras, que vieram a estar concluídas em 1877, quando a construção chegou à Vila de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis²²².

²¹⁹ FERRO, João Pedro – “Comunicações e Comércio: Linhas Gerais”, in *Portugal e a restauração*. A. H. De Oliveira Marques e Fernando de Sousa (Coord.), vol. X – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 97-100; ver FIDALGO, Joaquim Manuel Monteiro – “Ovar na Segunda Metade do Século XIX. A Construção da Rede Viária”, in *Revista Dunas: Temas & perspectivas, revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. n.º 15, Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2015, p. 65.

²²⁰ Estrada principal da Freguesia de São Vicente de Pereira. Vem de Ovar e, sem qualquer desvio, leva -nos ao *coração* da aldeia, local onde sita a Igreja Matriz. A mesma estrada tem dois nomes. Do lado de Ovar até à casa da família Oliveira Santos, designa-se Rua João Rodrigues de Oliveira Santos. Desta para cima, Rua Adelaide Sofia da Costa Santos – segunda mulher de João Rodrigues de Oliveira Santos.

²²¹ *Livro de atas n.º 29* – Sessão Camarária de 9 de setembro de 1869, fl. 173-173v; consultar anexo XV – Sessão Camarária de 9 de setembro de 1869.

²²² Em 1870, construído o primeiro lanço, a estrada viria a ser considerada como municipal de 1ª classe; FIDALGO, Joaquim Manuel Monteiro, *ob. cit.*, 2015, pp. 65-66.

Na segunda metade do século XIX, era a “*villa de Ovar uma das maiores do paiz*”²²³. Esta classificação resulta da excelente localização geográfica, na extremidade norte da ria de Aveiro, onde se encontrava o maior estuário do norte do país e um dos pontos mais comerciais da ria, que funcionava como um verdadeiro entreposto comercial para os produtores a sul de Aveiro. Para além disso, a praia do Furadouro, com larga tradição de pescaria, ficava a uma distância de 4 quilómetros de Ovar e, a meio deste caminho, encontrava-se a praia do Carregal, onde aportavam consideráveis produtos de sal e sardinha que seguiam para a cidade de Ovar²²⁴.

Com o desenvolvimento do caminho de ferro, muitos postos de comércio e vias rodoviárias começaram a perder influência, assistindo-se paulatinamente à extinção de diversas profissões²²⁵. A rede ferroviária começou a ser construída em Portugal bastante tarde. Só em 1856 foi aberto concurso para o primeiro troço, que compreendia uma ligação Lisboa-Carregado. Graças aos capitais franceses aplicados na Companhia Real de Caminhos de Ferro, avançou-se para as construções das linhas do Norte e do Leste²²⁶. A passagem do caminho de ferro por Ovar, em 1863, arrebatou para si o monopólio dos transportes de pessoas e mercadorias, desempenhando um papel fundamental no escoamento de produtos regionais²²⁷. Consciente dos índices de progresso, demonstrando uma sabedoria enorme dos tempos, encomendou João Rodrigues de Oliveira Santos, no ano de 1888, um estudo sobre os caminhos de ferro de via reduzida entre Ovar e o Furadouro, de Ovar a Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira, em direção a Vale de Cambra e S. Pedro do Sul²²⁸.

O fascínio pelo comboio não era novo. O magnata vicentino terá encomendado o estudo ao engenheiro Francisco Maria de Sousa Brandão²²⁹, por ser certo das potencialidades que a nova máquina poderia trazer ao desenvolvimento da região vareira e por notar que faltavam transportes entre a sede de concelho, o seu litoral e o interior. Deste modo, revela-nos o estudo que se pretendia um braço ferroviário que ligasse o Furadouro, o Carregal, Ovar e a Linha do Norte. A irregularidade dos transportes e os custos das viagens afastavam os concorrentes, pelo que um

²²³ Consultar anexo XVI – Caminhos de Ferro de via reduzida – Ovar ao Furadouro e Ovar a Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira, em direção a Cambra e S. Pedro do Sul. Marco Pereira limita -se a passar umas pinceladas sobre o documento, mas não o analisa na íntegra – PEREIRA, Marco – Algumas notícias dos primeiros tempos do Caminho-de-ferro em Ovar. *Revista Dunas: Temas e Perspectivas, revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. nº 14, Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2014; O documento que aqui se transcreve tem informação riquíssima, deveras importante na compreensão da vida económica vareira do período em estudo. A seu tempo.

²²⁴ Idem, *Ibidem*.

²²⁵ FIDALGO, Joaquim Manuel Monteiro, *ob. cit.*, p. 61.

²²⁶ FERRO, João Pedro, *ob. cit.*, 1993, p. 100.

²²⁷ Ver o estudo de PEREIRA, Marco, *ob. cit.*, 2014, pp. 49-52.

²²⁸ Consultar anexo XVI.

²²⁹ Sousa Brandão nasceu no ano de 1818, tornando-se uma das vozes mais ativas das lutas liberais. Foi um dos engenheiros mais emblemáticos da segunda metade do século XIX, vendo o seu nome associado a obras como a linha do Norte. Participou, ainda, no primeiro diretório republicano e militou nas hostes do socialismo – SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, p. 19.

investimento nos transportes mais modernos aumentaria exponencialmente o movimento populacional, da mesma forma que permitiria um mais rápido e barato transporte destes locais para a sede concelhia²³⁰.

Do mesmo modo, cremos que o projeto poderá representar mais uma oportunidade para o benemérito engrandecer a sua freguesia. De Ovar para o interior, nomeadamente para Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira, em direção a Vale de Cambra e S. Pedro Sul, desejava João Rodrigues de Oliveira Santos ver construída uma linha ferroviária tendo em conta os mesmo princípios e vantagens. Fixando-nos no ramo que ligaria Ovar a São João da Madeira, esse mesmo troço teria de passar por São Vicente de Pereira, servindo outras terras que lhe eram próximas, tais como São Miguel de Souto, Arrifana e a Vila de Cucujães, territórios bastante povoados e com uma grande dinâmica agrícola e industrial. Eram estas populações que o caminho de ferro deveria satisfazer de acordo com a necessidade dos povos e do pensamento económico da época²³¹. Apesar dos inúmeros esforços de João, o projeto estava condenado, sobretudo pela falta de verbas e por ser considerado uma obra bastante dispendiosa²³².

São Vicente de Pereira foi, e é, testemunha do esforço, da persistência e do espírito insaciável deste emigrante de *torna-viagem*. Filantropo reconhecido, João Rodrigues de Oliveira Santos não se resignava aos elogios, procurando dotar, constantemente, a terra que o viu nascer dos melhores princípios e das melhores infraestruturas, colocando-a no caminho do progresso. Neste espírito, pretendia que os jovens pudessem seguir os seus sonhos e a sua vocação através da instrução. Como a terra não possuía uma única escola que ministrasse os mais elementares rudimentos da instrução de forma gratuita, tomou a iniciativa e decidiu mandar edificar à sua custa uma escola do sexo feminino e, mais tarde, uma do sexo masculino²³³.

Para consolidação do seu poder no século XIX, os Estados nacionais desenvolveram novos mecanismos de difusão ideológica, com destaque para os sistemas nacionais de ensino. Perante as dificuldades financeiras, estes abriram lugar à iniciativa privada, fazendo da instrução uma causa nacional, num processo que se demonstrou bastante complexo quanto contraditório. Diversos tipos de participação ocorreram neste período, partindo esta mesma iniciativa, em grande parte, dos

²³⁰ Consultar anexo XVI.

²³¹ Consultar anexo XVI.

²³² Uma carta de António José Gomes Neto (administrador da Companhia Real – atual CP) a João Rodrigues de Oliveira Santos, demonstram esse esforço em tentar reunir uma sociedade que concretizasse o projeto. Consultar anexo XVII – Carta de António José Gomes Neto a João R. de Oliveira Santos; veja-se mais, SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1975, pp. 17-18.

²³³ Cf. MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, pp. 17-18.

próprios *brasileiros*. Um dos primeiros casos foi o do Conde de Ferreira, que deixou uma grande quantia de dinheiro ao estado português, destinado a dotar escolas de 120 cabeças de concelho²³⁴.

Apesar das duas escolas terem sido edificadas na década de 1880, a escola do sexo feminino foi pensada 10 anos antes, por volta de 1870, por altura da decisão de João Rodrigues de Oliveira Santos construir uma fábrica de chapéus no lugar da Torre. Este espaço de instrução foi alvo de um grande processo que levou ao envolvimento de cidadãos particulares, do administrador do concelho, a Câmara Municipal, a Junta de freguesia de S. Vicente de Pereira, o comissário de estudos e o governador civil de Aveiro²³⁵. Um dos entraves que se colou para a edificação da escola foi pelo facto do local destinado à mesma se situar a apenas 100 metros da então chapelaria da família Oliveira Santos. Há, contudo, quem proponha que o objetivo do empresário vicentino não era apenas promover o progresso das crianças, mas sim formar mão-de-obra para o seu estabelecimento, ou, pelo menos, para garantir mecanismos de fixação dos seus trabalhadores²³⁶. Situação que avaliaremos no subcapítulo que se segue.

Ultrapassados os obstáculos populares e burocráticos, a escola para o sexo feminino foi oferecida por João Rodrigues de Oliveira Santos e sua esposa, Adelaide Sofia da Costa Santos, em 1888²³⁷. Em 1889, no lugar da Relva, a uma distância de 200 metros do lugar da Torre e da escola do sexo feminino, abriu-se portas de um outro edifício de instrução, então para o sexo masculino. Apesar da iniciativa partir do mesmo *brasileiro*, o investimento só foi possível graças ao contributo de outros emigrantes que, querendo fazer parte de obra tão necessária para o desenvolvimento da sua terra e da sua gente, se juntaram a João Rodrigues de Oliveira Santos para dotar o edifício das melhores condições²³⁸. A generosidade dos donativos deveu-se aos Srs. Gomes Leite e Manuel Alves da Cruz, que se encontravam emigrados no Brasil.

Graças ao seu espírito culto, era nas horas vagas que se dedicava a escrever os seus belos textos, debruçando-se, sobretudo, sobre a poesia. Enriqueceu a literatura brasileira e portuguesa com duas obras de prosa e verso, onde para além de revelar propensão para a poesia, demonstrava toda a sua capacidade de crítica social²³⁹. Intituladas “*Amor e Saudade (1863)*” e “*Horas Vagas (1868)*”²⁴⁰, são produto da sua inteligência e acabaram por ser bem recebidas no mercado literário,

²³⁴ NETO, Wenceslau Gonçalves; MAGALHÃES, Justino – “Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX”. In *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 20, Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), 2009, pp. 15-24.

²³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 25-26; ver o processo Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Acervo da Direção Geral de Instrução Pública, Maço 149; consultar anexo XVIII – Processo para a edificação da escola do sexo feminino em S. Vicente de Pereira.

²³⁶ NETO, Wenceslau Gonçalves; MAGALHÃES, Justino, *ob. cit.*, nº 20, 2009, p. 25.

²³⁷ Consultar anexo XIX – Escolas do sexo masculino e feminino em São Vicente de Pereira.

²³⁸ Consultar anexo XIX.

²³⁹ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 20.

²⁴⁰ Consultar anexo XX – Capa da obra “*Horas Vagas (1868)*” de João Rodrigues de Oliveira Santos.

sendo que a primeira obra esgotou rapidamente e não se conhece hoje nenhum exemplar²⁴¹. Não publicava para amealhar mais dinheiro, antes revertia as receitas em benefício de instituições de solidariedade e assistência, como o caso do *Hospital Portuguez* do Maranhão e do Hospital da *villa d'Ovar*²⁴².

Em Portugal, cultivou ainda o jornalismo político com a publicação de alguns textos no jornal *O Ovarense*²⁴³, sob o pseudónimo de Alfredo Tymbira, juntamente com o Dr. Lopes Godinho. Estes textos acabaram por ser compilados numa obra conhecida como *O Régulo do Mato Gróssso*, que contribuiu para ajudar a derrubar o Dr. Manuel d'Oliveira Arala, então presidente da Câmara Municipal de Ovar.

O fascínio pela cultura das letras despertou bem cedo no espírito de João Rodrigues de Oliveira Santos. Não é sem vontade que se atinge o nível erudito que atingiu, “*senhor d'uma instrução variada e de sciencia pouco vulgar*”²⁴⁴. Já em 1865, ainda no Maranhão, fez-se fundador e sócio efetivo do *Gabinete Portuguez de Leitura*²⁴⁵. A instrução era uma das preocupações dos familiares destes emigrantes, que pensavam na *arrumação* comercial dos seus descendentes²⁴⁶.

João Rodrigues de Oliveira Santos viria a falecer a 20 de julho de 1900²⁴⁷, quase paralítico²⁴⁸, deixando viúva D. Adelaide Sofia da Costa Santos²⁴⁹, sua segunda mulher, natural de Alpiarça, irmã do famoso militar e político português Abel Fontoura da Costa, e quatro filhos, Gabriel e Adolfo de Oliveira Santos e outros dois de D. Sebastiana Josefa Guterres Santos, de quem só temos notícias de um António Guterres Santos, que provavelmente ficou pelo Brasil. Uma vida de projetos, projetos de uma vida. Contudo, a crença no progresso e no desenvolvimento económico levou o afortunado vicentino a fundar uma das empresas de chapelaria mais emblemáticas da

²⁴¹ Idem, *ibidem*.

²⁴² PINTO, Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, 1935, pp. 141-142. SANTOS, João Rodrigues de Oliveira, *ob. cit.*, 1868, p. 3. Para uma análise mais pormenorizada das obras, veja-se a obra de SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, 1965, pp. 45-46.

²⁴³ Consultar anexo XXI – Aniversario querido “*O Ovarense: Jornal do Partido Progressista*”, 17 de outubro de 1886.

²⁴⁴ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 21.

²⁴⁵ Consultar anexo XXII – Diploma de Sócio do *Gabinete Portuguez de Leitura no Maranhão*; MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 20.

²⁴⁶ ALVES, Jorge Fernandes – “Ler, escrever e contar na Emigração Oitocentista”. *Separata da Revista de História das Ideias*. vol. 20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 189 -313.

²⁴⁷ Consultar anexo VII.

²⁴⁸ Entrevista a Guilherme G. de Oliveira Santos, 10 de agosto de 2016. O neto de João R. de Oliveira Santos não soube identificar a doença, mas diz que a mesma era já prolongada e que poderia ter a ver com o sistema nervoso. Atento aos desenvolvimentos tecnológicos, o brasileiro recorreu aos métodos necessários para fazer face à doença e acabou por adquirir uma máquina de choques que “*estimulava o corpo*”. A máquina, a única que se conhece que João R. de Oliveira Santos tenha adquirido para este fim, encontra-se no seu *palacete* e está assinada por Thomas Edison. Consultar anexo XXIII – Máquina de choques elétricos de João Rodrigues de Oliveira Santos. MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 17.

²⁴⁹ Consultar anexo XXIV – Retrato de D. Adelaide Sofia da Costa Santos e João Rodrigues de Oliveira Santos com seu filho Gabriel.

década de 1870. Porque a educação assim nos ensina, tiremos, pois, o chapéu a um empreendimento que foi motor de desenvolvimento local, social e educativo.

4.2. UMA FÁBRICA DE SE TIRAR O CHAPÉU

Não há dúvidas quanto à influência da emigração Oitocentista no(s) reajustamento(s) de fator(es) que favoreceram o crescimento económico do país, sobretudo pela importância que a entrada de capitais teve desde os anos 80 do século XIX até aos meados da Primeira Guerra Mundial no equilíbrio da balança de pagamentos²⁵⁰. O papel do *brasileiro* não se esgotava nos gastos de consumo e na disponibilização de capital. Estes emigrantes abastados tinham adquirido, no Brasil, uma grande experiência de negócios, afirmando-se, no regresso, como verdadeiros capitalistas e empresários. Ao exportar mão-de-obra, importava-se, portanto, capital e experiência empresarial. Num país de fracos recursos e débil fomento industrial, as iniciativas empresariais destes homens tornaram-se significativas²⁵¹.

A partir da década de 1860, apesar da indústria ainda não constituir uma área de grande atração, fruto de projetos ainda muito vulneráveis, encontramos já um grande número de *brasileiros* ligados às mais diversas áreas comerciais. Contudo, a partir de 1867, novas possibilidades surgiram em virtude da abertura legislativa às sociedades anónimas. A limitação da responsabilidade civil e a emissão de ações criaram oportunidades de capitais até então não praticadas, impondo-se como alternativas aos tradicionais depósitos bancários ou à aquisição de dívidas públicas²⁵². Com a década de 1870, através das companhias, um grande número de investidores desenvolveu uma ação inovadora no campo fabril ao apostar no maquinismo para melhoramento da produção, investindo em empresas que representassem lucro rápido e elevado²⁵³.

No norte de Portugal, notou-se um forte investimento na indústria chapeleira devido à moda da época. Este tipo de produção não constituía uma realidade nova, pois, já Esteves Pereira apontava para o século XVI o fabrico de coberturas para a cabeça²⁵⁴. Nos séculos XVII e XVIII, a indústria chapeleira teve um desenvolvimento enorme, sobretudo durante o governo pombalino que funda, em 1759, a Real Fábrica de Chapéus, destinada a um fabrico de excelência, dentro da política de substituição das importações²⁵⁵. Seguindo não só as tendências da moda, mas os

²⁵⁰ LEITE, Joaquim da Costa – “Actividades Económicas”. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Ana Maria Rodrigues (coord.), Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 81 - 88.

²⁵¹ MAIA, Fernanda Paula Sousa, PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – “Os Brasileiros Empresários e Investidores”. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Ana Maria Rodrigues (coord.), Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 311-317.

²⁵² Idem, *ibidem*, pp. 311-312; ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, pp. 297-301.

²⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 303-305.

²⁵⁴ COSTA, Luís – *O Coração da Fábrica*. São João da Madeira, Câmara Municipal de S. João da Madeira, 1987, p. 25.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

próprios cuidados de higiene da população, é na segunda metade do século XIX que vemos o Norte de Portugal *especializar-se* na indústria chapeleira²⁵⁶. Para além da capital, Porto, Aveiro e Braga afirmaram-se como centros deste tipo de indústria. Este tipo de fábricas já empregava um número considerável de operários e utilizava novas energias, como o vapor, apresentando, deste modo, números promissores na produção²⁵⁷.

Hoje, o chapéu não tem a popularidade dos finais do século XIX e inícios do século XX, devido às melhores condições de higiene e ao desenvolvimento dos cosméticos²⁵⁸. Na segunda metade do século XIX, o uso do chapéu, ou de qualquer outra cobertura de cabeça, era indispensável na rua²⁵⁹. Só na região da ria de Aveiro, em 1862, contavam-se 17 fábricas de chapéus que empregavam 140 homens e 30 mulheres. Em 1865, segundo Campos e Oliveira, esses números aumentaram significativamente, contando Aveiro com 431 fabricantes de chapéus que produziam 103 824 chapéus, vendidos por todo país²⁶⁰.

Depois de regressar do Brasil, João Rodrigues de Oliveira Santos e seu irmão António de Oliveira Santos²⁶¹ decidiram fundar no lugar da Torre, em São Vicente de Pereira, concelho de Ovar, uma fábrica de chapéus, de feltro e lã, sob o nome *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*. Uma sociedade em nome coletivo, que se caracterizava pela responsabilidade ilimitada e solidária de todos os sócios, que não podendo agrupar muitas pessoas, não permitia a especulação comercial. Este tipo de sociedade era, no entanto, de grande importância social, mas dotado de capitais irrisórios²⁶².

Depois de anos entregue ao saudosismo, João R. de Oliveira Santos embarcou, rumo a Lisboa, de onde terá seguido para a sua querida terra, em 1869. Conciliando o seu espírito irrequieto com o espírito de um verdadeiro freguês, ele, que era apaixonado pelos ventos do progresso, decidiu pôr fim à miséria e à pobreza na qual a modesta terra se encontrava mergulhada, oferecendo novos caminhos e novas oportunidades. Neste sentido, consciente do número significativo de braços parados, é na indústria chapeleira que encontra a solução para tão enfadonha

²⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp. 11-16; PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui – “A Higiene: da higiene da habitação ao asseio pessoal”. In *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Coord. de Irene Vaquinhas e direção de José Mattoso, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011, pp. 92-116.

²⁵⁷ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, pp. 304-306.

²⁵⁸ PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui, *ob. cit.*, 2011, pp. 105-106.

²⁵⁹ JORGE, Duarte – “O traje” in *Portugal e a restauração*. A. H. De Oliveira Marques e Fernando de Sousa (Coord.), vol. X – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 428-431.

²⁶⁰ RODRIGUES, Manuel Ferreira – *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras na sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 291-292.

²⁶¹ Na oração fúnebre feita pelo Pe. Vigário e Mattos, abade de S. Vicente de Pereira, em 1903, aquando da transladação dos restos mortais de João Rodrigues de Oliveira Santos, o referido pároco, ao percorrer a vida do magnata vicentino, refere que a iniciativa para a implantação da indústria chapeleira no lugar da Torre partiu de António de Oliveira Santos, MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 16, nota 1.

²⁶² RODRIGUES, Manuel Ferreira, *ob. cit.*, 2010, pp. 585-586.

situação, deixando de lado as possíveis ingratidões que esse esforço económico pudesse gerar, pois, como ele próprio parece ter referido, «*não importa, porque é esta terra minha amada terra onde eu nasci*²⁶³».

Principiada em abril de 1872, a *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* apenas começou a laborar em agosto de 1873²⁶⁴. As palavras de Pinho Leal, na sua obra *Portugal Antigo e Moderno*, são entusiasmantes. Para o autor a chapellaria era “*de certo a melhor e mais rica fábrica de chapéus de Portugal e poucas a excederão em toda a Europa*²⁶⁵”. Nela havia 26 máquinas, todas movidas a vapor – como o secador mecânico e a estufa – que, aliado à perfeição dos acabamentos do produto, permitiam a sua barateza e uma maior facilidade de colocação nos mercados, o que viria a gerar uma forte concorrência e uma guerra sem quartel²⁶⁶. A máquina a vapor utilizada para a lavagem de lã tinha uma força de 30 cavalos, a caldeira 50 e era alimentada a lenha e carvão de pedra proveniente de Inglaterra que, seguindo pela ria de Aveiro, era descarregado na Ribeira de Ovar – Cais da Ribeira²⁶⁷. O edifício despertou de tal maneira as atenções que o Padre Vigário e Mattos nos relata que ali «*afluíam curiosos, de todas as condições e idades, para ver e admirar o grande e extraordinário melhoramento, [...]. Era uma romaria constante de capitalistas e industriais, proprietários e artistas, letrados e homens do povo [...]*²⁶⁸».

Há, contudo, uma nota histórica a ser corrigida. Pinho Leal defende que as máquinas instaladas na *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* foram, então, as primeiras e as únicas importadas para Portugal dentro daquele género de indústria²⁶⁹. Não sabemos com que fundamento e com que certezas o supracitado autor chega a uma conclusão tão concreta quanto objetiva, mas, já em 1868, tinha chegado à cidade do Porto *mais* uma máquina importada de França, com capacidade para produzir 300 chapéus por dia e cerca de 80 mil por ano. Não terá sido a única. Parece que houve, no mesmo ramo industrial, empresas que importaram maquinismo ao longo da década de 1860. Uma temática que necessita de mais estudos. Por curiosidade, essa máquina pertencia à chapeleira de Francisco da Costa Braga – Firma *Costa Braga & Filhos* –, também ele emigrante no Brasil, durante 24 anos, onde trabalhou no mesmo ramo industrial, consolidou conhecimentos e

²⁶³ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, pp. 15-16.

²⁶⁴ LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vol. IX, Lisboa: Mattos Moreira & Companhia, 1880, p. 47.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 46-47; PINTO, Augusto Oliveira, *ob. cit.*, 1935, pp. 155-156.

²⁶⁷ LEAL, Pinho, *ob. cit.*, vol. IX, 1880, p. 55.

²⁶⁸ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p.17.

²⁶⁹ LEAL, Pinho, *ob. cit.*, vol. IX, 1880, p. 48.

adquiriu capitais que depois o lançaram como um dos maiores industriais no sector da chapelaria no Norte do país²⁷⁰.

Aproveitando as vantagens que a maquinaria oferecia, a indústria da família Oliveira Santos tinha uma capacidade produtiva que podia chegar aos 1200 chapéus por dia e 400.000 por ano. Contudo, os azares do comércio e as dificuldades de colocação do produto faziam com que apenas fossem produzidos 3.000 a 4.000 chapéus por mês²⁷¹. Do ponto de vista das matérias-primas, a indústria chapeleira do lugar da Torre consumia lãs nacionais e estrangeiras, pelos de coelho e lebre, podendo gastar, anualmente, até 60.000 quilogramas destas mesmas matérias-primas.

Para além da dinâmica produtiva, da perfeição do fabrico e do conseqüente baixo preço, a excelência de uma empresa vê-se pela oportunidade que concede aos seus operários. Neste complexo industrial, tiramos o chapéu à empregabilidade e ao desenvolvimento local e social que o mesmo originou. Em 1874, a *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* empregava cerca de 60 a 70 operários, mas tinha capacidade para empregar até 130²⁷². O lugar da Torre que, segundo Pinho Leal, era um modesto sítio rodeado por vastos pinhais, tornou-se numa bela povoação. Todo este investimento atraiu um número significativo de pessoas de outras localidades, pelo que alguns operários eram provenientes de Coimbra, São João da Madeira, Braga, Murtosa e de outros territórios próximos, mas que, deste modo, se foram fixando naquele lugar. No contrato de dissolução da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*, encontramos um João Nunes, natural da Murtosa, e um João Fernandes Braga, natural de Braga, ambos caixeiros e com residência em São Vicente de Pereira²⁷³.

Aliás, o processo para implementação de uma escola de meninas a 100 metros do local onde estava edificada a chapelaria é esclarecedor quanto a essa dinâmica social que se começou a gerar no lugar. Oferecida pelo mesmo João Rodrigues de Oliveira Santos, a escola não pretendia apenas dar a oportunidade de aprender a ler e a escrever a todas as raparigas da freguesia, mas sobretudo instruir e educar as filhas dos operários. Esta atitude demonstra não só o seu lado humano, como o lado empreendedor de João Rodrigues de Oliveira Santos, pois, por entre argumentos, João perspectivava, a 1 de fevereiro de 1874, um aumento do número de operários que, em meses, deveria ascender a cento e vinte ou cento e trinta, pelo que era necessário um local onde esses trabalhadores pudessem mandar as suas crianças²⁷⁴. Para ele, era no “*santuário da instrução e uma escola das*

²⁷⁰ MAIA, Fernanda Paula Sousa, PEREIRA, Maria da Conceição, *ob. cit.*, 2000, pp. 312-313; ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, p. 307.

²⁷¹ PINTO, Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, 1935, p. 155.

²⁷² Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Acervo da Direção Geral de Instrução Pública, Maço 149 – Consultar anexo XVIII.

²⁷³ Consultar anexo XXV – Contrato de dissolução da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* (1877).

²⁷⁴ NETO, Wenceslau Gonçalves; MAGALHÃES, Justino, *ob. cit.*, nº 20, 2009, pp. 15-39.

letras, onde muitos têm aprendido a ser homens... de valor, de merecimento, do seu tempo e do seu paiz”²⁷⁵.

Se tal preocupação vem comprovar o projeto de desenvolvimento local a partir da fábrica, não podemos negar que o largo da Torre se tornou o centro da freguesia. Ali, começou a fazer-se uma pequena feira onde os comerciantes viam uma oportunidade para venderem os seus produtos, nomeadamente, as carnes, as hortaliças, as frutas e o feijão, e os operários a oportunidade para se abastecerem ²⁷⁶. O crescimento da importância do lugar pode atestar-se com a escritura do Padre Francisco Pereira, fundador da capela de S. José edificada naquele mesmo lugar, que deixa a António de Oliveira Santos, em 1890, o zelo daquele mesmo edifício religioso. Pela leitura do documento percebe-se que na década de 1880 foram levados a cabo certos melhoramentos pela “sempre crescente afluência dos fiéis”²⁷⁷. Ali se ampliou a sacristia, construiu-se um coro novo e uma torre na qual se colocaram três sinos.

O espírito empreendedor de João R. de Oliveira Santos permitiu à empresa alcançar outros voos. A inovação é um dos pilares fundamentais para uma vida industrial sã e o proprietário da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* sabia da importância de estudar e aperfeiçoar o seu espírito empresarial. Na biblioteca do seu *palacete*, por entre os muitos livros que lá repousam, contam-se nas suas estantes quatro volumes do *Dictionnaire des Arts et Manufactures* (1874)²⁷⁸, que demonstram o interesse pelo conhecimento técnico, e, neste caso, a preocupação pela forma como o chapéu deveria ser fabricado²⁷⁹.

Os chapéus *vicentinos*, segundo Pinho Leal, exportavam-se para todo o reino, ilhas atlânticas, continente africano, Espanha, Brasil, entre outros destinos²⁸⁰. Por diploma de 20 de outubro de 1874, fica a ideia que a *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* tinha contactos comerciais com a Turquia, tendo sido nomeado [João Rodrigues] Vice-cônsul do mesmo país no distrito de Aveiro²⁸¹. Não podemos afirmar objetivamente que tipo de ligações eram estas, contudo, é provável que esses laços fossem meramente comerciais. Ponderamos estar em presença de uma estratégia de garantia de isenções comerciais naquele mesmo país. É assunto a esclarecer com mais investigação.

²⁷⁵ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 15.

²⁷⁶ PINTO, Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, 1935, pp. 155-156.

²⁷⁷ Consultar anexo XXVI – Escritura da capela de São José feita a António Gomes de Oliveira Santos.

²⁷⁸ Guilherme de G. de Oliveira Santos faz referência a esta obra em SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – “As Crónicas de João Rodrigues de Oliveira Santos e a Fábrica de Chapéus, em São Vicente de Pereira”. *Revista Dunas: Temas & perspectivas, revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. nº 7, Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2007.

²⁷⁹ LABOULAYE, Charles – “Chapeaux”. In *Dictionnaire des arts et manufactures, de l’agriculture, des mines, etc. Description des procédés des l’industrie française et étrangère*. T. 1, Paris: Librairie du dictionnaire des arts et manufactures, 1870-73, pp. 719-725.

²⁸⁰ LEAL, Pinho, *ob. cit.*, vol. IX, 1880, p. 48.

²⁸¹ Consultar anexo XXVII – Diploma da nomeação de João R. de Oliveira Santos como Vice-cônsul da Turquia, no distrito de Aveiro – 20 de outubro de 1874.

Nomeação idêntica teve Francisco António da Costa Braga, quando, em 1863, Pedro II do Brasil, lhe concedeu usar o título de *Imperial Fábrica de Chapéus*²⁸². Fruto da excelência que impunha na época, vemos ainda a empresa ligada a um grande evento internacional, quando se fez representar, em 1876, na Exposição Internacional de Filadélfia²⁸³.

Na segunda metade do século XIX, o crescimento da indústria portuguesa, quando comparado com a realidade europeia, mostrou-se relativamente lento, sobretudo nas chamadas indústrias tradicionais, como as de artigos de consumo e de vestuário²⁸⁴. Para além das dificuldades inerentes à escassez de recursos uniam-se as derivadas da estreiteza do mercado interno e o reduzido peso do comércio externo na economia nacional²⁸⁵. Ao contrário do que corre pelas bocas do povo, sempre atento aos deslizes dos mais abastados, a empresa de João e António de Oliveira Santos não fechou portas por motivos de falência, mas antes por decisão de ambos os sócios²⁸⁶. Obviamente que houve um conjunto de fatores que precipitou tamanha decisão, sobretudo, e como já referimos, a prática dos preços baixos que gerou uma forte concorrência, nomeadamente com as chapelarias tradicionais de São João da Madeira²⁸⁷. De acordo com alguns relatos, o empresário que fornecia as tintas para os chapéus terá exigido alguns benefícios económicos (comissões) pela venda do produto. Contudo, tal pedido não foi aceite pelos irmãos Oliveira Santos, o que levou ao suborno e conseqüente traição dos operários técnicos que inutilizaram propositadamente grandes quantidades de material²⁸⁸. É assunto que exige mais investigação. A doença “*pertinaz e teimosa*”²⁸⁹ que surpreendeu João acabou por agravar a decisão e a conseqüente capacidade para reestruturar a empresa²⁹⁰.

A situação ter-se-á agravado em agosto de 1876, quando a fábrica se viu envolvida numa causa comercial, onde os réus, os irmãos Oliveira Santos, foram condenados a pagar 4\$340 réis a José Rodrigues d’Almeida, de Boialvo de Anadia, devido ao contrato de comissões sobre a compra de lãs²⁹¹. No fim do mesmo ano, a decisão foi tomada. Dissolveu-se a sociedade, o contrato foi alinhavado a 31 de dezembro de 1876 e assinado um mês depois²⁹². Pelo acordado, António Gomes

²⁸² ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, 1994, p. 307.

²⁸³ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, nº 7, 2007, p. 12; consultar anexo XXVIII – Certificado de participação na exposição de Filadélfia (1876).

²⁸⁴ LAINS, Pedro – *Os Progressos do Atraso: uma nova história económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 137 -140; JUSTINO, David – “Preços e salários em Portugal, 1850-1912”. In *História Económica*. nº 2, Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 140; LAINS, Pedro – *A Economia Portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, pp. 68-72.

²⁸⁶ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, nº 7, 2007, pp. 13-14.

²⁸⁷ RODRIGUES, Manuel Ferreira, *ob. cit.*, 2010, pp. 292-293.

²⁸⁸ PINTO, Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, 1935, p. 156.

²⁸⁹ MATTOS, Pe. Vigário e, *ob. cit.*, 1903, p. 17.

²⁹⁰ Idem, *ibidem*.

²⁹¹ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, nº 7, 2007, pp. 16-17.

²⁹² Consultar anexo XXV.

de Oliveira Santos cedia o saldo de quatro contos de réis que possuía na fábrica para compensar os presumíveis prejuízos. A fábrica passou a pertencer única e exclusivamente a João Rodrigues de Oliveira Santos, com todo o seu ativo e passivo, edifícios, máquinas, utensílios, manufaturas acabadas e por acabar. O apontamento de Marques Gomes na sua obra, *O Districto de Aveiro*, é esclarecedor do período negro da chapeleira da Torre. Em 1877, a empresa já só contava com 57 operários, continuando, contudo, a ter uma produção avaliada em 120.000\$000 réis²⁹³.

Corroborando as palavras de Manuel Ferreira Rodrigues, os testemunhos são frágeis²⁹⁴, pelo que é necessário fazer mais pesquisas para sabermos as razões da decadência da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*. Para além das razões que fomos apontando, damos conta de uma teoria de Guilherme G. de Oliveira Santos, neto de João Rodrigues de Oliveira Santos, que aponta a falta de infraestruturas como uma das razões mais fortes para o insucesso da empresa, o que é estranho, dada a descrição do edifício por Pinho Leal e as informações do Padre Vigário e Mattos, embora muitas informações demonstrem um certo grau de deslumbramento. Refere Pinho Leal que a fábrica era uma obra de grande sumptuosidade, que contava com dois pisos e tinha 34 metros de comprimento, 14,5 metros de largura e 8,50 metros de altura, tendo alguns armazéns anexos onde se guardava a lã, a lenha e outros materiais²⁹⁵.

Depois de dissolvida a sociedade, António Gomes de Oliveira Santos viu-se obrigado a remigrar para o Brasil devido a problemas económicos. Quanto à fábrica, essa continuou a funcionar, não se sabendo ao certo quando deixou de laborar definitivamente, embora se aponte para a década de 1880²⁹⁶. Desativada desde então, os filhos de João Rodrigues de Oliveira Santos, Gabriel e Adolfo, arrendaram o segundo piso ao industrial José Gomes dos Reis²⁹⁷, popularmente conhecido como *José da Cantoneira*, que então se dedicou ao fabrico de urnas funerárias dando início a uma produção que, ainda hoje, é fundamental no tecido industrial vicentino.

Em 1935, Augusto de Oliveira Pinto dá conta que, junto à altíssima chaminé, “*ex-libris da freguesia*”²⁹⁸, o edifício principal já se encontrava bastante danificado. A machadada final chegaria passados onze anos. A 12 de dezembro de 1946, em período de festas de Santa Luzia, um enorme incêndio consumiu por completo o edifício devido a uma espécie de carvão utilizado para secar o verniz das urnas, altamente inflamável. As brasas terão caído no soalho e em materiais que ainda pertenciam ao fabrico dos chapéus. O incêndio terá sido tal que o clarão se viu em Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Ovar, levando todas as corporações de bombeiros destes municípios a

²⁹³ GOMES, Marques – *O Districto de Aveiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1877, p. 293.

²⁹⁴ RODRIGUES, Manuel Ferreira, *ob. cit.*, 2010, p. 293.

²⁹⁵ LEAL, Pinho, *ob. cit.*, vol. IX, 1880, p. 47.

²⁹⁶ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, nº 7, 2007, p. 14.

²⁹⁷ Consultar anexo XXIX – Retrato de José Gomes dos Reis.

²⁹⁸ PINTO, Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, 1935, p. 155.

acorrerem ao local ²⁹⁹. Após o incêndio, José Gomes dos Reis, também ele prejudicado pelo incêndio, acaba por comprar o restante terreno que ainda pertencia à família Oliveira Santos, gastando, no total, 14.000\$00. Naquele local, reduzido a cinzas, José Gomes dos Reis ergueu um pequeno bairro composto por 6 casinhas, que correspondem, ainda hoje, a cada um dos seus seis filhos, entre os quais, Teresa Emília de Jesus que nos relatou estes episódios³⁰⁰.

É a partir deste bairro que dissiparemos algumas dúvidas e lacunas quanto à localização da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*. Corre, em alguns estudos, a ideia de que este pequeno complexo habitacional corresponderia ao bairro da chapelaria. O próprio historiador Armando de Almeida Fernandes, num trabalho sobre a toponímia de Ovar, publicado no periódico owarenses *João Semana*, divulgou uma fotografia do referido bairro legendando-a como “*bairro operário da antiga fábrica de chapéus de São Vicente de Pereira*”³⁰¹. Guilherme G. de Oliveira Santos, nas suas *Crônicas de João Rodrigues de Oliveira Santos e Fábrica de Chapéus em São Vicente de Pereira*, também avançou com uma proposta dúbia quanto à verdadeira localização do complexo industrial³⁰².

Como proposta de interpretação mais convincente, defendemos que a edificação do referido complexo seria a nascente daquela que Guilherme G. de Oliveira Santos sugere. Em primeiro lugar, não fazia sentido que a construção do edifício fosse tão distante das habitações dos dois irmãos. As casas de habitação da família Oliveira Santos formam um pequeno largo, ou praça, transmitindo a sensação de espaço *fechado*, pertença *única e exclusiva* da família. Aliás, as marcas deixadas num pequeno muro junto à casa que pertencera a António Rodrigues de Oliveira Santos, postas a nu por obras recentes num prédio que ali se encontra, revelam a existência de uma antiga divisão com o mesmo material de construção da chapelaria. Estas marcas permitem-nos concluir sobre a existência de uma ligação entre a casa do referido proprietário e a própria fábrica³⁰³.

Em segundo lugar, a entrada que hoje dá acesso ao bairro mandado construir por José Gomes dos Reis é a mesma que dava acesso à entrada para a fábrica, cuja largura é de 1,75 metros, o que daria perfeitamente para a entrada de um carro de bois de uma cabeça. Contudo, não cremos que esses carros lá entrassem, uma vez que a matéria-prima seria guardada nos armazéns anexos ao complexo. Estes e algumas casas de operários que se começaram a formar localizavam-se, então, na zona que Guilherme G. de Oliveira Santos considera ter sido a área de implantação industrial. Uma

²⁹⁹ Entrevista a Maria Alice Gomes Ferreira e David Francisco Pereira, 22 de outubro de 2016.

³⁰⁰ Entrevista a Teresa Emília de Jesus, 9 de novembro de 2016.

³⁰¹ FERNANDES, Armando de Almeida – “Pereira”. In *Jornal João Semana*. Ovar: 1994, disponível em <http://artigosjornaljoaosemana.blogspot.pt/p/algumas-notas-toponimicas-ovarenses.html> (acedido a 1/12/2016).

³⁰² Consultar anexo XXX – Propostas de localização do complexo industrial de Guilherme G. Oliveira Santos e Leandro Correia.

³⁰³ Consultar anexo XXXI – Cicatrizes de um dos anexos da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*.

dessas casas ainda hoje é conhecida como a “*casa do forneiro*”, o indivíduo responsável pela caldeira da fábrica³⁰⁴.

Se a documentação do processo para a edificação da escola de meninas refere que começavam a ser construídas algumas casas a poente da chapelaria, a terceira e última razão que compõe a nossa proposta sobre a localização da referida indústria é o facto de esta documentação referir que o espaço dedicado à instrução distava 100 metros do complexo industrial, portanto, a nascente da zona proposta por Guilherme G. de Oliveira Santos³⁰⁵.

Pesem as inúmeras divergências e sugestões quanto à localização da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*, Manuel Ferreira Rodrigues oferece-nos ainda dados curiosos sobre uma eventual consideração dos irmãos para construírem o complexo junto ao porto do Carregal, em Ovar³⁰⁶. Os dados em si não são descabidos, mas acabam por ser frágeis nos seus argumentos. Aliás, o porto principal de cargas e descargas de Ovar ao longo do século XIX localizava-se no Cais da Ribeira, embora o Carregal começasse, de facto, a emergir sob ponto de vista das transações comerciais. Contudo, comparemos as distâncias, apesar de os percursos de hoje nada terem a ver com os de então. Do Lugar da Torre à estação de caminhos de ferro de Ovar são cerca de 6,8 km e desta ao Carregal são cerca de 5 km. Se a intenção fosse atender aos custos da importação das matérias-primas, assim como ao transporte dos produtos, os empresários vicentinos teriam optado por um terreno perto do Cais da Ribeira que dista apenas 3,4 km do caminho de ferro vareiro e estaria, porventura, mais próximo de São Vicente de Pereira³⁰⁷.

Independentemente das propostas, dos acasos do destino, das certezas e das incertezas é inquestionável que a construção da chapelaria vicentina surgiu da vontade dos empresários João e António de Oliveira Santos desenvolverem a sua terra, colocando-a no mapa do século XIX português e dando oportunidades de trabalho e instrução aos seus patrícios. Contudo, continuam a ser necessários mais estudos e reflexões sobre a dimensão e extensão de tal empreendimento industrial. Quanto ao referido empreendimento, temos seguido algumas pistas que logo se vão desvanecendo, como o levantamento do projeto de edificação que supostamente se encontraria no *Arquivo da Direção Regional de Economia do Centro do Ministério da Economia*, em Coimbra, mas que terá seguido para Lisboa para a Secretária-geral. Também aqui sem sucesso.

Os jornais que consultámos também não nos oferecem pistas, mas, neste ponto, continuaremos a busca. Identificado, mas não consultado, ficou o Fundo Notarial, relativo à constituição de sociedades, no *Arquivo Distrital de Aveiro* que, segundo informações recolhidas,

³⁰⁴ Consultar anexo XXXII – Início de um bairro operário a poente da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*.

³⁰⁵ NETO, Wenceslau Gonçalves; MAGALHÃES, Justino, *ob. cit.*, nº 20, 2009, pp. 15-39.

³⁰⁶ RODRIGUES, Manuel Ferreira, *ob. cit.*, 2010, p. 294.

³⁰⁷ Consultar anexo XXXIII – Distância do Lugar da Torre à estação de caminhos de ferro de Ovar e desta ao Carregal e ao Cais da Ribeira (distâncias atuais).

abarcam o período em estudo. Nota ainda para a documentação encerrada no cofre que pertencia à *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*, que se encontra no *palacete* de João Rodrigues de Oliveira Santos e cuja consulta será feita no futuro.

Se a imagem deste gigantesco complexo se vai tornando turva na memória vicentina, exige-se um esforço claro e objetivo para não deixar as gerações mais novas desprovidas de informação histórica que tanto orgulha vareiros e vicentinos e que os pode lançar num caminho de projetos que engrandecem a sua terra, tendo como exemplo homens que fizeram dos seus sonhos pessoais, sonhos coletivos.

Se o que se vai escrevendo é uma forma de perpetuar no tempo este marco histórico e industrial, é no espaço que se devem clarificar alguns apontamentos, a começar pela problemática do Bairro de S. José, mandado construir por José Gomes dos Reis. Ali, segundo fontes orais, para além do bairro, aproveitando o que restou da chapellaria, edificou o referido proprietário nova fábrica de urnas funerárias que mais tarde voltou a ser vítima das chamas. Daqui, transferiu-se a fábrica para um novo terreno, que dista a 250 metros do lugar da Torre, que ainda hoje labora e que já vai na quarta geração, conhecida como *Ernesto de Oliveira & C.ª, LDA.*, gerida pelos empresários António Cunha Brandão e seu filho Bruno Reis Oliveira e Cunha Brandão.

Aquando da transferência de local para a implementação da referida fábrica houve também transferência de *marcos* arqueológicos que pertenceram à chapellaria dos Irmãos Oliveira Santos. Descobrimos recentemente que há anos o então presidente da Junta de freguesia de São Vicente de Pereira, Sr. Filipe Mesquita, guardou esses mesmos vestígios que se podem ver em frente à Igreja Matriz a servir de *repouso* ao santo padroeiro. Estamos a falar de três pedras de tamanho considerável, que exigem um estudo aprofundado relacionado com o processo de fabricação de chapéus no século XIX³⁰⁸.

Hoje, o Lugar da Torre perdeu a dinâmica e a(s) oportunidade(s) de outrora. Naquele lugar, onde gerações se encontraram para cimentar o seu tempo, foram perspetivadas várias formas de industrialização, não só com a chapellaria Oliveira Santos e a fabricação de urnas funerárias, mas também com a produção de meias, embora numa escala muito menor que aquelas, que se resignou ao piso de uma modesta habitação defronte ao local onde se edificou a indústria chapeleira. Nas questões sobre o destino a maior certeza é a sua inevitabilidade. Assim, e como reconhece Guilherme G. de Oliveira Santos, “*depois de duas tentativas de fixação industrial naquele modesto e rural lugar, a natureza venceu*”³⁰⁹.

³⁰⁸ Consultar anexo XXXIV – Marcos arqueológicos da antiga *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*.

³⁰⁹ SANTOS, Guilherme G. de Oliveira, *ob. cit.*, nº 7, 2007, p. 18.

5. APLICAÇÃO DIDÁTICA

De acordo com os apontamentos de Edgar Morin, a escola do futuro encontra dois desafios. Formar o indivíduo numa perspetiva de unidade e multiplicidade, para que ele tome consciência que pertence a um todo humano, parte de uma identidade, compreendendo a complexidade da espécie e ciente que é ao mesmo tempo um Ser físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Da escola, espera-se, portanto, uma educação que conduza à antro-po-ética, com a capacidade de estabelecer uma relação de controlo mútuo entre a sociedade e os indivíduos pela democracia, concebendo a Humanidade como comunidade planetária. A escola deve combater a complexidade do homem e do seu mundo, aperfeiçoando um sistema que se quer inter e transdisciplinar³¹⁰. Posto isto, que lugar terá a História Local nos quadros educativos, tendo em conta os tempos de globalização?

Estima-se que, em 2050, 66% da população mundial viverá em cidades, pelo que se exige uma agenda política focada na negociação de um contrato regional e local, que descentralize competências, alargue responsabilidades e que não se resuma a discutir envelopes ou mochilas financeiras³¹¹. A escola tem a responsabilidade de consciencializar para a defesa do património como bem identitário comum e, conseqüentemente, para a importância da História Local no panorama nacional. Esta prática não só salvaguarda o futuro histórico e cultural, mas contribui de forma ativa para atenuar os pequenos-grandes crimes de lesa-património dos quais Portugal é vítima³¹².

À medida que o mundo se tornou maior e se complexificou, a importância da realidade local e das identidades primordiais também se tornaram mais fortes³¹³. A História, enquanto ciência dos homens no tempo e no espaço tem um papel fundamental nesta consciencialização do património cultural e da História Local, devido à sua componente social, mestre da vida nos mais diversos ramos do saber. As questões locais e patrimoniais devem, cada vez mais, penetrar sistematicamente nos programas escolares e estar presente no processo de ensino-aprendizagem³¹⁴.

³¹⁰ Cf. MORIN, Edgar – *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª ed., São Paulo: DF, Unesco, 2000, pp. 47-61; ver MENDES, José Amado – “A História para o futuro: conhecimento e ação”. In *Revista XXI: ter opinião*. nº 4, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, pp. 244-247.

³¹¹ Veja-se o seguinte artigo, TEIXEIRA, António José – “Mais poder para as cidades”. In *Revista XXI: ter opinião*. nº 4, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, pp. 8-11.

³¹² SILVA, Gustavo de Brito – *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, pp. 11-46.

³¹³ TEUNE, Henry, *ob. cit.*, 2005, pp. 265-268.

³¹⁴ MENDES, José Amado, *ob. cit.*, 2013, pp. 190-191; veja-se ainda: RIBEIRO, Gabriel Mithá – *O Ensino da História*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, pp. 41-48; TAVARES, António; SOUSA, Edviges;

A valorização da História Local, tanto no domínio pedagógico, como na vertente científica, deve, contudo, ser acompanhada de uma reflexão crítica, questionando devidamente as conceções, as abordagens e os desenvolvimentos. A evolução das conceções acabou por influenciar de forma natural os juízos qualitativos quanto às práticas historiográficas. Há ainda o constante debate sobre as fraquezas e limitações de uma História Local provinciana e tradicional, e as potencialidades de uma “nova” História Local mais esclarecida e proveitosa³¹⁵. Esta discussão demonstra não apenas o desenvolvimento desta enquanto ciência, como a preocupação pelo próprio local. No domínio educativo, houve um impulso nas décadas de oitenta e noventa, com estudos que procuraram refletir o desejável lugar da História Local, numa escola mais rica, do ponto de vista formativo, mais dinâmica e mais integrada no meio³¹⁶.

Para este desenvolvimento e emergência da História Local, não podemos esquecer o papel dos historiadores que apelaram ao sentimento enraizado de pertença a uma comunidade. O reacender de afetos de que os homens se mostram carentes pode demonstrar-se, precisamente, pela vivificação de um certo poder local que cria círculos de sociabilidade através da participação nas coisas públicas³¹⁷. Portanto, a natureza social da aprendizagem que em História é fundamental. Como os conceitos históricos são construídos por analogia com os conceitos da realidade humana e social que o sujeito experiencia, o quotidiano daquele que se pretende formar é a âncora a que o conhecimento histórico se afirma, uma vez que fornece as bases para dar sentido às ações, razões e emoções do passado humano³¹⁸. Basta recordar o exemplo dado na introdução deste estudo sobre um caso numa freguesia de Coimbra que encheu de vaidade um aluno que pertencia e conhecia bem o espaço que havia sido abordado.

Para lá da motivação decorrente da valorização, perante a dimensão e a complexidade dos tempos modernos, é fundamental lembrar as expectativas criadas em torno de uma nova História Local, tendo por base uma reformulação de conceitos e um sentido aprofundado das suas

ANTUNES, Helena; FOUTO, Luís; CHAMBEL, Luísa; LUCENA, Margarida – *História Local e ensino da história: duas propostas para exploração pedagógico-didática*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2000, pp. 8-53.

³¹⁵ SANTOS, J.J. Carvalhão – “Do Local ao Global: uma reflexão sobre conceitos e práticas”. In *Revista Portuguesa de História*. t. XXXIX, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, p. 121.

³¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 122-123; ROLDÃO, Maria do Céu – “O papel da realidade regional e local na aprendizagem significativa da História/Estudos sociais”. In *Atas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre, 1990, pp. 20-30.

³¹⁷ Cf. OLIVEIRA, António de – *Pedaços de História Local*. vol. 1, Coimbra: Palimage, 2010, p. 13; TORRAL, Luís Reis – “História... Que História?”. *Separata da Revista de História das Ideias*. vol. 9, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 843-867.

³¹⁸ BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *De pequenino se aprende a pensar: formar a opinião na aula de história e geografia de Portugal*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2000, pp.8-9; BARCA, Isabel; GAGO, Marília – “Aprender a pensar em história: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade”. In *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: CEEP – Universidade do Minho, 2001, pp. 239-244.

potencialidades no contexto atual³¹⁹. De entre essas reformulações está a possibilidade de a História Local, perante as Histórias gerais, contribuir para a correção de generalizações apressadas, pelo facto de proporcionar um quadro de pesquisa restringido a dimensões razoáveis, capaz de facultar elementos para uma melhor compreensão do processo histórico mais geral, de realçar vertentes de estudo com a aproximação do vivido³²⁰.

O diálogo entre o ensino de História e o conhecimento científico acaba por redimensionar a importância social da área na formação do estudante, sinalizando e fundamentando a possibilidade de estudo e atividade que valorizem o intelecto do aluno no desenvolvimento e envolvimento em trabalhos que favoreçam a sua autonomia para aprender³²¹. O estudo histórico desempenha um papel fundamental, na medida que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre o indivíduo, o grupo e o mundo social, possibilitando ao ensino da História uma escolha pedagógica que proporcione ao aluno instrumentos que lhe permitam refletir sobre os seus valores e as suas práticas quotidianas, relacionando-as com a problemática histórica inerente ao seu grupo de convívio, à sua própria localidade, à sua região e à sociedade nacional e internacional³²².

Tem-se assistido, em termos de propostas curriculares e produções didáticas, à introdução do conceito “História do Cotidiano [quotidiano]”³²³. A associação entre o quotidiano e a história de vida dos alunos possibilitam contextualizar de forma simples essa vivência individual a uma história coletiva. A memória, portanto. A construção de identidades pessoais e sociais está, de facto, intimamente ligada à memória, tanto no plano individual como no plano coletivo, contribuindo que cada geração estabeleça relações com gerações anteriores, procurando preservar o passado como guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e, sobretudo, do futuro. Neste sentido, o ensino da História Local ganha significativa importância no ensino, precisamente pela possibilidade que oferece de introduzir a formação de um raciocínio de História que contemple tanto o indivíduo, como o coletivo, a sociedade, apresentando as relações sociais que se estabelecem na realidade próxima³²⁴.

O ensino da História Local, para além de permitir ao professor partir das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno(a) em contextos mais amplos, mediante a sua habilidade para

³¹⁹ Cf. ALARCÃO, Jorge – “Introdução ao estudo da história e património locais”. In *Cadernos de Arqueologia e Arte*. vol. 2, Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1988.

³²⁰ SANTOS, J.J. Carvalhão, *ob. cit.*, 2007, pp. 124-125.

³²¹ BARROS, Carlos Henrique Farias de – “Ensino de História, Memória e História Local”. p. 2; Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf (acedido a 27/06/2017).

³²² Idem, *ibidem*; Ver GAMEIRO, Sara Margarida Domingues Dias da Mota – *A comunidade local no ensino da História: bases de dados, competências e gestão flexível do currículo*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 30 -52.

³²³ BARROS, Carlos Henrique Farias de, *ob. cit.*, p. 2.

³²⁴ Idem, *ibidem*, p. 3.

buscar o sentido e o significado para o conhecimento que ministra, permite aos alunos(as) passarem a observar e compreender o significado de matérias construídas no passado, a compreender que as realidades históricas de certas localidades e seus habitantes no tempo não são isoladas do mundo, mas como parte de um processo de construção de identidade(s) culturais e sociais³²⁵. Neste sentido, o papel da disciplina de História é fornecer ao estudante um senso de identidade que estimule e facilite a sua relação com o outro: pessoas, nações, culturas diferentes. Nesta perspetiva de História Local, a História torna-se mais acessível para os(as) alunos(as)³²⁶.

Os programas de História aconselham uma orientação para o estudo dos fenómenos locais, como forma de desenvolver capacidades de análise crítica nos alunos perante a realidade envolvente da escola, facilitando-lhes a estruturação do pensamento histórico, fornecendo-lhes um quadro de referências que os ajudem a tomar consciência do lugar que ocupam no processo de evolução espaço-temporal das comunidades local e regional, respetivamente³²⁷. O aluno não é apenas capacidade intelectual, raciocínio e inteligência pura. É também sensibilidade, afetividade e emotividade. É um indivíduo dotado de sensações, afetos e emoções que é necessário envolver, emocionar, seduzir e fascinar³²⁸. Embora o desconhecimento de uma localidade possa condicionar a prática letiva do professor que deseje orientar os alunos nesse sentido³²⁹, a integração do estudo da História Local proporciona o alargamento do horizonte cultural do aluno, contribuindo para a sua compreensão sobre a pluralidade dos modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços³³⁰. Daí defendermos a necessidade, e a utilidade, de serem criadas oficinas de História Local nas escolas, contribuindo para dar outra abordagem à própria disciplina, associando o saber, ao saber fazer³³¹.

Esta relevância da História Local foi enfatizada de acordo com as conceções pedagógicas, inserindo-se num contexto de valorização de uma prática pedagógica mais centrada na participação do aluno e em métodos ativos que, partindo de recursos concretos, permitissem desenvolver

³²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 3-4 e 5-9; Ver TAVARES, António, SOUSA, Edviges, ANTUNES, Helena e outros – “História Local e Ensino da História: Duas Propostas para Exploração Pedagógico -Didática”. In *Cadernos Pedagógico- Didáticos*. nº 20, Lisboa: APH, 2000.

³²⁶ BARROS, Carlos Henrique Farias de, *ob. cit.*, p. 9.

³²⁷ MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida – *Didática da História: património e história local*. Lisboa: Texto Editora, 1994, p. 5.

³²⁸ MONTEIRO, Augusto José – *Imaginação e criatividade no ensino da história: o texto literário como documento didático*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1997, pp. 10-11.

³²⁹ MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida, *ob. cit.*, 1994, p. 5.

³³⁰ TAVARES, António; SOUSA, Edviges; ANTUNES, Helena; FOUTO, Luís; CHAMBEL, Luísa; LUCENA, Margarida, *ob. cit.*, 2000, pp.13-14.

³³¹ Pode ser uma mais valia para aspetos ligados à integração, tanto na escola como na sociedade, seguindo os princípios da escola inclusiva – ARMSTRONG, Felicity – “Educação especial e inclusão: uma perspetiva inglesa”. In *A Inclusão nas Escolas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, pp. 11-28; Este tipo de iniciativa já tinha sido defendido por Maria da Glória Rodrigues que apontou as os benefícios e as potencialidades na criação destes espaços educativos – RODRIGUES, Maria da Glória – “Oficina de Património e de preservação e divulgação de património – uma proposta de oferta própria das escolas para a componente técnica/artista dos CSPOPE”. In *O Ensino da História*. nº 6/7, outubro/fevereiro, Lisboa: APH, 1996-1997, pp. 37-41.

conhecimentos, competências e valores. É, portanto, possível caminhar do concreto ao abstrato, partindo do conhecido e adquirido, para a compreensão de realidades mais vastas e complexas³³². Neste sentido, a História Local, em termos pedagógicos, apresenta-nos uma dupla faceta. Se, por um lado, ela assume um papel decisivo na construção de memórias que se poderão inscrever no tempo, por outro, torna-se mais fácil a identificação, que ajuda a construir uma identidade, num espaço mais limitado, do que em situações espaciais mais latas e com carácter mais abstrato³³³.

Com esta investigação sobre a emigração Oitocentista e as suas expressões temporais e espaciais, focados em transmitir estas preocupações sobre o património e a importância da História Local, acabámos por conceber uma ideia de aula que conjuga tanto estas questões, como as características da turma e o nosso perfil enquanto docente. De acordo com as metas curriculares, trabalhamos o domínio 8.1., “*Mundo industrializado e países de difícil industrialização*”, nomeadamente “*A tímida industrialização*” e as “*Alterações nas estruturas sociais*”³³⁴. Não tendo sido uma tarefa fácil, foi com base no conjunto de alunos da turma L que começamos a assentar ideias e a recorrer aos métodos e técnicas que julgamos mais eficazes para atingir os nossos objetivos. É este um dos grandes papéis do professor(a)³³⁵.

Apesar da preparação da aula, não nos foi possível lecioná-la por uma questão de tempo. A turma a quem se destinava esta experiência pedagógica apenas contempla no seu horário 90 minutos semanais de História. A sobrecarga de conteúdos a transmitir, conjugado com o facto de estarmos perante uma temática de final de ano letivo, em nada favoreceu a nossa intenção³³⁶. Contudo, um professor(a) é perito a arranjar soluções e uma vez delineada a estratégia, acabamos por arranjar recursos que pudessem, no futuro, servir de facilitadores na transmissão destes conteúdos a todos aqueles que enfrentarem o mesmo problema³³⁷.

O nosso perfil enquanto docente passa por implementar dinâmicas de reflexão, recorrendo ao presente para integrar o passado. Neste sentido, e porque passamos a vida inteira a ouvir que “*uma imagem vale mais que mil palavras*”, optamos por escolher as imagens como recurso didático para integrar o tema, aproveitando as capacidades de interpretação da turma, da mesma forma que nos permitiria discutir certas temáticas, como o património. Partindo desta reflexão, que devidamente orientada nos faria entrar na questão da tímida industrialização, integraríamos o fenómeno emigratório como resultado de fatores económicos, sociais e políticos, demonstrando que os casos

³³² SANTOS, J.J. Carvalhão, *ob. cit.*, 2007, p. 126.

³³³ MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida, *ob. cit.*, 1994, pp. 24-25.

³³⁴ OLIVEIRA, Ana Rodrigues; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; GAGO, Marília; TORRÃO, Paula – *O fio da História*. Lisboa: Texto Editores, 2012, pp. 201-203.

³³⁵ PROENÇA, Maria Cândida – *Ensinar, Aprender História: questões de didática aplicada*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 20.

³³⁶ Ver sobre a sobrecarga de conteúdos RIBEIRO, Gabriel Mithá, *ob. cit.*, 2012, pp. 90-91.

³³⁷ Consultar anexo XXXV – Planificação da proposta pedagógica.

de sucesso acabavam por representar um fator de desenvolvimento local, e nacional, ao contrário daquilo que a emigração representa hoje para o espaço e que foi visível aos alunos(as) nas imagens selecionadas e exibidas no início da aula.

Como são alunos com reconhecidas dificuldades na disciplina de História, ao longo do ano acabávamos por exercitar a sua *ginástica* mental, pedindo-lhes que *vestissem* a pele de determinada figura no seu tempo, obrigando-os a pensar de acordo com as condições que usufruía naquele mesmo período e, com isto, compreender o rumo da própria História. Esta vertente integra-se na área da cognição histórica, nomeadamente no campo da empatia histórica. Acabamos por criar um jogo digital, através de um *Power Point*, cujo objetivo passava por os alunos, através dos seus *tablets*, *encarnarem* um emigrante do século XIX e selecionar os passos, o caminho, que deveria seguir para uma emigração bem-sucedida e, conseqüentemente, direcionar os capitais para investimentos locais no seu regresso.

O intenso uso dos recursos móveis pelos jovens, como os telemóveis, os *tablets*, entre outros, tem sido encarado pelas escolas e pelos seus professores como instrumentos de grande potencial na promoção da aprendizagem, permitindo aos alunos aprender de forma mais simples e divertida³³⁸. A conjugação das tecnologias móveis com bons objetos de aprendizagem, aliados a uma pedagogia adequada, é o alicerce para uma aprendizagem suportada em dispositivos móveis, cujas aplicações permitem um variado leque de experiências e de formas de aprendizagem, permitindo ao aluno ser sujeito ativo, responsável pelo seu processo de aprendizagem, mediante interação e colaboração do professor³³⁹.

A escolha dos *tablets* como recursos a serem implementados e utilizados pelos alunos para esta aula que planeamos teve a ver com as suas potencialidades e facilidade de manuseamento, numa altura em que também crescem e avançam os estudos sobre o *mobile learning*. Esta definição significa que a aprendizagem móvel pode incluir diversas opções tecnológicas como o *Personal Digital* (PDAs), telemóveis, *smartphones*, *tablets*, consolas, entre outros instrumentos sem fios³⁴⁰.

³³⁸ GIRACOMAZZO, Graziela Fatima, FIUZA, Patricia Jantsch – “A inserção dos tablets nas escolas estaduais de ensino médio no Extremo Sul de Santa Catarina: Preparação dos professores”. In *Experiência Inovadora*. Relatório de Estudo Concluído, Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014, pp. 4 -5 – Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/270.pdf> (acedido a 17/07/2017).

³³⁹ Ver MOURA, Adelina – “A Web 2.2 e as tecnologias móveis”. In *Manual de Ferramentas da web 2.0 para professores*. De CARVALHO, Ana Amélia A. (org.), Brasília: MEC, 2008, p. 121-146

³⁴⁰ ABREU, Renato, CARDOSO, Teresa – “Mobile Learning e educação: o que nos diz a investigação open access?”. In *Atas do 3º encontro sobre jogos e mobile learning*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, labTE, 2016, pp. 28-31 – Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31171/1/Atas-3º-EJML-2016.pdf> (acedido a 17 de julho, 17:30 h); Ver COUTINHO, Joana Elisabete Ferreira Duarte Coutinho – *Mlearning: Ambiente de aprendizagem com interface adaptativa*. (trabalho de projeto, ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em educação, área de especialização tecnológica de informação e comunicação e educação), Lisboa: Universidade de Lisboa, instituto de educação, 2013, pp. 15-20 – Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10276/1/ulfpic046301_tm.pdf (acedido a 17/07/2017).

Os jovens usam este tipo de tecnologia no seu dia-a-dia esperando ter um acesso personalizado e em tempo real aos conteúdos da escola. Os *tablets* distinguem-se de outros dispositivos pelo facto de possuírem maior funcionalidade comparativamente a outros meios, nomeadamente o *smartphone*. Os ecrãs são maiores, oferecem maior variedade de aplicações interativas, maior poder de processamento, baterias mais resistentes, entre outros fatores³⁴¹.

É sobretudo nos investimentos e projetos locais que o jogo se foca, de modo que os alunos compreendam que a emigração pode ter expressões sociais e espaciais diferentes ao longo do tempo. Se hoje, emigrar significa, em grande parte, o abandono do local, no século XIX, a decisão de partir poderia significar, no regresso, uma mão cheia de oportunidades. Não tendo sido possível aplicar estas estratégias, este plano representa uma proposta para uma aula de 90 minutos. Deste modo, passaremos ao próprio roteiro da aula que idealizamos, seguindo-se a fundamentação das estratégias aqui apresentadas, devidamente explicadas e enquadradas naquilo que é a temática deste estudo e das próprias metas curriculares.

³⁴¹ MARQUES, Vanda do Carmo Canhoto Lopes – *Introdução de tablets no ensino do manual em papel ao manual digital*. Lisboa: Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Informática Educacional, Faculdade de Ciências Humanas, sob orientação do Professor Doutor José Reis Lagarto, 2014, pp. 14-16 – Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17997/1/Dissertação_Vanda_Marques.pdf (acedido a 17/07/2017).

5.1. ROTEIRO DE AULA³⁴²

Identificada a temática a lecionar e de acordo com aquilo que pretendíamos transmitir, tendo em conta os recursos à nossa disposição e as características da turma, o objetivo principal da aula seria estimular o diálogo com os alunos, e entre eles, consciencializando-os para questões que estão na ordem do dia, mas que por vezes são relegadas para segundo plano, ou que simplesmente se ignoram, mas também aproveitar para testar recursos e estratégias diversificados que facilitassem a transmissão de conhecimentos. Pretender-se-ia que relembassem o local onde vivem, encontrando possíveis formas de o desenvolver e rentabilizar. Com a problemática da emigração, onde se destaca o papel do *brasileiro*, complementar-se-ia essas preocupações, na medida que os alunos tomariam como exemplo esta figura ímpar da segunda metade do século XIX.

Portanto, a nossa planificação obedeceu a três momentos essenciais. Num primeiro momento, optaríamos pela utilização de imagens sobre o património industrial para integrar os problemas atuais da indústria, e dos espaços onde ela se insere, e com isso apontar possíveis motivos para a tímida industrialização no século XIX português. As imagens são um recurso facilitador de diálogo e de reflexão, permitindo-nos, neste caso, a oportunidade para iniciarmos a aula e aprofundar o que se pretendia. Num segundo momento, em estilo tradicional, optaríamos por analisar um documento escrito do manual para abordarmos a dependência económica de Portugal face ao estrangeiro. Por último, num terceiro momento, com o fenómeno emigratório, implementar-se-ia uma estratégia digital, que possibilitasse e desenvolvesse no aluno a empatia histórica. Para isso, acabamos por construir um *jogo digital*, que, para além dos fatores que acabamos de referir, funcionaria como recurso de consolidação de conteúdos.

Vejamos agora em pormenor como organizamos a nossa aula, com a duração de 90 minutos.

Depois de redigido o sumário, pretende-se apresentar seis imagens da obra de Gastão de Brito e Silva, “*Portugal em ruínas*”³⁴³. As ditas imagens seriam apresentadas no quadro interativo tendo os alunos três a cinco minutos para observarem e refletirem sobre as mesmas. No fim deste período, através da questão “*Que vos transmitem estas imagens?*”, iniciariamos a nossa reflexão. Esperando respostas que vão ao encontro daquilo que pretendemos nesta primeira fase, como:

– “*Sítios abandonados*”;

– “*Ruínas*”;

³⁴² Consultar anexo XXXV.

³⁴³ SILVA, Gastão de Brito e – *Portugal em Ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014. Consultar anexo XXXVI – Imagens de património industrial.

- “*Destruição*”;
- “*Vandalismo*”; ou
- “*Empresas falidas*”, começaríamos a integrar a temática com uma nova questão:
- “*O que pode levar a este estado?*”.

Incentivando respostas, apelando ao espírito reflexivo dos alunos através de um discurso orientado, pretendemos que os alunos comecem a elaborar pensamentos que traduzam os contextos políticos, económicos e sociais. Os espaços industriais que apresentamos demonstram que num determinado tempo e num determinado espaço as fábricas tinham uma importância e uma dinâmica local que, entretanto, se apagou, fruto das constantes mutações sociais e culturais que marcam o nosso mundo.

Particularizando os diversos motivos que estão na base deste abandono, questionaríamos sobre o que, em termos sociais, culturais e políticos podiam estar na base destas alterações. Em relação ao primeiro aspeto, o social, o que poderia levar, como nos dias de hoje, as pessoas a abandonar o espaço? A emigração. Contudo, este fenómeno acaba por se acelerar quando as pessoas se encontram numa situação de desemprego, fruto de projetos empresariais pouco ambiciosos e pouco rigorosos. Para além destes fatores, a localização para a edificação de uma empresa, bem como a disponibilidade económica para acompanhar os avanços tecnológicos e as necessidades do mercado são fundamentais. Uma empresa do litoral, por exemplo, acaba por ter maior visibilidade e uma dinâmica diferente em relação a uma empresa do interior. Portanto, foi de acordo com esta *ginástica mental*, que fomos trabalhando ao longo do ano, que tencionaríamos introduzir a temática da tímida industrialização em Portugal.

Um dos entraves ao desenvolvimento industrial português, na segunda metade do século XIX, prendia-se essencialmente com a conjuntura económico-financeira de Portugal. Com o esforço de modernizar e dotar o país, colocando-o na senda do progresso, os Governos da Regeneração, necessitados de grandes somas de dinheiro, acabaram por recorrer a países estrangeiros, sobretudo a Inglaterra e a França, contraindo empréstimos que viriam a agravar as dificuldades financeiras nacionais, aumentando a dívida externa e reforçando a dependência portuguesa face ao estrangeiro³⁴⁴.

Para compreensão desta necessidade, o que ela implicava e para que fins se destinavam esse esforço de angariação de recursos, seria analisado o documento número 4 da página 200 do manual do aluno, intitulado “*As necessidades do desenvolvimento*”, de Fontes Pereira de Melo (Doc. 1):

³⁴⁴ Cf. RAMOS, Ramos (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *ob. cit.*, 2010, pp. 524-527.

Doc. 1 – As necessidades do desenvolvimento

“(…) Tenho a honra de vos pedir, Senhores [deputados], a necessária autorização para negociar fora do país a soma de três milhões de libras esterlinas (...) que deverão ser exclusivamente aplicadas para a construção de caminhos-de-ferro e estradas e para outras obras de utilidade pública (...)”³⁴⁵.

Fontes Pereira de Melo – Discursos Perante as Câmaras, 1856 (adaptado)

Considerado por muitos indispensável na aula de História, o documento escrito constitui um instrumento de trabalho extremamente interessante, que permite desenvolver esquemas de aprendizagem orientada e potencializar a autonomia³⁴⁶. É a metodologia nodal no processo de ensino-aprendizagem em História³⁴⁷. O documento selecionado, simples e claro para uma turma com reconhecidas dificuldades em História, seria lido por um aluno à nossa escolha e o objetivo principal é que conseguissem formular a ideia de desespero que Portugal tinha em se financiar para desenvolver a sua rede de transportes e outros setores considerados fundamentais na inovação e desenvolvimento urgente do país.

O facto de Portugal andar a *mendigar*, pedindo favores aos *outros*, levar-nos-ia a interrogar os alunos:

– *“O que é que acontece quando pedimos um favor a alguém, sobretudo quando se trata de dinheiro?”*.

A questão pretendia procurar respostas como:

– *“Quando tivermos dinheiro temos de voltar a pagar”*, ou:

– *“Mesmo que não envolva dinheiro parece que ficamos sempre em dívida com essa pessoa”*.

Com este tipo de respostas introduziríamos o conceito de dependência económica que os alunos deverão passar para o respetivo caderno diário. Ao demonstrar que Portugal, com estes pedidos, se tornava economicamente dependente destes países, nova questão se formula:

– *“Afim, o dinheiro que Portugal pedia chegava mesmo a ser aplicado nos transportes, na agricultura e/ou na indústria?”*.

Espera-se, naturalmente, um redondo não. A pertinência da questão visa explicar que ao pedir dinheiro a um país, Portugal acabava não por aplicá-lo na modernização e desenvolvimentos dos

³⁴⁵ OLIVEIRA, Ana Rodrigues; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; GAGO, Marília; TORRÃO, Paula, *ob. cit.*, 2012, p. 200.

³⁴⁶ MAGALHÃES, Olga – “O documento escrito na Aula de História: proposta de abordagem”. In *O Ensino da História*. Boletim da Associação de Professores de História (III série), nº 18, Lisboa, outubro, 2000, pp. 22 -24.

³⁴⁷ CALDEIRA, Arlindo Manuel – “O documento na Aula de História”. in *O Ensino da História*. Boletim da Associação da Associação de Professores de História (II série), nº 10-11, p. 33.

principais setores nacionais, mas no pagamento de outros empréstimos e, conseqüentemente, nos juros destes. Portanto, Portugal acabava por estar constantemente refém das suas próprias dívidas. Para além da retroação dos conteúdos relacionados com o sistema capitalista, esta dinâmica permitir-nos-ia refletir sobre as conseqüências do liberalismo económico.

Se temos um problema, temos que olhar para as nossas potencialidades. Em situações de crise temos muitas notícias de pessoas que vendem os seus bens para ter algum dinheiro que se destina ao pagamento de dívidas que possam ter.

– *“Portugal não vendeu, mas qual seria o setor que dava dinheiro e perspectivas de lucro, que andamos a abordar ao longo do ano?”*.

O setor comercial é a resposta desejada, permitindo recordar o conceito de balança comercial. Contudo, nesta dinâmica de pedidos, de empréstimos, de favores, questionar-se-ia:

– *“Acham que os países para onde Portugal exportava não pretendiam nada em troca?”*. Obviamente que também queriam que Portugal fosse um destino para os seus produtos. A questão que se imporia era:

– *“Se Portugal precisava de dinheiro e os seus produtos estavam inflacionados, isto é, muito caros, e os produtos estrangeiros, para além da sua qualidade superior, estavam mais baratos, que produtos vocês comprariam?”*. Com a resposta óbvia de que comprariam os produtos estrangeiros, prejudicial à indústria e economia nacional, aprofundaremos este duplo papel do liberalismo económico, da mesma forma que concluiremos sobre o agravamento das dificuldades financeiras nacionais.

Em diálogo vertical, chamaríamos à atenção que, apesar de tudo, Portugal acabou por se desenvolver com as políticas da Regeneração. As cidades, as suas fábricas e as oportunidades que ofereciam, aliadas ao clima de paz e às melhorias na alimentação e higiene, para as quais contribuiu a revolução agrícola, e o conseqüente aumento populacional, levaram a população a procurar outros caminhos.

– *“Para onde iriam as pessoas, e de onde partiam?”*. Questionaremos.

Com esta retroação de conhecimentos e a resposta:

– *“Do campo para a cidade”*, integrariamos o conceito de êxodo rural. A reflexão que se pretende seria:

– *“Com estas movimentações, que setor e quem é que ficava em maus lençóis?”*.

Resposta pretendida:

– *“A agricultura e os agricultores”*.

A resposta é a única possível, embora saibamos que a mente dos alunos é fértil em imaginação. Apesar da fuga da população do campo para as cidades, as epidemias que se

propagaram pelas vinhas, a tal concorrência dos produtos estrangeiros, a compra de terras pelos burgueses capitalistas e o fim dos baldios agravaram a situação do setor.

– *“Imaginem-se na posição destes proprietários. O que fariam?”*.

– *“Quando as pessoas acham que já não têm oportunidades no seu país, o que fazem?”*.

A pergunta deverá ir ao encontro da *“emigração”*.

Contudo, importa deixar claro que não eram só os agricultores que emigravam:

– *“Ou acham que as cidades tinham oportunidades de trabalho para toda a gente?”*.

Depois de se pronunciarem, aprofundar-se-ia a questão da emigração:

– *“Ouvimos falar tanto de emigração nos dias de hoje, mas o que é isso da emigração?”*.

– *“Vocês conhecem casos de pessoas que tiveram de emigrar? Já falamos hoje de fatores que os levaram a emigrar? E para onde foram?”*.

Estas perguntas diretas permitirão levar o aluno ao *choque* com a realidade, sobretudo se conhecerem casos próximos de emigração, da mesma forma que nos permite integrar as diferentes expressões da emigração ao longo do tempo. Sabendo que a maior parte das respostas à questão *“para onde foram”* incidirá sobre o continente europeu, faremos uma pergunta mais direcionada para as questões ligadas ao espaço que é deixado para trás, nomeadamente as casas:

– *“O que acontece às casas e outros edifícios, como as lojas de negócio, dessas pessoas?”*.

Das respostas pretende-se retirar as seguintes opiniões:

– *“Estão fechadas até voltarem”*;

– *“São vendidas”*;

Aprofundaríamos:

– *“Então, e se o objetivo não for voltar e não conseguirem vender, o que acontece?”*;

Resposta pretendida:

– *“São abandonadas e começam a perder interesse”*.

Relembrando as imagens do início da aula, o objetivo deste exercício é demonstrar que os reflexos no espaço provocados pela emigração, nem sempre corresponderam àquilo a que hoje corresponde. Desprovidos das suas terras e de trabalho, a sociedade de portuguesa começou, de facto, a emigrar, preferindo, ao contrário do que acontece hoje, o continente americano, em detrimento do europeu, ao escolher o Brasil como destino preferido. Questionar-se-ia:

– *“O que poderia levar à escolha deste destino por parte dos emigrantes?”*.

A resposta pretendida seria *“a língua”*. Contudo, aprofundaríamos a ilusão pelo ouro brasileiro que séculos antes enchiam os *cofres* portugueses, bem como as oportunidades e as necessidades que faltavam em Portugal, sobretudo pela falta de mão-de-obra.

Ao contrário do que acontece hoje, onde muitos emigrantes acabam por decidir que não tencionam voltar ao seu país, o objetivo do emigrante português do século XIX era voltar e, se fosse rico, melhor. É precisamente neste regresso, que o emigrante Oitocentista acaba por se afastar do emigrante do século XXI, pela forma com que investia no meio local. Fundava fábricas para dar oportunidades de trabalho, construía escolas, locais de culto, enormes casas com espaços agrícolas que, tal como na indústria, representavam oportunidades de trabalho, e financiava projetos com vista a desenvolver as terras pelas quais tanto *choraram* ao longo dos anos que estiverem fora. Se estas medidas pretendiam destacar o seu papel, estatuto e vaidade – daí as inimizades que geravam e que levavam a sociedade a rotulá-los de *brasileiros*, num misto de respeito e ironia – não podemos negar que estes emigrantes influenciaram e revitalizaram espaços que, para além das repercussões locais, marcou o contexto nacional, sobretudo, o Norte de Portugal.

Os alunos devem ter exemplos a seguir. Como todos nós, que crescemos com os olhos postos nos nossos ídolos, tentando aproximarmo-nos deles consoante os meios que temos à nossa disposição, os jovens devem identificar modelos e estereótipos que os lancem num futuro digno e agradável. Foi mediante a reflexão das imagens mencionadas, a constante empatia histórica que pretendíamos impor ao longo da aula, nesta vontade do aluno tomar exemplos de preocupações locais, que, embora com base em exemplos passados, o influenciem e o consciencializem, de forma a inverter, no futuro, o abandono da memória³⁴⁸, e tendo em conta a características da turma L, anteriormente referidas, que preparamos, através de um *Power Point*, aquilo que designamos por *jogo digital*³⁴⁹.

O jogo seria disponibilizado nos *tablets* dos alunos que deveriam ser atempadamente informados para a necessidade de os trazerem no dia da aula, mediante aviso prévio enviado aos encarregados de educação. Depois de inquiridos, os alunos, sobre a posse, ou não, do equipamento, constatamos que três não possuem o dito material, pelo que seriam requisitados os que se encontram na sala 50 da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, segundo autorização dos responsáveis da Faculdade e do respetivo curso.

O referido jogo encontra-se organizado mediante três partes essenciais, com a duração de 5 a 10 minutos, consoante a capacidade e o desempenho do aluno, tornando-o adequado para os minutos finais da aula, afirmando-se como instrumento de consolidação de conteúdos. A primeira parte diz respeito à contextualização, onde aparece integrado um pequeno excerto da obra “*A morgadinha dos canaviais*”, de Júlio Dinis, que faz uma caracterização muito breve do estereótipo de um *brasileiro*. A segunda parte, o foco principal do jogo, refere-se ao percurso do emigrante,

³⁴⁸ SILVA, Gastão de Brito e, *ob. cit.*, 2014, p. 45.

³⁴⁹ Consultar anexo XXXVII – Jogo Digital “*O Brasileiro*”.

quanto à sua partida, permanência e retorno. Cada uma das três perguntas respeitantes às diferentes etapas do *brasileiro*, que foram devidamente pensadas de acordo com as informações do manual do aluno e com aquilo que se pretendia transmitir em aula, apresentam três possíveis respostas, sendo que apenas uma delas está correta.

Percurso do emigrante. Perguntas e possíveis respostas:

Tabela 1 – Perguntas e respostas do jogo digital “o Brasileiro”

- | | |
|---|--|
| <p>II. Viviam-se tempos difíceis em Portugal. Muitos partiram para o Brasil em busca do <i>El Dourado</i>. Em que período se registou um maior surto emigratório?</p> <p>a) Século XVIII;
b) 2ª metade do século XIX;
c) 1ª metade do século XX;</p> | <p>I. Chegado ao Brasil, qual o trabalho que dava mais garantias de enriquecimento?</p> <p>a) Trabalho agrícola;
b) Construção civil;
c) Atividade comercial;</p> |
| <p>III. De regresso à terra natal, depois de anos ausente do país, o que faz o <i>brasileiro</i> à fortuna que juntou?</p> <p>a) Aposta no desenvolvimento local e regional;
b) Fixa-se na capital portuguesa e gasta a fortuna em lazer e bens de luxo;
c) Utiliza o dinheiro para chegar a importantes cargos políticos;</p> | |

Ao clicar na resposta, o aluno é direcionado para outro diapositivo que lhe apresenta o resultado. Se a resposta estiver correta encontrará a mesma em fundo verde, por seu turno, se a resposta estiver errada, esta apresentar-se-á com fundo vermelho, deixando a possibilidade de o aluno regressar à pergunta e tentar nova resposta. Em ambos os casos o aluno encontrará a dita resposta fundamentada, de forma a alargar os seus conhecimentos sobre a temática e suscitar-lhe novas curiosidades.

A terceira e última parte diz respeito à síntese biográfica de João Rodrigues de Oliveira Santos, demonstrando que os passos que os alunos tomaram se aproximam de um caso concreto da região Norte de Portugal. A seleção dos itens que integram esta mesma biografia teve em conta a segunda parte do jogo, de modo a não se tornar desproporcional quanto à informação adquirida pelos alunos, da mesma forma que se vincou as preocupações locais que caracterizavam os *brasileiros*, dando alguns exemplos de projetos que foram levados a cabo pelo dito João Rodrigues de Oliveira Santos³⁵⁰.

As imagens selecionadas não se destinam apenas a ornamentar e preencher o recurso digital. Obviamente que, tratando-se de um *jogo*, convém criar um *design* divertido e apelativo de modo a entusiasmar quem o joga. Contudo, a intenção passa também por ajudar o aluno a raciocinar, para que ele pare, observe, associe as imagens às possíveis respostas e, por fim, responda de acordo com a lógica que formulou intelectualmente. No entanto, as referidas imagens assumem dupla finalidade, uma vez que podem deixar o aluno confuso, sobretudo por remeterem para meios e instrumentos modernos. Até aqui optamos por nos situar na vertente presente *vs* passado.

Neste sentido, acabam por estar organizadas pelos temas das diferentes partes: na partida (I), uma mochila e malas de viagem antigas, na permanência (II), uma retroescavadora, associada à resposta “**b**) *Construção civil*”, um agricultor com um instrumento agrícola, associada à resposta “**a**) *Trabalho agrícola*”, e um carrinho de supermercado para a resposta “**c**) *Atividade comercial*”. Na III parte, apenas se optou por colocar imagens com referência a dinheiro, uma vez que as três opções não estão totalmente erradas, mas porque visa testar o conhecimento do aluno no fim da aula sobre aquilo que de facto importava para o *brasileiro* e que deve importar também hoje, o “**a**) *desenvolvimento local e regional*”, e todas as preocupações aí implícitas, nomeadamente o património cultural, industrial, entre outros fatores³⁵¹.

³⁵⁰ Consultar anexo XXXVII.

³⁵¹ Consultar Tabela 1 – Perguntas e Respostas do *jogo digital “O Brasileiro”*, p. 99; Consultar anexo XXXVII.

5.2. FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA PROPOSTA DIDÁTICA

Os desafios da escola do século XXI são imensos, sobretudo quando os alunos sabem que a mesma e os manuais não são a única janela para um mundo mais vasto³⁵². Em áreas como a História esse desafio acaba por ser ainda maior. Pelo seu papel formativo a nível social, a esta disciplina deve formar para a cidadania, numa sociedade dinâmica, pluralista e complexa, da mesma forma que deve motivar para uma abordagem mais racional e sistemática do real, em competição com múltiplos focos de informação e desinformação³⁵³. Foi com base nestes critérios e reflexões que selecionamos as imagens a apresentar à turma.

Como a primeira parte da aula seria dedicada aos tímidos desenvolvimentos industriais, a seleção das imagens recaiu sobre o património industrial e obedeceu a dois fatores essenciais. No primeiro, era fundamental que os alunos refletissem sobre as razões que pudessem estar na origem do fraco desenvolvimento industrial em Portugal, tendo em conta o seu contexto social, político e económico, ou seja, fatores de desertificação provocados pela emigração, pela falta de capacidade política em adotar mecanismos inovadores, como por exemplo nas redes de transportes, e pela baixa instrução da sociedade que resultava em projetos sem grandes perspetivas de sucesso, que conduziria a indústria à falência. O segundo, mais direcionado para a questão do local e a consciencialização da preservação e conservação do património, permitindo-nos, deste modo, trabalhar a identidade e a necessidade de (re)pensar o lugar, alertando para a responsabilidade de cada um para com a comunidade.

O mundo que nos rodeia está intimamente ligado à imagem, sobretudo pelo poder de persuasão da publicidade que, não sendo ninguém indiferente às suas mensagens, acaba por encontrar maior permeabilidade nos adolescentes. Eles gostam de interpretar imagens, na medida que se deixam fascinar e influenciar por elas. O desenvolvimento das redes sociais ajudou a contribuir para isso³⁵⁴. A nossa civilização vive num período onde as aparências se sobrepõem ao Ser. Como refere, e bem, António Luís Ferronha, hoje, já não nos vestimos, são as marcas que nos vestem, acabando por se formarem verdadeiros grupos de pertença, com elementos que se

³⁵² BARCA, Isabel; BASTOS, Maria Cristina; CARVALHO, Jorge Brandão – *Formar opinião na aula de história: uma experiência pedagógica sobre a guerra colonial*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1998, p. 4.

³⁵³ Idem, *ibidem*.

³⁵⁴ Cf. FERRONHA, António Luís – *Linguagem Audiovisual: pedagogia com a imagem*. Mafra: Elo, 2001, p.

identificam, o que representa a crescente valorização estética na formação da personalidade³⁵⁵. Os choques sensoriais conduzem-nos e dominam-nos. A vida moderna assalta-nos pelos sentidos, pelos olhos e pelos ouvidos³⁵⁶.

O que acontece cada vez mais é deixarmos de lidar com coisas para lidarmos com os símbolos e as imagens. Esta transferência vem demonstrar que estas são cada vez mais definidoras daquilo que são os comportamentos sociais. O peso dessa transformação é mais visível na cultura Ocidental onde a imagem acaba por se transformar em geradora da própria realidade³⁵⁷. Mas não só. Acaba por representar o pensamento de uma determinada sociedade e sua época³⁵⁸. A preocupação com a literacia visual na educação histórica acaba por ser um excelente recurso de motivação, ao mesmo tempo que permite uma agradável, simples e diferente forma de chegar ao conhecimento. Este cuidado advém da constatação de que os alunos têm acesso a um número crescente de imagens no seu quotidiano vivencial e em diversos contextos³⁵⁹. Entre as imagens e os próprios lugares ocorrem relações que ainda aguardam interpretação capaz³⁶⁰. Como diria Daniel Blaufuks, “Cada fotografia é um labirinto. Mas é também uma história, um fim e um início, simultaneamente. Entender isso é percorrer este labirinto e, eventualmente, sair dele”³⁶¹.

No caso da utilização de imagens na aula de História, o que se pretende é desenvolver nos alunos a consciência da intencionalidade da sua criação e da sua partilha pública pelos poderes e agentes históricos que as divulgam. Analisar e interpretar as imagens em aula significa dar aos alunos sentidos de acordo com o contexto cultural, político, económico e religioso em que elas foram criadas³⁶². Trata-se, sobretudo, de estudar o modo como criamos estes sentidos quando estabelecemos relações com elas. A compreensão e a interpretação de imagens transmitem um conhecimento socialmente construído, que mobiliza convenções e representações culturais simultaneamente universais, locais e idiossincráticas³⁶³.

As imagens selecionadas e a reflexão pretendida vão ao encontro daquilo que perspetivamos

³⁵⁵ Idem, *ibidem*,

³⁵⁶ HUYGHE, René – *O poder da imagem: arte & comunicação*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 9.

³⁵⁷ Cf. GASPARD, Carolina Maria Vaz Goucha – *As imagens e as representações na afirmação estratégica dos lugares: o caso particular do cinema e da cidade de Coimbra*. Coimbra: Tese de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 91-99.

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, pp. 14-25.

³⁵⁹ Cf. MELO, Maria do Céu de – “Palavras iniciais”. In *Imagens na aula de história: diálogos e silêncios*. Org. de Maria do Céu de Melo, Mangualde: Edições Pedagogo, 2008, p. 13.

³⁶⁰ Cf. BELTING, Hans – *Antropologia da imagem: para uma ciência da imagem*. Lisboa: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2014, pp. 83-89.

³⁶¹ BLAUFUKS, Daniel. *O Arquivo: um álbum de textos (The Archives: an album of texts)*. Lisboa: Vera Cortês agência de arte, 2008, p. 21; ver QUINTAIS, Ana Margarida dos Santos Pires – *A escrita dobra a imagem: Daniel Blaufuks e a construção da pós-memória*. Coimbra: Tese de doutoramento em Línguas e Heterodoxias apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 97-101.

³⁶² Cf. SALES, José das Candeias – “O Documento Iconográfico na Aula de História: Virtudes e Problemas. O exemplo da Arte do Egipto Antigo”. In *O Ensino da História*. nº 18, Lisboa: Boletim da APH (III série), outubro de 2000, pp. 238-245.

³⁶³ Idem, *ibidem*, pp. 13-15.

para a obtenção de respostas, que são construídas com base numa seleção e organização que lhes permite formular argumentos lógicos ³⁶⁴. O entusiasmo com que os alunos desmistificam a mensagem da imagem revela-nos essa associação e identificação com as suas próprias vivências e experiências quotidianas. É imbuído deste espírito que aproveitaremos a estratégia e os recursos para questionar os alunos sobre casos que conhecem e que relacionam com as imagens apresentadas, fazendo-os exercitar o sentimento de pertença e de sensibilização do património histórico e local.

Todos nós, quando confrontados com um espaço somos capazes de ver as suas potencialidades. Consoante os exemplos que os alunos fornecerem sobre a sua realidade local, a ideia seria questioná-los sobre que modo se poderia potencializar e reabilitar esses mesmos espaços, dando como exemplo um caso particular da cidade de Ovar, nomeadamente do projeto de reabilitação da fábrica de papel do Casal, em Ovar, que hoje serve de espaço cultural³⁶⁵. No entanto, as imagens apresentadas e a reflexão pretendida permitir-nos-ia alargar a discussão sobre o património que tanto nos preenche e com o qual nos identificamos, mas que não cuidamos.

Este esforço, que poderá fazer crer que nos estamos a desviar do objetivo da aula, prende-se com o facto das questões relacionadas com o património estarem na moda e de toda a gente o invocar para justificar diversas ações. O património não se encontra ligado apenas à História, mas à memória e à identidade dos povos e das comunidades ao longo do tempo e do espaço, daí o próprio conceito de património ter variado ao longo dos tempos³⁶⁶. Fruto da triste realidade do nosso país, são várias as razões que levaram à perda de um grande e riquíssimo património. As razões acabam por ser sempre as mesmas. Perda das funções de origem, entraves ao crescimento urbanístico e outras intromissões na paisagem, mudanças ideológicas, entre outros fatores³⁶⁷.

A inclusão de reflexões sobre o património industrial vem ao encontro daquilo que têm sido as preocupações de alguns estudiosos, como comprava os inúmeros projetos que são executados nos diferentes espaços, como a falta de sensibilização da sociedade para com este tipo de património e suas potencialidades. A própria expressão *arqueologia industrial* não é muito conhecida por não ser divulgada ³⁶⁸. Contudo, enquanto fenómeno, a arqueologia industrial desenvolveu-se, na década de 1970, em estreita ligação com as questões da salvaguarda do

³⁶⁴ MELO, Maria do Céu de; COSTA, Alice; SOBRAL, Cristina; ALVES Olinda – “O triunfo do olhar sobre o ‘triunfo da morte’ de Bruegel”. In *Imagens na aula de história: diálogos e silêncios*. Org. de Maria do Céu de Melo, Mangualde: Edições Pedagogo, 2008, pp. 32-33.

³⁶⁵ FRANÇA, António – “A Fábrica de Papel do Casal em Ovar: estudo e programa de reabilitação”. In *Separata de Arqueologia industrial*. 4ª série, vol. V, nº 1-2, 2009.

³⁶⁶ MENDES, José Amado, *ob. cit.*, 2013, p. 11.

³⁶⁷ SILVA, Gastão de Brito e, *ob. cit.*, 2014, p.12-27.

³⁶⁸ MENDES, José Amado – *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, p. 11.

património cultural³⁶⁹.

A valorização e vivificação do património cultural exige a atuação em várias frentes e a colaboração de diversos organismos. Determinadas medidas e certas intervenções requerem, sob ponto de vista local e/ou regional, que se recorra a arqueólogos industriais, ou a pessoas sensibilizadas para as questões do património industrial³⁷⁰. O desenvolvimento tecnológico, para além dos seus aspetos positivos, contribuiu para a eliminação rápida de importantes elementos do património cultural. Os monumentos, como os documentos, cada vez mais difíceis de encontrar graças à evolução da civilização industrial. Portanto, no que diz respeito à arqueologia industrial, não se pode esquecer os vestígios materiais, nem os fatores humanos e sociais, daí a urgente e necessária educação para a preservação e a consequente transmissão às gerações vindouras³⁷¹.

Independentemente dos projetos, das investigações e dos níveis de interesse, a arqueologia industrial conseguiu-se impor, tal como a História Local, no seio académico. Contudo, continua a ser necessário, sob o ponto de vista metodológico, o aprofundamento de conceitos e práticas³⁷². Esta preocupação está bem visível nas muitas associações e entidades que se têm dedicado ao património cultural e à própria arqueologia industrial³⁷³. A entrevista a Jorge Custódio, sobre a intenção de se instituir o *Ano Europeu para o Património Industrial e Técnico*, em 2015, revela-nos as potencialidades da valorização deste património, da mesma forma que chama à atenção para as contribuições únicas e inegáveis da Europa no crescimento e no desenvolvimento da sociedade industrial e técnica contemporânea e do seu papel na herança industrial comum. Uma herança que acabou por moldar a história recente da Europa, como do mundo³⁷⁴.

A industrialização provocou uma nova organização da economia e do trabalho, assim como um novo tipo de relações sociais, de atitudes e comportamentos que a arqueologia industrial procura fixar através do estudo dos vestígios da sua cultura material. O estudo deste passado industrial contempla vários aspetos e etapas que caracterizam o surgimento e desenvolvimento da sociedade industrial desde os sistemas de transporte, as condições de vida da população, entre

³⁶⁹ Cf. CUSTÓDIO, Jorge, SANTOS, Luísa, RIBEIRO, Isabel, BARBLAN, Marc – *Museologia e Arqueologia Industrial*. Alcobça: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1991, p. 3.

³⁷⁰ MENDES, Jorge Amado, *ob. cit.*, 1991, p. 117.

³⁷¹ Idem, *ibidem*.

³⁷² CORDEIRO, José Lopes – “O património Industrial em Portugal: situação atual e perspectivas de futuro”. In separata de *Arqueologia Industrial*. 4ª série, vol. III, nº 1-2, 2007, pp. 42-44; ver SAMPAIO, Maria da Luz, MATOS, Ana Cardoso de – “Património Industrial e Museologia em Portugal”. In *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. III, nº 5, maio/junho, 2014, pp. 96-97.

³⁷³ FILIPE, Graça – “Património industrial em Portugal: os desafios, em 2015”. In ICOM Portugal. Boletim série III, nº 4, setembro, 2015, pp. 8-11.

³⁷⁴ CARVALHO, ANA – “Entrevista a Jorge Custódio”. In *ICOM Portugal*. Boletim série III, nº 4, setembro, pp. 17-23.

muitos outros aspetos ³⁷⁵. Na região de Aveiro os vestígios e o património industrial foram importantes para compreender a História Local e Social a partir do espólio que foi musealizado. Aliás, as preocupações em criar os chamados *Museus da Indústria* demonstram cada vez mais o lugar e a importância da arqueologia industrial na sociedade, sobretudo na educação onde deve ser enquadrada mediante as metas curriculares. Também aqui, na arqueologia industrial, existem diversos modos de conceber os seus próprios limites cronológicos e temáticos, grelhas teóricas e metodológicas. Enquanto área de conhecimento acaba por ser um espaço interdisciplinar de colaboração entre diversos tipos de saberes tendo por objetivos o estudo da cultura material das sociedades, a constante preservação da sua memória e o intervencionismo necessário para estruturar o futuro ³⁷⁶.

Na nossa sociedade, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do presente, o património histórico tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática, remetendo não apenas para uma instituição, mas para uma mentalidade ³⁷⁷. O culto prestado ao património histórico exige um questionar, uma vez que ele é revelador de um estado da sociedade e das questões que nela existem ³⁷⁸.

Foi numa perspetiva de identificar o aluno com esta realidade local e patrimonial, canalizando a sua importância para a compreensão de certos fenómenos nacionais ao longo dos tempos, que decidimos iniciar a aula de forma mais reflexiva, fazendo a ponte constante entre presente/passado. Para além dos aspetos mais ligados às metas curriculares, a preocupação pelo aperfeiçoamento e sensibilização de temáticas locais traduzem a vontade de alargarmos a disciplina de História àquilo que é a realidade quotidiana do aluno. No caso do património e da História Local, o objetivo passou por idealizar uma estratégia que sensibilizasse o aluno e o fizesse compreender que tudo aquilo que é o espaço que nos rodeia, nas suas expressões físicas deixadas pelos homens de acordo com o seu tempo, fazem parte da (nossa) história, e que é necessário continuar a dar a oportunidade de futuro ao passado ³⁷⁹.

Quanto ao *jogo digital* que criámos, para além da retroação e da consolidação de conhecimentos, o nosso objetivo passou por colocar em prática aquilo que mais fomos trabalhando

³⁷⁵ COSTA, Francisco da Silva, CODEIRO, José Manuel Lopes – “Património hidráulico e arqueologia industrial: o caso do Rio Ave no Noroeste de Portugal” – disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25049/1/PATRIMÓNIO%20HIDRÁULICO%20E%20ARQUEOLOGIA%20INDUSTRIAL%20O%20CASO%20DO%20RIO%20AVE%20NO%20NOROESTE%20DE%20PORTUGAL_F.Costa%2C%20J.%20Lopes%20Cordeiro.pdf (acedido a 23/08/2017).

³⁷⁶ NUNES, João Paulo Avelãs – “Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável”. In *Revista Portuguesa de História*. t. XXXVI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, CEIS 20 da Universidade de Coimbra, 2002-2003, pp. 159-162.

³⁷⁷ CHOAY, Françoise, *ob. cit.*, 2015, p. 11.

³⁷⁸ Idem, *ibidem*, p.12.

³⁷⁹ Cf. MENDES, José Amado, *ob. cit.*, 2013, p. 13.

com os alunos ao longo do ano: a empatia histórica. Portanto, dar aos alunos a oportunidade de *assumirem* um tempo diferente daquele que é o seu, deixando-se influenciar com a sua realidade e os seus instrumentos, também eles muito diferentes, e tomarem como exemplo expressões, preocupações e até projetos passados, mas que os podem impulsionar e influenciar no futuro, podendo vir a assumir-se como verdadeiros impulsionadores e defensores daquilo que é o espaço, o património e a própria História Local como marcas do homem e do seu tempo.

Quando dizemos que criamos empatia com alguém, significa que aquela pessoa se identifica connosco e que ela representa aquilo que são os nossos valores e princípios. Neste sentido, falar de empatia é falar de sentimentos, de expressões ligadas ao foro psico-emocional. No caso da História é fundamental *forçar* e estimular o aluno a encontrar na disciplina aspetos que o ajudem a crescer no seu mundo, identificando-o e relacionando-o com o passado, mas, essencialmente, que ele seja capaz de se enquadrar num tempo que não é o seu. É fundamental que os(as) alunos(as) encontrem um sentido na matéria que está a ser lecionada, não só para que compreendam como evolui a própria História, como cheguem facilmente a esse conhecimento³⁸⁰.

A questão da empatia histórica faz parte do nosso perfil enquanto professor. Ao longo do ano, muitas das nossas estratégias tiveram por base esta preocupação. Que o aluno se identificasse com o tempo e o espaço em estudo, assumindo o papel de uma personagem em tempos distantes. A empatia histórica tem assumido, cada vez mais, um papel importante dentro da sala de aula, dando, por vezes, outra imagem da disciplina e outra forma de aprender História, da mesma forma que ajuda a descomplexificar aquilo que, inicialmente, é complexo para o aluno³⁸¹. Para além da vertente pedagógica, a empatia histórica, enquanto conceito, tem assumido enorme relevância no seio do debate académico, sobretudo na vertente educativa³⁸².

Embora seja um conceito cada vez mais estudado por diversos autores, vai-se assistindo a diversos tipos de considerações. Contudo, as palavras de Peter Lee, são esclarecedoras da problemática, da mesma forma que demonstram a complexidade de ensinar e aprender História. *“The Word empathy has more than one meaning, and it tends to be used only because finding a single word that does the job better is difficult”*³⁸³. O que se pretende com a empatia histórica é o claro reconhecimento de que os acontecimentos históricos devem ser observados à luz da

³⁸⁰ FERREIRA, Clarisse – “O papel da empatia histórica na compreensão das sociedades”. In *O ensino da história*. Boletim da Associação de Professores de História (III série), nº 29, 2005, pp. 32-36.

³⁸¹ Cf. TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo – *O Passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*. Coimbra: Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Didática da História apresentada ao departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 125 -129.

³⁸² Idem, *ibidem*, p. 135.

³⁸³ LEE, Peter – “Putting principles into practice: understanding history”. In J. D. Bransford & M. S. Donovan (Eds.), *How Students Learn: History, Math and Science in the Classroom*. Washington, DC: National Academy Press, 2005, p. 46.

perspetiva do período a que remetem, completamente diferente da realidade³⁸⁴. Neste pensamento somos obrigados a recorrer, mais uma vez, a Peter Lee, que assume que é por forma “*a compreender ações e práticas sociais os alunos devem ser capazes de considerar as ligações entre intenções, circunstâncias e ações. Não se trata de saberem se os agentes ou grupos históricos tinham uma determinada perspetiva acerca do seu mundo, eles devem ser capazes de ver como é que essa perspetiva terá afetado determinadas ações em circunstâncias específicas*”³⁸⁵.

No entanto, a empatia histórica não nasce com o indivíduo, é preciso disponibilidade e competência para trabalhá-la no aluno. Para que a aprendizagem ocorra nestes moldes, é necessário que o professor consiga que os alunos pensem como os atores do passado, para que essa matéria faça mais sentido³⁸⁶. Ao trabalhar a empatia histórica, o professor tem como objetivo levar os alunos a lidar melhor com os mecanismos de aprendizagem de conteúdos históricos. O resultado é a progressiva capacidade destes em adotar o próprio conceito no decurso da apropriação de competências específicas³⁸⁷.

A estratégia que pretendíamos implementar teria que necessariamente passar pelo mundo digital. Para além das características da turma incidirem nesse sentido, como anteriormente demonstrado³⁸⁸, a tecnologia acaba por facilitar no desenvolvimento e na integração do conceito de empatia histórica. É inquestionável a importância que o mundo digital, que nos chega através das tecnologias, tem nos dias de hoje, sobretudo nos meios educativos, capazes de proporcionar boas dinâmicas de aprendizagem. Para além disso, torna-se mais fácil trabalhar com os alunos, eles que são utilizadores, mas também transmissores desse mundo, ajudando-nos a conhecê-lo e a aperfeiçoar-nos.

Apesar das suas reconhecidas vantagens e potencialidades, o digital, em pleno século XXI, ainda encontra entraves à sua aplicação efetiva. Na vertente educativa o maior problema prende-se com o significativo corpo docente envelhecido que, independentemente de conhecer o mundo digital e as potencialidades da tecnologia, acaba por não ter apetência para trabalhar e aplicar em sala de aula³⁸⁹. Contudo, para aqueles que passam por esta situação, a melhor maneira de integrar

³⁸⁴ TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo, *ob. cit.*, 2014, p. 136; ver BARTON, K.; LEVSTIK, L. – *Teaching history for the common good*. London/New York: Routledge, 2004, p. 207.

³⁸⁵ LEE, Peter – “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado”. In Isabel Barca (org.), *Educação histórica e museus. Atas da II jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: CIE, 2001, p. 20.

³⁸⁶ Cf. BARCA, I.; GAGO, M., *ob. cit.*, 2011, pp. 239-261.

³⁸⁷ TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo, *ob. cit.*, 2014, pp. 138-139.

³⁸⁸ Ver subcapítulo 1.2., p. 31.

³⁸⁹ “Para isso é necessário repensar os padrões tradicionais de ensino, oferecer infraestruturas, apoio técnico, científico e pedagógico, impulsionar a alteração de diálogos, refletir sobre as práticas e as aprendizagens, promover uma cultura de colaboração, de partilha, de rede. É necessário adaptar os currículos, os objetivos, os materiais, as metodologias, as políticas de avaliação dos docentes e dos estudantes, a própria cultura das instituições de ensino” –

estes princípios, podendo assumir-se como uma boa estratégia, é *entregar* aos alunos essa responsabilidade³⁹⁰. Aprende o professor e, nos quadros dos conteúdos a lecionar, aprende o aluno. Para além de estratégia pedagógica, abrir a aula ao mundo digital e às tecnologias acaba por ser uma excelente, e eficaz, quando bem aplicada e adaptada, estratégia de motivação³⁹¹.

Ao criar o nosso *jogo digital* sobre “o brasileiro” o nosso objetivo foi envolver o conceito de empatia histórica tanto no objetivo do jogo, como na forma de jogar. Trata-se, evidentemente, da empatia pelo *saber, saber fazer e como fazer*. O que está em causa não é um jogo bastante elaborado, credenciado e envolto de grandes efeitos gráficos. Aproveitando as ferramentas que o *Power Point* nos dá, acabamos por criar uma série de diapositivos normalmente, fazendo diversas hiperligações entre os mesmos, permitindo ao aluno a navegação pelos conteúdos de uma forma simples e acessível. Estamos, portanto, dentro de um mundo diversificado de recursos, fáceis de criar e de implementar.

Relativamente à questão do *como fazer* a tecnologia e o digital são fantásticos nesse domínio. Obviamente que poderíamos optar por recorrer à sala de computadores do colégio e trabalhar em grupos. Para além de nos dar menos trabalho na preparação e nos procedimentos para as autorizações, somos adeptos das potencialidades do trabalho cooperativo. No entanto, neste caso em particular, queríamos que todos sentissem o que estavam a fazer, tendo a possibilidade de se familiarizarem com os aparelhos tecnológicos. Se recorrêssemos ao trabalho de grupo, colocando 4 alunos por computador, mesmo que eles clicassem à vez, a participação no jogo e a empatia que se pretendia iam falhar. Assim, com os seus *tablets*, conseguimos proporcionar um ambiente de aprendizagem 1:1, onde cada aluno constrói o seu conhecimento ao seu ritmo, o que só por si acarreta inúmeras vantagens.

É fundamental confessarmos que havia da nossa parte o receio de implementar este tipo de estratégias na sala de aula. Não pelo comportamento excitante dos alunos, ou pela falta de disponibilidade para as implementar, mas pela capacidade para as criar. Aliás, nunca nos passou pela cabeça refletir sobre estas questões, mas uma comunicação sobre estas e outras temáticas pela mão do J. António Moreira deixaram-nos tão curiosos quanto motivados. “*Tudo o que aqui está aprendi, ensinaram-me. Não nasci a saber isto*”. Da mesma forma que contribuiu a unidade de Projeto Didático I no primeiro semestre.

MONTEIRO, Angélica, MOREIRA, J. António e LENCASTRE, José Alberto – *Blended (E)learning na sociedade digital*. Santo Tirso: Printhauss, 2015, p. 8.

³⁹⁰ Ver CARDOSO, Ana Paula – “A recetividade dos professores à inovação pedagógica: influência de variáveis do professor e do contexto escolar”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 35, nº 3, Coimbra, 2001, pp. 35-39.

³⁹¹ SILVA, Bento – “A tecnologia é uma estratégia educativa”. In Leandro Almeida et al. (Ed). *Atas da II conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação*. Braga: Centro de Competência Nónio Século XXI da Universidade do Minho, 2001, pp. 839-859.

As mutações sociais e pedagógicas contemporâneas, impulsionadas pela apropriação das tecnologias, que assumem um papel crucial no rompimento de hábitos e comportamentos até então inabaláveis, estiveram presentes nesta conceção do projeto e da aula³⁹². O maior desafio passou por saber conjugar todos os pontos que sabíamos que deveriam estar implícitos. O desafio tornou-se ainda maior tendo em conta a própria área de ensino. Como refere Sara Trindade na sua Tese de Doutoramento, o caso da História neste contexto de informatização do ensino apresenta-se como um caso particular, pela complexidade dos conteúdos a serem transmitidos e, convém acrescentar, pela imagem e opiniões que o aluno tem sobre a disciplina³⁹³. O digital e as tecnologias têm um papel fundamental na alteração desses padrões, uma vez que possibilitam combater o desinteresse do aluno, e aligeirar abordagens mais expositivas por parte do professor³⁹⁴.

Como vimos, para além desta vertente digital contribuir para o desenvolvimento e integração do conceito de empatia histórica, a vertente digital e tecnológica em História ajuda, tal como aquela, na desconstrução dos conhecimentos que são ensinados, tornando simples o que é complexo, acabando por desenvolver a consciência crítica, através da ponte passado presente e presente passado, levando o aluno a um nível de raciocínio mais prático. Essa complexidade que “ocorre quando existe um padrão que não é demasiado regular nem demasiado aleatório”³⁹⁵. Portanto, há também aqui uma série de questões cognitivas a ter em conta³⁹⁶. É fundamental apelar àquilo que permanece como “flexibilidade cognitiva”³⁹⁷. É essencial que os alunos percebam que a sociedade é complexa porque resulta de uma infinita quantidade de partes diferentes umas das outras e para isso precisamos de saber observar o funcionamento do todo, do mesmo modo que devemos conseguir visualizar o singular³⁹⁸. O digital ajuda nesta aproximação.

Os inúmeros debates e projetos sobre a integração das tecnologias da informação e da comunicação para a modernização da sociedade são características da nossa realidade³⁹⁹. A educação não é alheia a ela. Sabe acompanhar os tempos, mas nem sempre se demonstra disponível para aceitar a mudança, pelo menos no imediato. Implementar esta dinâmica digital, tirando partido

³⁹² MONTEIRO, Angélica, MOREIRA, J. António e LENCASTRE, José Alberto, *ob. cit.*, 2015, p. 7.

³⁹³ TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo, *ob. cit.*, 2014, p. 1; PAIVA, João; MORAIS, Carla; MOREIRA, Luciano – *O multimédia no ensino das ciências*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, pp. 11 e 47-49.

³⁹⁴ Idem, *ibidem*. SILVA, Bento – “Reflexões sobre a tecnologia educativa”. In ALMEIDA, Leandro et al. (Ed.). *Atas do IV Congresso Galaico Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 1998, pp. 238-245.

³⁹⁵ CARVALHO, J. R – “O social emergente: Sistemas adaptáveis complexos e interpretação”. In *Revista de História das Ideias*. nº 20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p. 637; TRINDADE, Sara Dias; MOREIRA, J. António – “Tecnologias móveis e a recriação digital na construção do conhecimento histórico”. In *Revista Eletrônica de Educação*. nº 11, Brasil, 2017, (a publicar).

³⁹⁶ TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo, *ob. cit.*, 2014, p.126.

³⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 128; CARVALHO, A. A. & MOREIRA, A. – “Criss-crossing cognitive flexibility theory based research in Portugal: an overview”. In *Interactive Educational Multimedia*, nº 11, 2005, p. 2 e 3-26.

³⁹⁸ TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo, *ob. cit.*, 2014, p. 129.

³⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 191.

dela e colocando-a ao nosso serviço, possibilita maior conhecimento e maior competitividade (saudável) entre professores e entre alunos⁴⁰⁰.

⁴⁰⁰ Idem, *ibidem*.

CONCLUSÃO

Em tenra idade, mas já cientes daquilo que a História significava, ficou-nos na memória as palavras que se encontravam escritas num dos corredores do hospital de Ovar. Com referência ao Dr. Francisco Zagalo, encontrava-se escrito: “*A História é feita de migalhas*”. Portanto, o trabalho que aqui se apresenta para além de não estar concluído do ponto de vista científico, pela quantidade de documentos que faltam analisar e acontecimentos que merecem mais reflexão e investigação, também do ponto de vista pedagógico apenas se deixa uma das tantas abordagens ao tema, da mesma forma que se deixa aberta a possibilidade a futuros professores de idealizarem e projetarem uma verdadeira aula oficina de História Local, com preocupações sobre as questões do património no espaço onde as escolas se inserem.

Ao contrário do que por vezes possam fazer crer, a disciplina de História não tem de ser um espaço monótono, sem lugar para experiências. A sua interdisciplinaridade e transdisciplinaridade permitem aos professores desenvolverem mecanismos que a aproximem cada vez mais aos alunos. Foi com este propósito e convictos de que é mais fácil trabalhar com temáticas com as quais os alunos facilmente se identificam que fomos preparando as aulas ao longo do ano de estágio, como planeámos o tema deste relatório. Apesar das estratégias pedagógicas que delineamos para aplicar o tema da emigração corresponderem às características da turma em causa, assim como as do próprio colégio, muitas outras estiveram em cima da mesa, nomeadamente a utilização de textos literários do século XIX. Contudo, esta poderá ser uma excelente estratégia para trabalhar com alunos do secundário.

Assumimos desde cedo os riscos que corríamos para integrar temáticas como a arqueologia industrial, o património e a própria História Local. No entanto, a construção do projeto obedeceu a quatro princípios essenciais. Em primeiro lugar, o gosto claro pela História Local e o seu desenvolvimento enquanto ciência nos últimos tempos. Mediante o programa do oitavo ano de escolaridade soubemos desde logo o que pretendíamos trabalhar, não só por conhecermos um caso particular, mas pelo que era nossa intenção transmitir aos alunos. Em segundo lugar, o facto de termos inserido a tímida industrialização portuguesa facilitou o aprofundamento da temática sobre as questões da consciencialização para o património, nomeadamente o património industrial.

Em terceiro lugar, o nosso perfil enquanto docente e o perfil da turma. A transmissão de valores e preocupações sociais tem que ser, cada vez mais, transmitida de forma objetiva, mas reflexiva. Num mundo cada vez mais complexo, que também complexifica o próprio Homem, o

papel do professor torna-se cada vez mais num verdadeiro desafio, sobretudo quando é chamado a formar e consciencializar o aluno para áreas que vão perdendo espaço nos debates políticos e se vão afastando das prioridades sociais. A sua identidade e a sua memória, expressas no Local e seu património. Foi dando uma imagem da História enquanto ferramenta para o futuro, uma área imprescindível e abrangente, necessária para o advento do futuro, que fomos trabalhando ao longo do ano letivo, pelo que a escolha da temática se enquadrava naquilo que pretendíamos.

Quanto aos alunos da turma para o qual se dirige a proposta pedagógica que integra este estudo, nem sempre fácil de trabalhar, foi necessário manter uma postura sempre dinâmica e assertiva, de surpresa e curiosidade, de questões desafiantes e motivadoras, de modo a mantê-los *agarrados* às aulas. São alunos que têm de ser constantemente chamados a participar, pelo que a estratégia de abordagem a esta temática teria de se iniciar pela partilha de exemplos que associassem às imagens apresentadas. O *jogo digital* também foi pensado nesse sentido. Em grupo não funcionaria pela fácil dispersão que iria originar. No entanto, como muitos deles integravam as atividades de robótica do colégio e se dedicavam a jogos virtuais nos intervalos, optamos por aventurarmo-nos na construção de um recurso que aliasse este mundo virtual com a vertente da empatia histórica e que possibilitasse abarcar, de forma direta e indireta, os conteúdos da aula.

Por último, em quarto lugar, o interesse e a importância de ver a História Local, a sensibilização para as questões do património e da arqueologia industrial integrarem os conteúdos a lecionar nas salas de aula resultaram da nossa participação, a 25 de novembro do último ano, nas conferências sobre reabilitação urbana, numa parceria entre a Câmara Municipal de Ovar e o arquiteto Paulo Paiva Fonseca. Designadas por *Ovar Urbano Futuro*, que contou com a presença de Ángel Panero Pardo, arquiteto de Santiago de Compostela, Frederico Amado de Moura e Sá, da Universidade de Aveiro, Jon Aguirre Such, da Paisage Transversal, e João Mendes Ribeiro, o projeto visava refletir e debater o futuro do contexto urbano de Ovar, essencialmente quanto ao futuro do seu património, para além da gestão, mobilidade, participação e arquitetura. O exemplo dado pelo professor da Universidade de Aveiro, que pediu ao seu filho de 6 anos que desenhasse aquilo que considerava ser uma cidade, é esclarecedor não apenas daquilo que é a perceção dos mais jovens, como da sua projeção para o futuro, da mesma que forma que nos dá indicações de que é possível trabalhar preocupações locais com os mais novos.

Há cada vez mais escolas que, conscientes desta mais valia, se tentam projetar no espaço. Foi mediante um conjunto de princípios que formulamos a proposta pedagógica que aqui se apresenta, da mesma forma que deixamos aberta a necessidade da disciplina, perante a escola e o espaço onde se insere, pensar em projetos de intervenção local. No seguimento das ditas conferências, acabamos por ter a agradável notícia que uma escola de Esmoriz, em Ovar, juntamente com uma escola da

Polónia, tinham uma parceria de roteiros turísticos nas respetivas cidades, trabalhando com as suas potencialidades e pontos fortes de visita, recorrendo e integrando a tecnologia, essencialmente com a realidade virtual aumentada. O que é certo, é que Ovar tem aumentado os seus números no que ao turismo diz respeito, graças não só à intervenção da Câmara Municipal na promoção de diversas iniciativas, mas também por contar nas suas escolas com jovens que trabalham no terreno e que têm espaço para desenvolver as suas ideias e projetos.

O constante desenvolvimento da tecnologia trouxe uma nova forma de conhecermos o mundo, da mesma forma que proporcionou a todos os profissionais, das mais diversas áreas, tirar maior e melhor proveito do seu trabalho, potenciando e aperfeiçoando os seus resultados finais. Adotadas sobretudo pelos mais jovens, a educação soube acompanhar o desenvolvimento do mundo digital, acabando por se apetrechar com os mais modernos e sofisticados instrumentos. Do ponto de vista da formação do aluno, os docentes começaram a ter noção que seria possível envolver os alunos, motivá-los e rentabilizar as suas aprendizagens e resultados se introduzissem nas suas aulas a componente digital. Esse trabalho acaba por ser tanto ou quanto mais eficaz se também houver da parte do docente a vontade para se instruir neste domínio, de modo a encontrar estratégias que facilitem a transmissão de conhecimentos de forma simples e objetiva, tornando a aula num espaço dinâmico e íntegro.

A nossa opção pelo digital vem, portanto, ao encontro destas ideias. Embora saibamos das nossas limitações no que diz respeito a componentes digitais, nomeadamente na construção de recursos, sobretudo os mais sofisticados, decidimos por esta via por estarmos conscientes que é muito mais fácil motivar os jovens e pelas descobertas e ensinamentos que obtivemos na unidade curricular de Projeto Didático em História I. Para além das inúmeras aplicações que estão à nossa disposição, mas que por vezes requerem um certo nível de conhecimento, existem ferramentas que usamos todos os dias que podem ser rentabilizadas e com funcionalidades que nos permitem preparar e implementar estratégias de modo simples e mais rápido, mantendo a mesma exigência e resultados. A nossa escolha pelo *Power Point* demonstra exatamente isso. Com uma série de slides criou-se um jogo bastante simples, com uma série de conteúdos indispensáveis à consolidação de conhecimentos.

Apesar das potencialidades e dos reconhecidos contributos, o mundo digital tende, cada vez mais, a afastar as pessoas. É fundamental assumirmos uma postura de confronto com a realidade em sala de aula. Perante o mundo de informação que os alunos têm cada vez mais ao seu dispor, torna-se urgente e necessário provocar reflexões realistas e precisas. Foi e é esta a nossa postura quando utilizamos o presente para explicar o passado. Seja em que período histórico for. Aquilo que se pretende é um uso responsável das ferramentas digitais e dos recursos tecnológicos, não

esquecendo as formas tradicionais de reflexão e diálogo imprescindíveis na sala de aula.

Partindo das perspectivas enunciadas propusemos a abordagem do tema da emigração num contexto local. A emigração e o conseqüente abandono de lugares são uma realidade nua e crua no nosso quotidiano. Contudo, é fundamental transmitir não apenas estas alterações, como a sua *antiga* ocorrência e as suas diferentes expressões ao longo do tempo. Umhas ainda se mantém, outras acabaram por se adaptar consoante o Homem e o seu tempo, dando-nos uma visão do mundo numa perspectiva giratória. Neste caso, se hoje a emigração nos remete essencialmente para o continente europeu, o que facilita essa ausência permanente do ponto de origem, no século XIX ela permitiu, do outro lado do Atlântico, desenvolver grande parte dos setores económicos, e aqui com grande foco para a indústria, e até culturais de Portugal, quando bem-sucedida. Esta estratégia, que nos habituamos a designar por *ginástica mental* em História, permitirá nova mentalidade perante a disciplina e, mais importante, perante o mundo.

Nos últimos anos temos assistido a algumas defesas de relatórios de estágio que não incidem sobre o espaço geográfico de Coimbra. Nestas situações, o arguente crítica a opção, transmitindo a mais valia de se trabalhar com os alunos perto de lugares com os quais eles se identificam e conhecem. Obviamente que trabalhar e aplicar as estratégias no espaço envolvente é muito mais fácil que dar um exemplo a quilómetros de distância. Contudo, é precisamente aqui que a História se torna ferramenta útil, tanto pela diversidade que dá a conhecer, como pela forma com que chega e se liga aos diversos pontos.

O risco de abordar um caso do concelho de Ovar foi desde logo identificado e assumido. Contudo, é importante compreender que num determinado período histórico, há zonas cujos acontecimentos e fenómenos foram mais intensos do que noutras. Na segunda metade do século XIX, estes *brasileiros* marcaram de forma clara a região Norte de Portugal. No mesmo concelho e em toda a região de Aveiro contabilizam-se bastantes casos, como por exemplo a família Oliveira Lopes, em Válega, do concelho de Ovar, que nos deixaram um património material e imaterial que ainda hoje nos inspiram e nos relembram quotidianamente que a nossa primeira casa é a terra que nos viu nascer e que, portanto, se deve preservar e desenvolver.

Por ser um caso que conhecemos devidamente e com o qual sempre nos identificamos, está clara a opção por termos utilizado neste estudo o caso da família Oliveira Santos, sobretudo pela vida e obra de João Rodrigues de Oliveira Santos. No entanto, importa referir que apesar de conhecedores de grande parte do seu percurso e das suas ações, continuam a faltar certezas e conhecimentos sobre algumas questões de grande importância. Não está ainda clara a sua permanência no Brasil, nomeadamente quanto ao seu laço matrimonial com D. Sebastiana Guterres e à sua atividade laboral. A data do seu *palacete* continua a ser uma incógnita, embora cremos que

se terá iniciado em 1865, ano da sua estadia em Portugal. Em 1870, data da fundação da capela privada dedicada a Nossa Senhora da Boa-Viagem a casa já era uma realidade.

Do ponto de vista literário, para além das suas duas obras de referência, muitos artigos terão sido escritos que ainda não foram identificados, tanto textos de poesia, como de críticas políticas à situação então vigente em Ovar. Quanto à sua ação filantropa, sabe-se vagamente dos seus contributos para as obras da igreja matriz e capelas em São Vicente de Pereira e de doações ao Hospital de Ovar.

Reconhecido industrial e impulsionador, com a edificação da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão* e a edificação para as escolas do sexo feminino e masculino, é no referido complexo industrial que também pairam algumas dúvidas, sobretudo quanto às suas dimensões, não tomando por verdade absoluta as palavras de Pinho Leal, e as razões concretas para a dissolução da sociedade, em 1876, nomeadamente da interferência, ou não, das chapelarias de São João da Madeira.

O Largo da Torre, onde se situava o complexo industrial dos irmãos Oliveira Santos, voltou a ser alvo de atenções pela sua História. Existe atualmente vontade para se repensar o Largo, preservar os seus vestígios arqueológicos e repensar os seus acessos. Para além disso, foi entregue por nós na Câmara Municipal de Ovar no último ano um orçamento para a possibilidade de se recriar em 3D o espaço industrial da chapellaria da família Oliveira Santos, em parceria com o arquiteto Paulo Paiva Fonseca. O objetivo passa não só por revitalizar o espaço, como o transformar em local de visitas, uma vez que ali também se encontra o *palacete* da família.

Aproveitando a emergência das preocupações Locais e da preservação do espaço e do património, Helena Pinto tem as palavras certas para a situação certa e com uma mensagem para os futuros estagiários que pensem em desenvolver uma oficina de História Local nas escolas: *“Quando tomarmos consciência de que o passado e o presente não são exclusivos, deixaremos de insistir na preservação de um passado fixo e estável. Os critérios para a tomada de decisões sobre o que é mais importante e vale a pena preservar, ou que aspetos do passado de uma comunidade são sinais de singularidade, conheceram alterações com o tempo. (...)”*⁴⁰¹.

⁴⁰¹ PINTO, Helena – “Interpretação de fontes patrimoniais em educação histórica”. In *História & Ensino*. v. 18, nº 1, Londrina, jan/jun, 2012, pp. 187-188.

BIBLIOGRAFIA & FONTES

FONTES

Manuscritas

Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Acervo da Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149;

Caminhos de Ferro de Via Reduzida Ovar ao Furadouro e Ovar a Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira, em direção a Cambra e S. Pedro do Sul;

Contrato de dissolução da empresa *Santos & Irmão*, 1877;

Livro de atas n.º 29 – Sessão Camarária de 9 de setembro de 1869, fl. 173-173v;

Registo de óbito de João Rodrigues de Oliveira Santos – PT-ADAVR-POVR06-3-87m0017.tif – Disponível em <http://digitarq.adavr.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1260114>.

Impressas

ABREU, Renato, CARDOSO, Teresa – “Mobile Learning e educação: o que nos diz a investigação open access?”. In *Atas do 3.º encontro sobre jogos e mobile learning*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, labTE, 2016, pp. 28-31 – Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31171/1/Atas-3º-EJML-2016.pdf>;

ALARCÃO, Jorge – “Introdução ao estudo da história e património locais”. In *Cadernos de Arqueologia e Arte*. vol. 2, Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1988;

ALBORNOZ, Nicolás Sánchez – *La población de América Latina desde los tempos precolombinos al año 2025*. Madrid: Alianza Editorial, 1994;

ALONSO, Blanca Sánchez – “The other europeans: Immigration into latin America and the international labour Market (1870-1930)”. In *Working Papers in Economic History*. Madrid: Instituto Figuerola de História Económica / Departamento de História Económica e Instituciones, 2007;

ALVES, Jorge Fernandes – “A emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”. Comunicação apresentada à conferência «Long distance migrations (1500-1900)», Madrid: Organização da Comissão Internacional de Demografia Histórica, Agosto de 1990;

ALVES, Jorge Fernandes – “Do Eldorado brasileiro ao “salto” para a Europa”. In *Revista História*. nº 4, Lisboa: suplemento do Jornal de Notícias, 2016;

ALVES, Jorge Fernandes – “Ler, escrever e contar na Emigração Oitocentista”. *Separata da Revista de História das Ideias*. vol. 20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999;

ALVES, Jorge Fernandes – “O «brasileiro» oitocentista – representação de um tipo social”. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.) – *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004;

ALVES, Jorge Fernandes – “O «Brasileiro» Oitocentista e o seu papel social”, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6391.pdf>;

ALVES, Jorge Fernandes – “Terra de esperanças: O Brasil na emigração portuguesa”. In *Portugal e Brasil: Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001;

ALVES, Jorge Fernandes – “Variações sobre o “brasileiro”: Tensões na emigração e no retorno do Brasil”. in *Revista Portuguesa de História: Portugal e Brasil: Rotas de Culturas*. t. XXXIII, vol. 1, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1999;

ALVES, Jorge Fernandes – *Brasil, Terra de Esperanças: Utopia e realidade na emigração portuguesa*. Vila Nova de Famalicão: Edições quasi, 2007;

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: Emigração e retorno no Porto Oitocentistas*. Porto, 1994;

ARAÚJO, Agostinho – “Os ‘milagres’ dos santos de casa”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000;

ARMSTRONG, Felicity – “Educação especial e inclusão: uma perspetiva inglesa”. In *A Inclusão nas Escolas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014;

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1947;

BAGANHA, Maria Ioannis B. – “Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. In *Análise Social*. vol. XXVI, nº 112/113, 4ª série, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991;

BARCA, Isabel; BASTOS, Maria Cristina; CARVALHO, Jorge Brandão – *Formar opinião na aula de história: uma experiência pedagógica sobre a guerra colonial*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1998;

BARCA, Isabel; GAGO, Marília – “Aprender a pensar em história: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade”. In *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: CEEP – Universidade do Minho, 2001;

BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *De pequenino se aprende a pensar: formar a opinião na aula de história e geografia de Portugal*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2000;

BARROS, Carlos Henrique Farias de – “Ensino de História, Memória e História Local”. Disponível em:

BARTON, K.; LEVSTIK, L. – *Teaching history for the common good*. London/New York: Routledge, 2004, p. 207.

BATALHA, A.R. – *Catalogo dos Productos apresentados a Exposição quatrienal de 1844 nas sallas da sociedade promotora da Industria Nacional, com relação de todos os objectos expostos. Os nomes e moradas de seus principaes Artistas, Fabricantes e Inventores. Offerecido aos mesmos para que não desanimem*. Lisboa: Typ. Da Viuva Coelho, e Comp^a;

BELTING, Hans – *Antropologia da imagem: para uma ciência da imagem*. Lisboa: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2014;

BLAUFUKS, Daniel. *O Arquivo: um álbum de textos (The Archives: an album of texts)*. Lisboa: Vera Cortês agência de arte, 2008;

BOHNING, W.R. – *Studies in International Labour Migration*. Londres: Macmillan, 1984;

CALDEIRA, Arlindo Manuel – “O documento na Aula de História”. in *O Ensino da História*. Boletim da Associação da Associação de Professores de História (II série);

CALMON, Pedro – *História Social do Brasil*. t. 2, 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional;

CARDOSO, Ana Paula – “A recetividade dos professores à inovação pedagógica: influência de variáveis do professor e do contexto escolar”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 35, nº 3, Coimbra, 2001;

CARQUEJA, Bento – *O Capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1908;

CARQUEJA, Bento – *O Povo Portuguez: Aspectos sociaes e economicos*. Porto: Livraria Chardron, 1916;

Carta de António José Gomes Neto a João R. de Oliveira Santos – SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Para a História de Ovar e de São Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975;

Carta do Bispo do Porto, D. Américo, a João Rodrigues de Oliveira Santos – SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Para a História de Ovar e de São Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975;

CARVALHO, A. A. & MOREIRA, A. – “Criss-crossing cognitive flexibility theory based research in Portugal: an overview”. In *Interactive Educational Multimedia*, nº 11, 2005;

CARVALHO, J. R. – “O social emergente: Sistemas adaptáveis complexos e interpretação”. In *Revista de História das Ideias*. nº 20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999;

CARVALHO, Marcus – “o antilusitanismo e a questão social em Pernambuco (1822-1848)”. In *Emigração/imigração em Portugal – Atas do Colóquio*. Lisboa: Fragmentos, 1993;

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2015;

CORDEIRO, José Lopes – “O património Industrial em Portugal: situação atual e perspetivas de futuro”. In separata de *Arqueologia Industrial*. 4ª série, vol. III, nº 1-2, 2007;

CORREIA, Leandro – “S. Vicente de Pereira... que linda forma de viver”. In *Revista Reis*. nº 51, edição da trupe JOC/LOC, 2017;

COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911;

COSTA, Francisco da Silva, CORDEIRO, José Manuel Lopes – “Património hidráulico e arqueologia industrial: o caso do Rio Ave no Noroeste de Portugal” – disponível em:

http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25049/1/PATRIMÓNIO%20HIDRÁULICO%20E%20ARQUEOLOGIA%20INDUSTRIAL%20O%20CASO%20DO%20RIO%20AVE%20NO%20NOROESTE%20DE%20PORTUGAL_F.Costa%2C%20J.%20Lopes%20Cordeiro.pdf;

COSTA, Hermes Augusto – “O trabalho e os ‘espíritos do capitalismo’. Como conciliar a ‘legitimidade’ capitalista calvinista com a justiça laboral? O diálogo entre o velho e o novo”. In *Visão Histórica – O trabalho ao longo dos tempos*. nº 34, Lisboa: MEDIPRESS, março de 2016;

COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal: 1143-2010*. 2ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 308-309;

COUTINHO, Joana Elisabete Ferreira Duarte Coutinho – *Mlearning: Ambiente de aprendizagem com interface adaptativa*. (trabalho de projeto, ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em educação, área de especialização tecnológica de informação e comunicação e

educação), Lisboa: Universidade de Lisboa, instituto de educação, 2013, pp. 15-20 – Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10276/1/ulfpie046301_tm.pdf;

CRUZ, António – “Indústria” – *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002;

CUSTÓDIO, Jorge, SANTOS, Luísa, RIBEIRO, Isabel, BARBLAN, Marc – *Museologia e Arqueologia Industrial*. Alcobaça: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1991;

Diploma da nomeação de João Rodrigues de Oliveira Santos como Vice-cônsul da Turquia no Distrito de Aveiro;

Diploma de Sócio do *Gabinete Portuguez de Leitura no Maranhão* de João Rodrigues de Oliveira Santos;

Diploma e respetivo comprovativo pela participação da empresa *Santos & Irmão* na Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876;

DURÃO, Susana – “Trabalhador de Serviços”. In *História do Trabalho e das Ocupações: A indústria têxtil*. Coord. de Nuno Luís Madureira, vol. 1, Oeiras: Celta Editora, 2001;

ESTUDOS

FERNANDES, Armando de Almeida – “Pereira”. In *Jornal João Semana*. Ovar: 1994, disponível em: <http://artigosjornaljoosemana.blogspot.pt/p/algumas-notas-toponimicas-ovarenses.html> ;

FERREIRA, Clárisse – “O papel da empatia histórica na compreensão das sociedades”. In *O ensino da história*. Boletim da Associação de Professores de História (III série), nº 29, 2005;

FERRO, João Pedro – “Comunicações e Comércio: Linhas Gerais”, in *Portugal e a restauração*. A. H. De Oliveira Marques e Fernando de Sousa (Coord.), vol. X – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993;

FERRONHA, António Luís – *Linguagem Audiovisual: pedagogia com a imagem*. Mafra: Elo, 2001;

FIDALGO, Joaquim Manuel Monteiro – “Ovar na Segunda Metade do Século XIX. A Construção da Rede Viária”, in *Revista Dunas: Temas & perspectivas, revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. nº 15, Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2015;

FIGUEIREDO, Octávio – “As Pulsões Económicas e Financeiras”, in *Portugal e a restauração*. A. H. De Oliveira Marques e Fernando de Sousa (Coord.), vol. X – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993;

FILIPE, Graça – “Património industrial em Portugal: os desafios, em 2015”. In ICOM Portugal. Boletim série III, nº 4, setembro, 2015,

FRANÇA, António – “A Fábrica de Papel do Casal em Ovar: estudo e programa de reabilitação”. In *Separata de Arqueologia industrial*. 4ª série, vol. V, nº 1-2, 2009;

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Páginas Avulsas: Precedidas de um preambulo da Ex.^{ma} Snr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos*. Porto: Livraria Chardron, 1906;

GAMEIRO, Sara Margarida Domingues Dias da Mota – *A comunidade local no ensino da História: bases de dados, competências e gestão flexível do currículo*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009;

GASPAR, Carolina Maria Vaz Goucha – *As imagens e as representações na afirmação estratégica dos lugares: o caso particular do cinema e da cidade de Coimbra*. Coimbra: tese de doutoramento em geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016;

GIRACOMAZZO, Graziela Fatima, FIUZA, Patricia Jantsch – “A inserção dos tablets nas escolas estaduais de ensino médio no Extremo Sul de Santa Catarina: Preparação dos professores”. In *Experiência Inovadora*. Relatório de Estudo Concluído, Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014, pp. 4-5 – Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/270.pdf>;

GOMES, Marques – *O Districto de Aveiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1877, p. 293. Ver anexo XXVII – “Causa comercial” entre Boialvo d’Anadia e Santos & Irmão;

GONZÁLEZ, Luis Borreguero – “El retorno en la emigración: problemas y posibles soluciones”. In PEREZ, José Cazorla – *Emigracion y retorno: una perspectiva europea*. Madrid, Instituto Español de Emigracion, 1981;

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf;

HUYGHE, René – *O poder da imagem: arte & comunicação*. Lisboa: Edições 70, 1993;

JORGE, Duarte – “O traje” in *Portugal e a restauração*. A. H. De Oliveira Marques e Fernando de Sousa (Coord.), vol. X – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993;

JÚNIOR, Caio Prado – *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. Brasil: Editôra Brasiliense LTDA., 1953; p. 253.

JUSTINO, David – “Preços e salários em Portugal, 1850-1912”. In *História Económica*. nº 2, Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

KEMP, Tom – *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*. Lisboa: Edições 70, 1985;

LABOULAYE, Charles – “Chapeaux”. In *Dictionnaire des arts et manufactures, de l’agriculture, des mines, etc. Description des procédés des l’industrie française et étrangère*. T. 1, Paris: Librairie du dictionnaire des arts et manufactures, 1870-73;

LAINS, Pedro – “As raízes da Revolução Industrial”. In *Visão Histórica – O trabalho ao longo dos tempos*. nº 34, Lisboa: MEDIPRESS, março de 2016;

LAINS, Pedro – *A Economia Portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995;

LAINS, Pedro – *Os Progressos do Atraso: uma nova história económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003;

LAMOUNIER, Maria Lucia; LANZA, André Luiz – “A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930)”. In *Cadernos PROLAM/USP. Brazilian Journal of Latin American Studies*. Nº 26, Universidade de São Paulo, 2015;

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. vol. IX, Lisboa: Mattos Moreira & Companhia, 1880;

LEE, Peter – “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado”. In Isabel Barca (org.), *Educação histórica e museus. Atas da II jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: CIE, 2001;

LEE, Peter – “Putting principles into practice: understanding history”. In J. D. Bransford & M. S. Donovan (Eds.), *How Students Learn: History, Math and Science in the Classroom*. Washington, DC: National Academy Press, 2005;

LEITE, Joaquim Costa – “Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração Oitocentista”. In *Emigração/imigração em Portugal – Actas do Colóquio*. Lisboa: Fragmentos, 1993;

LEITE, Joaquim da Costa – “A viagem”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000;

LEITE, Joaquim da Costa – “Actividades Económicas”. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Ana Maria Rodrigues (coord.), Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000;

LEITE, Joaquim da Costa – “Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851-1973)”, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/JOAQUIM%20COSTA%20LEITE.pdf>;

LOPES, Maria Antónia – “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)”. In *Revista Portuguesa de História*. t. XXXV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2001-2002;

LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. 5ª ed., Lisboa: publicações Dom Quixote, 1992;

MACEDO, Jorge Borges de – “Indústria”. *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (Dir.), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002;

MAGALHÃES, Olga – “O documento escrito na Aula de História: proposta de abordagem”. In *O Ensino da História*. Boletim da Associação de Professores de História (III série), nº 18, Lisboa, outubro, 2000;

MAIA, Fernanda Paula Sousa, PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – “Os Brasileiros Empresários e Investidores”. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Ana Maria Rodrigues (coord.), Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000;

MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda Braga da C. – “Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal – finais do século XIX e inícios do XX”. In *Navegar*. vol. 1, nº1, 2015;

MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida – *Didática da História: património e história local*. Lisboa: Texto Editora, 1994;

MARQUES, A. H. de – “Indústria”. *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (Dir.), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002;

MARQUES, A.H. de – “A Revolução Técnica”, in *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. A. H. De Oliveira Marques (Coord.), vol. IX – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), Lisboa: Editorial Presença;

MARQUES, Vanda do Carmo Canhoto Lopes – *Introdução de tablets no ensino do manual em papel ao manual digital*. Lisboa: Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Informática Educacional, Faculdade de Ciências Humanas, sob orientação do Professor Doutor José Reis Lagarto, 2014, pp. 14-16, Disponível http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17997/1/Dissertação_Vanda_Marques.pdf;

MARTINS, J.P. de Oliveira – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães & Cª, 1956;

MATOS, Maria Izilda Santos de – “Imigração portuguesa em São Paulo: perspetivas e possibilidades de investigação” – in *Revista População e sociedade: A emigração portuguesa para o Brasil*. Parte II, nº 14/15, Porto: (CEPESE) Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento, 2007;

MATOS, Paulo Lopes; MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Base Demográfica”. In *Portugal e a instauração do Liberalismo*. A. H. De Oliveira Marques (Coord.), vol. IX – *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), Lisboa: Editorial Presença, 1993;

MATTOS, Pe. Vigarrio e – *Oração Funebre do Illustrissimo Excelentissimo Senhor João Rodrigues d’Oliveira Santos: Importante benemerito da freguezia de S. Vicente, recitada nas solenes exequias, celebradas na igreja de S. Vicente de Pereira, no dia 29 d’outubro de 1902*. Pardelhas: Typographia do ‘Jornal da Murtosa’, 1903;

MELO, Maria do Céu de – “Palavras iniciais”. In *Imagens na aula de história: diálogos e silêncios*. Org. de Maria do Céu de Melo, Mangualde: Edições Pedagogo, 2008;

MELO, Maria do Céu de; COSTA, Alice; SOBRAL, Cristina; ALVES Olinda – “O triunfo do olhar sobre o ‘triunfo da morte’ de Bruegel”. In *Imagens na aula de história: diálogos e silêncios*. Org. de Maria do Céu de Melo, Mangualde: Edições Pedagogo, 2008;

MENDES, J. M. Amado – “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”. In *Análise Social*. vol. XVI (61-62), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980 (1º, 2º);

MENDES, José Amado – “A História para o futuro: conhecimento e ação”. In *Revista XXI: ter opinião*. nº 4, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015;

MENDES, José Amado – *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991;

MENDES, José Amado – *Estudos do Património, Museus e educação*. 2ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013;

MÓNICA, Maria Filomena – “Capitalistas e industriais, 1870-1914”. In *Análise Social*. 3ª série, nº 99, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987;

MONTEIRO, Angélica, MOREIRA, J. António e LENCASTRE, José Alberto – *Blended (E)learning na sociedade digital*. Santo Tirso: Printhus, 2015;

MONTEIRO, Augusto José – *Imaginação e criatividade no ensino da história: o texto literário como documento didático*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1997;

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. In *Revista População e*

Sociedade: A emigração portuguesa para o Brasil. Parte II, nº 14/15, Porto: (CEPESE) Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento, 2007;

MORIN, Edgar – *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª ed., São Paulo: DF, Unesco, 2000, pp. 47-61;

NETO, Wenceslau Gonçalves; MAGALHÃES, Justino – “Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX”. In *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 20, Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), 2009;

NUNES, João Paulo Avelãs – “Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável”. In *Revista Portuguesa de História*. t. XXXVI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, CEIS 20 da Universidade de Coimbra, 2002-2003, pp. 159-162;

O Ovarense: Jornal do Partido Progressista, 17 de outubro de 1886;

OLIVEIRA, Ana Rodrigues; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; GAGO, Marília; TORRÃO, Paula – *O fio da História*. Lisboa: Texto Editores, 2012;

OLIVEIRA, António de – *Pedaços de História Local*. vol. 1, Coimbra: Palimage, 2010;

OLIVEIRA, Maria José – “Emigrantes: Novas vagas e outros destinos”. In *Revista XXI: Ter Opinião*. nº 2, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013;

OLIVEIRA, Pe. Miguel de – *Válega: Memória Histórica e Descritiva*. Ovar: Edição da Câmara Municipal de Ovar, 1967;

ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas: Aspectos Varios da Sociedade, da Política, da Administração*. Tomo X, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890;

ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. X, Lisboa: Clássica Editora, 1922;

PAIVA, João; MORAIS, Carla; MOREIRA, Luciano – *O multimédia no ensino das ciências*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015;

Passaporte de João Rodrigues de Oliveira Santos emitido pelo Consulado de Portugal no Maranhão a 23/3/1869;

PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui – “A Higiene: da higiene da habitação ao asseio pessoal”. In *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Coord. de Irene Vaquinhas e direção de José Mattoso, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011;

PEREIRA, Marco – Algumas notícias dos primeiros tempos do Caminho-de-ferro em Ovar. *Revista Dunas: Temas e Perspetivas, revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. nº 14, Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2014;

PEREIRA, Miriam Halpern – *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981;

PINTO, Augusto Oliveira – *Rêsenha Histórica freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho*. Ex-Libris Lopes Pereira, 1935;

PINTO, Helena – “Interpretação de fontes patrimoniais em educação histórica”. In *História & Ensino*. v. 18, nº 1, Londrina, jan/jun, 2012;

PROENÇA, Maria Cândida – *Ensinar, Aprender História: questões de didática aplicada*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990;

PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015;

QUEIRÓS, Eça de – *Ecos de Paris*. Lisboa: Planeta de Agostini, D.L., 2006;

QUINTAIS, Ana Margarida dos Santos Pires – *A escrita dobra a imagem: Daniel Blaufuks e a construção da pós-memória*. Coimbra: Tese de doutoramento em Línguas e Heterodoxias apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015;

RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 5ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2010;

REIS, Jaime – “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal 1870-1913”. In *Análise Social*. vol. XXIII (2º), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987 (nº 96), pp. 207-208;

RIBEIRO, Gabriel Mithá – *O Ensino da História*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012;

RODIRGUES, Maria da Glória – “Oficina de Património e de preservação e divulgação de património – uma proposta de oferta própria das escolas para a componente técnica/artista dos CSPOPE”. In *O Ensino da História*. nº 6/7, outubro/fevereiro, Lisboa: APH, 1996-1997;

RODRIGUES, Manuel Ferreira – *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras na sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010;

RODRIGUES, MONTEIRO, Miguel – “Casas de brasileiros”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000;

RODRIGUES, Teresa Ferreira – *História da população portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESSE / Edições Afrontamento, 2008;

ROLDÃO, Maria do Céu – “O papel da realidade regional e local na aprendizagem significativa da História/Estudos sociais”. In *Atas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre, 1990;

SALES, José das Candeias – “O Documento Iconográfico na Aula de História: Virtudes e Problemas. O exemplo da Arte do Egito Antigo”. In *O Ensino da História*. nº 18, Lisboa: Boletim da APH (III série), outubro de 2000;

SAMPAIO, Maria da Luz, MATOS, Ana Cardoso de – “Património Industrial e Museologia em Portugal”. In *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. III, nº 5, maio/junho, 2014;

SANTOS, Eugénio dos – “Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal”. In *Os Brasileiros de Torna-viagem*. Coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000;

SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – “As Crónicas de João Rodrigues de Oliveira Santos e a Fábrica de Chapéus, em São Vicente de Pereira”. *Revista Dunas: Temas & perspectivas, revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. nº 7, Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2007;

SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Há 100 Anos: algumas Cartas Inéditas de José Feliciano de Castilho*. Lisboa: Livraria Portugal, 1965;

SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Para a História de Ovar e de São Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975;

SANTOS, J.J. Carvalhão – “Do Local ao Global: uma reflexão sobre conceitos e práticas”. In *Revista Portuguesa de História*. t. XXXIX, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007;

SANTOS, João Rodrigues d'Oliveira – *Horas Vagas: Poesia e Prosas*. Maranhão Typ. do Frias, 1868;

SERRÃO, Joel – “Emigração”. In *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.), vol. II, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002;

SILVA, Bento – “A tecnologia é uma estratégia educativa”. In Leandro Almeida et al. (Ed). *Atas da II conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação*. Braga: Centro de Competência Nónio Século XXI da Universidade do Minho, 2001;

SILVA, Bento – “Reflexões sobre a tecnologia educativa”. In ALMEIDA, Leandro et al. (Ed.). *Atas do IV Congresso Galaico Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 1998;

SILVA, Gastão de Brito e – *Portugal em Ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014;

SILVA, Gustavo de Brito – *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014;

TAVARES, António, SOUSA, Edviges, ANTUNES, Helena e outros – “História Local e Ensino da História: Duas Propostas para Exploração Pedagógico-Didática”. In *Cadernos Pedagógico-Didáticos*. nº 20, Lisboa: APH, 2000;

TAVARES, António; SOUSA, Edviges; ANTUNES, Helena; FOUTO, Luís; CHAMBEL, Luísa; LUCENA, Margarida – *História Local e ensino da história: duas propostas para exploração pedagógico-didática*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2000;

TEIXEIRA, António José – “Mais poder para as cidades”. In *Revista XXI: ter opinião*. nº 4, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015;

Testamentum de Azevedo in Terra de Sancta Maria. *Diplomata et Chartara*. nº 125;

TEUNE, Henry – “O futuro da localidade numa Era Global”. In *O Poder Local em Tempo de Globalização: uma história e um futuro*. FONSECA, Fernando Taveira da (coord.), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005;

TORGAL, Luís Reis – “História... Que História?”. *Separata da Revista de História das Ideias*. vol. 9, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

TRINDADE, Sara Dias; MOREIRA, J. António – “Tecnologias móveis e a recriação digital na construção do conhecimento histórico”. In *Revista Eletrônica de Educação*. nº 11, Brasil, 2017;

TRINDADE, Sara Marisa da Graça Dias do Carmo – *O Passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*. Coimbra: Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Didática da História apresentada ao departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015;

VALÉRIO, Nuno – “A imagem do “brasileiro” na obra de Júlio Dinis”. Comunicação apresentada ao 1º congresso português de Sociologia Económica. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social (GHES), 1998;

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiya Pilatti – “Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa”. In *Emigração/Imigração em Portugal*. Atas do colóquio, organização de Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira, Algés: Fragmentos, 1993.

WEBGRAFIA

Fundação Bissaya Barreto (FBB) - <http://www.fbb.pt/cbb/colégio/o-colegio-bissaya-barreto/>

ENTREVISTAS

Entrevista a Guilherme G. de Oliveira Santos – 10 de agosto de 2016 (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira);

Entrevista a Maria Alice Gomes Ferreira e David Francisco Pereira – 22 de outubro de 2016 (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira);

Entrevista a Teresa Emília de Jesus – 9 de novembro de 2016 (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira).

ANEXOS

Anexo I - Plano Individual de Formação (PIF)

Leandro E. Gomes Correia

Plano Individual de Formação

Mestrado do Ensino em
História no 3º ciclo do Ensino
Básico e no Ensino Secundário

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

31 de outubro de 2016



Introdução

A docência é das profissões mais interessantes e desafiantes do chamado “mercado de trabalho”, o que a torna, igualmente, na mais apaixonante. Neste sentido, iniciando nós, no corrente ano letivo, esta prática de formação e especialização no ramo educativo, é importante estar atento e saber aproveitar todas as oportunidades que possam surgir, para uma melhor compreensão do mundo educativo, mas também para o aperfeiçoamento daquilo que é ser professor na e para a escola e, conseqüentemente, na e para a sociedade.

De acordo com o regulamento da Formação Inicial de Professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o estágio de profissionalização, ou pedagógico, constitui um momento ímpar na vida do estudante em fim de percurso académico e do professor em início de carreira. Trata-se, portanto, de um processo que visa aprofundar e desenvolver competências e estratégias no âmbito da prática e da participação pedagógica, numa perspectiva de aperfeiçoamento científico, didático e relacional.

Uma das principais características da profissão docente é o seu espírito de compromisso e de entrega. O presente documento representa o primeiro passo nesse sentido. Perante um ano de estágio que se prevê longo e exigente, aqui ficam plasmadas as atividades obrigatórias e facultativas que nos propomos a realizar, respeitando os princípios institucionais da escola que nos acolhe, o Colégio Bissaya Barreto, em Coimbra, e da própria Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que através dos seus serviços administrativos estabelece protocolos com as mais diversas escolas.

As atividades seguintes representam, portanto, uma declaração de compromissos para o ano letivo de 2016/2017, do Mestrado em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, em cooperação com a instituição de estágio, o Colégio Bissaya Barreto, em Coimbra.

ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS

- Assistir a 75% das aulas lecionadas pela Orientadora de Estágio nas turmas entregues ao núcleo de estágio.
- Participação em 75% dos Seminários pedagógicos, ou de acompanhamento, dirigidos semanalmente pela Orientadora do Colégio, com duração de 60 minutos.
- Assistir a todas as aulas lecionadas pelos colegas do núcleo de estágio;
- Lecionar entre 15 a 20 aulas de 90 minutos na disciplina de História às duas turmas do 8º ano.
- Ajudar a preparar e organizar atividades letivas nas turmas da Orientadora do Colégio.
- Elaborar e discutir planificações de curto prazo, recursos didáticos, estratégias e instrumentos de avaliação.
- Trabalho cooperativo com os elementos que compõem o núcleo de estágio.

- Participar em 75% de aulas das unidades curriculares de Projeto didático I e II, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Representar os estagiários do Mestrado em Ensino da História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário sempre que a situação o exija, de acordo com o voto de confiança que depositaram em nós aquando da eleição.

ACTIVIDADES FACULTATIVAS

- Lecionar o maior número de aulas possível na disciplina de história às duas turmas do 8º ano, no Colégio Bissaya Barreto, em Coimbra.
- Assistir às aulas lecionadas pela orientadora do Colégio a turmas e níveis diferentes daqueles em que nos encontramos afetos, sempre que necessário for.
- Auxiliar a orientadora do Colégio sempre que houver necessidade.
- Lecionar aulas a diferentes níveis escolares.
- Substituir a orientadora ou os professores do Colégio sempre que houver necessidade, de modo a segurar o horário letivo.
- Elaboração e correção dos testes, bem como das matrizes e respetivos critérios de avaliação.
- Participar nas atividades do *Clube do Parlamento Jovem*.
- Estar disponível nas salas de apoio às quartas-feiras, com o objetivo de tirar dúvidas e estudar com os alunos.
- Auxiliar a orientadora do Colégio nas horas de apoio ao estudo nos diferentes ciclos de estudo.
- Dinamizar atividades para os alunos durante os períodos de interrupção letiva.
- Participar e auxiliar o Colégio na festa de Natal, na festa de final de ano, e em outras iniciativas do Colégio.
- Participar e acompanhar os alunos na palestra sobre o *Alzheimer*.
- Auxiliar na organização da visita de estudo a Conímbriga e em outras visitas que forem posteriormente marcadas.
- Acompanhar os alunos no refeitório sempre que for solicitado.
- Auxiliar sempre que possível e necessário nas atividades a serem realizadas no Colégio.
- Participar e acompanhar os alunos ao *Centro de Documentação 25 de abril*, pelas celebrações afetas ao 25 de abril.
- Preparar com os colegas de núcleo de estágio uma aula sobre o *Holocausto*, dirigida a alunos do 9º ano do Colégio.
- Participar em conferências e/ou atividades na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sobre a prática docente.

Anexo II – Exemplo de uma planificação de curto prazo

RENASCIMENTO, REFORMA E CONTRARFORMA

Síntese

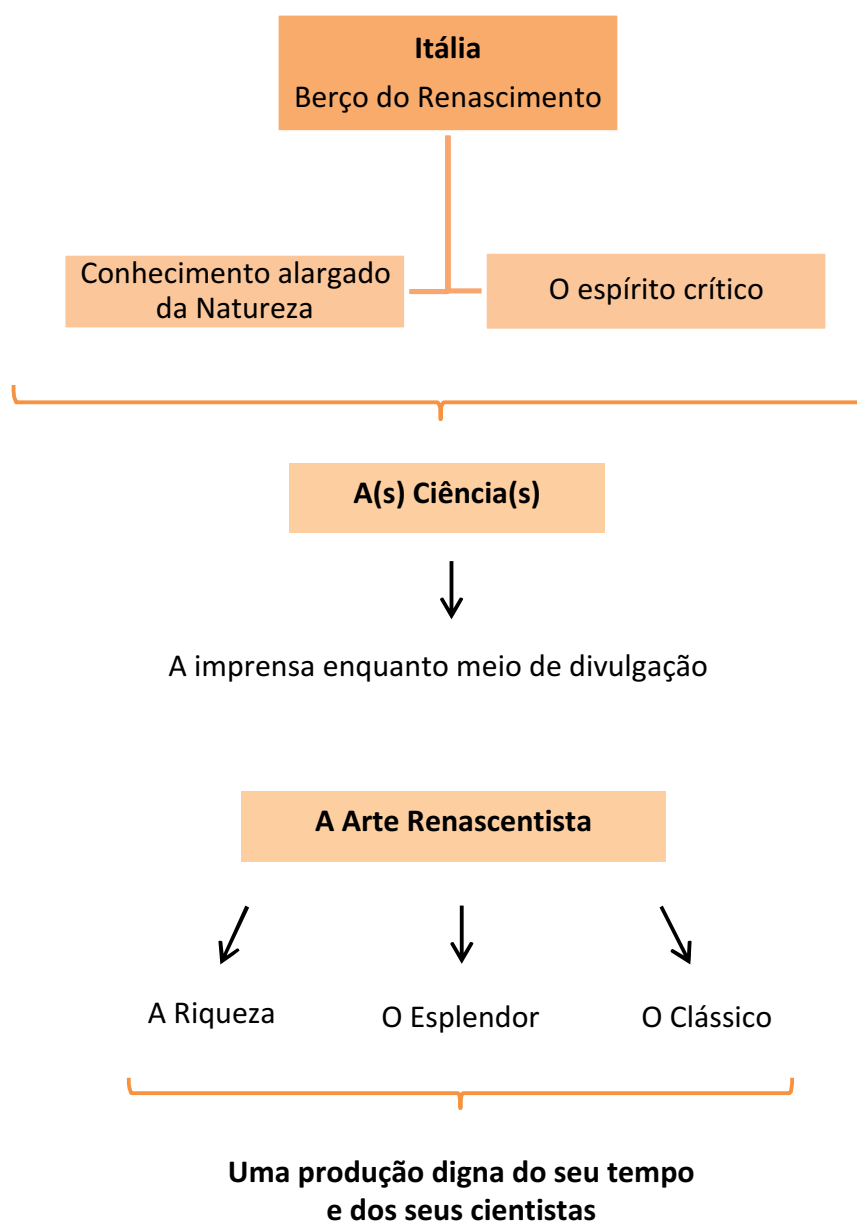
Planificação da aula 27 e 28, dirigida ao 8º ano de escolaridade, turma B, do Colégio Bissaya Barreto, sobre o alargamento da compreensão da natureza, a importância do surgimento da imprensa e a arquitetura renascentista.

Leandro Correia

l.correia519@gmail.com

Domínio: Expansão e Mudança nos séculos XV e XVI	
Subdomínio: Renascimento, Reforma e Contrarreforma	
Ano: 8º Aula: 27 e 28 Tempo: 90 min Data: 12 de janeiro de 2017	Sumário: O espírito crítico do Homem do Renascimento e a importância da imprensa na sua projeção. A arquitetura renascentista como expressão do seu tempo.

Esquema conceptual



Pré-requisitos

- Antropocentrismo;
- Clássico;
- Humanismo;
- Mecenate;
- Renascimento;
- Teocentrismo.

Conceitos

- Classicismo;
- Dissecção;
- Espírito crítico;
- Geocentrismo;
- Heliocentrismo;
- Racionalismo;
- Simetria.

Questões chave

- Em que sentido os Descobrimientos e a expansão europeia contribuíram para o interesse do homem pela natureza e para o desenvolvimento do seu espírito crítico?
- Como se relaciona o desenvolvimento das diversas ciências com os contributos do período expansionista?
- De que forma a imprensa contribuiu para a divulgação das obras e das ideias dos homens do Renascimento?
- Quais as características da arte renascentista que a aproxima dos ideais artísticos clássicos?

Metas e descritores de desempenho

- Relacionar as viagens marítimas europeias com o desenvolvimento da consciência humana;
- Entender o desenvolvimento do espírito crítico no homem renascentista como resultado do seu desejo em compreender o mundo que o rodeava;
- Identificar as áreas científicas que se desenvolveram neste processo de *humanização*, assim como os intelectuais que nelas se destacaram;
- Compreender o aparecimento da imprensa como desenvolvimento técnico necessário, tendo em conta a emergência de estudos e conhecimentos a ser transmitidos;
- Caracterizar as cidades italianas como espaço(s) de expressão artística renascentista;
- Relembrar as características do gótico medieval comparando-as com as obras renascentistas;
- Compreender o classicismo como uma das principais características das referidas obras renascentistas;
- Apontar as principais características da arquitetura renascentista, identificando elementos da arquitetura clássica;
- Entender o equilíbrio geométrico e a simetria como as grandes preocupações arquitetónicas das obras do Renascimento;
- Compreender que por detrás de uma grande obra há sempre um grande arquiteto;
- Identificar os arquitetos que mais se destacaram na arquitetura renascentista.

Estratégias de ensino-aprendizagem

Escrito o sumário, um aluno(a) irá interpelar-nos sobre um pergaminho (imitação) que apareceu na sua secretária, pelo que pediremos para ver do que se trata. O *documento* é da nossa autoria e tem o objetivo de recuperar conteúdos, da mesma forma que pretende dar o mote para a matéria da respetiva lição. Entrando propriamente na matéria, aprofundaremos o desenvolvimento do espírito crítico no Homem do Renascimento, fazendo a ponte com o presente, sobretudo com a temática dos estilos da música e da publicidade que nos assola e que junto da juventude tem grande impacto. Continuando a aula num discurso horizontal com os alunos, abordaremos o desenvolvimento de várias áreas do saber pedindo-lhes que primeiro reflitam sobre o quê que a expansão europeia poderá ter contribuído para tais mutações nos diversos saberes. Também aqui recorreremos, sempre que possível, ao presente para explicar o passado, explorando, sobretudo,

nomes como Pedro Nunes, Garcia de Orta, que hoje dão nome a polos institucionais credíveis no panorama nacional.

Pedindo que reflitam sobre a forma como a emergência do conhecimento poderia ser divulgado, fazendo lembrar se os monges copistas voltariam a passar horas a fio na cópia desses textos, recorreremos ao documento com o qual iniciamos a aula para esmiuçar um pouco as suas características. Intitulado “*página de um diário perdido*”, pretende-se demonstrar a fragilidade dos documentos escritos à mão (tipicamente medieval), não só pela difícil leitura, mas também demonstrar que esses textos se iam pretendo, pelo que a imprensa veio contribuir imenso para a debelar essas dificuldades, sobretudo quanto ao modo como se começou a *criar* o livro na forma como hoje o conhecemos e, sobretudo, pela rapidez com que se copiavam e processavam os textos. Depois de dar a conhecer Gutenberg, visualizaremos um vídeo de 4 minutos sobre a forma como foi concebida a técnica de impressão. O vídeo encontra-se em francês, pelo que faremos uma breve sinopse, optando por não interferir durante a visualização do mesmo. Como se trata de um trabalho prático torna-se um vídeo bastante acessível de compreender.

Posto isto, concluindo e aprofundado a forma como fora montado o engenho, ofereceremos outro texto aos alunos, agora impresso, não só como recurso de motivação, para eles contactarem com um tipo de letra diferente, mais *mecanizado*, mas também para fazerem uma reflexão da evolução do documento oferecido no início (manuscrito) e o que então têm entre mãos. Para além de impresso, o documento refere o título da sua obra, a página e o autor, demonstrando, assim, preocupações novas na produção de textos, a tal valorização das letras. O texto, da nossa autoria, *escrito* por um autor fictício, assim como o nome da obra, revela uma viagem de um homem a Itália no tempo do renascimento. Com isto aproveitamos para integrar a arquitetura.

O texto percorre algumas cidades italianas, demonstrando o seu esplendor e a sua riqueza. Dessas cidades, dando especial atenção à cidade-estado do vaticano e à província de Veneza, apontaremos a basílica de São Pedro e a *Villa Capra*, respetivamente. O texto contará com a descrição daquilo que supostamente o viajante percebeu ao observar a arquitetura destes edifícios, pelo que depois pediremos que os alunos identifiquem algumas características. Para além destas cidades, apontaremos ainda o caso francês como prova da influência italiana na Europa.

Por fim, depois de questionados sobre possíveis dúvidas, apontaremos aos quatro principais arquitetos renascentistas, convidando os alunos a encarnar esses mesmos génios, incentivando-os a ler as suas curtas biografias.

Estratégias de remediação e enriquecimento

Tendo em vista a preparação da próxima aula sobre a pintura e a escultura renascentistas, será pedido aos alunos o modesto trabalho de pesquisarem o significado de *Naturalismo*.

Recursos

- Computador;
- Datashow;
- Quadro Branco;
- Marcador;
- Manual.

Instrumentos de avaliação

- Pontualidade e assiduidade;
- Participação.

Bibliografia

- DELUMEAU, Jean (dir.) – *Biblioteca de História Larousse: História do mundo na Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016;
- *Idade Moderna I: séculos XVI e XVII*. vol. II, coleção Time Maps, 2016;
- Legrand, Gérard – *A Arte do Renascimento*. Tradução de Maria Filomena Borja de Melo, Lisboa: Edições 70, 2000;
- Manual do 10º ano de escolaridade, *O tempo da História*. part. III;
- Manual do aluno (8º ano), “*O fio da História*”;

Anexo III – Documento escrito utilizado em aula



Somos do mundo, por isso, não há nada como o descobrir. Meu pai e meu avô sempre me contaram o quando era fascinante viajar, uma das melhores forma de aprender! Meti-me a caminho de Itália, aquela terra que foi império, e que então procurava os tesouros da antiguidade clássica. A antiguidade grega e romana saía subitamente do túmulo. As cidades tornavam-se mais ricas e prósperas, rivalizando entre si pela beleza das suas ruas, das suas pinturas, das suas esculturas e das suas habitações, como sinal de poder e autoridade. Esses artistas renascentistas rejeitavam por completo a arte medieval a que chamavam gótica e admiravam a arte da antiguidade, pelo que uma das características da arquitetura deste tempo ficou conhecida como classicismo.

Cheguei a Roma e procurei logo as muralhas da cidade-estado do Vaticano para poder agradecer ao Senhor o êxito da minha viagem. Logo que calquei a praça de São Pedro os meus olhos brilharam por ver tão extraordinário edifício. Era a basílica do Vaticano, o esplendor bem o denunciava. Ali estava o que havia lido nos primeiros livros da época... As colunas, as pilastras, os frontões triangulares, os arcos de volta perfeita, e a extraordinária cúpula que coroava a majestade de todo o edifício. Que tamanho racionalismo! Tudo foi pensado e planeado, num equilíbrio geométrico e uma simetria sem igual!

Dali visitei outra realidade, a villa Capra, mais conhecida como villa Rotonda, de Andrea Palladio, perto de Veneza, e lá estavam os elementos daquela cultura greco romana que a todos inspirava. Parti de regresso a Portugal e, por entre inúmeras paragens, descansei em França e, no vale do Loire, vi também os palácios e os castelos com influências do classicismo.

“Desabafos de um Ser humano” de Bruno Miguel Morais, p.36

Anexo IV – Exemplo de uma ficha de avaliação

Ficha de Avaliação de _____ Nome _____ Nº _____ Ano/Turma _____ Data _____	  COLÉGIO BISSAYA BARRETO Ano Letivo <u>2016/2017</u> 2º Período
---	--

Observações:

LÊ ATENTAMENTE O ENUNCIADO ANTES DE COMEÇARES A RESPONDER

Todas as questões deverão ser respondidas na folha destinada à execução da prova de forma clara e completa.

Grupo I

1. Lê o documento seguinte com atenção.

Doc. 1

“Os Príncipes agem como ministros de Deus e seus lugares-tenentes (representantes) na terra. É por eles que Ele exerce o seu império. É por isto que o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus”.

Bossuet, *Politique tirée de l'Écriture sainte*, 1658

- 1.1.O regime político caracterizado no documento é:

- a) O absolutismo de direito divino
- b) O despotismo esclarecido
- c) A monarquia parlamentar

- 1.2.Observa com atenção a imagem que se segue:



“Um rei é mais filho do seu tempo que dos seus pais”

- 1.2.1. Considerando o regime político que escolheste na alínea anterior e de acordo com a imagem apresentada, **refere a nação**, o **monarca** e a sua **construção** mais sonante que ficaram na história como representação máxima desse mesmo regime na Europa.

1.3. Refere dois instrumentos utilizados pelos monarcas do referido regime político, para demonstrarem e imporem o seu poder.

2. Lê o documento seguinte com atenção:

Doc. 1

A sociedade do Antigo Regime

A necessidade obriga a que uns mandem e a que outros obedeçam. Os que mandam e o povo, que obedece, estão divididos em ordens. Uns dedicam-se ao serviço ao serviço de Deus, outros a defender o reino pelas armas, os outros a alimentá-lo. São estas as ordens, ou estados (...). Mas cada uma destas ordens está ainda subdividida em categorias.

Charles Loyseau – *Traité des Ordres et Simples Dignités*, 1610

2.1. Ainda te lembras quando nas aulas chegamos à conclusão que “**A sociedade é o reflexo do seu tempo**”? Num texto curto e de acordo com a informação do **doc. 1**, **refere** como estava organizada a sociedade do Antigo Regime. Não te esqueças das subdivisões!!

Grupo II

1. Preenche os espaços seguintes sobre a economia do Antigo Regime.

Durante o Antigo Regime, a principal atividade económica era a

_____ . Apesar de empregar a maioria da população,

continuava tecnicamente atrasada e, por isso, a _____

era reduzida. A maior parte das terras continuava na posse do rei e

dos grupos privilegiados: o clero e _____ .

Em contrapartida, o _____ encontrava-se em franco

desenvolvimento, pois, era a atividade mais _____ e

_____ .

2. Observa as imagens seguintes:



1. Tio Patinhas



2. Colbert



3. Balança comercial

2.1. A teoria mercantilista defendia a intervenção do estado na economia e tinha como principal objetivo enriquecer o reino. Contudo, era necessário levar a cabo certas medidas que permitissem salvaguardar a economia nacional. Bem o fez Colbert, em França.

Indica duas medidas que o dito ministro da economia terá aplicado para desenvolver a economia do seu reino.

2.2. O que era necessário para alcançar uma balança comercial favorável?

3. Lê o documento seguinte com atenção

Doc. 1

A burguesia inglesa e holandesa

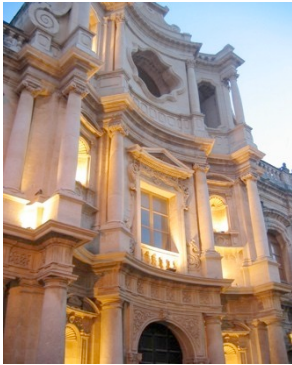
A Inglaterra e os Países Baixos representam, no século XVII, casos muito particulares do ponto de vista político, social, económico e religioso. Nas suas fileiras, a burguesia assume-se como um estrato social muito poderoso, dotada de privilégios e bastante endinheirada, fruto da atividade comercial a que, em grande parte, se dedicava. O desenvolvimento comercial deu origem ao capitalismo comercial e com ele surgiram e desenvolveram-se instrumentos que permitiram o sucesso de um sistema complexo até aos nossos dias.

Leandro Correia

3.1. **Indica** os instrumentos económicos e financeiros que surgiram e se desenvolveram com o surgimento do sistema capitalista.

Grupo III

1. Observa as seguintes imagens



1. Arquitetura



2. Escultura



3. Pintura

1.1. Refere duas características da arte barroca.

2. *“Desde o século XV, que ditou o início dos Descobrimentos e da Expansão europeia, as grandes potências começaram a disputar o espaço marítimo e, através dele, os novos espaços e produtos que se iam conhecendo. Contudo, cresceu a ganância, a ambição, as guerras, os gastos de cada nação e a concorrência, num verdadeiro jogo de cada uma delas ser melhor que a outra. No século XVII, Portugal sentiu de forma clara estes momentos”.*

De acordo com as informações do texto, num texto cuidado e completo, **caracteriza** o século XVII português.

Bom trabalho!
#tuconsegues J

Anexo V – Retrato de João Rodrigues de Oliveira Santos



Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo VI – Testamentum de azeuedo in Terra de Sancta Maria

978

In dei nomine. Ego indigna gogilli cognomento bellida cum peccatorum mole depressa placuit mihi sano animo mente perfecta pacisque uoluptas ut facerem ad ipsius loci sancti mametis et sancti pelagii martiris Christi quorum basilica fundata est in territorio colimbrie kartulam testamenti de meas uarzenas que abeo in uilla de azeuedo ad ille porto sancto uicenti de ambas partus (*sic*) ille fontano et ille molino qui fuit de arias liquiz integro et sunt illas hereditates in terra de sancta maria ad ille porto de sancto uicenti de peraria omnia ut diximus uobis concedo pro remedio anime mee et parentum meorum. Siquis tamen quod fieri non credo aliquis homo uenerit ad inrumpendum unc meum factum in primis sedeat excommunicatus et quantum auferre temptauerit in dublo uobis componat. Et unc meum uotum firmum abeat rebore. Facta séries testamenti VIII^o kalendas decembres. Era MVI.^a ego gogilli in ac testamenti manu mea r++oboro. Seniorino test. Dulcidiu test. Viliulfu test. Arias gendiz test. Moderigu noemiz test.

Fonte: *Dipl. Et Ch*, nº 125, p. 78.

Anexo VII – Registo de óbito de João R. de Oliveira Santos

[fl. 7]¹

²Aos vinte dias do mez de julho do anno de mil e nove centos às sete horas da manha na casa numero cento e quinze do logar da Torre desta fregezia de Sam Vicente de Pereira, concelho d’Ovar, Diocese do Porto, falleceu tendo recebido o sacramento dos moribundos um individuo do sexo masculino por nome João Rodrigues d’Oliveira Santos, de idade de sessenta e seis annos, casado com Adelaide Sophia da Costa Santos, natural desta freguesia e morador no logar da Torre da mesma, filho legitimo de José Rodrigues de Andrade e Anna Maria d’Oliveira, lavradores, o qual fez testamento deixando quatro filhos, e foi sepultado no cemiterio desta freguesia.

E para constar, lavrei em duplicado este assento, que assigno.

Era ut supra

O Parocho encommendado de José Francsico da Silva Pereira.

Fonte: PT-ADAVR-POVR06-3-87 m0017.tif (Arquivo Distrital de Aveiro)

<http://digitarq.adavr.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1260114>

(acedido a 6 de janeiro de 2016, pelas 15:00)

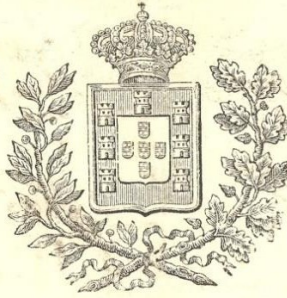
¹ No canto superior direito lê-se «visto».

² Na margem esquerda lê-se «numero 19º João Rodrigues d’Oliveira Santos».

Anexo VIII – Retrato de António de Oliveira Santos



Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)



CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO.

José Corrêa Loureiro, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e Consul de Portugal no Maranhão etc.

Signaes.

PASSAPORTE.

Nº 348.

Idade *36 annos*
Estado *viuvo*
Estatura *regular*
Cabello *preto*
Olhos *preto*
Rosto *comprido*
Naris *regular*
Bocca *dito*
Barba *bastante*
Cór *branca*

Faço saber aos que este Passaporte virem que desta cidade de São Luiz do Maranhão segue viagem para *Listoá* com escala por *Sernambucco* o subdito portuguez *João R. d' Oliveira Santos* filho de *José Rodrigues de Andrade* natural de *Orar* e de profissão *negociante* com os signaes e assignatura á margem: o qual deverá, antes de embarcar, fazer sellar este passaporte na repartição competente, e alcançar-lhe o visto da respectiva autoridade policial: levando em sua companhia *ninguem*

SIGNAES PARTICULARES.

Oliver Santos



Rogo por tanto a todas as autoridades tanto civis como militares, a quem este Passaporte for apresentado, não ponham embaraço algum ao portador, antes lhe prestem todo o auxilio e favor de que possa necessitar para seguir sua viagem, visto que procou ser o proprio e não ter impedimento algum.

Valioso pelo tempo de *dois* mezes para sahir desta cidade.

Anexo X – Registos de partida, escala e chegada

Nº 15
Por
desejo de sair para
Mar 27 de Abril de 1869
Contiño

Vista, com parapequim de
boa com escala por
manhuco. Surtos de
do Alano 27 de Março de
1869.
Pedro e Susa Gamin
oficial pelo Surtos

Veu no vapor nacional
Cruzeiro do Sul. Registro
do Porto 10 de Abril de
1869.

Vista. Surtos de Abril de 1869
E. de Barros
Secretario

Soares d'Almeida.

Fonte: Arquivo Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo XI – Propriedade da família Oliveira Santos



Sala de Estar



Cozinha revestida a azulejo



Quarto de Gabriel Oliveira Santos (filho de João Rodrigues de Oliveira Santos)



Compartimentos dos criados

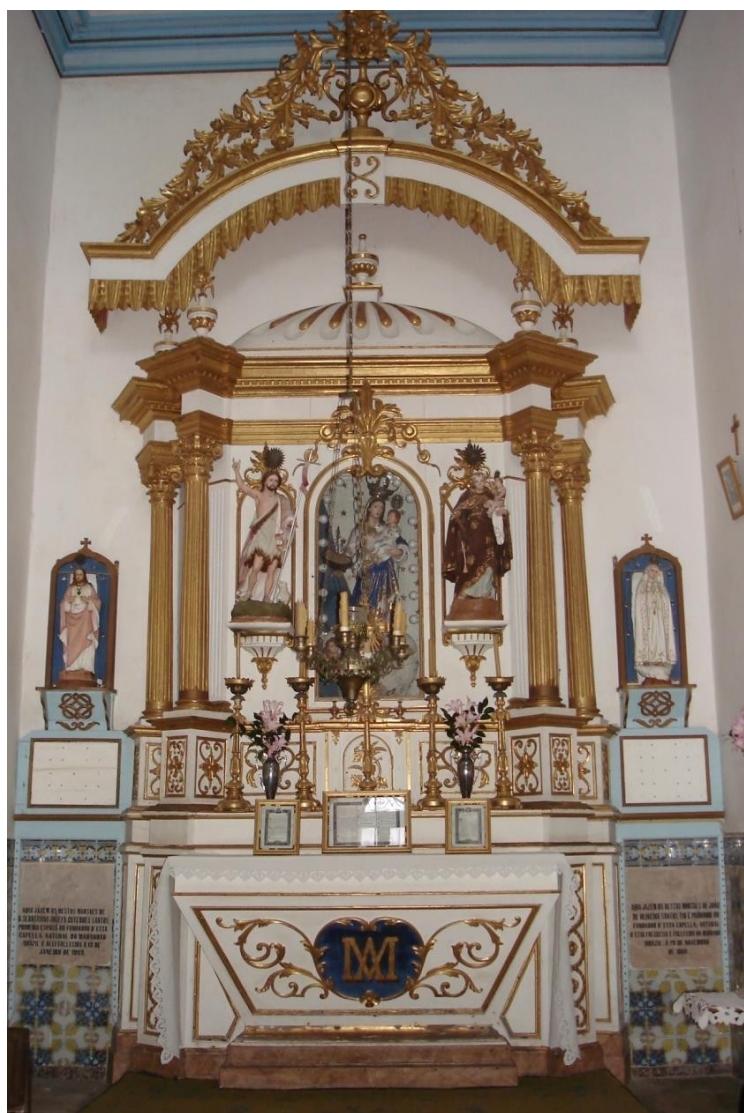
Fonte: (Leandro Correia, Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)



Fonte: Leandro Correia, Largo da Torre, São Vicente de Pereira

Anexo XIII – Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem (palacete de João Rodrigues de Oliveira Santos)





Fonte: (Leandro Correia, Largo da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo XIV - Carta do Bispo do Porto, D. Américo, a João R. de Oliveira Santos

Ilustrissimo Senhor

Tenho presente a carta, que em data de 22 de abril último Vossa Senhoria me dirigiu, contendo graves arguições ao seu Reverendo Pároco João Valente de Resende.

É verdade que pelo mês de agosto do ano passado iguais recebi de outros paroquianos dessa freguesia, que infelizmente eram verídicas. Observando o procedimento por mim adoptado, e que até certo ponto é dever de Prelado, recorri aos meios de correcção fraterna, e chamando o Reverendo Pároco à minha presença não só o admoestei, mas exigi, como reparação ao escândalo dado, a remoção para fora da freguesia da causa principal do mau exemplo.

Encontrei por parte do culpado a mais completa submissão aos meus conselhos, e depois tinha tido provas de que realizara sua promessa ao menos ostensivamente. Agora, porém, a carta de Vossa Senhoria comunica-me que a reforma foi temporária e fingida, que continua o mesmo escândalo, e que além do facto arguido tem ele praticado muitos outros imoralíssimos e criminosos, a ponto de ser fastidioso e repugnante enumerá-los.

Cumprido pela minha parte o dever de empregar a admoestação e correcção, e tendo este dado nenhum resultado, não serei eu que me recuse ao cumprimento do outro como Prelado, punindo na qualidade de juiz o delinquente incorrigível. Vossa Senhoria, porém, muito bem compreende que, entrando nesse campo não posso haver-me senão em conformidade com a Lei, e deve o meu proceder ser legal e não arbitrário, sob pena de cometer injustiça, que a própria lei vem desagravar desprestigiando a Autoridade que cometer ilegalidade.

Um Pároco, depois de colado em seu Benefício, não pode ser suspenso do seu cargo, e muito menos privado dele, isto é exonerado, sem um processo em forma legal, no qual hajam autores, que promovam a acusação, especificando os factos, e testemunhas, que provem sua verdade. Certifico a Vossa Senhoria que atenderei, como devo, uma petição, em que duas pessoas assinadas perante tabelião articulem os factos precisos de que arguem o Reverendo Pároco, e ofereçam dez testemunhas para deporem sobre os mesmos; e mandando principiar processo, farei justiça inteira conforme a verdade provada e de harmonia com as prescrições legais.

Parece Vossa Senhoria que é muito mais simples pela minha parte, e um pedido muito modesto da parte de Vossa Senhoria, suplicar a remoção do Pároco para outra freguesia; e no entretanto está Vossa Senhoria completamente enganado.

Esta transferência, ou remoção, não pode segundo a legislação vigente ser feita senão por meio de troca, chamada permuta, com outro Pároco, ou por meio de concurso. Em qualquer dos dois casos é o Governo de Sua Majestade quem autoriza a remoção, e para isso manda ao Prelado que informe sobre o seu procedimento moral, civil e religioso. Ora afirmo a Vossa Senhoria que até ao presente ainda não informei; e espero em Deus jamais informarei, como bem procedido o Pároco, que eu sei não o ser; e já não é o Pároco de São Vicente de Pereira, que terá de mim boa informação, enquanto eu não tiver provas de emenda completa.

Para não deixar sem resposta uma observação de Vossa Senhoria que lhe parece muito justa, acrescentarei que não sou Bispo somente da freguesia de São Vicente de Pereira, mas sim de todas as que compõem a minha diocese, e sou Prelado da Igreja: não posso pois dizer a um Pároco “já causou bastante mal a essa freguesia, passe agora a danificar também outra”. Sei perfeitamente quanto Vossa Senhoria é pessoa sisuda, cordata e homem de bem, para não ter plena confiança em que me dará razão.

Em conclusão resumirei que, transferir um Pároco imoral dando-o como digno é contra a verdade e contra a lealdade ao Governo, bem como contra o bem-estar dos outros meus diocesanos: suspender ou exonerar um Pároco a meu arbítrio, embora com toda a razão, é contra a lei e contra a minha própria autoridade: resta pois o único meio legal e eficaz, qual é o processo em devida forma. Apareça autor e testemunhas que ao réu não faltará Juiz recto.

Deus guarde a Vossa Senhoria, Porto e Paço Episcopal, 25 de Maio de 1875.

Ilustrissimo Senhor J. R. d'Oliveira Santos

Américo, Bispo do Porto

Fonte: SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Para a História de Ovar e de S. Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975.

Anexo XV – Sessão Camarária de 9 de setembro de 1869

[fl. 173]

Sessão Camararia de 9 de setembro de 1869

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos [e] sessenta e nove aos nove de setembro nos Paços do Concelho d'Ovar, achando-se reunidos o Presidente da Câmara, Vereadores e Vogais do conselho municipal abaixo assignados, bem como o cidadão João Rodrigues d'Oliveira Santos, pelo mesmo Presidente foi dito que havendo-se arrematado a construção das estradas de São Vicente e Valega, a 1ª por 5.195.000 reis e a 2ª por tres contos e quatrocentos mil reis; e que sendo as arrematações, plantas e condições approvadas pela comissão de viação municipal, não tinha a Camara os meios precisos para effectuar estas obras. E tendo-se o cidadão João Rodrigues d'Oliveira Santos offerecido generosamente a fazer à Camara um emprestimo, propunha à mesma¹ se aceitasse e contratasse este nos termos do artigo 19 da lei de 6 de junho, [fl. 173v] contrato, deliberaram approvar a proposta do Presidente, com as clausulas seguintes: que a quantia mutuada seria de cinco contos de reis, a qual não venceria juros ou interesses de qualquer natureza e seria entregue à Camara quando ella a pedisse. Que o pagamento do emprestimo se faria em prestações annuaes que serão de metade da verba votada para as estradas de terceira ordem e mais quatrocentos mil reis tirados da receita geral, ficando livre à Camara o pagar quota maior se poder e quizer. E achando-se presente o referido João d'Oliveira Santos, por elle foi dito que aceitava este contrato nos termos em que se achava estipulado, obrigando-se a cumpri-lo por sua pessoa e bens. E para constar, mandou a Camara fazer este auto que todos vão assignar, depois de lido por mim, Pedro Virgolino Chaves d'Aguiar, Escrivão da Camara que o escrevi, determinando-se que delle se tirassem duas copias e se remetterssem ao Excelentissimo Conselho de Distrito para os fins convenientes.

[assinatura]

João Rodrigues d'Oliveira Santos

(...)

Fonte: *Livro de atas n.º 29* – Sessão Camarária de 9 de setembro de 1869, fl. 173-173v.

¹ Palavra reescrita por cima de «Camara».

Anexo XVI – Caminhos de Ferro de Via Reduzida Ovar ao Furadouro e Ovar a Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira, em direcção a Cambra e S. Pedro do Sul

[fl. 1]

Caminhos de Ferro de via reduzida

Ovar ao Furadouro e

Ovar a Oliveira d’Azemeis ou S. João da Madeira, em direcção a Coimbra e

São Pedro do Sul

Exposição

A villa de Ovar é uma das maiores do paiz, senão a maior, pois conta cerca de 12.000 habitantes.

A sua grandeza é devida a dois factores. O primeiro achar-se na extremidade norte da ria d’Aveiro, o maior estuario ao norte do paiz, sendo um dos pontos mais comerciaes da mesma ria, que para ali transporta todos os productos do sul,¹ e seguem por via navegavel desde Mira, Boco, Agueda, Pecegueiro, distantes de uns 50 kilometros.

O segundo factio é a pescaria na praia do Furadouro, conhecida desde tempos immemoriaes, distando 4 kilometros de Ovar, onde tem os seus armazens e habitam os homens das campanhas com as suas familias. Alem disso, ao meio desta distancia acha-se uma praia de desembarque, da mesma ria, chamada o Carregal, aonde aportam os mais consideraveis productos de sal e sardinha em direcção a Ovar.

Modernamente, deu-se um novo factio que contribuiu para o engrandecimento da villa, e foi o caminho de ferro, que lhe transporta e leva os productos con[fl. 1v]sumidos em uma vasta região que a cerca.

Á qualidade de praia de pescaria acrescenta o Furadouro a de praia de banhos. Este duplo emprego faz que haja desde o principio do verão e na maior parte do outomno uma circulação constante entre Ovar e aquella paraia.

O numero de pessoas que durante aquele tempo transitam de um para outro ponto em cada dia pode elevar-se 3000, afrouxando umas veses e augmentando outras. Um grande numero de carros de bois transportam a sardinha, o moliço, os comestiveis e as mobílias das famillias que ali vão passar a estação de banhos.

¹ Segue-se um «que» cortado.

Não obstante ser a Ribeira o cais principal de Ovar a distancia de 3 kilometros, o Carregal fica unicamente a dois de uma boa estrada e é preferido para o transporte de muitos artigos, notando-se augmento nos objetos que ali se descarregam.

Para melhorar estas condições que antigamente eram dificeis, construíram-se as estradas e Ovar ao Furadouro, passando no Carregal, e a estrada de Ovar à Ribeira, quase sempre arruinada pelo excessivo transito e finalmen[fl. 2]te a estrada de Ovar à estação do caminho de ferro do norte.

De tudo isto nasce o grande movimen[to] que se nota, sendo Ovar uma das villas mais comerciantes do paiz. Para este trafego os meios de transporte são <hoje> irregulares, insufficientes e caros. Os transportes de pessoas fasem-se por preços que vão de 1 a 10 tostões por viagem de 4 a 5 kilometros; o mínimo é ainda caro. Os carros de bois tambem não realisam a baratesa nos transportes, mas nam é so a carestia, é a incertesa e a desproporcionalidade dos preços, o que afasta muitos concorrentes.

Já² esta é a causa principal de media no concurso á praia de banhos, ainda assim superior ao dos antigos tempos. Se se lhe applicassem os mais modernos transportes, o movimento se poderia elevar <aproximando- [se]> ao das praias mais concorridas.

De tal situação dedusimos nós a necessidade de ligar os pontos principaes por uma via ferrea de typo economico, que satisfaça a massa dos transportes actuais e seu futuro desenvolvimento, assegurado pela baratesa e comodidades que offerece. Este caminho ligaria a estação do caminho de ferro do Norte, a villa de Ovar, o desembarcadioiro do Carregal e a [fl. 2v] praia do Furadouro, com estações em todos estes pontos e os necessarios aparelhos e vias de carga e descarga. Assim, ficava concentrado n'aquelle caminho o principal movimento de Ovar, dando um regular incremento ao da ria e das estradas vidinhas para o interior.

A este movimento ordinario acresce o da festa do mar, que dura tres <a quatro> dias, em que se contam proximo de 7 a 9.000 pessoas, a maior parte das quaes seguiriam pelo caminho de ferro. Offerece elle, pois, muitos elementos de receita.

Um caminho de ferro de via redusida (1,00 m) em leito proprio, como convem à segurança, a regularidade do serviço, sua conservação, a economia não sera demasiadamente custoso.

De 5 kilometros que é a sua extensão quatro são terrenos da Camara de Ovar, que ella tem o máximo interesse em prestar gratuitos, para uma obra que tantas vantagens lhe proporciona. As terraplanagens serão pequenas apresentando-se apenas um cerro e área pouco extenso junto a Ovar e uma depressão onde passa o pequeno ribeiro do Carregal, <finalmente>³ a Ribeira que passa [fl. 3] mesmo dentro de Ovar que podera vencer-se com um pequeno tramo metalico. Os carris serão de pouco peso e as mais despesas medianas.

A tracção dever[i]a ser feita por machinas adquadas a importancia da via, mas se ao principio houver necessidade poder-se-ha fazer com animaes. Em todo o caso, a tracção sera facil, por isso que neste troço se não devem admitir machinações superiores a 5 mil metros por metro e na maior parte serão proximas da

² Palavra escrita por cima de um «E».

³ Segue-se um «e» cortado.

horisontal, podendo uma machina de pequena força transportar grande tonelagem. A extensão devia, acrescendo 1.500 m para vias de resguardo, e contando 5.000 de extensão de linha, sera de 6.500 m.

Sem um projecto regularmente feito, não poderemos dar uma nota aproximada da despesa do caminho; mas por indução poderemos faser uma apreciação que por um quanto sirva afirmar apenas para faser uma idea vaga do seu custo.

Comprovamos essa nota dos seguintes capitulos. A

saber:

[fl. 3v]

Expropriações	
7 moradas de casas pequenas a 300\$000	2.100\$
500 m de terrenos a 800 k	400\$
Teraplanagens	
5 m ³ por m. a 120 reis = 600 reis x 5.000 m.	3.000\$
5.000 m ³ a 120 reis em grandes atterros	600\$
8.000 travessas a 250 reis	2.000\$
Carris de 18 kg pesam 32 kg por m. 32 kg por m. de via em 6.500 m., 208 t. ²⁸ a 25\$000	5.850\$
Ligações e assentamento	2.000\$
Administração, cais, estações provisoras, em transportes	3.000\$
Diversas despesas	1.050\$
Total	20.000\$
Duas machinas a 2.500\$	5.000\$
Total geral	25.000\$

Dever-se-ha advertir que a linha ficara completa e só os accessorios⁴ serão em partes provisorios, completando-se à medida que se fiser a exploração.

Receitas

Em relação às receitas, consideramos o anno dividido em periodos⁵, sendo:

⁴ Segue-se a palavra «ficara» rasurada.

⁵ Palavra sublinhada de acordo com o original.

	Meses
1º Agosto, Setembro, Outubro, maior movimento	3
2º Maio, Junho, Julho, medio movimento	3
3º Novembro, Dezembro, Março, Abril, minimo movimento	4
4º Janeiro e Fevereiro nullo	2
	12

O numero de comboios poderá ser por dia⁶

[fl. 4]

Periodos	Intervalos	Comboios por dia	Numero de dias	Comboios por periodo	Passageiros por comboio	Total dos passageiros
1	½ em ½ hora	48	x 90 =	4.320	x 16 =	69.120
2	2 em 2 h =	12	x 90 =	1.080	x 12 =	12.960
3	4 em 4 h =	6	x 120 =	720	x 12 =	8.640
Festa	Conclusão	56	x 4 =	244	x 24 =	6.900 ⁷
Total de						97.620 ⁸
Passageiros						

Reduzindo este numero a 90.000 passageiros a 90.000 passageiros e dividindo-o em:

30.000 a 80 reis	=	2.400.000	
60.000 a 50 reis	=	3.000.000	
Total da receita		5.400.000	5.400\$000

À receita de passageiros acresce a de:

⁶ Segue-se rasurada a seguinte frase: «1º periodo de ½ em ½ em hora = 24 x 90 <dias> = 2.160 x 16 pessoas = 34.560 de – 3 manha e 3 tarde = 62 x 90».

⁷ Este valor não corresponde à realidade. Nota-se que o número em causa foi reescrito por cima de um outro. Feitas as contas seriam, então, 5.376.

⁸ Tendo em conta a correção anterior, a totalidade é, então, de 90.000.

10.000 canastras [de] sardinha a 60 reis	600\$000
Cal e sal do Carregal	600\$000
Bagagens [de] 400 banhistas a 300 reis	120\$000
Volumes diversos transportados	180\$000
Total	1.500\$000
Fazendo as duas receitas	6.900\$000

Quando esta receita fosse exagerada, ainda a diminuiríamos de $\frac{1}{4}$ [e] teríamos 5.200\$000, que podera ser considerado uma media.

Despesas de Exploração	
Um chefe a 1.500 reis por dia	45\$000
2 escurituarios a 500 reis	30\$000
4 empregados de estações a 350 reis	43\$200
4 operarios na conservação a 240 [reis]	28\$800
2 operarios em officinas a 320 [reis]	19\$200
Total	166\$200
Nos 12 meses do anno	1.994\$400
Materiaes de diversas naturezas	405\$600
Despesa anual	2.400\$000
Subtrahindo-a da receita	5.200\$000
Lucro liquido	2.800\$000

[fl. 4v]

A quantia de lucros liquidos, quando mesmo não chegasse àquella altura apesar das precauções tomadas na sua apreciação, é uma quantia de que à⁹ empresa da sua construcção não deixaria gravame, uma empresa digna de tentar-se.

⁹ Letra reescrita.

De Ovar a Oliveira d'Azemeis ou São João da Madeira em direcção a
Cambra e São Pedro do Sul

A consequencia necessaria do estabelecimento da via ferrea, entre o Furadouro e Ovar, e a sua continuação para Leste ou em direcção a Oliveira d'Azemeis, ou a São João da Madeira, para comunicar a costa com a serra, dirigindo-se para Cambra ou Arouca e seguindo atraves da parte mais alta da serra por Arrões, São Joane e Gralheira a São Pedro do Sul.

Esta direcção era d'antigos tempos munto frequentada, seguindo pelo rego de Chave a cumeada de serra da Freita, Mannhoce e Albergaria das Cabras, e que hoje pode [fl. 5] a estrada ferrea que em melhores condeco (*sic*) condições lhe seja paralela.

No principio não haveria a pensar mais que no estabelecimento entre Ovar e as duas povoações, Oliveira¹⁰, São João, sahindo talvez um um (*sic*) troço comum, que depois se dividisse em dois ramos.

Para Oliveira d'Azemeis aproveitaria da zona em que vae a estrada de Ovar a Oliveira. Para São João procurar-se-hia o valle em que correm as aguas de São Vicente de Pereira, procurando-se aplicar-lhe as menores inclinações, que ainda assim se poderiam elevar a 25 milímetros por metro.

O tronco comum iria ao mais ate às proximidades de Valega. O ramal de São João teria para servir não só o antigo concelho de Pereira ao meio do qual passa, mas [também] as freguesias de Souto, Couto, São João da Madeira e Arrifana. Mais para Leste aproveitaria a Nogueira, Pindelo, Carregosa, dirigindo-se a Arouca.

É todo este territorio muito povoado com agricultura e industria proprias e não deixa duvida pela circulação que se nota nas estradas, pelo grande [fl. 5v] transporte que se faz, de que o caminho de ferro tera que satisfaser uma verdadeira necessidade destes povos e ao pensamento economico da presente epoca.

Não aventamos apreciação alguma sobre o seu custo e os seus rendimentos porque isso depende de um estudo especial, que de certo não deixara de faser-se. É certo porem que com quanto deva ser mais caro que o do Furadouro podera chegar a conseguir-se de 10 a 12 contos por kilometro.

É pois indispensavel proceder a este estudo, visto que faltam todos os dados, assim como fazer o projecto de definitivo do caminho de ferro de Ovar ao Furadouro e como base inicial formar a empresa que os ha de levar à execução.

Lisboa, 18 [de] março 1888

Francisco Souza Brandão

Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Largo da Torre, São Vicente de Pereira)

¹⁰ Segue-se um «de» cortado.

Anexo XVII – Carta de António José Gomes Neto a João R. de Oliveira Santos

Lisboa, 23 de setembro [de] 1887

Excelentíssimo Senhor

Acuso recebido o seu prezado favor de ontem, e inteirado do conteúdo respondo.

Como filho que sou de Ovar é-me de muita satisfação saber que lhe dedicam cuidados pessoas da valia e importância de Vossa Excelencia promete futuro, e tem já como bons princípios a desinteressada administração do meu amigo o Engenheiro Sousa Brandão.

Não sei se Vossa excelência sabe que sou Administrador da Companhia Real de Caminhos de Ferro Portugueses (Norte e Leste, Torres, Sintra, Alfarelos, Figueira) e nessa qualidade é-me completamente proibido interessar-me em qualquer outra Companhia de Caminho de Ferro, nem promover a sua criação.

Creio mesmo que o Governo não pode dar a concessão sem primeiro saber se a nossa companhia [a] quer para si ou não, porque é do contrato com o Governo ter a preferência em qualquer ramal a uma certa distância das suas explorações; mas, quando assim não seja, a companhia se lhe convém, aceita para si a ideia; e se a recusa é porque se lhe afigura não convir e neste caso não me é lícito votar nesse sentido no Conselho e em seguida ir-me associar à Empresa.

Em todo o caso agradeço a Vossa Excelencia o convite, que muito me honrou.

Com a maior estima e consideração

De Vossa Excelencia

António José Gomes Neto

Fonte: SANTOS, Guilherme G. de Oliveira Santos – *Para a História de Ovar e de S. Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975.

Anexo XVIII – Processo para a edificação da escola do sexo feminino em São Vicente de Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE HISTÓRIA Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX		
DESCRIPÇÃO		
Livro/Documento: Oferta particular de construção de escola no Concelho de Ovar Pasta Páginas: 2 p. Data: 11 de dezembro de 1873 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo Autor: João Rodrigues de Oliveira Santos		
CATEGORIAS GERAIS		
Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____
SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO		
II ^{ma} . Camara João Rodrigues de Oliveira Santos pretende mandar edificar e mobilar á sua custa uma casa construida segundo as dimensões e condições designadas na Portaria e instrucções de 20 de julho de 1866, cuja casa e mobilia offerece gratuitamente ao estado para servir de escola regia para meninas n'esta freguesia. Para esse fim propõe o requerente que seja expropriado o terreno sito na Torre entre a Fabrica de chapheus e os dois quarteirões de casas que se acham em construção a oeste da mesma Fabrica, á beira da estrada de Ovar. Este local é sem duvida bem escolhido: Primeiro – porque a população da freguesia se estende desde alli em dois braços, um para o sul e outro para leste, até uma distancia de 1.250 metros aproximamente, sendo o centro da freguesia inteiramente deshabitado e inhabitavel. Segundo – porque é junto do indicado local e já em roda d'elle que se acha agglomerada a maior somma de população. Terceiro, finalmente – porque sendo a Torre, não só a unica parte da freguesia que tem progredido, mas tambem a unica que tem em si elementos para continuar a progredir de um modo notavel, cada vez a escola se tornará mais central, visto que a povoação não se póde estender rasoavelmente senão na direcção oeste, seguindo a estrada de Ovar. Portanto requer a esta Camara se sirva deferir como pretende. E. R. M. S. Vicente de Pereira, 11 de dezembro 1873. João Rodrigues de Oliveira Santos [Despacho no início da primeira página:] Visto que o offerecimento da escola é feito para o estado, nada tem com elle a camara, devendo o requerente dirigir-se ao governo, unico competente para o aceitar. Ovar 10 de janeiro de 1874.		
Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício n. 1330 – do Governador Civil de Aveiro para a Camara de Ovar
 Pasta Páginas: 2 p.
 Data: 30 de janeiro de 1874 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo
 Autor: Governador Civil

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Cópia
 Governo Civil d'Aveiro. 1ª. Repartição n. 1330. – Tenho á vista o requerimento em que João Rodrigues d'Oliveria Santos propos á Camara da sua presidencia, que pretendia construir e mobilar, nos termos da portaria do Ministerio do Reino, de 26 de julho de 1866, uma casa d'escola para meninas, e offerecel-a gratuitamente ao Estado, e requereu que para esse fim fosse expropriado o terreno sito entre a Torre e a Fabrica de chapheus e os dois quarteirões de casas que se acham em construcção a oeste, local que elle reputa conveniente para a casa d'escola pelas razões allegadas. – Vejo tambem pelo respectivo despacho que a Camara se julgou incompetente para defeir ao dito requerimento. Convindo habilitar o Governo a decidir se deve ou não facilitar-se ao requerente a construcção e offerecimento da casa alludida, desejo que a Camara da sua presidencia delibere se será util e necessaria aquella construcção, e se o local para ella deaignado está ou não nas condições de ser comminado ao ensino para que a casa é destinada. Deus Guarde a V. Exª. – Aveiro 30 de Janeiro de 1874. – II^{mo} Snr. Presidente da Camara Municipal d'Ovar. – O Governador Civil Manoel Jose Mendes Seixas.
 Está conforme. Secretaria do Governo Civil d'Aveiro 21 de Dezembro de 1875.
 O Secretario Geral
 [Assinatura não compreendida]

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Oposição de proprietário à expropriação de terreno para escola

Pasta Páginas: 2 p.

Data: 31 de janeiro de 1874 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: João Francisco Pereira

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Il^{mo} e Ex^{mo} Snr. Governador Civil

Diz João Francisco Pereira, do logar da Tôrre, de S. Vicente, que consta têr João Rodrigues d'Oliveira Santos offerecido uma casa d'escola ao governo com a condição de se expropriar um certo e determinado terreno ao supplicante.

Este offerecimento não tem por movel o bem publico, mas tão somente a vexação do supplicante privando-o d'um terreno, que elle aprecia.

Quis em tempo o referido Santos comprar a propriedade ao supplicante e como este não accedêsse procuram- se todos os meios de o privar d'elle, escondendo-se, até, de traz de tão justo fim como a criação d'escolas.

O offerente tem no mesmo sitio terreno em melhores condições do que o indicado por elle, e se a philantropia não mascarásse o vexame, poderia offerecê-lo, tambem, de graça ou comprado.

O supplicante, pois, vêr mostrar aos podêres publicos o fim, que se pretende, e quando se resolva a construcção da escola, ha no mesmo sitio terrenos mais baratos e de menor estimacção, que servem perfeitamente para o fim desejado e nelles se pôde fazêr obra, ainda que no logar da Torre fica no sitio menos central da freguezia.

Requer, pois, que tomadas as necessarias informações se procure o bem publico, não pondo este ao serviço das ruins paixões.

P. a V. Ex^a. junte este ao processo.

[C. r. M^{ce}.]

João Francisco Pereira

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha n°:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício ao Governador Civil do Distrito de Aveiro

Pasta Páginas: 3 p.

Data: 1 ° de fevereiro de 1874 Acervo: Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: João Rodrigues de Oliveira Santos

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Ex^{mo}. Snr.

Em resposta ao officio que V. Ex^a. se dignou dirigir-me com data de 30 de janeiro ultimo, cumpre-me responder o seguinte:

1º Que não só tomo sobre mim a responsabilidade do pagamento de toda a importancia da constucção da casa e mobilia para a escola, no local escolhido, mas tambem as despezas da expropriação de 700 metros quadrados de terreno se o seu valor for de 60 a 70 rs por cada metro quadrado, 600 metros, se o for de 70 a 80 rs, e 500 metros, finalmente, se o for de 80 a 100 rs.

A terra indicada para a edificação é, creio que, de 3^a. ou 4^a classe, de uma só sementeira, e o valor venal d'estas terras costuma regular n'esta freguesia de 40 a 60\$000 rs por cada 785 metros quadrados, que correspondem a um alqueire de semiadura de centeio.

2º Que para a construcção e mobilia desejo que me seja fornecido o projecto pela Repartição de Engenharia districtal, de harmonia com as prescripções da Portaria de 26 de julho de 1866, mas sendo adaptadas, quanto ás dimensões, ou proporções mais modestas da referida Portaria, visto que ao lado da Escola quero mandar edificar uma casa para habitação da professora, cuja casa tambem offereço gratuitamente ao Estado.

3º Finalmente, que estou prompto a assignar termo d'estas delcarações, mas desejava que fossem feitas no Governo Civil, se isto for possivel, e admissivel por meio de procuração, a qual, no caso affirmativo promptamente remetterei.

Concluo, agradecendo cordialmente a V. Ex^a. as benevolas expressões que se dignou dirigir-me, e esperando que o Governo, não só tomará em consideração este meu offerecimento, mas tambem será prompto em lhe dar solução, atenta a urgencia da escola n'este local. E tenho como certo que a referida escola será mais que regularmente frequentada, não só porque os habitantes d'esta freguesia mostram ha annos a esta parte pronunciadas tendencias para proporcionarem a seus filhos os beneficios da instrucção primaria, mas tambem porque, havendo na fabrica de chapheus, aqui estabelecida, de sessenta a setenta operarios, sendo que dentro de alguns mezes será elevado a cento e vinte ou cento e trinta, os filhos d'estes operarios carecem especialmente d'aquella instrucção, e os paes de certo não se negarão a consentir que elles a recebam, quando são os proprios a lamentar actualmente a falta de uma escola aonde as possam mandar.

Deus guarde a V. Ex^a.

S. Vicente de Pereira, 1º de fevereiro 1874.

Ex^{mo}. Snr. Governador Civil de Aveiro João

Rodrigues d'Oliveira Santos

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício ao Governador Civil e Ata da Camara do Concelho de Ovar

Pasta Páginas: 3 p.

Data: 6 de fevereiro de 1874 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Presidente do Conselho e Camara do Concelho de Ovar

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar	
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Obrigatoriedade <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Laicidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Papel do Estado X	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Centralização X	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Nacionalismo <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>		Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____		Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Municipalidade d'Ovar 1ª.

Repartição

Nº 5

II^{mo} e Ex^{mo}. Snr.

Envio a V. Ex^a. a informação pedida no officio n.º 1:330 sobre o requerimento de João Rodrigues d'Oliveira Santos.

Deus Guarde a V. Ex^a.

Ovar 11 de fevereiro de 1874

II^{mo} e Ex^{mo}. Snr. Governador Civil d'Aveiro O

Presidente

[assinatura não compreendida]

Copia da sessão camararia de 6 de Fevereiro de 1874.

Nesta foi presente o officio n.º 1.330 do Governador Civil d'Aveiro, pedindo informações sobre um requerimento feito por João Rodrigues d'Oliveira Santos e no qual se promptificava a construir uma casa para escola em um certo e determinado sitio do logar da Torre; e deliberou a Camara se respondesse pela forma seguinte: que, como se vê do despacho de 10 de Janeiro ultimo, não podia ella aceitar um offercimento feito para o estado; que, com relação á criação da escola tinha informado em 13 de dezembro de 1872 sobre a necessidade de crear escolas do sexo feminino nas freguezias, que sendo S. Vicente d'insignificante população e pouco abastada não teria a escola do sexo feminino, quem a frequentasse, ou serião tão raras as alumnas, que o seu aproveitamento não compensaria as despesas com a sustentação d'ella. Que esta opinião emittida então ainda a julgava a camara hoje procedente. Quanto ao logar escolhido pelo requerente entende a camara que elle é o menos apropriado para a construcção da escola = 1º. = porque a Torre é uma extremidade da freguesia, sendo o logar mais central, aquelle onde se acha a igreja e o mais apropriado para a escola = 2º. = porque a construcção d'esta junto a um estabelecimento fabril seria a mais inconveniente e acostumaria as creanças a ouvirem uma linguagem pouco civilisadôra e decente, e a presenciar actos de duvidosa moralidade, como se praticam sempre nos grandes estabelecimentos e suas visinhanças. Que por estas rasões e algumas mais que omittia, entendia a camara que, presentemente, não era util a criação da escola, e que era pessimamente escolhido o local para ella. Que já em tempo o requerente offercêra á camara uma escola no sitio da Tôrre e com umas certas dimensões, o qual ella aceitou mas em harmonia com a Port. e instrucções de 20 de Julho de 1866 e reservando o direito d'escolhêr o local para a construcção. A Camara aceitava então o offercimento só para que se não dissesse que ella despresava a

instrucção e educação das creanças, mas pouco convencida do resultado proficuo d'ella. O offerente, porem, rejeitou as condições da Camara, por querer a escola no sitio indicado para a sua construcção. E d'esta forma

deram por concluída esta informação mandando remeter uma copia ao Ex^{mo} Governador Civil = N. Aralla = Araujo = Quadros = Baldaya = Augusto = Leite = Figueiredo.
 Está conforme.
 Pedro Virgolino Chaves d'Aguiar, escrivão da Camara.

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício do Administrador do Concelho de Ovar

Pasta Páginas: 2 p.

Data: 4 de outubro de 1874 Acervo: Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Francisco Pereira da Cunha e Costa

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>	Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____	Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Administração Do
 Concelho d'Ovar 1ª.

Secção

Nº 25

II^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Satisfazendo ao officio de v. Ex^a. nº 889 de 30 do mez findo, devolvo os requerimentos de João Rodrigues d'Oliveira Santos e João Francisco Pereira, da Torre de São Vicente de Pereira, os quais acompanharam os officios de v. Ex^a. n.ºs 638 e 649 de 30 de janeiro e 3 de fevereiro proximos findos.

Não procedi a exame com facultativos no local indicado pelo dito Santos para a construcção d'uma escola de meninas, porque, em vista da opposição do proprietario do terreno e da informação da camara, enviada a V. Ex^a. em data de 11 de fevereiro, e tambem porque o mesmo local não está nas condições exigidas nas Instrucções de 20 de Junho de 1866, por isso que fica muito distante do centro da freguezia e junto d'uma estrada de grande movimento e d'um estabelecimento fabril perigoso á moral das alumnas, julguei inutil o dito exame; no entanto V. Ex^a. ordenará o que novamente o que tiver por mais conveniente.

Deos Guarde a V. Ex^a. Ovar, 4 de outubro de 1874. II^{mo}

e Ex^{mo} Snr. Governador Civil do Districto d'Aveiro O

Administrador do Concelho

Francisco Pereira da Cunha Costa

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Auto de exame

Pasta Páginas: 2 p.

Data: 28 de outubro de 1874 Acervo: Direção Geral de Instrução Pública, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Comissão nomeada pela Câmara de Ovar

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Auto d'exame

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e quatro, aos vinte e oito dias do mez d'outubro, na freguezia de São Vicente de Pereira e logar da Torre, onde vive o cidadão Manoel Bernardino de Carvalho, administrador substituto servindo no impedimento do proprietario, com os facultativos do partido municipal João José da Silveira e José Damião de Carvalho, para o fim de se averiguar se o terreno indicado por João Rodrigues d'Oliveira Santos, n'este logar, para n'elle construir e mobilar uma escola para o sexo feminino, está nas condições hygienicas indispensaveis a um semelhante estabelecimento, logo o dito administrador referiu o juramento dos santos Evangelhos aos facultativos, que o receberam e sob elle prometteram emittir a sua oppinião segundo entendessem em suas consciencias. E passando a examinar-se o terreno em questão, declararam os peritos que o terreno examinado estava nas condições hygienicas de poder n'elle estabelecer-se a escola que se pretende. Para os devidos effeitos mandou o referido administrador lavrar este auto que vai assignado pelo mesmo administrador, pelos peritos e testemunhas presentes José dos Santos [Tobias?], casado, official de diligencia, d'Ovar, e Manoel da Silva, casado, [coveiro? coxeiro?], d'ali, depois de lido por mim Manoel Alvares Martins Fonseca, escrivão d'Administração que o escrevi e assigno.

Manoel Bernardino de Carvalho João

Jose da Silveira

Jose Damião de Carvalho

José dos Santos [Tobias]

Manoel da Silva

Manoel Alvares Martins Fonseca

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Procuração

Pasta Páginas: 1 p.

Data: 29 de outubro de 1874 Acervo: Direção Geral de Instrução Pública, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: João Rodrigues de Oliveira Santos

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Faço meus bastantes procuradores, na cidade de Aveiro, em primeiro logar ao Ex^{mo} Snr. Sebastião de Carvalho Lima, e em segundo logar ao Ex^{mo} Snr. Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, ambos da mesma cidade, com poderes especiaes para assignarem o termo, ou termos, que forem precisos, com relação á fundação de uma escola para meninas, n'esta freguesia, nas condições dos offerecimentos que fiz, e constam do requerimento e officio que dirigi: - este ao Ex^{mo}. Snr. Governador civil, e aquelle á Ilma. Camara de Ovar.

S. Vicente de Pereira, 29 d'outubro 1874.

J. R. d'Oliv. Santos

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Termo de Responsabilidade Pasta Páginas: 3 p.
Data: 2 de novembro de 1874 Acervo: Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149, Torre do Tombo
Autor: João Rodrigues d'Oliveira Santos

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Termo de responsabilidade

Aos dois dias de Novembro de mil oito centos setenta e quatro no edificio do Governo Civil e perante o Escellentissimo Governador Civil o Bacharel Manoel Jose Mendes Leite compareceu o Excellentissimo Sebastião de Carvalho e Lima desta cidade procurador que mostrou ser de João Rodrigues d'Oliveira Santos proprietario residente na freguesia de São Vicente de Pereria concelho d'Ovar e disse por parte de seu constituinte que vinha assignar termo de responsabilidade que tomou e ractifica do pagamento de toda a importancia da construcção d'uma casa e da mobilia para a escola de meninas no lugar da Torre d'aquella freguesia e Concelho, e bem assim a despesa da expropriação de sete centos metros quadrados de terreno para a dita casa escolar se o seu valor fôr de sessenta a setenta reis por cada metro quadrado, seis centos metros se o fôr de setenta a oitenta reis, e quinhentos metros se o preço fôr de oitenta a cem reis por metro, mas sendo adaptadas quanto ás dimensões as proporções mais modestas designadas na Portaria e Instrucções do Ministerio do Reino de vinte de julho de mil oito centos sessenta e seis e sujeitando-se o seu constituinte offerente ás demais condições constantes da sua carta d'officio dirigida ao mesmo Excellentissimo Governador Civil na data do primeiro de fevereiro deste anno a qual fica fazendo parte integrante deste termo e é do theor seguinte: – Ex^{mo}. Snr. = Em resposta ao officio que V. Ex^a. se dignou dirigir-me com data de 30 de janeiro ultimo, cumpre-me responder o seguinte: =1º Que não só tomo sobre mim a responsabilidade do pagamento de toda a importancia da constucção da casa e mobilia para a escola, no local escolhido, mas tambem as despesas da expropriação de 700 metros quadrados de terreno se o seu valor for de 60 a 70 reis por cada metro quadrado, 600 metros, se o for de 70 a 80 reis, e 500 metros, finalmente, se o for de 80 a 100 reis. – A terra indicada para a edificação é, creio que, de 3ª. ou 4ª classe, d'uma só sementeira, e o valor venal d'estas terras costuma regular n'esta freguesia de 40 a 60\$000 reis por cada 785 metros quadrados, que correspondem a um alqueire de sementeira de centeio. 2º Que para a construcção e mobilia desejo que me seja fornecido o projecto pela Repartição de Engenharia districtal, de harmonia com as prescripções da Portaria de 26 de julho de 1866, mas sendo adoptadas, quanto ás dimensões, as proporções mais modestas da referida Portaria, visto que ao lado da Escola quero mandar edificar uma casa para habitação da professora, cuja casa tambem offereço gratuitamente ao Estado. – 3º Finalmente, que estou prompto a assignar termo d'estas delcarações, mas desejava que fossem feitas no Governo Civil, se isto for possivel, e admissivel por meio de procuração, a qual, no caso affirmativo promptamente remetterei. – Concluo, agradecendo cordialmente a V. Ex^a. as benevolas expressões que se dignou dirigir-me, e esperando que o Governo, não só tomará em consideração este meu offercimento, mas tambem será prompto em lhe dar solução, atenta a urgencia da escola n'este local. E tenho como certo que a referida escola será mais que regularmente frequentada, não só porque os habitantes d'esta freguesia mostram ha annos a esta parte pronunciadas tendencias para proporcionarem a seus filhos os beneficios da instrucção primaria, mas tambem porque, havendo na fabrica de chapaus, aqui estabelida digo aqui estabelecida, de sessenta a setenta operarios, sendo que dentro d'alguns mezes será elevado a cento e vinte ou cento e trinta, os filhos d'estes operarios carecem especialmente d'aquella instrucção, e os paes de certo não se negarão a consentir que elles a recebam, quando são os proprios a lamentar actualmente a falta de uma escola aonde as possam mandar. Deus guarde a V. Ex^a. S. Vicente de Pereira, 1º de fevereiro

1874. – Ex^{mo}. Snr. Governador Civil de Aveiro – J. R. d’Oliveira Santos digo João Rodrigues d’Oliveira Santos. – Do que para constar se lavrou o presente Termo de responsabilidade que ambos bñ assignar depois de lido por mim Afrianno Augusto Resende Murteira, Secretario Geral que o subscrevi.

Manoel Jose Mendes Leite
Sebastião de Carvalho Lima

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício do Administrador do Concelho de Ovar

Pasta Páginas: 2 p.

Data: 3 de novembro de 1874 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Francisco Pereira da Cunha e Costa

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar	
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Obrigatoriedade <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Laicidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Papel do Estado X	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Centralização X	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Nacionalismo <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>		Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____		Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Administração Do
Concelho d’Ovar 1^a.

Secção

Nº 27

II^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Remetto a V. Ex^a. o incluso auto d’exame a que se procedeu no local em que João Rodrigues d’Oliveira Santos pretende construir uma casa d’escola para o sexo feminino, ao qual exame procedeu o meu substituto por impedimento meu n’aquella occasião; o que se fez em cumprimento do officio de V. Ex^a. de 30 de janeiro do corrente anno, sendo motivo d’alguma demora as rasões que expedi a V. Ex^a. em meu officio de 4 d’outubro ultimo. E foi na mesma occasião que o dito Santos foi advertido da recommendação feita por V. Ex^a. no final do seu officio de 12 d’outubro proximo passado.

Quanto ao requerimento de João Francisco Pereira, oppondo-se a que lhe seja expropriado uma porção de terreno em que aquelle Santos pretende construir a casa de escola acima referida, requerimento que V. Ex^a. mandou juntar ao respectivo processo em seu officio de 3 de fevereiro ultimo, vou a informar o seguinte: Que a situação da escola projectada tem contra si o não ser central, como é conhecido pelo proprio pretendente em seu requerimento;

O ficar muito proxima á fabrica estabelecida pelo mesmo Santos;

E finalmente que é verdade existirem na freguezia outros terrenos em melhores circumstancias, logares, em que possa ser construida, quando necessaria, uma escola para o sexo feminino, sem inconveniente de serem incommodos ou perigosos, quer á saude quer á moral das alumnas.

Deos Guarde a V. Ex^a. Ovar, 3 de novembro de 1874. II^{mo}

e Ex^{mo} Snr. Governador Civil do Districto d’Aveiro O

Administrador do Concelho

Francisco Pereira da Cunha Costa

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício ao Ministro do Reino

Pasta Páginas: 5 p.

Data: 4 de fevereiro de 1875 Acervo: Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: João Rodrigues de Oliveira Santos

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>	Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____	Outros: _____
	Obrigatoriedade <input type="checkbox"/>	
	Laicidade <input type="checkbox"/>	
	Papel do Estado X	
	Centralização X	
	Nacionalismo <input type="checkbox"/>	

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Chapellaria a Vapor
de
Santos & Irmão
S. Vicente de Pereira
Ovar

Ex^{mo}. Snr.

Esta freguesia não possui uma escola de instrução primaria para o sexo feminino, nem publica nem particular.

Offereci-me, há mais de um anno, para mandar construir e mobilar á minha custa uma casa para esse fim, bem como outra para residencia da professôra, entregando tudo gratuitamente ao Estado, e pagando, ainda á minha custa, a expropriação do terreno indispensavel para estas edificações e para um pequeno jardim em frente ou ao lado d'ellas. Designei para local o unico terrêno que n'esta povoação se acha devoluto.

É um pequeno campo de pouco valor.

Como, porém, este campo se acha proximo da fabrica que aqui montei, entendeu o respectivo proprietario que m'ò poderia vir a vender por bom dinheiro, se eu viesse um dia a precisar d'elle para acrescentar ao meu estabelecimento mais alguma officina.

Oppoz-se portanto ao meu offerecimento.

A Camara de Ovar, cujo apoio, cujo apoio (sic) eu devia esperar, fez causa commum com o proprietario! Não direi a V. Ex^a. os motivos porque a Camara tomou tão censuravel deliberação. Elles são de tal naturêza, que tenho receios de não ser acreditado por V. Ex^a! O que é certo é, que a ordem para a expropriação ainda são veio!

O Snr. Governador Civil d'este Districto veio de proposito examinar pessoalmente o local e syndicar os motivos de tão estranhavel opposição, principalmente por parte da Camara. Convenceu-se, creio eu, da verdade, pois mandou immediatamente examinar por dois medicos as condições hygienicas do sitio escolhido, e enviou a V. Ex^a. segundo estou informado, aquelles papeis devida e favoravelmente instruidos.

Ainda assim a ordem para a expropriação não acaba de chegar, e o proprietario do citado terreno, bem como o presidente da Camara não cessam de se jactar que ella não virá, ou por outra, que o despacho de V. Ex^a. não será favoravel á minha pretensão. Custa-me a crêr isto, n'um pais que se diz civilizado, onde se citam exemplos da Suissa, Hollanda, Allemanha e Belgica, e onde, sobretudo, ha quem se atreva a censurar a falta

de iniciativa particular; mas o facto é, que eu continuo a esperar do governo do meu paiz a graça de me deixar dizimar, em proveito do Estado, o peculio de meus filhos em somma superior a um conto de reis, que a tanto devem montar as edificações que offereci! Não tenho motivos para attribuir esta incuria ao Ministro que mais escolas de instrucção primaria tem creado n'este paiz. Devo antes suppôr que os meus papeis hajam sido demorados por algum official de Secretaria. Mas, como quer que seja, a V. Ex.^a. compete dar providencias e de V. Ex.^a., portanto, as devo eu reclamar.

Venha o despacho como V. Ex.^a. entender que o deve dar, mas venha breve, mas venha sem demora, porque já estou farto de esperar. E se não pôde vir ou se tem de ser ainda mais demorado, então permitta-me V. Ex.^a. que retire aquelle meu offerecimento. Tenho dispendido n'esta freguesia, no espaço de seis annos, quantia não inferior a 150 contos de reis, sendo uma boa parte d'ella em melhoramentos publicos, e creia V. Ex.^a. que ainda não deixei de encontrar opposição e embaraços a uma só das minhas pretensões, quer estas sejam em beneficio conclusivamente publico, quer simultaneamente meu e publico.

É tempo, pois, de pôr termo a isto!

V. Ex.^a. não me conhece, nem me pôde conhecer, porque eu sou um homem obscuro, mas se tiver duvida em acreditar o que n'esta carta tenho expôsto, ahi mesmo poderá obter algumas informações /querendo/ relativamente ao meu character. Para isso tomo a liberdade de juntar uma relação dos nomes de algumas das pessoas que me conhecem, n'essa capital.

Sou com o maior respeito e a mais subida consideração.

R. Vicente de Pereira, Ovar

4 de fevereiro 1875

De v. Ex.^a.

Criado m^{to}. Reverente

J. R. d'Oliveira Santos

[Folha à parte:]

Chapellaria a Vapor

de

Santos & Irmão

S. Vicente de Pereira

Ovar

Relação a que se refere a carta

Carlos Ferreira dos Santos Silva – Banqueiro

Polycarpo Lopes dos Anjos – Negociante

Manoel José Dias Monteiro & Filhos – ditos

Abreu [& C.] – ditos

José Rodrigues Tarujo – dito

José Antonio dos Reis – dito

João Carlos Coelho da Silva – Capitalista

José Joaquim das Neves & Filhos – Negociantes

Director do Banco Lusitano

José Joaquim d'Azevedo almeida – Capitalista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício ao Governador Civil do Distrito de Aveiro
Pasta Páginas: 3 p.
Data: 8 de fevereiro de 1875 Acervo: Direção Geral de Instrução Pública, Maço 149, Torre do Tombo
Autor: Francisco Pereira da Cunha e Costa

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Administração do Concelho d'Ovar

1ª. Secção

n. 4

II^{mo}. e Ex^{mo}. Snr.

Em satisfação do officio de V. Ex^a. n.º 940 de 10 de dezembro ultimo, remetto os esclarecimento de que faz menção a Port. do Ministerio do Reino de 17 d'outubro de 1859, a respeito da criação d'uma escola de meninas que se pretende levar a effeito no logar da Torre da freguezia de São Vicente de Pereira d'este concelho.

Devolvo os documento que acompanharam o citado officio de V. Ex^a., sobre a mesma escola.

Deos Guarde a V. Ex^a. – Ovar, 8 de fevereiro de 1875.

II^{mo} e Ex^{mo} Snr. Governador Civil do Districto d'Aveiro

O Administrador do Concelho

Francisco Pereira da Cunha e Costa

Concelho d'Ovar

Esclarecimentos sobre a criação que se pretende d'uma escola de meninas no logar da Torre freguezia de S. Vicente de Pereira d'este concelho, prestados segundo a Port. de 17 d'outubro de 1859.

1º. – A população da dita freguezia é de 1:215 habitantes.

2º. O n.º de meninos até 14 annos existentes na mesma freguezia é de 300, aproximadamente; calculando-se em 150 os do sexo feminino.

3º. A distancia entre o logar da Torre e o logar mais proximo onde ha escola de meninas (Pereira de Vallega) é de 2,5 kilom.

4º. Os caminhos que conduzem áquela escola mais proximos são de difficil transitio, principalmente no inverno.

5º. A freguezia que em parte se poderá aproveitar da escola, cuja criação se pretende, é a de Souto, Concelho da [Teixa? Teiva?]. Essa partte, comprehendendo o logar de Val-Rico, terá 20 fogos.

6º. Quanto á casa e alfaias para a escola constão do termo junto ao processo as condições propostas pelo pretendente.

Administração do Concelho d'Ovar, 8 de fevereiro de 1875.

O Administrador do Concelho
Francisco Pereira da Cunha e Costa

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Ofício do Comissario dos Estudos do Districto de Aveiro

Pasta Páginas: 12 p.

Data: 16 de dezembro de 1875 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Comissario dos Estudos

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>	Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____	Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Comissão dos Estudos do Districto de Aveiro

Il^{mo}. e Ex^{mo}. Snr.

Original e muito original se nos apresenta este processo! Porque devendo ser, e sendo sempre, as auctoridades Concelhias as primeiras a pugnar pelo desenvolvimento da instrucção publica nos seus Concelhos, n'este processo ellas se apresentam enfileiradas combatendo-o; pois que tanto a Camara Municipal, como o Administrador do Concelho de Ovar se oppoem á criação da Cadeira de meninas, que n'elle se pretende para a Freguesia de S. Vicente de Pereira. O que determinará pois tão notavel acontecimento?... A par da curiosidade que o caso inspira, [pullula?] para o empregado circumspecto a necessidade de ser o mais cauteloso possivel no exame dos factos, para se determinar um juizo seguro, e assim poder dar o seu parecer devida e convenientemente.

É por isto que eu, não vendo no processo luz bastante, que me guiasse na sua apreciação, resolvi ir pessoalmente ao lugar da contenda ver e examinar as coisas.

E que vi? =

Vi = o lugar da Torre, aonde se pretende estabelecer a eschola para meninas prospero e florescente, e o mais prospero e florescente da Freguezia; enriquecida já com bellos e sumptuosos edificios, sobresahindo d'entre elles, e no meio d'uma arborização luxuriosa, a grande e já muito notavel Fabrica de chapéus do requerente da Cadeira, em cuja Fabrica notei a melhor ordem.

Vi = proximo da mesma Fabrica, mas ainda assim a distancia de cerca de 100 metros, o local pedido para a eschola em excellente exposição ao meio dia, enxuto – ventilado – arborizado- e com todas as condições higienicas para um tal estabelecimento, e ate pedagogicas, pois que nem o ruido ou rumor da Fabrica ahi chega, nem o transito da estrada d'Ovar, á qual fica contigua, é tal, que possa perturbar o sucego indispensavel ás casas escolares.

Vi = que o lugar da Torre, embora o primeiro da Freguesia de S. Vicente de Pereira pele lado do Poente, é tambem o primeiro em população, se considerarmos d'elle a gente que diariamene trabalha na Fabrica, cerca de 100 pessoas. E quando assim se não considere, sempre fica sendo um dos primeiros lugares da Freguesia em população e numero de fogos; pois passa de ter 24 fogos; com a circunstancia favoravel de que todos os lugares maiores da Freguesia, com excepção do lugar de [Mouquinho], ficão mesmo proximos do lugar da Torre, e a uma distancia m^{mo} [muitíssimo? Muito? Mesmo?] vencivel para a Eschola; pois que o lugar da Relva, que tem 20 fogos, dista da Torre apenas meio kilom. : – o lugar de [Casônes], o maior e mais central da Freguesia, com 33 fogos, dista de 1 kilom. de excellente estrada : – e o lugar do [Cruzeiro ou Broueiros],

segundo em população, pois tem 28 fogos, fica quase contíguo a Casônes, e portanto a pouco mais de 1. kilom. de distancia da Torre; podendo ainda ahí convergir á eschola, quando se crie, outros [povos] mais pequenas da Freguesia = [Avenida – Rocada – e Solheira] com 24 fogos, que ficão a cerca de 1 e ½ kilom. : e M^{mo} outros logarejos derramados para os lados da Igreja Parochial = [Corpo – Oiteixoto] – com mais de 30 fogos a distancia de 2 kilom., e mais alguns fogos dispersos. Podendo portanto dizer-se não so que a Freguesia é muito importante em população, / regula por 1:200 almas / mas que a sua quase totalidade pode concorrer á Eschola da Torre com m^{ta}. facilidade, pela curta distancia e bons caminhos; com excepção do lugar de Mouquinho com 23 fogos – Casal e Azevedo com 25 fogos, pois estes [povos] ficão no extremo da Freguesia pelo lado do Nascente e Nordeste, e como que separados da restante freguesia por uma uma volta de não facil transito n' inverno. – Eis aqui o que vi. –

Mas isto, que vi, destoa muito dos clamores da Camara Municipal e do Administrador do Concelho contra a criação da Cadeira = por falta de população escolar / no que a Camara está em contradição com as informações do Administrador do Concelho, as quaes tenho por mais verdadeiras / por falta de centralidade – e peissimo local escolhido para a eschola / diz a Camara, alem d'outras razões futeis.

Pelo que me quer parecer que a Camara e Administrador de Concelho nas suas informações para a criação da Cadeira attentarão menos ás conveniencias publicas, do que a motivos particulares. O que parece ainda revellar-se n'aquelles futeis e [panicos?] receios da colocação da eschola proximo da Fabrica; como se a Fabrica fosse coito ou asilo de malvados ou vadios; receios, tão futeis e [panicos], que não sei como aqui se [deposerão], pois á mais leve reflexão se [dissipão]. Desde o momento em que em tal estabelecimento deixasse d'haver = ordem – respeito – e lei, elle por si m.^{mo} se desmoronaria: e portanto no interesse da sua propria conservação está o antidoto contra o mal, que se receia; e tambem na fiscalisação official.

O requerimento junto ao processo de João Francisco Pereira em opposição á expropriação do terreno pretendido para a casa escolar, que parece pelo simile da letra ter sahido das officinas municipaes, ainda mais me induz a que neste negocio [... ?parece expressão latina...]

Com o que [devo] dito não quero dizer = que a eschola no lugar da Torre fique central á Freguesia – que não haja na Torre, precedendo tambem expropriações, outras localidades, em que se podia erigir a casa escolar – que não haja na Freguesia outro local, onde a mesma eschola ficaria mais central e mais convenientemente collocada. Mas essa não é a questão.

O signatario do requerimento para a criação da Cadeira offerece gratuitamente ao Estado = casa e mobilia para a eschola – casa para habitação da Professora – e paga o valor da expropriação para a construção da casa escolar / do que tudo já assignou termo de responsabilidade / se a casa for feita no local por elle designado no seu requerimento. : mas, se a quiserem colocar n'outra parte, elle não presta subsidio algum; porque todo o seu fim – interesse – e conveniencia é que a eschola fique ali proxima da sua Fabrica, para aproveitar ás filhas / e tambem aos filhos / dos seus operarios : – e tambem para fazer desaparecer do meio d'aquelle bello e grandioso centro fabril um terreno inteiramente rustico – ingrato – e repugnante / um bocado de terra [circuitado] de carvalhos velhos e tortuosos / que [rialmente] ali figura mal, e desarmonisa completamente das bellas que o cercão. [Com] qual convirá mais = acceitar-se tão valioso donativo, embora a Eschola não fique inteiramente central á Freguesia, ou renuncia-lo, e assim deixar de se construir a Eschola?... A questão parece-me ser esta.

Eu voto pela acceitação do donativo, embora a Eschola não fique central; porque já demonstrei = que a ella podia concorrer a quase totalidade da população escolar da Freguesia. : – que esta população era bastante importante / 300 crianças, sendo 150 meninas, como informa o Administrador do Concelho / – que o local designado para a Eschola se achava em muito boas condições hygienicas e mesmo pedagogicas. – que os receios da collocação da eschola proximo da Fabrica carecião de fundamento : – e finalmente porque, se se não aproveita a occasião, e o muitissimo valioso donativo offerecido pelo dono da Fabrica, tarde ou nunca se criará na Freguesia a Eschola para o sexo feminino; porque a Camara de concelho não a faz, e a Junta da Parochia não a pode fazer, por ser pobre.

E que inconveniente ha em que se acceite o donativo e crie a Eschola? Não vejo nenhum; porque o estabelecimento escolar fica sendo publico – do Estado, e o Estado regulará as cousas segundo as suas conveniencias. Se pois a proposta so offerece vantagens, não será um desvario deixar de a acceitar?... Eu assim o julgo.

Nada direi sobre a expropriação do terreno indicado para a Eschola, porque isso não é da minha competencia. No processo não foi ouvida a Junta da Parochia da Freguesia á cerca da criação da Cadeira, e nem será mister que o seja; porque na Freguesia apenas há uma Eschola do sexo masculino, e nenhuma do feminino. E a Eschola do sexo feminino mais proxima, a de Pereira [Jusara?], Freguesia de S^{ta}. Maria da Vallega, do mesmo Concelho, fica a uma distancia superior a 3 kilom., e portanto sem intervenção n'este processo.

Á vista do exposto parece-me poder-se dar este processo por devidamente instruido para subir á alçada do

Governo, faltando apenas a [muito] valiosa informação de V. Ex^a.
D. Guarde a V. Ex^a.
Aveiro 16 de dezembro de 1875.
Il^{mo} e Ex^{mo} Snr. Governador Civil do Districto
Comissario dos Estudos do Districto [assinatura
não compreendida]

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX
DESCRICÃO

Livro/Documento: Ofício do Governador Civil de Aveiro
Pasta Páginas: 2 p.
Data: 21 de dezembro de 1875 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo
Autor: Governador Civil de Aveiro

CATEGORIAS GERAIS		
Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Governo civil do Districto de Aveiro
1^a. Repartição
Nº. 550
Reino = Direcção Geral de Instrucção Publica

Il^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Tendo conhecimento do requerimento que á camara municipal d'Ovar dirigio João Rodrigues d'Oliveira Santos, e do despacho n'elle proferido pela mesma camara; procurei obter os precisos esclarecimentos para superiormente ser decidida a pretensão do requerente, que me pareceu e parece digna de toda a consideração. Todos os esclarecimentos colligidos constituem o incluso processo, em virtude do qual tem de decidir-se, se deve crear-se a pretendida escola de meninas no logar da Torre e freguezia de S. Vicente de Pereira, Concelho d'Ovar, e se nesse caso deve ou não acceitar-se a offerta do requerente, na forma do seu requerimento e do termo junto da sua responsabilidade.

O Commissario dos estudos examinou o local escolhido para a escola, e largamente desenvolve no respectivo officio os motivos que o levão a optar pela acceitação da offerta, sem attenção a impugnação pouco justificada feita pela camara e Administrador do Concelho.

Concordo com o informe d'elle e acceito as suas considerações.

Se o logar da Torre não é o mais central da freguezia, mas apezar disso proporciona a concorrência da escola á maior parte da povoação d'ella, e facilita ainda, como quer o requerente, a frequencia escolar pelas creanças occupadas na fabrica de chapeos, que lhe fica proxima, e se o local escolhido para a escola não pode ser arguido de insalubridade, parece-me que a criação da escola será de incontestavel conveniencia, como o será a acceitação da offerta do valor da exppropriação do terreno para a escola e da construcção e mobilia desta pelo requerente.

Deus Guarde a V. Ex^a. Aveiro 21 de Dezembro de 1875.
Il^{mo}. E Ex^{mo}. Snr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino O
Governador Civil
[assinatura não compreendida]

Data: 19/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Parecer sobre abertura de escola – Junta Consultiva de Instrução Pública

Pasta Páginas: 3 p.

Data: 4 de janeiro de 1876 Acervo: Direção Geral de Instrução Pública, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Mariano Guira

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>	Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____	Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

João Rodrigues d'Oliveira Santos, proprietário no logar da Torre, Freguezia de S. Vicente de Pereira, Concelho d'Ovar, Districto d'Aveiro, offerece edificar no logar mencionado e mobilar á sua custa uma casa para escola de meninas com habitação para a professora, segundo as condições designadas na Portaria e Instrução de 20 de Julho de 1866.

O requerente, por seo bastante procurador, lavrou termo de responsabilidade d'esta obrigação perante o Governador Civil de Aveiro em 2 de novembro de 1874, obrigando-se, alem d'isso, a comprar o terreno, que deve expropriar-se para aquella edificação.

A Camara Municipal, mandada ouvir pelo Governador Civil sobre a pretensão do requerente, é contraria á construcção da escola, fundando-se em que o logar da Torre é n'uma extremidade da freguezia, e a escola ficaria na proximidade uma fabrica de chapéos, o que acostumaria as creanças a ouvir uma linguagem pouco civilizadora, e a presenciar actos de duvidosa moralidade.

O Administrador do Concelho informa no mesmo sentido da Camara Municipal. O Commissario dos Estudos, admirando-se de que as auctoridades do Concelho informem contra a creação d'uma escola, transportou-se ao logar da Torre, a fim de verificar pessoalmente as circumstancias, que se davam para sobre ellas informar com conhecimento de causa.

Observou o Commissario que o logar da Torre, ainda que não seja central á freguezia, é o mais prospero e florescente, e dos que contém maior população. Alli existe uma fabrica de chapéos, onde trabalham 100 pessoas. Esta fabrica pertence ao individuo que requer a escola.

A uma distancia de 100 metros da fabrica é o local escolhido para a edificação escolar, com excellente exposição ao meio dia, e com todas as condições hygienicas e pedagogicas para um tal estabelecimento.

É verdade que o logar só conta 24 fogos; mas podem a elle concorrer as creanças do logar da Relva, que tem 20 fogos e dista da Torre meio kilometro; as do logar de Casomes, o mais central da freguezia, com 33 fogos e na distancia de 1 kilometro de excelente estrada, e ainda de outros logares, que, quando muito, estão á distancia de 1½ kilometros.

A população da freguesia regula por 1200 almas, podendo a maioria dos logares, em que se divide a freguezia, enviar as creanças á escola da Torre.

Considerando que na freguezia não existe escola para o sexo feminino, e, que a que fica mais proximo é em Pereira de Vallega, na distancia de 2,5 kilometros;

Considerando que na freguezia há 300 creanças até 14 annos de idade, das quaes metade pertencem ao sexo feminino;

Considerando que a maioria das creanças dos diversos logares, que compõem a freguezia, podem concorrer ao local, onde se projecta a nova escola;

Considerando que nem a Camara nem a Junta de Parochia se promptificam a constuir casa para escola, e que, por isso, convem aproveitar o offerecimento do cidadãorequerente;

Considerando que tanto o Commissario dos Estudos como o Governador Civil do Districto são concordes em que se

conceda a escola requerida: Sou de opinião que seja concedida a escola, que se pede, nas condições requeridas pelo proprietário João Rodrigues de Oliveira Santos.
 A Junta, porém, resolverá como fôr mais justo.
 Sala das sessões da Junta, aos 4 de janeiro de 1876.
 O Vogal Relator
 Mariano Ghira

Data: 18/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Petição ao Rei

Pasta Páginas: 2 p.

Data: 22 de fevereiro de 1876 Acervo: Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: João Francisco Pereira

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>	Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____	Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Senhor,

Diz João Francisco Pereira, proprietario do logar da Torre, freguezia de S. Vicente, concelho d'Ovar, que constando-lhe que ha um generozo offercimento d'uma caza para educaçao do sexo feminino na mesma freguezia, e constando-lhe que o logar designado é no logar da Torre, mas vendo que o local escolhido não é o mais proprio nem mesmo é proprio, como se pode ver nas informaçoes officiaes, e querendo d'algum modo concorrer para a civilizaçao da sua freguezia, vem respeitosaemente offercer gratuitamente terreno seu no logar da Relva da mesma freguezia para ali se construir a caza d'eschola.

O logar e terreno oferecido, Senhor, é o mais central possivel para a freguezia, e onde de certo poderão mais facilmente concorrer maior numero d'educandas.

Mas quando não sirva este logar, ainda offerece o supplicante tambem terreno seu no logar da Torre, para o poente do local escolhido a distancia de 20 metros. Qualquer dos terrenos escolhidos está em boas condições porque ou se procura o logar mais central da freguezia e nesse cazo é o primeiro offerecido ou o logar da Torre é o mais proprio e nesse caso 20 metros de differença, não lhe prejudica a propriedade e utilidade. O supplicante alem d'outras razões que tem a allegar contra o local escolhido, aponta tambem o ser elle de natureza de prazo e por consequinte originar depois suas [?] entre os senhorios de dominio directo e util.

O supplicante vem pois pedir a Vossa Magestade, que já que se pretende fazer uma obra tão util se faculte ao maior numero de pessoa o gozazamem (sic) da [?] liberdade, e que ouvidas as autoridades locaes, Vossa Magestade se digne designar o local que preenche a esse fim.

De Vossa Magestade [defensor?]

João Francisco Pereira.

[?]

Reconheço de verdadeira a assignatura supra. Ovar 22 de fevereiro de 1876

[Assinatura não compreendida]

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Petição da Freguesia de Parochia de S. Vicente de Pereira ao Rei

Pasta Páginas: 2 p.

Data: 22 de fevereiro de 1876 Acervo: Direcção Geral de Instrucção Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Presidente e Vogaes da Camara de Ovar

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/> Tendência política <input type="checkbox"/> Outros: _____	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/> Obrigatoriedade <input type="checkbox"/> Gratuidade <input type="checkbox"/> Laicidade <input type="checkbox"/> Universalidade <input type="checkbox"/> Papel do Estado X Descentralização <input type="checkbox"/> Centralização X Relação público e privado <input type="checkbox"/> Nacionalismo <input type="checkbox"/> Financiamento da educação <input type="checkbox"/> Outros: _____	Administração escolar X Organização da escola <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Aluno <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Infra-estrutura <input type="checkbox"/> Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Senhor,

O Presidente, vogaes da Junta de Parochia e Regedor da freguesia de S. Vicente de Pereira, Concelho d'Ovar, constando-lhes que alguém se offerece a idificar (sic) uma casa á sua custa em uma propriedade de João Francisco Pereira, cita no lugar da Torre da dita freguesia para incino (sic) de meninas, vem respeitosa-mente expôr perante Vossa Magestade que aquelle local não é proprio para a idificação (sic) da dita casa = 1º. porque o dito lugar da Torre está no fim da freguesia para o lado do poente, e por conseguinte muito retirado da maior população tanto da freguesia como das freguesias proximas = 2º. porque no dito lugar da Torre e junto á referida propriedade, onde se pretende idificar a dita casa á uma Fabrica de chapéus onde se emprega bastante gente, que talvez, algúa d'ella venha a concorrer para a desmoralização das meninas. Porquanto se a dita casa se idifica para utilidade das meninas da freguesia deve ser idificada no meio da greguesia, que é junto á Igreja parochial, ou na maior população da freguesia que é no [Santo de Sam Giraldo]. Quando porem seja d'algúa conveniencia o alguém já dito que a casa se idifique em sitio proximo ao dito lugar da Torre deve ser no lugar da Relva e no terreno que offerece gratuitamente o já dito João Francisco Pereira, pois que este local está em muito boas condições e não á nelle a reciar (sic) os inconvenientes já ditos do lugar da Torre e outros mais como a distracção que causa a Fabrica quando trabalha, a falta de hygiene causada pela exalação dos vapores da Fabrica, e outros mais que por decencia se ocultão.

Por isso

Pede a Vossa Magestade que attendendo ao exposto haja por bem deferir como se requer. [E.

R. M.]

O Presidente [assinatura]

O vogal [assinatura]

O vogal [assinatura]

Reconheço as tres assignaturas supra de verdadeiras. Ovar 22 de fevereiro de 1876

[Assinatura não compreendida]

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Projeto: A Formação do Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil e em Portugal no final do século XIX

DESCRIÇÃO

Livro/Documento: Portaria da Direção Geral de Instrução Publica

Pasta Páginas: 2

Data: 23 de fevereiro de 1877 8 Acervo: Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149, Torre do Tombo

Autor: Direção Geral de Instrução Publica

CATEGORIAS GERAIS

Universo político-cultural da Câmara Municipal	Princípios político-educacionais	Elementos de organização escolar
Origem ocupacional <input type="checkbox"/>	Liberdade de ensino <input type="checkbox"/>	Administração escolar X
Tendência política <input type="checkbox"/>	Gratuidade <input type="checkbox"/>	Organização da escola <input type="checkbox"/>
Outros: _____	Universalidade <input type="checkbox"/>	Professor <input type="checkbox"/>
	Descentralização <input type="checkbox"/>	Aluno <input type="checkbox"/>
	Relação público e privado <input type="checkbox"/>	Ensino <input type="checkbox"/>
	Financiamento da educação <input type="checkbox"/>	Infra-estrutura <input type="checkbox"/>
	Outros: _____	Outros: _____

SÍNTESE/TRANSCRIÇÃO

Ministerio do Reino

Direção Geral de Instrução Publica

3ª. Repartição

L. N.º. _____

Considerando que um dos maiores obstaculos á diffusão do ensino publico é a falta de aulas proprias, convenientemente mobiladas e com os precisos utensilios para os exercicios escolhares;

Considerando a difficuldade que geralmente se encontra de prover em pessoas legalmente habilitadas as escholas primarias que não tem ainda o indispensavel material, cuja acquisição é assás onerosa para os professores;

Considerando que a maior parte d'essas Escholas ou se conservam vagas por muito tempo, ou são confiadas a professores provisorios, que não possuem a necessaria competencia, e, ainda quando alguns a tenham, não podem obter resultados que justifiquem e compensem os sacrificios do Thezouro Publico e dos cofres municipaes com a sustentação d'este pessoal;

Considerando que é de manifesta necessidade evitar os inconvenientes expostos e promover que as localidades, em seu proprio interesse, dotem as Escholas de que se tracta, com sufficientes casas e utensilios, afim de que sejam procuradas por professores aptos e produzam vantagens reaes e effectivas para o ensino popular:

Ha por bem Sua Magestade El-Rei ordenar

1.º = que d'ora em diante não se proceda á nomeação de professor provisorio para Cadeira alguma, que não fôr subsidiada com casa, mobilia e utensilios escolhares, superiormente approvados nos termos das Portarias de 7 de Julho de 1871 e 29 de Dezembro de 1875;

2.º = que os actuaes professores provisorios das cadeiras a que se refere o numero antecedente sejam dispensados da commissão que exercem, não podendo ser incluidos em folha de pagamento além do proximo mez de junho, se durante o periodo que decorre até ao fim do corrente anno economico, não se realizar o subsidio, nos termos supra-indicados;

3.º = finalmente, que os Governadores Civis e Commissarios dos Estudos de todos os Districtos do Reino e Ilhas adjacentes, na parte que lhe diz respeito, dêem inteira e cabal execução ás disposições d'esta Portaria.

Paço da Ajuda em 23 de Fevereiro de 1877.

[Assinatura não compreendida]

Data: 22/08/2005 Responsável: Wenceslau Ficha nº:

Fonte: Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Acervo da Direção Geral de Instrução Publica, Maço 149.

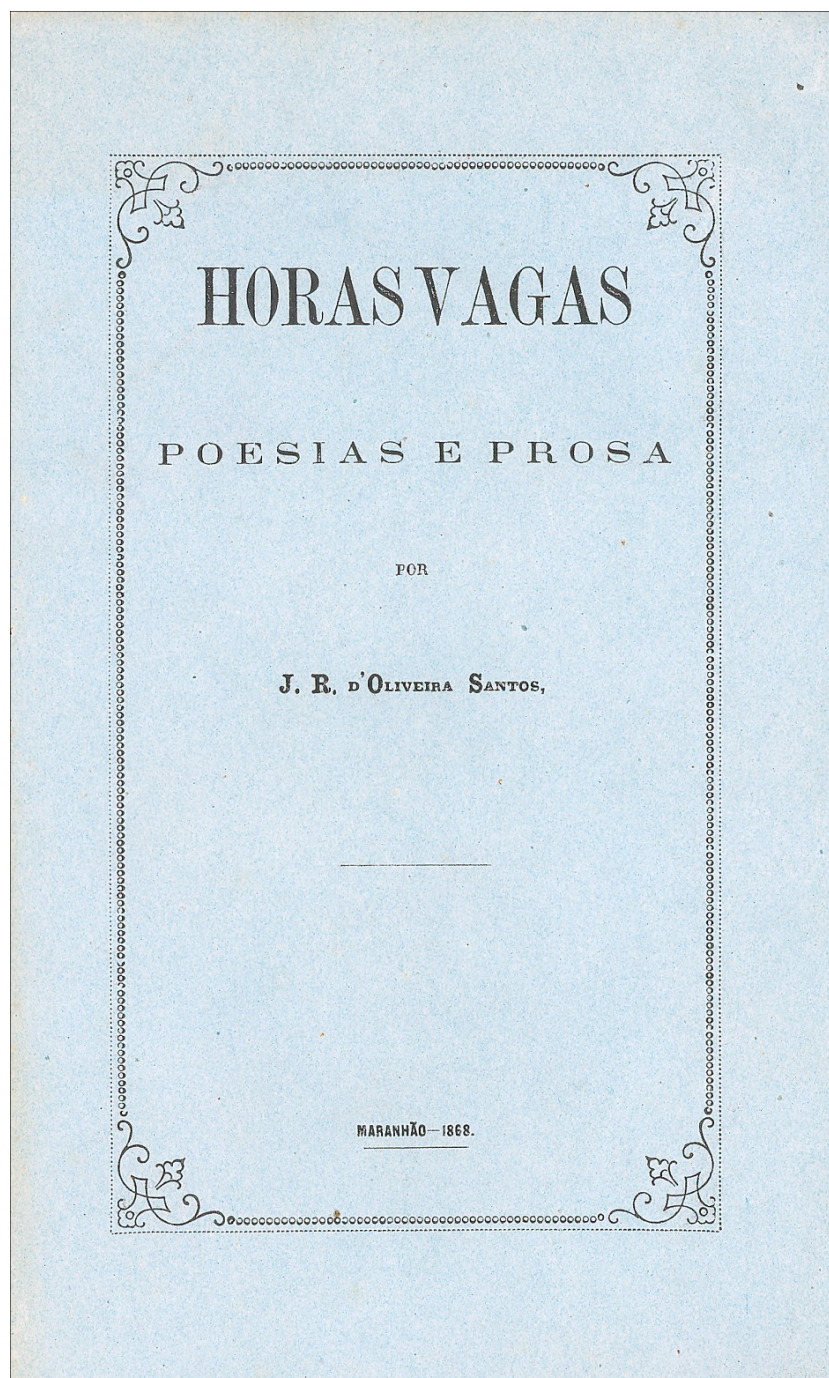
Transcrição gentilmente cedida e autorizada para publicação por Wenceslau Gonçalves Neto, doutorado em história, Universidade de São Paulo (USP). Professor titula do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Anexo XIX – Escolas do sexo masculino e feminino em São Vicente de Pereira



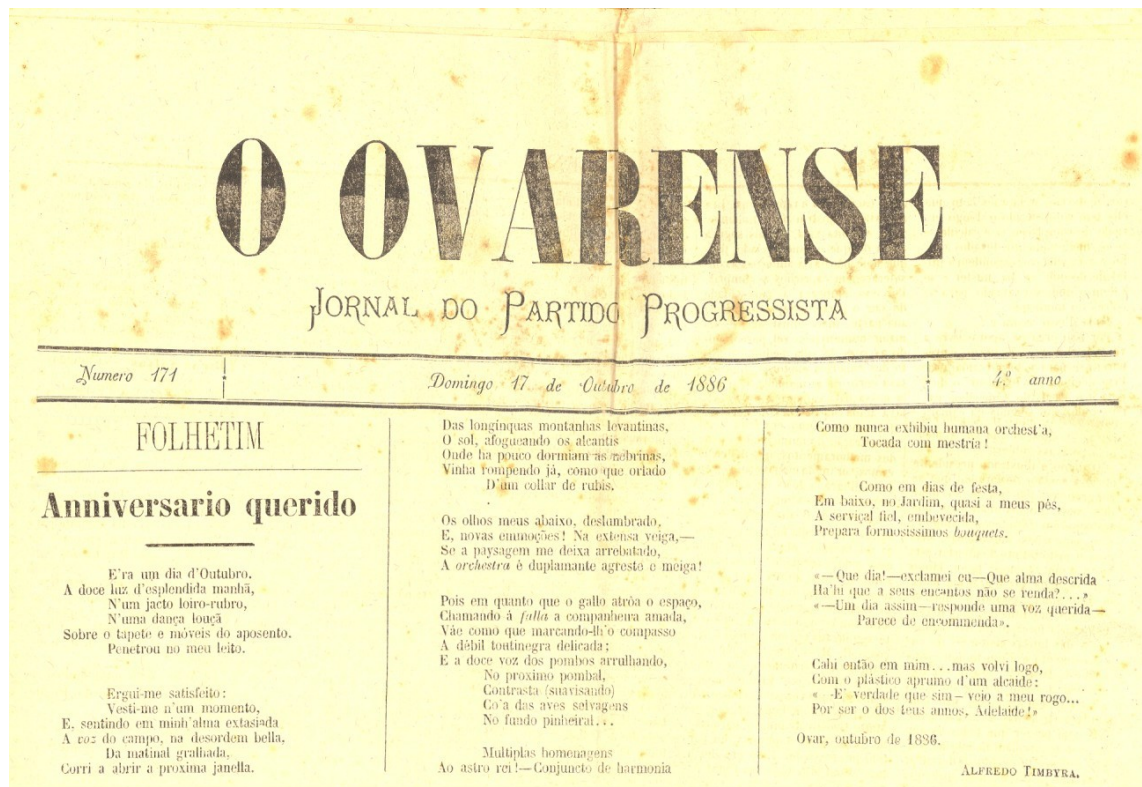
Fonte: (Leandro Correia, Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo XX – Capa da obra “*Horas Vagas (1868)*” de João Rodrigues de Oliveira Santos



Fonte: Biblioteca de Leandro Correia, São Vicente de Pereira

**Anexo XXI – Aniversário querido – “O Ovarense: jornal do partido progressista”,
17 de outubro de 1886.**



Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos

Anexo XXII – Diploma de sócio do *Gabinete Portuguez de Leitura*, no Maranhão



Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo XXIII – Máquina de choques elétricos de João Rodrigues de Oliveira Santos



Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo XXIV – Retrato de Adelaide Sofia da Costa Santos e João Rodrigues de Oliveira Santos com seu filho Gabriel



Adelaide Sofia da Costa Santos



Adelaide Sofia da Costa Santos, João Rodrigues Oliveira Santos e seu filho Gabriel

Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

de dissolução da *chapelaria a vapor de Santos & Irmão* (1877)

Contracto de Dissolução de Sociedade

João Rodrigues d'Alv^a Santos e Antonio Rodrigues d'Alv^a Santos resolveram dissolver de commun accordo e sob-proposta do segundo dos nomeados a Sociedade que sob a razão de Santos & Irmão tinham em uma fabrica de Chapéus sita no lugar da Torre, desta freguesia de S^{ta} Vicente de Veraira do Concelho d'Oran, o que tovaram a effeito no dia 31 de dezembro do anno findo de 1876, do modo seguinte:

O se socio Antonio Rodrigues d'Alv^a Santos propoz retirar-se da Sociedade, cedendo ao se socio João Rodrigues d'Alv^a Santos o Saldo de liquidar contra de pois que possuia na fabrica, conforme o Balanço fecho na referida data de 31 de dezembro de 1876, para compensar, em parte, os prejuizos presumiveis da mencionada fabrica, e ficando esta pertencendo, unica e exclusivamente, ao se socio João Rodrigues d'Alv^a Santos, com todo o seu activo e passivo edificio, machinas, utensilios, manufacturas acabadas e por acabar, ariamentos e materias primas, etc, etc.

E tendo o se socio João Rodrigues d'Alv^a Santos accitado esta proposta, tal que fica transcrita, ficou-lhe dissolvida, como a cima se disse, da ja mencionada Sociedade e disse se passou o presente documento em duplicado para cada um dos socios ficar com um exemplar, sendo testemunhos presentes Ant^o Gomes d'Alv^a Santos, Casado, Capitalista, natural e residente neste lugar e freguesia, João José Nunes, Casado, Carreiro, natural da freguesia da Mortosa Concelho d'Estarreja e residente nesta freguesia, e João Hernandez Braga, Solteiro, Carreiro, natural de Braga e residente igualmente nesta freguesia.

Anexo XXVI – Escritura da capela de São José feita a António Gomes de Oliveira Santos

1

Eu abaixo assignado Padre José Francisco da Silva Pereira, natural do logar da Torre da freguesia de São Vicente de Pereira, comarca d’Ovar, e residente actualmente nesta cidade do Porto, faço a seguinte declaração em beneficio da conservação da Capella de São José, da Torre, da dita freguesia e logar, e do meu amigo Senhor Antonio Gomes d’Oliveira Santos, meu cooperador nas obras e culto divino na mesma Capella, cuja declaração quero que valha como que fosse escriptura publica ou testamento serrado, o qual tensiono fazer breve revalidando no mesmo quanto neste papel deixo escripto.

Declaro que edifiquei uma Capella em 1865, no dito logar da Torre, com a invocação de São José, a qual se conservou na sua forma e capacidade primitiva ate 1880. Nesta epocha considerando o Senhor Antonio Gomes d’Oliveira Santos, que ella era insufficiente para satisfazer as necessidades actuaes do culto divino, por causa da sempre crescente affluencia dos fieis à mesma, resolveo de acordo comigo mandar acrescentada (*sic*) à sua custa dando lhe a precisa capacidade para satisfazer àquellas necessidades. Mais tarde, porem, achando eu, e o dito Senhor Oliveira Santos, que ella ainda reclamava outros melhoramentos resolvemos fazer lhos à nossa custa, o que levamos a effeito em 1887.

Constao estes melhoramentos duma sacristia mais ampla e um novo côro por cima da mesma e uma torre no qual collocamos tres sinos. Avisto do exposto, entendo que o dito Senhor Santos adquirio eguaes direitos comigo à dita Capella e como lhos reconheço com toda a justiça, o considero desde hoje para sempre como meu comproprietario pertencendo lhe igual senhorio na mesma. Declaro mais que se me sobreviver o dito Senhor Santos é minha vontade que fique como senhorio absoluto della podendo continuar a zelar a sua conservação e nella continuar a mandar celebrar todos os actos do culto divino como ate ao presente, tudo para maior honra e gloria de Deos e proveito dos fieis e sempre em conformidade com as leis da Santa Igeja. Ficando sempre o direito

¹ Escrito em folha carimbada – imposto de selo 80 reis.

salvo a minha familia rezidente na casa que foi de meus paes e na que hoje é minha para na mesma Capella mandarem celebrar missas e outro qualquer acto religioso, para o que sempre lhes apresentará qualquer paramento que para isso seja necessario, estando debaixo da sua guarda, bem como lhes franqueará a entrada pelo lado do nacente junto da minha propriedade, não só para estes como para todos os mais actos do culto divino e com este mesmo direito ficará a familia de minha irma Rosa, do dito logar da Torre, com especialidade, meu segundo sobrinho e afilhado José Netto da Silva(?) Pereira(?), minha irma, ordenando se de Padre.

E finalmente, depois da morte do dito Senhor Oliveira Santos é minha vontade que lhe sucedam com iguaes direitos nesta nossa Capella, a minha e a sua familia alli residentes no dito logar da Torre, sendo de esperar que continuem a zelar a sua conservação e a promover nella o culto divino, devendo cada uns terem a sua chave, a minha familia do nosso lado e aquelles do lado da sua respectiva casa.

Quero, portanto, garantir ao referido Senhor Antonio Gomes d'Oliveira Santos este direito de padroado nesta capella conforme deixo dito, bem esperançado que nella continuará a zelar o culto divino e a necessaria decencia e respeito, como ate agora sempre tem feito e mais com a condição delle ceder em beneficio da mesma Capella, todo e qualquer paramento ou alfaias e adorno da mesma que ja tenha fecto e venha a² mandar fazer, assim como eu da mesma maneira, desde ja para sempre, dou para uso da mesma Capella todos os paramentos e mais alfaias que tenho arranjado pelos meus amigos e mandado fazer à minha custa, mas com a condição de nunca serem retirados daqui para fora. Os principaes dos referidos <paramentos> aqui vou mensionar e são os seguintes: 1 paramento ou casula de damasco branco borradado (*sic*) ao matizado de diversas cores com seus pertences, isto é, estola e manipulo (de servir nas festividades); 1 dita de damasco branco liso com ditos; 1 dita de dito roxo com ditos; 1 dita de dito vermelho com ditos; 1 dita preta com ditos de dito; 1 dita de velludo verde com ditos; 1 bolsa de corporaes de damasco matizado; 1 dita branca de dito liso de 4 cores; 1 dita preta e verde; 2 pares de corporaes com as 2 respectivas palas; 2 veos de seda branca; 1 dito vermelho, 2 ditos verdes, 2 ditos roxos, duas albas de linho com seus amitos e cordão; 3 manustergios com renda; 4 sanguinhos; 2 toalhas do altar; 1 pano de estante do missal de demasco lavrado; 1 coroa de prata na imagem do sagrado coração de Jesus; 1 vestido de setim bordado a ouro de vestir na imagem de São José; 1 capa do dito; 1 calise de prata

² Seguem-se cortadas as letras "fa".

dourado; 1 bandeira grande de paninho vermelho com o sagrado coração bordado no centro.

Alem destes ha outros objectos, uns que eu tenho mandado fazer, outros do dito Senhor Santos e outros a custa de nós ambos, e tanto destes como dos que acima deixo referidos faremos um inventario geral em duplicado ficando cada um com o seu.

Declaro mais que deixarei os referidos meus paramentos e calix debaixo da guarda do dito Senhor Santos, se me sobreviver, porem, <logo> depois do seu fallecimento a supradita minha familia tomarão conta delles guardando-os em sua casa quando não seja necessario estarem na Capella ou sacristia.

Temos atualmente no altar da mesma Capella as seguintes imagens: 1 do sagrado coração de Jesus; 1 dita de São José; 1 dita de Santo António; 1 dita pequena de Nossa Senhora da Boa Viagem e 1 dita de Nossa Senhora de Lourdes. Estas imagens, excepto a primeira, umas mandei fazer à minha custa e outras foram me dadas por amigos do Porto, para se conservarem sempre nesta nossa Capella, portanto, se se qualquer individuo em algum tempo tentear tira-las desta Capella ou impresta-las para qualquer parte, será obrigado a pagar de multa para esta Capella, vinte e cinco mil reis, ficando alem disto, responsavel por qualquer detreoração que ouver nas mesmas.

Declaro mais que para os sinos, por minha intervenção deu a³ maior <parte> do seu emporte o meu bom amigo o Senhor Commendador Antonio Ferreira Meneres, desta cidade do Porto, com a condição destes serem collocados nesta mesma nossa torre e não sahirem para outro logar, podendo, portanto, qualquer de seus filhose sucessores, em todo o tempo, proceder contra qualquer individuo ou individuos que tentarem rouba-los ou retira-los dali e nós que fomos os unicos que concorremos para o resto desta despesa queremos que assim se cumpra. E se algum destes sinos se quebrar⁴ será refondido a custa de alguns devotos ou dos rendimentos que venha a ter esta Capella.

No caso que em algum tempo se venha crear alguma confraria nesta Capella, nunca poderá dispor della para outra causa alguma que não seja⁵ o culto Divino Catholico Apostolico Romano.

Para nossa mutua segurança e de nossos respectivos sucessores passamos e assignamos este documento em duplicado, ficando cada um de nós com o seu competente exemplar.

³ Seguem-se repetidas as palavras “deu a”.

⁴ No original consta “quebrarem” pelo que as duas últimas letras aparecem cortadas.

⁵ Seguem-se repetidas e cortadas as palavras “que não seja”.

Porto, 12 de setembro de 1890 e noventa

(assinatura)

Pe. José Francisco da Silva Pereira

Confirmo-me com o conteúdo neste documento. Data est supra

(assinatura)

Antonio Gomes d'Oliveira Santos

(assinatura do notário)

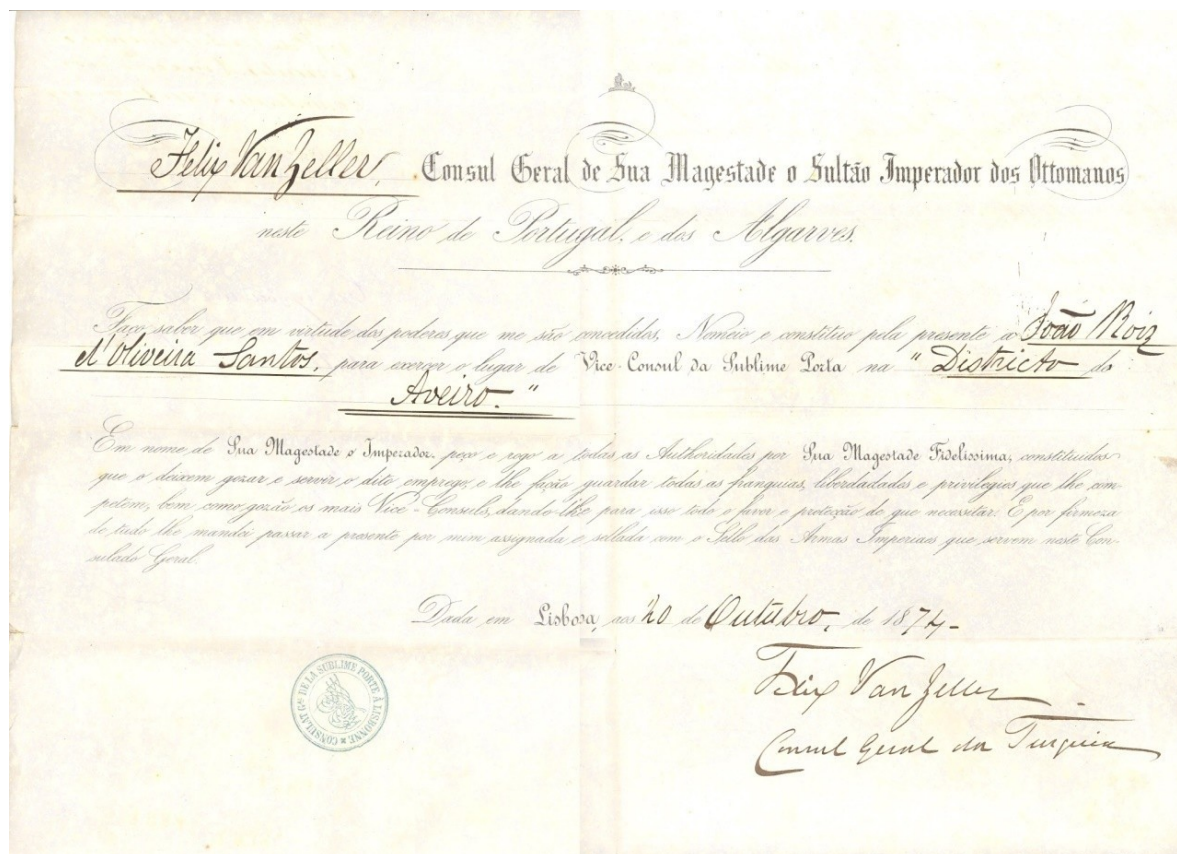
Thomaz [...]

6

Fonte: Arquivo da Paróquia de São Vicente de Pereira

⁶ Constam ainda, pelo menos, mais duas rubricas elegíveis. Nota para o selo colado de 10 reis.

Anexo XXVII – Diploma da nomeação de João R. de Oliveira Santos como vice- cônsul da Turquia no distrito de Aveiro - 20 de Outubro de 1874



Fonte: Arquivo de Guilherme G. de Oliveira Santos (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Anexo XXVIII – Certificado de participação na exposição de Filadélfia (1876)



10
316

INTERNATIONAL EXHIBITION.

(No. 285.)

PHILADELPHIA, 1876.

The United States Centennial Commission has examined the report of the Judges, and accepted the following reasons, and decreed an award in conformity therewith.

Philadelphia, July 2nd 1876.

REPORT ON AWARDS.

Product, *Mats.*

Name and address of Exhibitor, *Santos & Irmão*

Ovar, Portugal

The undersigned, having examined the product herein described, respectfully recommends the same to the United States Centennial Commission for Award, for the following reasons, viz:

Good fashions, high quality.

Modest Killyary
Signature of the Judge.

APPROVAL OF GROUP JUDGES.

B. D. Britton _____ *E. H. Cresswell* _____
W. C. Lathrop _____ _____
A. P. Embury _____ _____
W. A. Chandler _____ _____
George W. Hinckley _____ _____

A true Copy of the record. *Francis Koalky*
Chief of the Bureau of Awards.

Given by authority of the United States Centennial Commission.

A. T. GOSHORN,
Director-General.

J. L. CAMPBELL,
Secretary.

J. R. HAWLEY,
President.

Anexo XXIX – Retrato de José Gomes dos Reis



Fonte: Arquivo de Teresa Emília de Jesus (Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)

Mapa de localização de Guilherme G. de Oliveira Santos e Leandro Correia

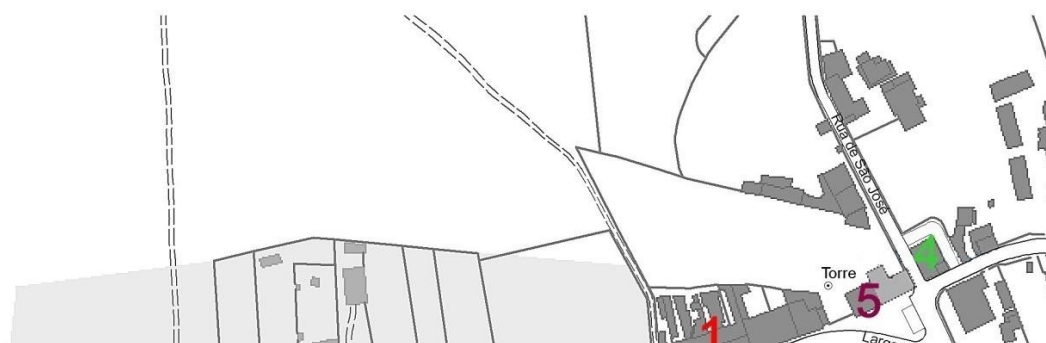
Proposta defendida por Guilherme G. de Oliveira Santos



Base Cartográfica: Cartografia 1:2000(Edinfor) - Elipsóide Internacional, Datum 73 e Projecção GAUSS

- | | | | |
|---|--|---|---|
| 1 | Complexo Industrial | 4 | Escola do Sexo Feminino |
| 2 | Casa de Habitação de António Oliveira Santos | 5 | Local onde nasceram os irmãos Oliveira Santos |
| 3 | Casa de Habitação de João R. d'Oliveira Santos | | |

Proposta defendida pelo autor deste trabalho: Leandro Correia



Anexo XXXI - Cicatrizes de um dos anexos da *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*.

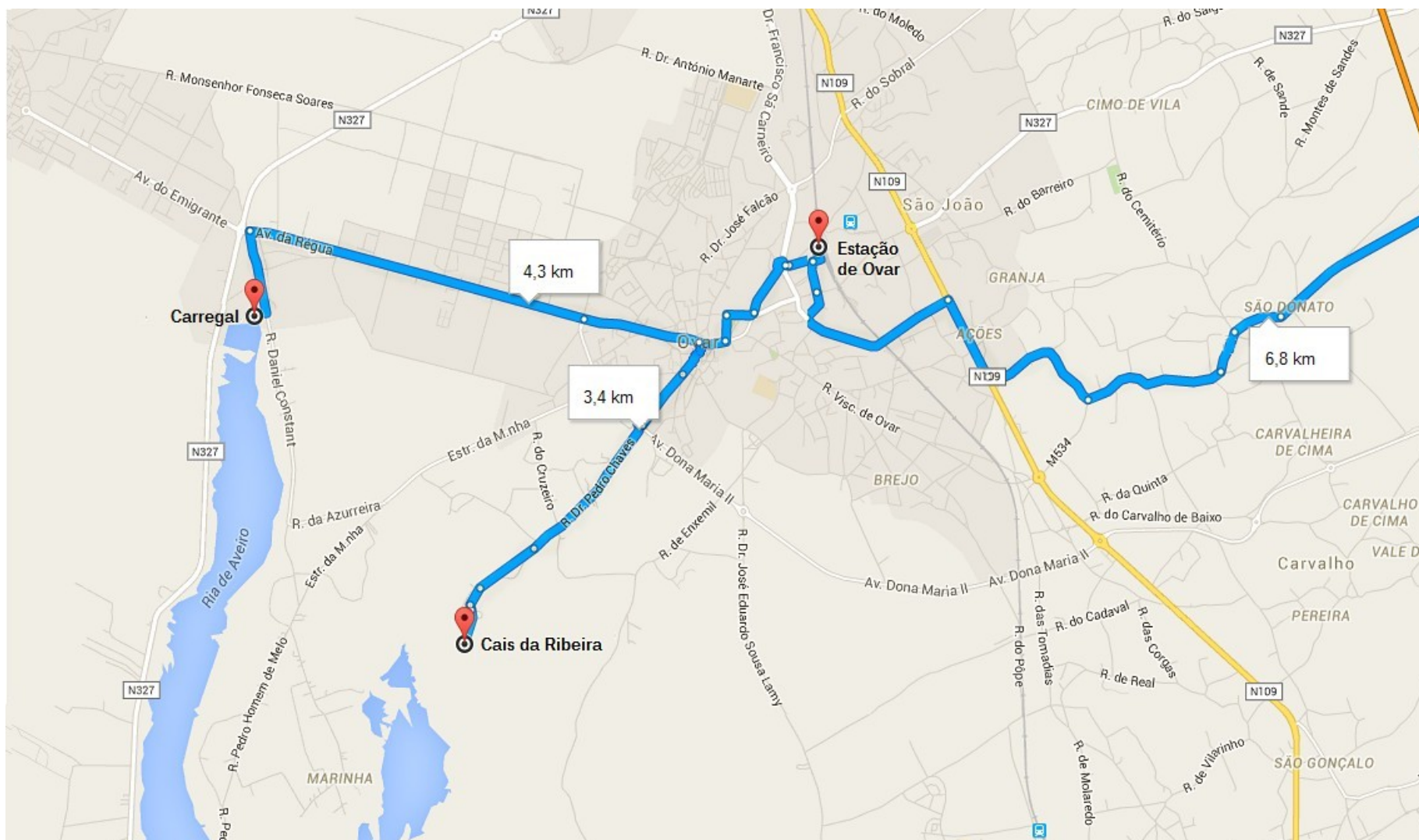


Fonte: (Leandro Correia, Largo da Torre, São Vicente de Pereira)

**Anexo XXXII – Início de um bairro operário a poente da antiga *Chapellaria*
a vapor de Santos & Irmão**



Fonte: (Leandro Correia, Lugar da Torre, São Vicente de Pereira)



Fonte: Google Maps (acedido a 23 de janeiro de 2016)

Anexo XXXIV – Marcos Arqueológicos da antiga *Chapellaria a Vapor de Santos & Irmão*



Fonte: (Leandro Correia, Largo da Igreja, São Vicente de Pereira)

Anexo XXXV – Planificação da Proposta pedagógica

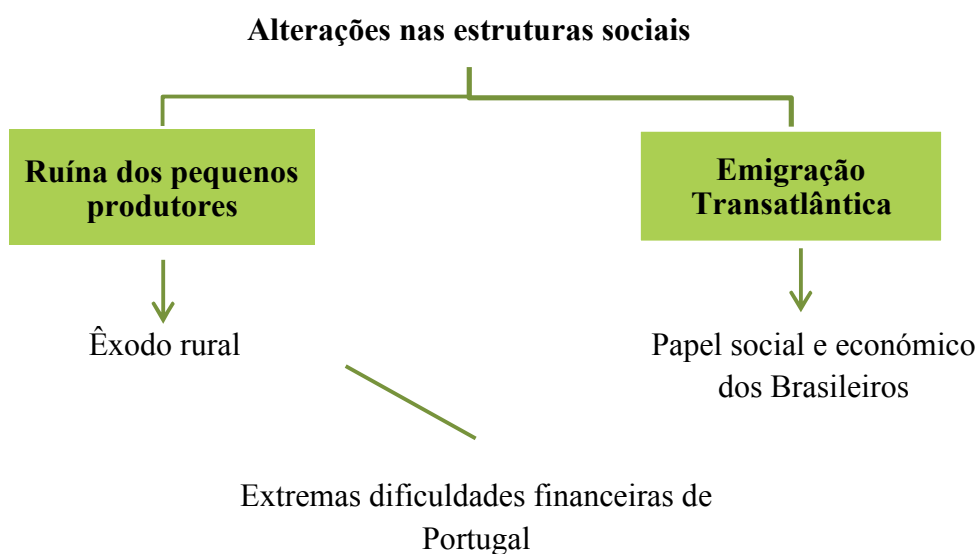
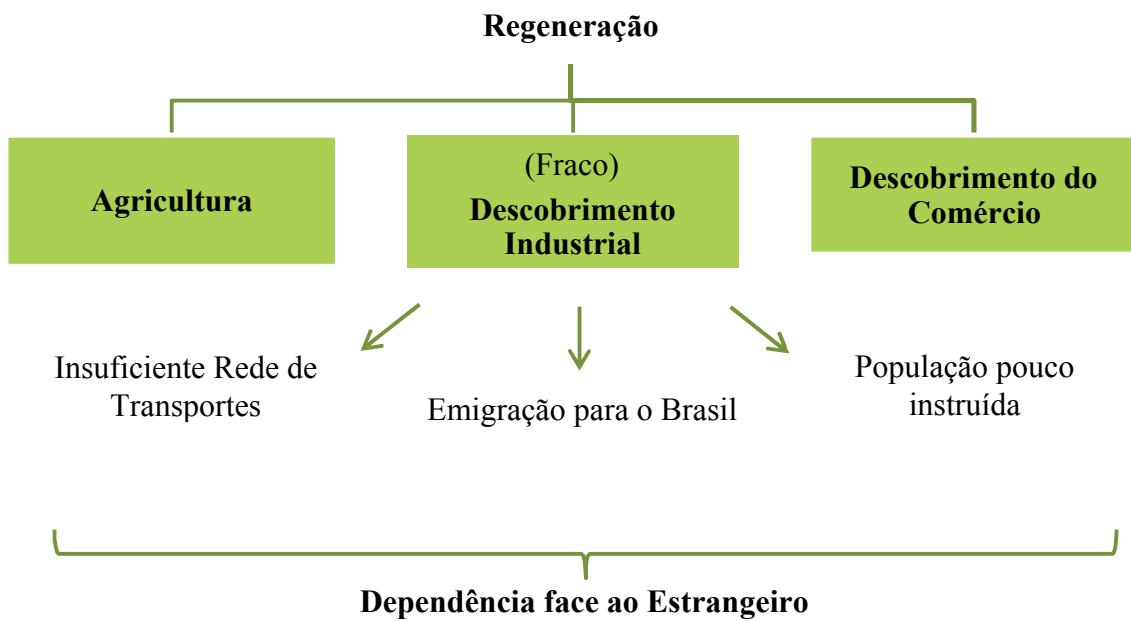
A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX

Síntese

Planificação da aula 74 e 75 dirigida aos alunos do 8º ano, turma L, do Colégio Bissaya Barreto, sobre as dificuldades de desenvolvimento na indústria portuguesa, a sua dependência face ao estrangeiro e as consequentes alterações nas estruturas sociais.

Domínio: A civilização industrial no século XIX	
Subdomínio: Mundo industrializado e países de difícil industrialização	
Ano: 8º Aula: 74 e 75 Tempo: 90 minutos	Sumário: O tímido desenvolvimento industrial em Portugal e a sua conseqüente dependência face ao estrangeiro. Alterações nas estruturas sociais: o êxodo rural e a emigração.

Esquema conceptual



Pré-requisitos

- § Êxodo Rural
- § Regeneração;
- § Vintismo;

Conceitos

- § Dependência económica;

Questões-chave

- § Que setores desenvolveram os governos regeneradores?
- § Que políticas foram aplicadas para desenvolver a indústria?
- § Quais os principais entraves ao desenvolvimento industrial português?
- § Quais as medidas que Portugal encontrou para fazer face aos investimentos que realizou?
- § Que problemas estiveram na origem da ruína dos produtores?
- § Que razões levaram os portugueses a emigrar para o Brasil na segunda metade do século XIX?
- § De que forma os emigrantes contribuíram para atenuar as dificuldades financeiras portuguesas?

Metas e descritores de desempenho

- § Relacionar a tímida industrialização com fatores políticos, sociais e económicos;
- § Identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento industrial português;
- § Compreender o atraso industrial português em relação a outros países como consequência das suas políticas e da sua situação económica;
- § Apontar a solução portuguesa para fazer face aos investimentos avultados na modernização do reino;
- § Entender essa solução como o agravamento da dívida pública e consequente dependência económica face ao estrangeiro;
- § Compreender o liberalismo económico como mais valia, mas também prejudicial à economia nacional;

- § Relacionar as medidas tomadas durante a Regeneração com a difícil sobrevivência dos pequenos produtores;
- § Apontar os principais fatores que agravaram a situação das pessoas do campo;
- § Relacionar estes fatores com a necessidade de partida – o êxodo rural;
- § Entender o período de paz, de transformações sociais e de progresso como impulsionadores do aumento populacional;
- § Compreender a emigração como necessidades económicas e sociais, tendo em conta o aumento populacional, as dificuldades dos pequenos produtores e o lento desenvolvimento industrial;
- § Identificar geograficamente o destino preferencial dos emigrantes portugueses na 2ª metade do século XIX;
- § Entender a escolha do destino como ponderação de motivos sociais, económicos e culturais;
- § Relacionar o papel do emigrante no panorama local e nacional português com o seu sucesso emigratório;
- § Compreender o seu papel económico, social e cultural como atenuadoras das dificuldades portuguesas na segunda metade do século XIX.

Estratégias de ensino-aprendizagem

Depois de redigido o sumário, será pedido aos alunos que olhem durante três a cinco minutos para seis imagens sobre arqueologia industrial, da obra de Gastão de Brito e Silva, *“Portugal em Ruínas”*. Como o próprio nome da obra indica, as fotografias remetem para indústrias inativas, completamente em ruínas e com o espaço que as envolve completamente abandonado. A intenção é que os alunos refletiam sobre o que pode levar àquele estado de decadência, integrando nós a importância que a História Local e o Património assumem na história geral e nos nossos dias. Em diálogo vertical, esperando que os alunos apontem questões de falência, de vandalismo, de abandono da sociedade, entre outras, integraremos devidamente o problema da tímida industrialização em Portugal, na segunda metade do século XIX, tendo por base aspetos políticos, como a falta de uma boa rede de transportes, capaz de proporcionar uma verdadeira dinâmica e desenvolvimento do próprio espaço, aspetos sociais e económicos, com especial destaque para a emigração que, normalmente, representa da falta de trabalho no país da origem, espelho das inúmeras falências empresariais, e, por fim, aspetos ligados à cultura, sobretudo a empresarial, com a falta de instrução dos administradores das empresas que não as sabem gerir, resultado, muitas vezes, de projetos vulneráveis.

Com o intuito de demonstrar que apesar dos investimentos levados a cabo pelos governos da Regeneração para modernizar o país, este tinha outro problema. Como não eramos autossuficientes acabamos por pedir empréstimos a outros países para fazer face aos ventos do progresso e tentarmos-nos aproximar em todos os setores das referências europeias, o que tornou Portugal economicamente dependente

dos países estrangeiros. Neste sentido, será analisado o documento 4 da página 200, “*Empréstimos e impostos*”, de modo que os alunos compreendam que o dinheiro pedido não era aplicado na modernização do reino, o que contribuiu ainda mais para o seu atraso, mas para pagar juros de outros empréstimos. Com isto pretendemos fazer retroação de conhecimentos quanto ao sistema capitalista. Com esta dependência económica, conceito que será pedido aos alunos para passar para o caderno diário, o governo português pretendia exportar os seus produtos, mas também teria de deixar entrar os produtos dos países estrangeiros. Isto levou a um desequilíbrio, sendo as importações maiores que as exportações, como comprova o gráfico 3 da página 200, que será analisado por um(a) aluno(a). É fundamental que os alunos compreendam os fatores benéficos e prejudiciais do liberalismo económico.

Continuando na mesma dinâmica, demonstrando que apesar da influência da Regeneração o país continuou atrasado, mas que acabou por se desenvolver, questionaremos os(as) alunos(as) sobre “*como é que a agricultura e os produtores se encontravam perante aquela situação?*”. A ideia é que os alunos se coloquem na mentalidade da sociedade do século XIX e, criando pontes de ligação, fazendo retroação de conhecimentos, lembrando as melhorias na alimentação, os progressos na medicina e os maiores cuidados de higiene, que levaram ao aumento populacional, reflitam sobre o que é que faziam se estivessem no campo. As respostas que esperamos é a fuga para as cidades, o êxodo rural, e a emigração, numa busca por melhores condições de vida.

Questionando sobre o que é a emigração, se têm familiares e/ou amigos que são emigrantes, o que é que acontece ao espaço onde moram e às suas próprias casas, e para onde emigram a maior parte das pessoas hoje, pretendemos demonstrar que, enquanto fenómeno, nem sempre a emigração tem os mesmos efeitos, tendo a ver com o tempo em que ocorrem. Assim, demonstraremos que no século XIX a emigração assume-se como um caso particular em Portugal, não só pelos motivos e as dinâmicas diferentes das atuais, como na sua própria expressão do espaço. Ao relacionar a emigração com todos os aspetos anteriores, nomeadamente com o aumento populacional e as dificuldades na agricultura e na indústria, consciencializaremos que os emigrantes portugueses, ao contrário do que hoje acontece, escolhiam o continente americano como destino, nomeadamente para o Brasil. Sobretudo por questões culturais e económicas. Esses emigrantes acabavam por atenuar as dificuldades financeiras de Portugal graças as suas remessas monetárias, mas era no regresso que tinham um papel importante no desenvolvimento do espaço e no seu desenvolvimento económico, social, cultural e, por vezes, político.

Conhecidos por *brasileiros*, estes emigrantes marcaram a sociedade Oitocentista portuguesa. Através da construção de casas, de indústrias, de escolas, de lugares de assistência, de templos religiosos, entre outras obras, o *brasileiro* acabou por desenvolver o espaço local, dando-lhe a vitalidade e a oportunidade necessária para marcar, de igual modo, o contexto nacional. É relacionando com as imagens da abertura da aula e a consequente alteração de comportamentos, hábitos e preocupações ao longo dos tempos que apresentaremos um *jogo digital* aos alunos, que lhes será devidamente disponibilizado nos seus tablets. O jogo consiste em os(as) alunos(as) se aproximem de um emigrante do século XIX e, relembrando os conteúdos da aula, traçam o seu próprio caminho e o que fariam se tivessem regressado ricos a Portugal.

Para além da empatia histórica está em causa o consciencializar dos alunos para a importância da História Local e o Património, tendo como exemplo homens do passado que fizeram de tudo para engradecer

e tornar dinâmico e influente os seus locais. Para além das preocupações com a preservação da identidade, pretende-se munir os alunos de espírito crítico pelo meio que os rodeia, de modo que no futuro tenham intervenção direta nas questões históricas e patrimoniais das zonas onde se inserem, tornando-se empreendedores e dinâmicos para que o local não caia em esquecimento.

Estratégias de remediação e enriquecimento

Será pedido aos alunos uma pesquisa sobre o trabalho infantil no século XXI.

Recursos

- § Computador;
- § Corda;
- § Coroa de cartão;
- § Datashow;
- § Manual;
- § Marcador;
- § Quadro Branco;

Instrumentos de Avaliação

- § Pontualidade e assiduidade
- § Participação

Bibliografia

- § ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: Emigração e retorno no Porto Oitocentistas*. Porto, 1994;
- § CARQUEJA, Bento – *O Capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1908;
- § CARQUEJA, Bento – *O Povo Portuguez: Aspectos sociaes e economicos*. Porto: Livraria Chardron, 1916.
- § OLIVEIRA, Ana Rodrigues; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; GAGO, Marília; TORRÃO, Paula – *O fio da História*. Lisboa: Texto Editores, 2012;
- § RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 5ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2010;

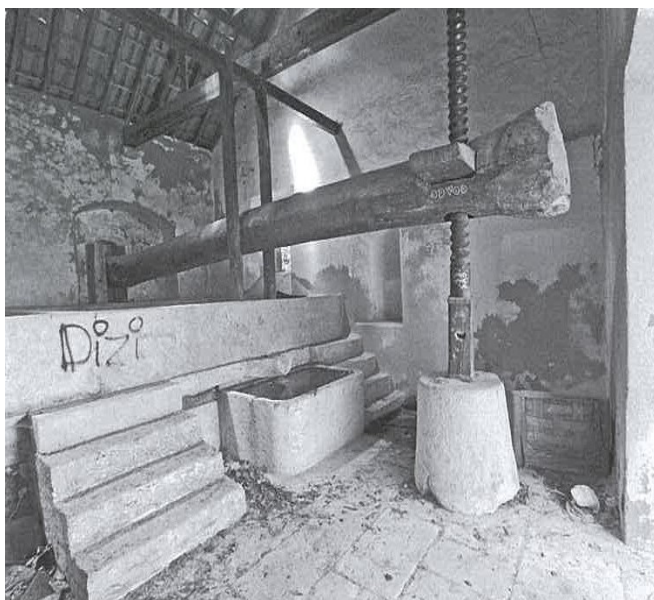
Anexo XXXVI – Imagens de Património Industrial



Real Fábrica de Atanados
Vila Franca de Xira, século XVIII



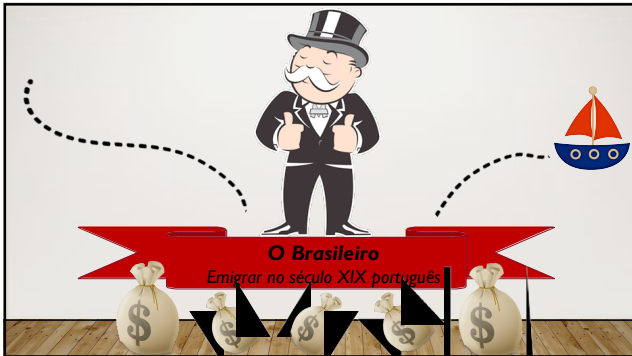
Fábrica de Cerâmicas das Devezas
Vila Nova de Gaia, século XIX



Lagar na Quinta da Arealva
Almada, século XVIII



Fábrica do Paleão
Soure, Coimbra, século XIX



“Saíra criança da aldeia e fora tentara fortuna ao Brasil. Por lá esteve quarenta anos e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriqueceu não sei, e ninguém na terra o sabia. Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varanda, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama naquelas aldeias vizinhas do que os jardins suspensos da Babilónia.”

A Morgadinha das Canaviais
Júlio Dinis

I. Viviam-se tempos difíceis em Portugal. Muitos partiram para o Brasil em busca do *El Dourado*. Em que período se registou um maior surto emigratório?

A – Século XVIII.

B – 2ª metade do século XIX.

C – 1ª metade do século XX.

II. Chegado ao Brasil, qual o trabalho que dava mais garantias de enriquecimento?

A – Trabalho agrícola.

B – Construção Civil.

C – Atividade Comercial.

III. De regresso à terra natal, depois de anos ausente do país, o que faz o *brasileiro* à fortuna que juntou?

A – Aposta no desenvolvimento Local e Regional

B – Fixa-se na capital portuguesa e gasta a fortuna em lazer e bens de luxo

C – Utilizava o dinheiro para chegar a importantes cargos políticos.

ÉS UM VERDADEIRO BRASILEIRO


1

Um caso no Norte de Portugal...

João Rodrigues de Oliveira Santos, natural de São Vicente de Pereira, concelho de Ovar, distrito de Aveiro, nasceu em 1832 e partiu com quinze anos de idade, em 1847, para o Brasil.

Sob a proteção de seu tio, permaneceu no Maranhão durante 22 anos, onde se dedicou à atividade comercial e à escrita. Nesta cidade, à medida que se ia impondo socialmente, graças à fortuna que amealhava, contribuiu para a edificação do *Hospital Portuguez do Maranhão* e para o *Gabinete Portuguez de Leitura*, da mesma cidade, do qual se tornou sócio efetivo.

Regressou a Portugal com significativa fortuna, a 24 de março de 1869, e com vontade de dotar a sua terra natal com as mais úteis e modernas infraestruturas, que oferecessem oportunidades de trabalho e instrução aos seus conterrâneos, colocando-a, portanto, na senda do progresso. Em S. Vicente de Pereira criou escolas para ambos os sexos, abriu estradas, encomendou projetos de caminhos de ferro e fundou uma das maiores fábricas de chapéus em Portugal, na segunda metade do século XIX, num verdadeiro espírito de desenvolvimento local.

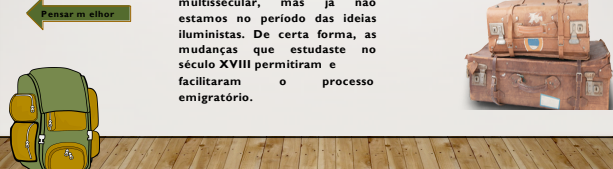


I. Eram tempos difíceis. Muitos partiram para o Brasil em busca do *El Dourado*. Em que período se registou um maior surto emigratório?

A - Século XVIII.

Pensar m elhor

A emigração é um fenómeno multissecular, mas já não estamos no período das ideias iluministas. De certa forma, as mudanças que estudaste no século XVIII permitiram e facilitaram o processo emigratório.

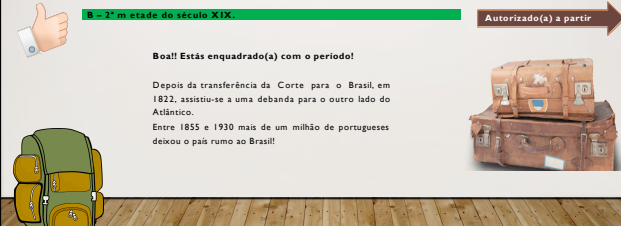


I. Eram tempos difíceis. Muitos partiram para o Brasil em busca do *El Dourado*. Em que período se registou um maior surto emigratório?

B - 2ª metade do século XIX. Autorizado(a) a partir

Boa!! Estás enquadrado(a) com o período!

Depois da transferência da Corte para o Brasil, em 1822, assistiu-se a uma debanda para o outro lado do Atlântico. Entre 1855 e 1930 mais de um milhão de portugueses deixou o país rumo ao Brasil!



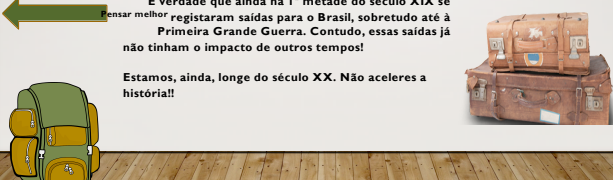
I. Eram tempos difíceis. Muitos partiram para o Brasil em busca do *El Dourado*. Em que período se registou um maior surto emigratório?

C - 1ª metade do século XX.

Pensar melhor

É verdade que ainda na 1ª metade do século XIX se registaram saídas para o Brasil, sobretudo até à Primeira Grande Guerra. Contudo, essas saídas já não tinham o impacto de outros tempos!

Estamos, ainda, longe do século XX. Não aceleres a história!!

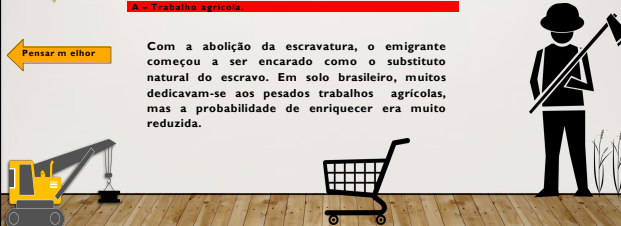


II. Chegado ao Brasil, qual o trabalho que dava mais garantias de enriquecimento?

A - Trabalho agrícola.

Pensar m elhor

Com a abolição da escravatura, o emigrante começou a ser encarado como o substituto natural do escravo. Em solo brasileiro, muitos dedicavam-se aos pesados trabalhos agrícolas, mas a probabilidade de enriquecer era muito reduzida.

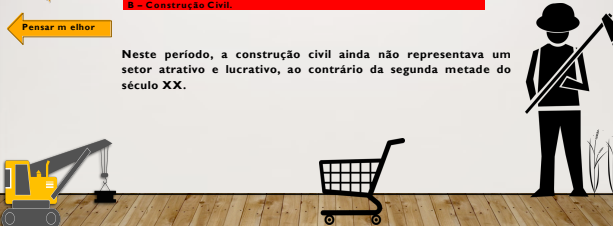


II. Chegado ao Brasil, qual o trabalho que dava mais garantias de enriquecimento?

B - Construção Civil.

Pensar m elhor

Neste período, a construção civil ainda não representava um setor atrativo e lucrativo, ao contrário da segunda metade do século XX.



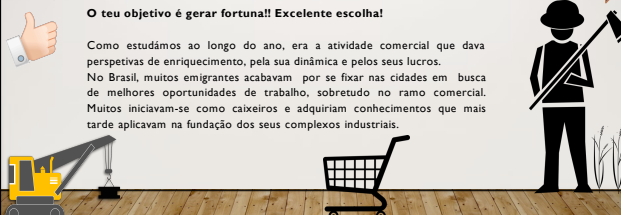
Anexo XXXVII - Jogo digital "O Brasileiro"

II. Chegado ao Brasil, qual o trabalho que dava mais garantias de enriquecimento?

C - Atividade Comercial Regressar a Portugal

O teu objetivo é gerar fortuna!! Excelente escolha!

Como estudámos ao longo do ano, era a atividade comercial que dava perspectivas de enriquecimento, pela sua dinâmica e pelos seus lucros. No Brasil, muitos emigrantes acabavam por se fixar nas cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho, sobretudo no ramo comercial. Muitos iniciavam-se como caixeiros e adquiriam conhecimentos que mais tarde aplicavam na fundação dos seus complexos industriais.



III. De regresso à terra natal, depois de anos ausente do país, o que faz o brasileiro à fortuna que juntou?

A - Aposta no desenvolvimento Local e Regional Brasilero

Boa opção!! Bom investimento!

Para amealhar uma fortuna considerável, o emigrante teria de estar, em média, 20 anos fora. Quando regressa, o brasileiro não olha a meios para desenvolver a sua terra natal, possibilitando-lhe a oportunidade de apanhar o comboio do progresso. Funda escolas para a instrução da população, concede empréstimos para a abertura de estradas, cria infraestruturas de solidariedade e, como verdadeiro capitalista, funda indústrias, nomeadamente têxteis, com o intuito de dar trabalho à gente da sua terra.




III. De regresso à terra natal, depois de anos ausente do país, o que faz o brasileiro à fortuna que juntou?

B - Fixase na capital portuguesa e gasta a fortuna em lazer e bens de luxo

Pensar melhor

Muitos brasileiros acabavam por se fixar na capital portuguesa quando decidiam regressar. No entanto, um a má gestão do dinheiro levava-os a em barcar de novo para o Brasil, acabando por cair na miséria e sem possibilidade e capacidade económica para regressar.



III. De regresso à terra natal, depois de anos ausente do país, o que faz o brasileiro à fortuna que juntou?

C - Utilizava o dinheiro para chegar a importantes cargos políticos

Pensar melhor

A ação e o papel do brasileiro na sociedade Oitocentista levava-o, muitas vezes, a assumir cargos políticos. O caciquismo político, ou seja, a influência destes homens no espaço onde se inseriam, também lhes permitia aceder mais facilmente a esses lugares. Esses cargos não eram comprados!

